

RELATÓRIO ANUAL 2023

 **PETROS**

Mais perto de você



SUMÁRIO

Como ler este relatório

Acesso rápido a páginas e tópicos por meio da navegação interativa. Veja abaixo a indicação:



Menus interativos



Acessibilidade da leitura, através da ferramenta “Ler em voz alta” do Acrobat



Acesso a links externos ao clicar ou ler o QR Code

1	APRESENTAÇÃO	03
	Mensagem da Diretoria Executiva	05
	Mensagem do Conselho Deliberativo	09
2	SOBRE NÓS	12
	A Petros	13
	Plano estratégico	14
	Nossa estrutura de governança.....	15
	Diretoria Executiva	16
	Nossos órgãos estatutários	18
	Nosso time.....	25
	Nossos canais de relacionamento.....	27
	Nossos números	28
3	NOSSOS PARTICIPANTES	29
4	NOSSAS PRÁTICAS ASG	31
5	NOSSOS RESULTADOS	39
6	MEDIDAS DE GESTÃO	55
	Petros Mais Perto de Você	57
	Governança.....	62
	Gestão de investimentos	72
	Previdência.....	76
	Gestão administrativa e de tecnologia.....	84
	Transparência	89
7	ACOMPANHAMENTO DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA	94
8	DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS	98
9	DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	105
	Relatório do auditor independente	106
	Parecer do Comitê de Auditoria	222
	Parecer Anual do Conselho Fiscal	223
	Decisão do Conselho Deliberativo	224
	CRÉDITOS	226



Clique nos tópicos
para acessar a página

APRESENTAÇÃO

- 05 Mensagem da Diretoria Executiva
- 09 Mensagem do Conselho Deliberativo

1

APRESENTAÇÃO

Nosso Relatório Anual é o documento mais importante da Petros, que traz todos os resultados da Fundação e dos planos de benefícios que administramos em 2023. Este ano, a publicação ganhou um capítulo mais extenso sobre nossas práticas ASG (ambiental, social e governança), refletindo a nossa visão de longo prazo para uma gestão sustentável na Fundação.

O documento também traz um capítulo à parte sobre o "Petros Mais Perto de Você", programa inédito de aproximação com os nossos públicos (participantes, patrocinadores, entidades representativas e empregados) e de fortalecimento da transparência, um dos eixos centrais da atual gestão.

Como reflexo desse novo direcionamento de valorização e aproximação dos nossos públicos, o relatório foi ilustrado com fotos de empregados da Fundação e participantes reais, uma novidade em relação às publicações dos últimos anos. Em linha com as melhores práticas de mercado, nesta edição, adotamos um novo menu de navegação, no formato de abas, para tornar mais ágil e objetivo o acesso aos capítulos e melhorar a experiência de leitura.

No menu de navegação, você confere um resumo dos nossos resultados, com informações sobre o desempenho da Petros, como rentabilidade e evolução do patrimônio, e dos planos de benefícios; os principais temas tratados por nossos órgãos estatutários; um raio x dos nossos participantes e empregados; além das medidas de gestão. Também verifica as demonstrações contábeis completas do exercício, aprovadas por nossos órgãos de governança e validadas pela PricewaterhouseCoopers (PwC), uma das maiores auditorias independentes do mundo, que atestou a conformidade do nosso balanço, sem qualquer ressalva ou ênfase.

A publicação também é composta por cadernos anexos, divididos por modalidade, para abrigar todas as informações referentes aos planos de benefícios, como seus pareceres atuariais e demonstrativos contábeis e de investimentos, além de um específico sobre o Plano de Gestão Administrativa e outro com o Balanço Social da Fundação.

Boa leitura!



Marcia Gonçalves, aposentada do PPSP-NR

MENSAGEM DA DIRETORIA EXECUTIVA

Quando assumimos a Petros em 2023, nos deparamos com desafios importantes que precisavam ser enfrentados para recuperar a confiança na Fundação e prepará-la para o futuro. Esse diagnóstico resultou nos três eixos centrais da nossa gestão: a reaproximação com os participantes, as patrocinadoras e as entidades representativas; a continuidade no fortalecimento da nossa governança; e a busca por uma solução para os planos de equacionamento.

Ao longo dos últimos anos, a Petros se afastou dos seus principais públicos, sobretudo dos participantes assistidos (aposentados e pensionistas) e patrocinadores. Esse distanciamento começou com a pandemia de Covid-19, mas vinha se acentuando. Para nos reaproximarmos dos nossos públicos, lançamos em 2023 o programa “Petros Mais Perto de Você”, com uma série de iniciativas que visam o fortalecimento da comunicação, do relacionamento e da transparência.

O programa contemplou encontros presenciais da nossa Diretoria com participantes e seus representantes espalhados pelo país, como Rio de Janeiro, Bahia, São Paulo, Santos, Curitiba e Belo Horizonte. Para nós, é um momento fundamental para fazer esclarecimentos e compreender as necessidades dos nossos participantes.

Além da série de encontros, preparamos a volta do atendimento presencial, com a abertura de um posto no Rio de Janeiro, cidade com maior concentração de participantes. Em outras cidades, vamos realizar parcerias com associações e sindicatos para capacitação de atendimento para esclarecimento de dúvidas ou orientação de encaminhamento de demanda.

Lançamos em 2023 o programa “Petros Mais Perto de Você”, com uma série de iniciativas que visam o fortalecimento da comunicação, do relacionamento e da transparência.



Para mais informações
acesse nosso site
petros.com.br



12,6%

de rentabilidade em 2023, a melhor em quatro anos.

R\$ 130,5 bilhões

foi o patrimônio da Petros em 2023, o maior da história da Fundação.



R\$ 83,4 bilhões

foram movimentados entre compra e vendas de títulos públicos.

Desde o início da nossa gestão, também priorizamos a transparência. Dentro do “Petros Mais Perto de Você”, fortalecemos essa frente com reformulação das informações contábeis, que agora contam com gráficos e tabelas que tornam a leitura mais fácil. A publicação dos relatórios e dos balancetes também está mais ágil, com divulgação logo após a aprovação.

Os resultados de 2023 são reflexos dos esforços da atual gestão e equipes técnicas, conduzindo a Petros na direção do crescimento. Apesar do cenário desafiador, sob a ótica geopolítica e macroeconômica nos mercados interno e mundial, nossos investimentos se destacaram. Considerando a carteira

consolidada, fechamos o ano com rentabilidade de 12,6%, a melhor em quatro anos, superando em quase três pontos percentuais o objetivo médio de retorno. E o patrimônio total da Petros atingiu a marca de R\$ 130,5 bilhões de patrimônio, a maior da história da Fundação.

Além disso, todos os nossos planos de benefício definido (BD), como o PPSP-R e PPSP-NR, alcançaram seus objetivos, melhorando os respectivos equilíbrios técnicos. E o PP-2 consolidou sua posição de maior plano de contribuição variável do país.

Os números refletem a robustez da gestão de investimentos da Petros, que acelerou a estratégia de imunização de planos BD, concluída

em outubro de 2023, oferecendo mais segurança e previsibilidade de retorno aos planos. Ao todo, movimentamos mais de R\$ 83,4 bilhões entre compra e vendas de títulos públicos, atingindo a meta de imunizar, na média, 82% das carteiras.

O processo de imunização é fundamental para o futuro dos planos, mas sabemos que, sozinho, não será suficiente para reduzir os equacionamentos em curso no PPSP-R e PPSP-NR. Por isso, contribuimos com os debates em curso com participantes e patrocinadores, fornecendo informações e estudos, em busca de uma solução para esses equacionamentos.

Seguimos atuando com o mais absoluto rigor para fortalecer as nossas práticas de governança e de integridade. Renovamos a certificação NBR ISO 31000, que reconhece a aderência de nossas ações aos padrões de excelência internacional em gestão de risco. Também aprimoramos nossa estrutura, com a criação da Gerência de Governança, Riscos e *Compliance*, que reuniu as três respectivas áreas de segunda linha de defesa. Passamos a contar com um Comitê de Integridade e um Comitê de Ética. E, para promover um ambiente de trabalho saudável, inclusivo e livre de assédios, lançamos o Comitê de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação. O objetivo é garantir aos nossos funcionários um ambiente de trabalho respeitoso, onde a igualdade e a diversidade sejam valorizadas, um compromisso da atual gestão.

Na área de seguridade, fizemos a atualização e modernização dos nossos planos. Além disso,

buscando uma gestão mais participativa, vamos implementar o comitê consultivo dos planos de benefícios com membros representantes dos participantes e das patrocinadoras.

Mantendo o nosso compromisso com a gestão dos planos e seguindo nosso dever fiduciário, estamos focados na estratégica pela busca de uma solução definitiva e sustentável para o Plano Ultrafértil, que também passa por equacionamentos de déficit.

Já no âmbito administrativo-financeiro, alinhada à política robusta de austeridade orçamentária, registramos uma nova redução nas despesas administrativas, em termos reais, mantendo um cenário com eficiência operacional e saudável financeiramente.

A evolução da nossa governança corporativa nos colocou muito bem-posicionados frente aos desafios da agenda ASG (ambiental, social e governança).



Lançamos o Comitê de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação.

Iniciamos um trabalho que mapeou mais de 70 ações já existentes ou em implementação na Petros. Nos tornamos signatários dos Princípios para o Investimento Responsável (PRI, na sigla em inglês), iniciativa de grandes investidores em parceria com a Organização das Nações Unidas (ONU) em prol de investimentos sustentáveis. E, ainda, reiteramos nossa

adesão ao Código de Stewardship da Amec (Associação de Investidores no Mercado de Capitais), com a publicação do relatório que reuniu nossa abordagem em relação aos aspectos ASG, além de princípios, valores e iniciativas de governança e de gestão de investimentos.

Temos orgulho em saber que os nossos esforços e a excelência das nossas equipes vêm sendo reconhecidos, nacional e internacionalmente. A Fitch Ratings, uma das maiores agências de classificação de riscos do mundo, classificou como “forte” a nossa gestão de investimentos. Conquistamos ainda selos e certificações importantes como o de Engajamento da Abrapp, que reflete o comprometimento das equipes para criar um ambiente de trabalho cada vez mais saudável e colaborativo, e o *Great Place To Work*, elevando nosso índice de favorabilidade para

83% frente a 78% no ano anterior, chancelando nossa Petros como um dos melhores lugares para se trabalhar.

Para 2024, seguiremos firmes, mantendo como filosofia o aprimoramento contínuo da governança, fortalecendo cada vez mais a aproximação e o diálogo, a partir de uma gestão transparente. Temos convicção de que vamos encontrar um caminho para questões cruciais que impactam a vida dos nossos participantes. Sabemos que os desafios e as conquistas que teremos pela frente vão nos impulsionar ainda mais em nossa jornada para garantir o futuro sustentável para a Petros e mais qualidade de vida para nossos participantes durante a aposentadoria.

MENSAGEM DO CONSELHO DELIBERATIVO

O ano de 2023 foi marcado por mudanças na Petros: a recomposição da Diretoria Executiva realizada sob orientação e coordenação deste Conselho, em conformidade com as disposições estabelecidas no Estatuto Social da Petros; e novos conselheiros deliberativos e fiscais eleitos pelos participantes, renovando os dois principais colegiados da Fundação.

O fortalecimento da governança é um trabalho contínuo e que será sempre um dos eixos do nosso colegiado. Seguimos atuantes para aprimorar os processos internos da Petros, de forma a ampliar a rigidez dos nossos controles, conferindo maior proteção para a Fundação e o patrimônio dos nossos participantes. Em 2023, já tivemos avanços, mas precisamos ir além.

Ao longo do ano, aprovamos novos normativos – como as políticas de Proteção ao Denunciante e Não Retaliação; de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Moral, ao Assédio Sexual e à Discriminação – e revisamos outros, como as políticas de Aquisição e Contratação; de Segurança da Informação e de Comunicação –, reforçando o arcabouço de normas da Petros.

Revisamos, ainda, os riscos estratégicos da Petros, de modo a tornar os processos mais sólidos, oferecendo mais segurança para a Fundação e os participantes. E, para atestar a conformidade das Demonstrações Contábeis de 2023, foi contratada a auditoria independente PwC, uma das quatro maiores empresas de auditoria do mundo.

O fortalecimento da governança é um trabalho contínuo e que será sempre um dos eixos do nosso colegiado.



Para fortalecer ainda mais a solidez e a sustentabilidade da nossa Fundação, aprovamos, no fim de 2023, o Plano Estratégico da Petros para 2024, com a definição de metas que serão perseguidas ao longo deste ano.

Na frente de seguridade, atuamos para melhorar a gestão dos planos de previdência. O PP-2, maior plano na modalidade contribuição variável do país, teve seu regulamento modernizado para oferecer ainda mais opções aos participantes. Após amplos estudos técnicos, aprovamos o novo regulamento, que mantém todos os direitos e benefícios do texto original, e amplia as possibilidades para recebimento de benefícios e institutos, entre outras vantagens.

Ainda na área previdenciária, aprovamos a criação do Comitê Consultivo dos Planos de Benefícios, que contará com representantes de participantes

e patrocinadoras, com o objetivo de dar mais transparência sobre a gestão dos planos.

Atendendo a uma solicitação da Vibra Energia, demos início ao processo de cisão do PPSP-R e do PPSP-NR, para a criação de dois novos planos específicos para os participantes ligados à patrocinadora, e finalizamos a operação de migração para o plano FlexPrev.

Atuamos, ainda, em processos de transferência de gerenciamento de planos com poucos participantes, de acordo com a diretriz estratégica de focar na gestão dos grandes planos.

Nos PPSPs Pré-70, aprovamos ajustes nos regulamentos referentes à taxa de custeio e aos artigos sobre cálculo e reajuste do benefício de pensão por morte. Reforçando nosso compromisso de uma gestão responsável, tomamos a decisão difícil, porém necessária, de aprovar o plano de equacionamento do déficit (PED) referente ao exercício de 2022 para

o PPSP-NR. Sensíveis ao impacto de contribuições extraordinárias na vida dos participantes do Ultrafertil, aprovamos alterações no regulamento do plano, preparando o documento para uma solução para os PEDs da patrocinadora Mosaic.

No campo administrativo-financeiro, revisamos o plano de custeio da Fundação, com redução das despesas, consolidando o quarto ano consecutivo de corte nos gastos relacionados à administração da Fundação, em linha com o direcionamento de maior austeridade orçamentária.

Do lado dos investimentos, foi concluído o processo de imunização das carteiras dos planos de benefício definido PPSP-R, PPSP-NR, PPSP-R Pré-70, PPSP-NR Pré-70, Arlanxeo Prev e Nitriflex. Foram adquiridos títulos públicos, aproveitando o cenário de juros elevados, para casar o fluxo de caixa com o compromisso de pagamento a aposentados e pensionistas, reduzindo os riscos de novos déficits.

Como resultado dessa estratégia, no PPSP-R e no PPSP-NR, maiores planos de benefício definido da Fundação, a rentabilidade dos investimentos superou o objetivo de retorno em dois pontos percentuais; e no PP-2, o rendimento foi quase cinco pontos além do seu objetivo, apesar do cenário econômico desafiador em mercados globais e da crise geopolítica no Oriente Médio e no Leste Europeu.

Mantendo a estratégia de proteção do patrimônio dos participantes e diversificação das carteiras dos planos em fase de acumulação, aprovamos as Políticas de Investimentos para o período de 2024 a 2028.

E planejamos o futuro, com a aprovação, no fim do ano passado, do Plano Estratégico da Petros para 2024, definindo metas que serão perseguidas ao longo deste ano, alinhadas com a missão de pagar benefícios aos nossos participantes de forma eficiente, transparente e responsável.

Nós, conselheiros deliberativos, estamos fortemente comprometidos com os pilares de governança, eficiência operacional, cultura centrada no participante, valorização do corpo

técnico e excelência na gestão de investimentos. Seguiremos apoiando medidas de aprimoramento, adequando as decisões aos preceitos emanados pelos órgãos fiscalizadores, para buscarmos uma Petros cada vez melhor, à altura da sua grandeza e da sua importância para o setor de previdência complementar do país.



Clique nos tópicos
para acessar a página

SOBRE NÓS

- 13 A Petros
- 14 Plano estratégico
- 15 Nossa estrutura de governança
- 16 Diretoria Executiva
- 18 Nossos órgãos estatutários
- 25 Nosso time
- 27 Nossos canais de relacionamento
- 28 Nossos números

2

A PETROS

Somos o maior fundo de pensão multipatrocinado do país, com mais de 130 mil participantes ativos e assistidos, distribuídos em 34 planos, e 78 patrocinadores e instituidores. Com patrimônio de R\$ 130,5 bilhões, administramos planos que atendem a trabalhadores de empresas patrocinadoras e associados de entidades de classe.

Mais do que pagar benefícios, nosso compromisso é promover mais qualidade de vida aos participantes durante a aposentadoria, além de fornecer segurança financeira às suas famílias. Por isso, iniciamos um importante processo de aproximação e diálogo com os nossos participantes e patrocinadoras, fortalecendo ainda mais a nossa governança e transparência.

MISSÃO

Pagar benefícios aos nossos participantes de forma eficiente, transparente e responsável, com base em uma gestão de excelência.

VISÃO

Ser reconhecida por sua excelência no atendimento aos seus participantes, na administração de planos de previdência, na gestão de ativos, na integridade e na transparência.

VALORES



Integridade



Transparência



Credibilidade



Respeito às pessoas e a sua diversidade



Inovação e abertura a novas ideias

Plano Estratégico

Nosso plano estratégico funciona como uma bússola, nos orientando no cumprimento da nossa missão e no alcance da nossa visão. Revisado anualmente, o documento estabelece as grandes diretrizes que vão nortear as nossas atividades frente aos desafios futuros. Para 2024, foram definidos quatro pilares essenciais, alicerces sólidos para o atingimento dos nossos objetivos, buscando refletir de maneira simples e assertiva a estrutura central do nosso negócio.

O documento é resultado de um esforço colaborativo, contemplando as visões e experiências de diversas áreas da Fundação. Durante a sua construção, foram realizadas palestras, ministradas por profissionais internos e externos, sobre temas essenciais para o negócio, como regulação, cenário econômico, boas práticas do setor, comunicação e atendimento, que apoiaram e enriqueceram os debates.

A aprovação do plano ainda em 2023, ou seja, no exercício anterior ao de sua execução, é uma novidade na Fundação que, nos últimos anos, vinha aprovando seu planejamento dentro do próprio ano de execução.

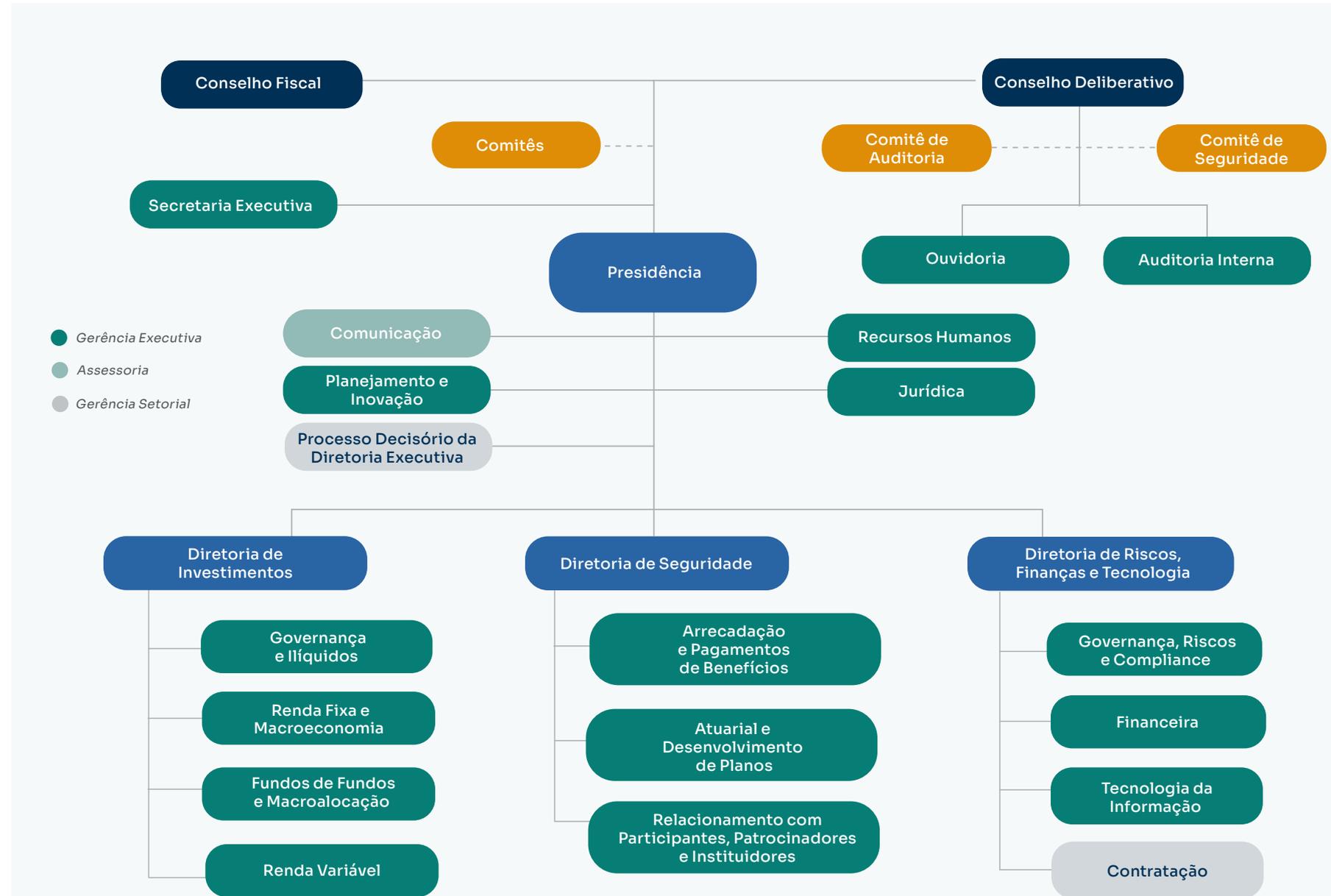


2024

foram definidos quatro pilares essenciais, alicerces sólidos para o atingimento dos nossos objetivos.

Nossa estrutura de governança

A Diretoria Executiva, o Conselho Deliberativo e o Conselho Fiscal são, respectivamente, nossos órgãos de gestão e fiscalização. A Diretoria Executiva é responsável pela administração da Fundação, seguindo as políticas e diretrizes aprovadas pelo Conselho Deliberativo e pela legislação vigente. O Conselho Deliberativo é o órgão máximo de governança, responsável pela aprovação da política geral de administração da Petros e de nossos planos, enquanto o Conselho Fiscal é o encarregado de fiscalizar os atos, seu cumprimento legal e estatutário. Também contamos com outras instâncias de assessoramento, como os comitês de Riscos, Investimentos, Auditoria e Seguridade, entre outros. Confira ao lado a nossa estrutura de governança.



DIRETORIA EXECUTIVA

Henrique Jäger

PRESIDENTE*

Formado em Economia pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e pós-graduado em Economia pela Universidade Federal Fluminense, atuou no IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e no Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos), além de ter sido pesquisador do Inep (Instituto de Estudos Estratégicos de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis). Possui sólida experiência em previdência complementar, tendo sido presidente da Petros entre 2015 e 2016. Certificado pela Apimec (Associação dos Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais), foi membro do Conselho de Administração do Banco do Brasil e dos comitês de Auditoria e de Remuneração, além de ter integrado conselhos de administração e fiscal de grandes empresas brasileiras. Antes de chegar à Petros, integrava a equipe de assessores da Presidência da Petrobras.

*Henrique Jäger tomou posse em 13/07/2023. Bruno Macedo Dias foi presidente até 29/03/2023. Leonardo de Almeida Matos Moraes ocupou o cargo interinamente de 30/03/2023 a 12/07/2023.



Paulo Werneck

DIRETOR DE INVESTIMENTOS

Possui ampla experiência no mercado financeiro e atuação em grandes instituições nacionais e internacionais, além de uma sólida carreira como gestor. Foi diretor de Investimentos da Funcef entre 2016 e 2020, diretor executivo do banco de investimentos Haitong, de 2010 a 2016, e diretor executivo da Icatu Seguros, de 2007 a 2010. Sua trajetória profissional inclui, ainda, os cargos de diretor de Tesouraria no ABN Amro Bank, de 1999 a 2003, e de CIO da ABN Amro Asset Management até 2007, período em que chegou a assumir interinamente a função de CEO. Também atuou como diretor executivo do BTG Pactual Asset Management. O executivo tem MBA em Administração, Negócios e Marketing, pelo FIA Business School, e Programa de Gerenciamento Avançado, pela Universidade de Harvard (AMPHBS), além de graduação em Processamento de Dados, pela Faculdade Nuno Lisboa.



DIRETORIA EXECUTIVA



Marco Aurelio Viana

DIRETOR DE SEGURIDADE*

Formado em Direito com especializações em Direito Previdenciário, Direito e Processo do Trabalho, Direito Empresarial, Gestão em Previdência Complementar e Gestão de Pessoas. É certificado pelo ICSS, com ênfase em Administração, e tem a certificação do Harvard Manage Mentor Program. Membro da Comissão de Direito Previdenciário da OAB-RJ, ingressou no Jurídico da Petrobras em 2008 na área trabalhista. Foi consultor especializado em Direito Previdenciário. Antes de tomar posse na Petros, foi gerente de Benefícios e Previdência no Recursos Humanos da companhia. Também trabalhou na Previ, na gerência de vínculo e arrecadação da Diretoria de Seguridade. Foi membro suplente do Conselho Deliberativo e membro do Comitê de Seguridade de Assessoramento ao Conselho Deliberativo da Petros.

* Marco Aurelio Viana tomou posse em 01/12/2023. Akira Miki foi diretor de Seguridade até 20/06/2023. Leonardo de Almeida Matos Moraes assumiu interinamente de 21/06/2023 a 16/07/2023. Henrique Jäger ocupou o cargo de forma interina de 19/07/2023 a 10/08/2023, enquanto Frederico Schulz Diniz Vieira foi diretor interino de 11/08/2023 a 30/11/2023.

Graduado em Economia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), tem 28 anos de carreira na área financeira de empresas de diferentes segmentos, como energia, óleo e gás. Conta com especializações em Finanças Corporativas, pelo Insper; S&OP/Planejamento Colaborativo de Demanda, pelo ILOS/Coppead; e Liderança Estratégica, pela Fundação Dom Cabral (FDC). Atuou em grandes empresas nacionais e multinacionais, a exemplo da TIM Brasil, McCann Erickson e Grupo Cosan, onde foi Controlador Financeiro para América Latina. Antes de chegar à Petros, foi diretor de Planejamento Financeiro, Estratégico e M&A na Vibra Energia. Com sua trajetória profissional, acumula sólida experiência em finanças com ênfase em planejamento financeiro e estratégico; governança, riscos e *compliance*; implementação de sistemas à gestão do negócio e Gestão da Informação/BI.

** João Marcelo Torres tomou posse em 05/02/2024. Leonardo de Almeida Matos Moraes foi Diretor de Riscos, Finanças e Tecnologia até 16/07/2023. Henrique Jäger ocupou o cargo interinamente de 19/07/2023 a 04/02/2024.

João Marcelo Torres

DIRETOR DE RISCOS, FINANÇAS E TECNOLOGIA**



Nossos órgãos estatutários

Conselho Deliberativo

Composição

Indicados pelas patrocinadoras

Titulares

Gustavo Dimitri de Souza Gonçalves* (presidente)
 Claudia Padilha de Araujo Gomes
 Ricardo Rodriguez Besada Filho

Suplentes

Alexandre Finamori França Baptista*
 Aguardando indicação da patrocinadora **
 Telmo Medeiros Lopes

Indicados pelos participantes

Titulares

Fernando de Castro Sá
 Radiovaldo Costa Santos ***
 Vinicius Camargo Pereira da Costa ***

Suplentes

Luciano Maldonado Garcia
 Getulio Francisco da Cruz ***
 Rafael de Paula Prado Alvarelli ***

*O mandato dos conselheiros Camillo Vianna Cantini e Thomas Costa Spanger, respectivamente, titular e suplente, terminou em 16/01/2024. Em 17/02/2024, teve início o mandato dos conselheiros Gustavo Dimitri de Souza Gonçalves e Alexandre Finamori França Baptista. A conselheira Claudia Padilha de Araujo Gomes exerceu a Presidência do Conselho Deliberativo até 16/01/2024.

** Marco Aurelio Viana renunciou ao cargo de Conselheiro Deliberativo e de membro do COSEG em 30/11/2023, em razão de sua nomeação para diretor de Seguridade a partir de 01/12/2023.

*** O mandato dos conselheiros, titular e suplente, respectivamente, José Roberto Kaschel Vieira e Herval Candido de Souza Filho, e Norton Cardoso Almeida e Andre Luis de Araujo Santana, encerrou em 25/11/2023. Em 27/11/2023, teve início o mandato dos conselheiros, titular e suplente, respectivamente, Radiovaldo Costa Santos e Getulio Francisco da Cruz, e Vinicius Camargo Pereira da Costa e Rafael de Paula Prado Alvarelli.

Conselho Deliberativo

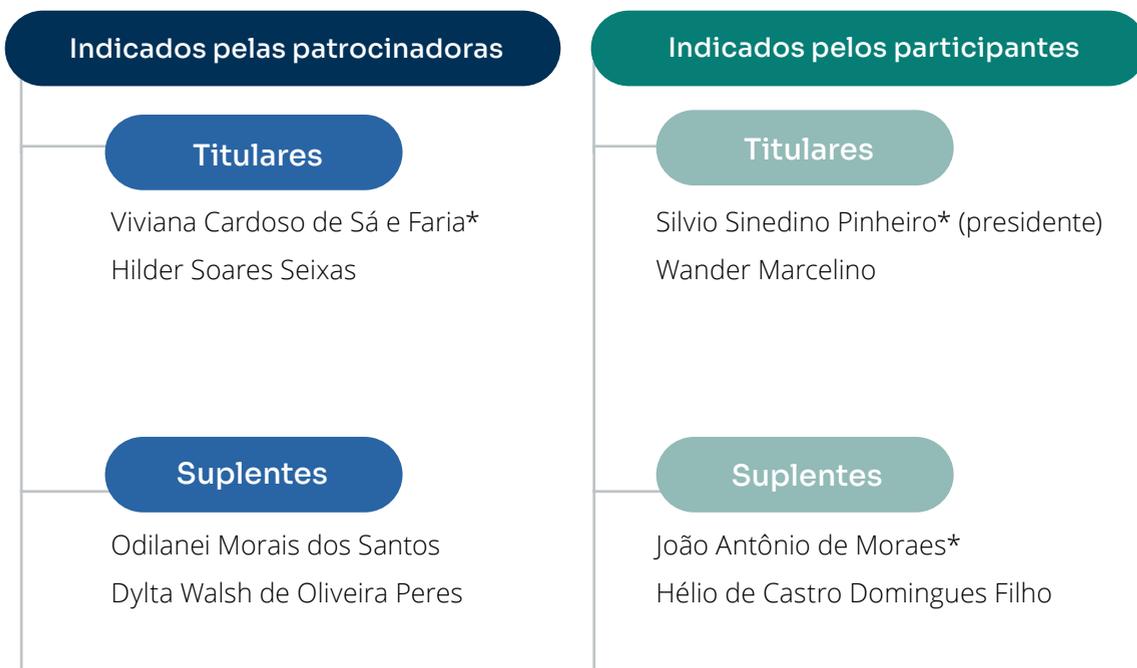
Temas mais relevantes tratados em 2023

Total de reuniões: 25

- Plano Estratégico 2023 e 2024
- Finalização da operação de migração do plano FlexPrev e encerramento de processos de transferência de gerenciamento de planos patrocinados
- Aprovação das políticas de Proteção ao Denunciante e Não Retaliação, de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Moral, ao Assédio Sexual e à Discriminação, e a criação do Programa de Privacidade da Petros
- Revisão das políticas de Aquisição e Contratação, de Comunicação e de Segurança da Informação
- Criação do Comitê de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação na Petros, do Comitê Consultivo dos Planos de Benefícios e aprovação do Regimento Interno do Comitê de Integridade
- Resultado do Plano Estratégico 2022 e remuneração variável da Diretoria Executiva
- PED e contribuições extraordinários do Plano Petros Ultrafértil
- Recomposição da Diretoria Executiva e Eleições Petros 2023 para os Conselhos Deliberativo e Fiscal
- Alteração dos regulamentos do PPSP-R Pré-70 e PPSP-NR Pré-70: teto de salário de participação, custeio administrativo e cálculo de suplementação de pensão
- Contratação de empresa de auditoria independente (PwC)
- Encerramento do *backlog* das apurações (Comissões Internas de Apuração)
- Reajuste dos assistidos do PPSP-NR - patrocinadora Vibra
- Acordo de reestruturação de Invepar
- PED-2022 do PPSP-NR
- Alteração do regulamento do PP-2
- Acompanhamento da implantação do Sistema I-Petros
- Cisão dos planos PPSP-R e PPSP-NR pela patrocinadora Vibra
- Contabilização do ativo intangível
- Plano de custeio administrativo 2024 e acompanhamento do plano de ressarcimento e recomposição do Plano de Gestão Administrativa (PGA)
- Revisão do Estatuto Social e estudos para aprimoramento da governança
- Hipóteses e premissas atuariais para avaliação anual de 2023
- Políticas de Investimentos 2024-2028 e finalização da imunização da carteira de investimentos
- Contratação de seguro de responsabilidade de diretores e administradores (D&O)
- Revisão dos riscos estratégicos

Conselho Fiscal

Composição



Temas mais relevantes tratados em 2023

Total de reuniões: 18

- Plano Estratégico 2024 e acompanhamento do Plano Estratégico 2023
- Acompanhamento das contratações diretas e aditivos
- Débito das patrocinadoras e monitoramento do plano de ressarcimento e recomposição do PGA
- *Turnover* nas posições gerenciais e processo de sucessão
- Contabilização do ativo intangível
- Metodologia de avaliação de imóveis e estudo técnico para adequação dos investimentos ilíquidos e indivisíveis
- Relatórios de auditoria interna e da Ouvidoria
- Monitoramento da gestão orçamentária
- Acompanhamento dos atos de gestão do Conselho Deliberativo e da Diretoria Executiva
- Acompanhamento da implementação do sistema I-Petros
- Retiradas de patrocínio e transferências de gerenciamento de planos
- Programa de remuneração da Diretoria Executiva
- Plano Petros Ultrafértil - contribuições extraordinárias temporariamente suspensas por força de liminares judiciais PIS e Cofins (contingenciamento das demandas judiciais)
- Eleições Petros 2023
- Acompanhamento das demonstrações contábeis mensais e ações de melhoria para disponibilização de informações contábeis no Portal Petros
- Obrigações legais do Conselho Fiscal
- Acompanhamento da carteira de empréstimos com provisionamento por inadimplência

* O mandato dos conselheiros Linaldo Coy de Barros e Tereza da Silva Soares encerrou em 25/11/2023. O mandato dos conselheiros Silvio Sinedino Pinheiro e João Antônio de Moraes teve início em 27/11/2023. O mandato do conselheiro Rafael Pessoa Delgado terminou em 18/02/2024. O conselheiro Silvio Sinedino Pinheiro assumiu a Presidência do Conselho Fiscal, na forma do artigo 31, §3º, do Estatuto Social vigente.

Comitê de Riscos

Composição*

Membros representantes da Petros

João Marcelo Torres (coordenador)
 Marco Aurelio Viana
 Alexandre Barenco Ribeiro
 Rainielson dos Santos Faustino
 Frederico Schulz
 Átila Riggo

Membros independentes **

Alessandra Mendonça Cardoso
 Rodolfo Arashiro Rodriguez
 Roberto Bazin

Temas mais relevantes tratados em 2023

Total de reuniões: 15

- Análise e debate acerca das premissas, modelos e resultados das taxas de juros para avaliações atuariais dos planos
- Supervisão do processo de gestão de riscos
- Riscos ASG e revisão dos riscos estratégicos da Petros
- Implementação do modelo de risco sistêmico
- Reestruturação do processo de monitoramento de riscos financeiros
- Projeto de base de perdas operacionais
- 2º aditivo ao Acordo de Reestruturação de Dívida de Invepar
- Aprovação dos limites de riscos para o Fundo de Crédito HG Crédito Bancário FP Fundo de Investimento Renda Fixa Crédito Privado
- Ajustes organizacionais na Gerência de Governança, Riscos e *Compliance*
- Criação da norma sobre Gerir Incidentes de Segurança da Informação
- Imunização da carteira de investimentos da Petros

* A proposta de revisão do Regimento Interno do Comitê de Riscos (COMRI) foi aprovada pela Diretoria Executiva em 02/05/2023, passando a prever em sua composição o gerente executivo da Gerência de Governança, Riscos e *Compliance*.

** Alessandra Mendonça Cardoso tomou posse em 05/06/2023; Glauber de Oliveira Motta teve seu mandato encerrado em 04/08/2023; Rodolfo Arashiro Rodriguez foi reconduzido ao cargo a partir de 06/08/2023; Roberto Ricordi Bazin tomou posse em 18/09/2023.

Comitê de Investimentos

Composição

Membros representantes da Petros

Paulo Werneck (coordenador)
Átila Riggo

Membros independentes **

Alberto Gaidys Junior
Cleveland Prates Teixeira
Everaldo Guedes de Azevedo França

Membros representantes do Conselho Deliberativo *

Ricardo Rodriguez Besada Filho
Rafael de Paula Prado Alvarelli

* André Luis Araújo Santana teve mandato encerrado em 25/11/2023; Thomas Costa Spanger encerrou mandato em 16/01/2024; Ricardo Rodriguez Besada Filho tomou posse em 02/02/2024; e Rafael de Paula Prado Alvarelli foi empossado em 02/02/2024.

** Cleveland Prates Teixeira e Everaldo Guedes de Azevedo França foram reconduzidos ao cargo a partir de 06/08/2023; e Alberto Gaidys Junior tomou posse em 08/06/2022.

Temas mais relevantes tratados em 2023

Total de reuniões: 17

- Imunização da carteira de investimentos da Petros
- Indicação de representantes para Conselhos de Administração e Fiscal de companhias investidas
- Venda dos Ativos do Plano TapmePrev
- Habilitação de gestora terceirizada de Fundo de Investimento no Exterior
- Habilitação de Gestora de Fundo de Investimento Imobiliário (FII)
- Habilitação de gestora terceirizada de Fundo de Investimento em Multimercado (FIM)
- Habilitação de gestoras terceirizadas de Fundos de Crédito Privado (FICP)
- Desinvestimentos em planos de contribuição definida para retirada de patrocínio, transferência de gerenciamento, incorporação, resgates e portabilidades
- 2º aditivo ao Acordo de Reestruturação de Dívida Invepar
- Modelo geral dos perfis de investimentos para os planos administrados pela Petros
- Revisão anual das Políticas de Investimentos para o período de 2024-2028 e orçamentos de riscos dos planos administrados pela Petros

Comitê de Auditoria

Composição

Membros

Antonio Martinigo Filho (coordenador)

Evenilson de Jesus Balzer

Cesar Geraldo Fucci

Temas mais relevantes tratados em 2023

Total de reuniões: 32

- Plano Estratégico 2024 e acompanhamento do Plano Estratégico 2023
- Acompanhamento dos controles internos e processos e estrutura de gerenciamento de riscos
- Contratação de empresa de auditoria independente (PwC)
- Encerramento do *backlog* das apurações (Comissões Internas de Apuração) e acompanhamento do funcionamento do Canal de Denúncias
- Plano Diretor de Tecnologia da Informação, governança de TI e LGPD
- Monitoramento do cronograma de implantação do I-Petros
- Contratação de fornecedor de sistema unificado para Auditoria Interna, Controles Internos, *Compliance* e Gestão de Risco
- Manifestação acerca das demonstrações contábeis 2022
- Acompanhamento das demonstrações contábeis mensais
- Resultado atuarial dos planos
- Contabilização do ativo intangível
- Acompanhamento dos programas de *Compliance* e de Integridade
- Débito das patrocinadoras e acompanhamento do plano de ressarcimento e recomposição do Fundo Administrativo (PGA)
- Monitoramento da gestão orçamentária
- Seleção de conselheiros em empresas participadas e investidas
- Acompanhamento das contratações diretas
- ASG na Petros
- Supervisão dos trabalhos da auditoria independente e da auditoria interna
- Acompanhamento dos desdobramentos das decisões judiciais sobre o acordo de leniência com a J&F
- Acompanhamento do plano do PED-2022 do PPSP-NR
- Reuniões para troca de percepções com a Diretoria Executiva, com os Conselhos Deliberativo e Fiscal, Comitês de Seguridade, de Riscos e de Investimentos

Comitê de Segurança

Composição

Membros

Cleide Barbosa da Rocha (coordenadora)

Luciano Maldonado Garcia

José Roberto Kaschel Vieira*

Temas mais relevantes tratados em 2023

Total de reuniões: 12

- Finalização da operação de migração do FlexPrev e encerramento de processos de transferência de gerenciamento de planos patrocinados
- Revisão do regulamento e do apetite a risco do PGA
- Plano Petros Ultrafértil - Plano de Equacionamento de Déficit (PED) e contribuições extraordinárias
- PPSP-NR – Plano de Equacionamento de Déficit (PED) 2022
- Aprovação do regulamento do PP-2
- Acompanhamento da implantação do Sistema I-Petros

* Marco Aurelio da Cunha Monteiro Viana apresentou renúncia como membro suplente do Conselho Deliberativo e como membro do COSEG, com vigência a partir do dia 01/12/2023, em razão de sua nomeação para o cargo de diretor de Segurança. José Roberto Kaschel Vieira iniciou mandato no COSEG em 01/12/2023.



Luna Ribeiro, Marcus Vinícius Celano e Fátima Xavier, empregados da Petros

NOSSO TIME

Nossa equipe de profissionais é o que nos move na direção de um serviço de excelência. Em 2023, nossa força de trabalho era composta por 380 pessoas, que trabalharam pautados pela eficiência e integridade com objetivo de garantir que a Fundação cumpra a sua missão de pagar benefícios de forma eficiente, transparente e responsável, com base numa gestão de excelência. Conheça a seguir um pouco mais sobre o nosso time.



380 pessoas trabalharam pautadas pela eficiência e integridade.

Número de empregados



380
Total

Mulheres

192

2022

192

2023

Negros

104

113

Pessoas com deficiência



12
2022

12
2023

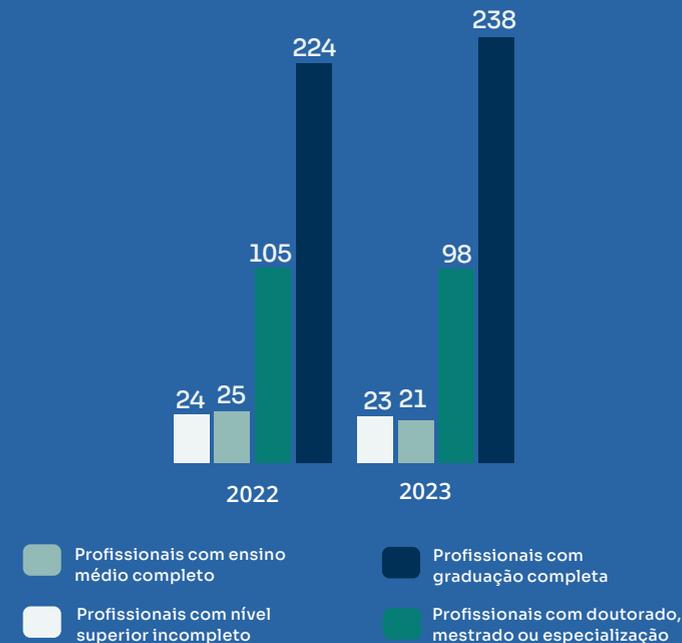
Estagiários



41
2022

43
2023

Escolaridade



Cargos de chefia

Mulheres

40%

2022

39%

2023

Negros

9%

20%

Idade média dos empregados

Mulheres



39

2022



38

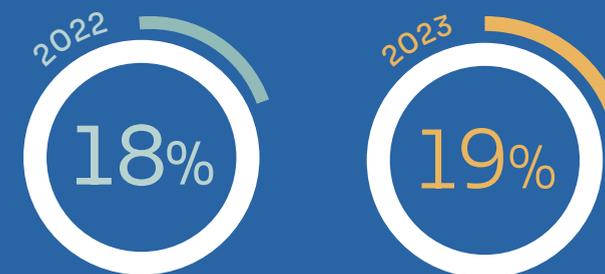
2023

Homens

37

38

Empregados com mais de 45 anos



Nossos canais de relacionamento

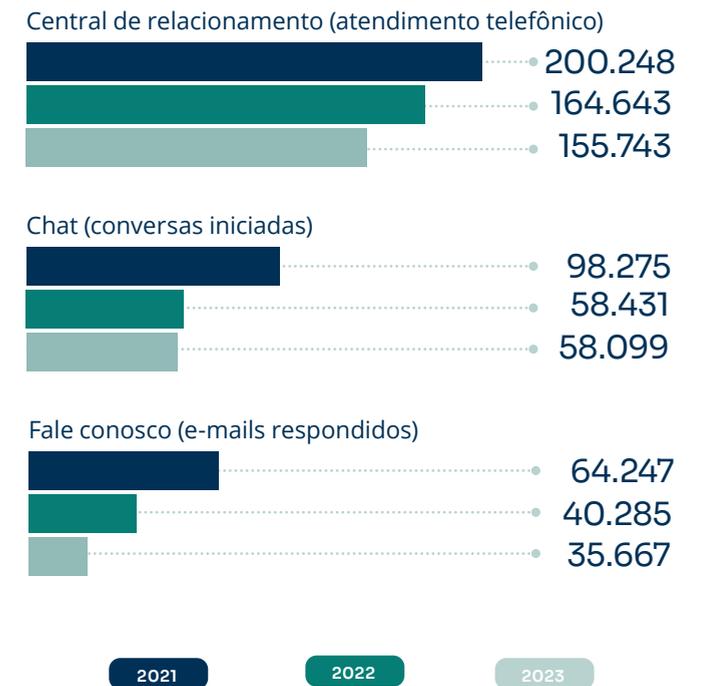


Por telefone ou por nossos canais digitais, estamos cada vez mais empenhados em atender e melhorar a experiência dos nossos participantes ativos, assistidos e de seus beneficiários. Ao longo de 2023, consolidamos significativos avanços na área de relacionamento, com ganhos de eficiência e maior resolução de demandas no primeiro contato, resultando na redução da necessidade de novos atendimentos.

Como resultado de iniciativas adotadas, a nota do nosso atendimento cresceu, pelo segundo ano consecutivo, na pesquisa *Net Promoter Score* (NPS), amplamente utilizada pelo mercado para avaliar a satisfação de clientes ([leia mais na página 81](#)). Em 2024, seguiremos avançando, com a implementação do atendimento presencial de participantes no Rio de Janeiro ([leia mais no programa "Petros Mais Perto de Você" na página 57](#)).

Confira a seguir os nossos principais números de atendimento.

Total de atendimentos



NOSSOS NÚMEROS

1º

Maior fundo de pensão multipatrocinado do país



R\$ 130,5 bilhões
em patrimônio

R\$ 9,4 bilhões
em benefícios concedidos

R\$ 8,3 bilhões
em contribuições recebidas

132.340

Participantes

78



Patrocinadores e instituidores

52.951

Ativos

79.389

Assistidos

34 planos

3
Contribuição variável (CV)

10
Benefício definido (BD)



21
Contribuição definida (CD)

15 patrocinados
6 instituídos



Clique nos tópicos
para acessar a página

NOSSOS PARTICIPANTES

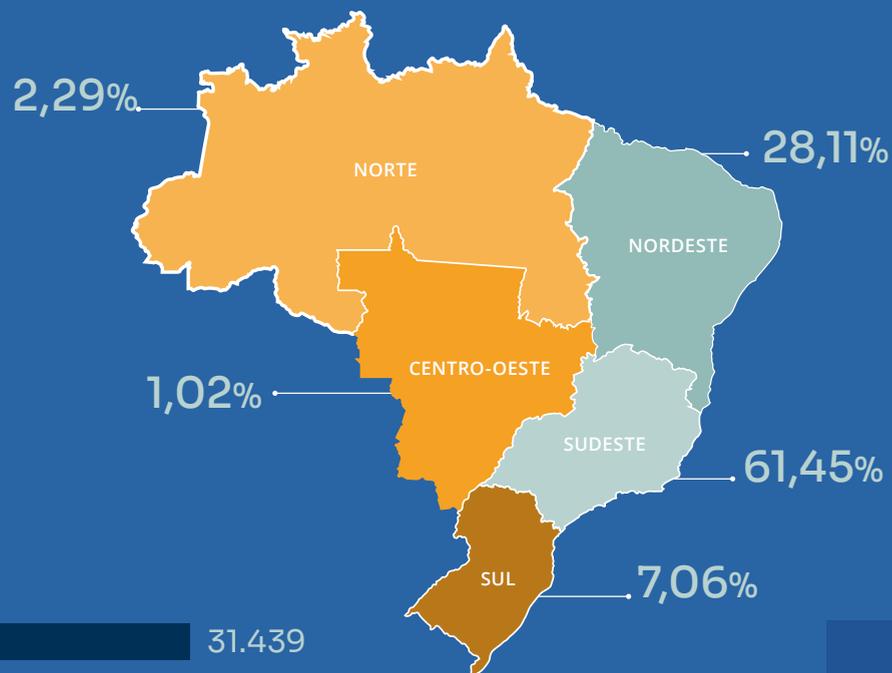
3

NOSSOS PARTICIPANTES

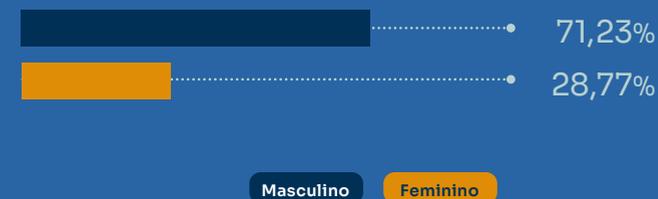
Perfil dos participantes

Nossos 132.340 participantes estão espalhados por todas as regiões do país e são divididos entre 52.951 ativos, que ainda estão trabalhando e contribuindo para seus planos, e 79.389 assistidos, que recebem benefícios, como aposentados e pensionistas. Conheça mais sobre o perfil dos nossos participantes.

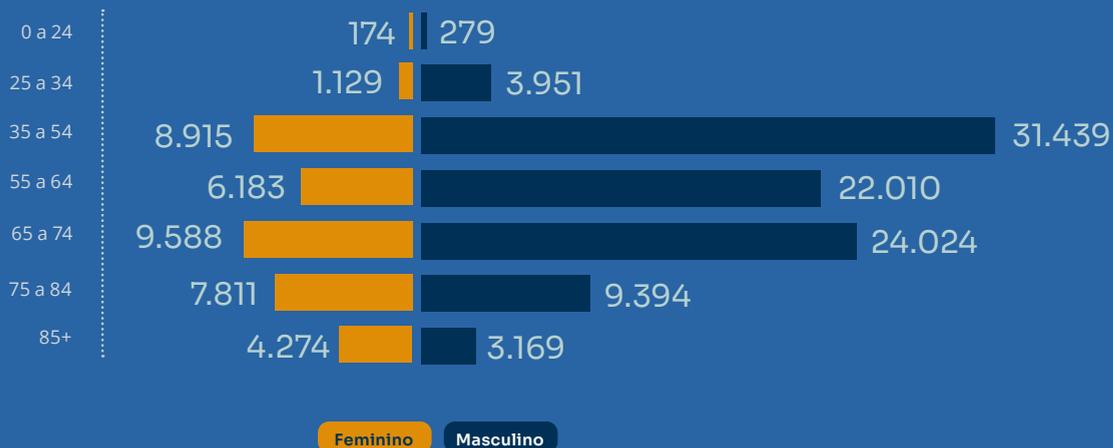
Participantes por Região do total



Participantes por Sexo do total



Participantes por faixa etária (em número de participantes)



Participantes no exterior

0,07%

Tipo de Benefício (Novas Concessões)	2022	2023
Aposentadoria	805	634
Pecúlio	1.966	1.676
Auxílios	73	75
Pensão	1.067	1.026
Total	3.911	3.411



Clique nos tópicos
para acessar a página

NOSSAS PRÁTICAS ASG

4

NOSSAS PRÁTICAS ASG

Abordamos as práticas da agenda ASG (Ambiental, Social e de Governança) de modo transversal em nossos negócios, na nossa governança corporativa e no mapeamento, gestão e controle de riscos. Dessa forma, buscamos assegurar que as ações ASG permeiem todas as nossas áreas de negócios e atividades.

Em 2023, realizamos um mapeamento que reuniu 72 ações ASG já existentes ou previstas para serem implementadas na Fundação. Essas ações foram identificadas a partir de entrevistas realizadas com as áreas de negócios com objetivo de desenvolver planos de ação voltados às práticas ASG.

Como resultado desse trabalho, elegemos prioridades para 2024 nas áreas Administrativa, de Investimentos, de Gestão de Pessoas, de Tecnologia e de Riscos e *Compliance*.

Acreditamos que a sustentabilidade está relacionada à perenidade dos negócios, à saúde, à segurança e ao bem-estar dos nossos empregados. Também está diretamente ligada à estratégia de investir em atividades que gerem maior valor à economia e tragam impactos positivos à sociedade. Uma pesquisa interna realizada com os gestores da Petros identificou que 85% deles consideram práticas ASG como essenciais para o desenvolvimento de nossos produtos e serviços.



Douglas Fernandes, empregado da Petros

72 ações ASG, existentes ou em implementação, foram mapeadas em 2023.

Gestão ASG dos Investimentos

Temos a convicção de que companhias que adotam as melhores práticas são mais bem-sucedidas e proporcionam desempenho sustentável, perenidade e melhor relação risco-retorno. Por isso, continuamos a aprimorar a abordagem dos aspectos ASG na análise dos ativos da Fundação.

Trabalhamos com um *rating* de avaliação e classificação que incorpora indicadores de sustentabilidade na avaliação econômico-financeira dos investimentos. Adicionalmente, intensificamos a incorporação de aspectos qualitativos e parâmetros quantitativos, resultando em um diagnóstico cada vez mais amplo das empresas investidas.

Reforçamos nossos compromissos com a sustentabilidade e com uma governança de excelência ao nos tornarmos signatários dos Princípios para o Investimento Responsável (PRI, na sigla em inglês), uma iniciativa de grandes investidores em parceria com a Organização das Nações Unidas (ONU) para a melhor

tomada de decisão dos investimentos ([leia mais em Selos e Certificações, na página 69](#)).

Além da adesão ao PRI, reiteramos a nossa adesão ao Código de *Stewardship* da Associação de Investidores no Mercado de Capitais (AMEC) com a publicação do [Relatório de Stewardship de 2022](#), que reúne nossa abordagem em relação aos aspectos ambientais e sociais, além de princípios, valores e iniciativas de governança e de gestão de investimentos.

Formalizamos todas as estratégias dos nossos investimentos na Política de Investimentos, que é submetida previamente aos setores responsáveis pela gestão de riscos e pelo *compliance*, com o apoio da Gerência Jurídica quando necessário, contemplando a análise dos riscos ASG.

Na gestão terceirizada dos recursos, buscamos selecionar gestores que consideram os temas ASG de forma central em seus processos de investimentos,

Nos tornamos signatários dos Princípios para o Investimento Responsável (PRI, na sigla em inglês), iniciativa de grandes investidores em parceria com a ONU.

principalmente em fundos de ações e investimento no exterior. Desta forma, realizamos minucioso trabalho de revisão de normativos e procedimentos com o objetivo de tornar mais robusto e transparente o processo de investir, desinvestir e monitorar.

Diversidade e Inclusão

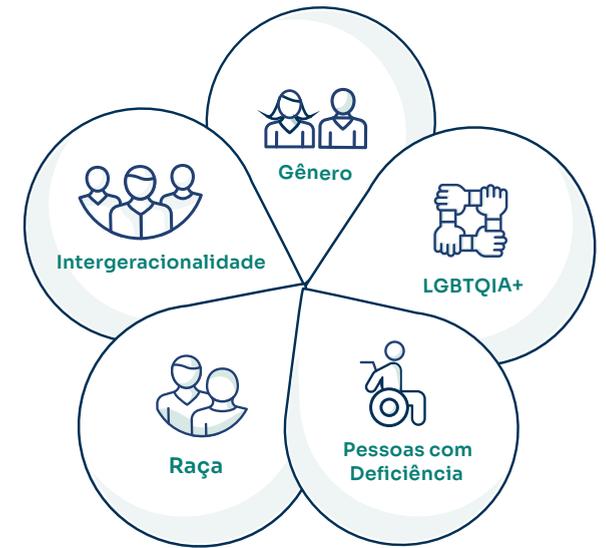
Temos o compromisso de promover a diversidade e a inclusão no nosso ambiente de trabalho. Sabemos que profissionais com vivências e talentos diversos contribuem para a solidez e a sustentabilidade do nosso negócio. Para disseminar cada vez mais essa cultura dentro da Fundação, possuímos um Grupo de Trabalho de Diversidade e Inclusão, que atua para monitorar indicadores, identificando oportunidades de melhoria e promovendo letramento sobre os cinco pilares do Programa de Diversidade & Inclusão. Nossa equipe está empenhada na promoção da diversidade nos processos seletivos, com o objetivo de compor equipes mais diversas, promover um ambiente mais inclusivo e buscar maior representatividade.



Iatagan Farias e Marta Rizzo, empregados da Petros

Realizamos, ao longo do ano, ações em datas afirmativas, como a Semana da Diversidade, com a participação de especialistas; o Dia Internacional da Mulher; o Dia Mundial da Conscientização sobre o Autismo; o Dia Internacional do Orgulho LGBT; o Dia Nacional de Combate à Discriminação Racial; e o Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência. Promovemos debates sobre os cinco pilares a partir de trechos de filmes e documentários, de *quiz* on-line sobre diversidade, entre outras atividades.

5 Pilares do Programa de Diversidade & Inclusão



Outra importante iniciativa foi o lançamento da Política de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação para um ambiente de trabalho saudável, inclusivo e livre de assédios. Criamos um comitê com o mesmo nome, com a função de implementar políticas internas, realizar treinamentos, promover campanhas de conscientização e fortalecer o Canal de Denúncias da Fundação. Confira mais detalhes [aqui](#).

51% 

de nossa força de trabalho é representada por mulheres.

 39%

de cargos de chefia são ocupados por mulheres.

20% 

de cargos de chefia são ocupados por negros.

Aos poucos, estamos colhendo os resultados dessas iniciativas. Somos certificados com o Selo do Programa de Pró-Equidade Gênero e Raça, que reconhece as boas práticas para promover a igualdade racial e entre mulheres e homens no mundo do trabalho. Dos 380 empregados da Petros, as mulheres representavam mais da metade (51%) da nossa força de trabalho em dezembro de 2023. Nos cargos de chefia, as mulheres ocupam 39% das posições, enquanto negros representam 20%.

Saúde, segurança e bem-estar

Prezamos e nos empenhamos em garantir a saúde, segurança e bem-estar dos nossos empregados. Nossa sede, localizada no edifício Porto Brasilis, no Centro do Rio de Janeiro (RJ), foi projetada para proporcionar um ambiente de trabalho mais seguro e acessível.

Construído com os mais altos padrões de exigência de construção e arquitetura internacional, o Porto Brasilis é um edifício corporativo moderno com classificação *Triple A* e certificação *Leed Gold*. O edifício trata a água utilizada, retornando-a à rede pluvial. Nossas instalações contam ainda com cestas de coleta seletiva e os resíduos sólidos não recicláveis são recolhidos por

empresas especializadas autorizadas pela Prefeitura e pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). Para um consumo mais consciente de água, possuímos torneiras com acionamento por temporizadores.

Preferimos adquirir materiais com baixo impacto ambiental, como sistemas de climatização certificados e outros insumos “verdes”.

Iniciativas implementadas para a gestão do clima e a promoção do bem-estar contribuíram para que recebêssemos, no início de 2024, pelo segundo ano consecutivo, a certificação *Great Place To Work* (GPTW), iniciativa global que reconhece empresas consideradas excelentes lugares para se trabalhar em todo o mundo. [\(Leia mais na página Selos e Certificações\).](#)



Tratamos desses temas em nosso Código de Condutas Éticas, disponível no Portal Petros.

Práticas ASG com empregados e terceiros

Selecionamos nossos profissionais, inclusive executivos, por meio de processos transparentes. Definimos as remunerações conforme as práticas do setor e de segmentos similares, além de critérios objetivos de avaliação de desempenho, que se aplicam a todos, independentemente de gênero ou raça.

Em observação às regras de sigilo financeiro, todos os empregados tomam ciência e aceitam as disposições dos normativos de integridade da Petros, com o objetivo de mitigar a ocorrência de situações de potencial ou real conflito de interesses no desempenho de suas funções.

Nosso setor de *Compliance* e nosso DPO (*Data Protection Officer*, responsável pelo tratamento de dados pessoais) promovem a gestão das questões vinculadas à LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados). O *Compliance* e o DPO acompanham sistematicamente o tema, avaliando todas as relações que envolvem dados pessoais.

Analisamos ainda a integridade dos nossos parceiros de negócio e de seus sócios, exigindo que apresentem certidões negativas de débito e outros documentos que comprovem a sua idoneidade. Não contratamos empresas em desacordo com a legislação vigente e com as normas internas.



Fernando Brito,
empregado da Petros



As remunerações são definidas conforme as práticas do setor e de segmentos similares, além de critérios de avaliação de desempenho, independentemente de gênero ou raça.

Governança e treinamento

Avaliamos e buscamos aprimorar nossa estrutura e gestão de riscos constantemente. Como exemplos concretos de nosso compromisso, criamos o Comitê de Riscos; reformulamos o Comitê de Investimentos, com membros externos independentes; e renovamos nossa certificação NBR ISO 31000:2018 ([leia mais em selos e certificações](#)), devido ao aprimoramento de nossos controles internos e externos, comprovando que seguimos as melhores práticas do mercado em gerenciamento de riscos.

Consolidamos uma cultura de integridade e adotamos um novo Programa de *Compliance*, com novas rotinas de treinamento em regras de conformidade e indicadores para avaliar o cumprimento das políticas internas.

Seguimos as recomendações contidas no Código Brasileiro de Governança Corporativa, do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), e possuímos o selo do Código de Autorregulação

em Governança Corporativa, da Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (Abrapp) ([leia mais na página Selos e certificações na página 69](#)).

Observamos, em todos os nossos relacionamentos internos e externos, o Código de Condutas Éticas e nossas Políticas de Integridade: de prevenção e combate à fraude, à corrupção, à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo. Também contamos com uma série de normativos que tornam a nossa gestão ainda mais robusta, como os que regem conflitos de interesse, responsabilidade social, investimentos pessoais, transações com partes relacionadas, proteção a dados pessoais, medidas disciplinares, proteção ao denunciante e não retaliação e prevenção e enfrentamento ao assédio moral, assédio sexual e discriminação.

Realizamos ciclos de treinamentos anuais, que incluem os processos de governança, a gestão de



Paulo Werneck, diretor de Investimentos da Petros

riscos, o *compliance* e os controles internos. Ao final, promovemos avaliações e geramos indicadores, para mantermos os empregados sempre atualizados.

Acompanhamos periodicamente as ações ASG de todas as áreas de negócio, por meio de indicadores desenvolvidos pelo nosso Setor de Gestão de Risco.

Prevenimos a lavagem de dinheiro pela análise das contribuições esporádicas aos planos de benefícios e por meio de relatório submetido ao Comitê de Riscos.

Tratamos as demandas de maneira imparcial por meio de nosso Canal de Denúncias independente,

com procedimentos próprios para tratar assédios e irregularidades, garantindo o anonimato e a proteção do denunciante, com medidas antirretaliação.

Quando apuramos desvios ao Código de Condutas Éticas e às Políticas de Integridade, os Comitês de Ética e de Integridade são responsáveis por avaliar o caso e, se necessário, sugerir a aplicação das medidas previstas em nossa Política de Medidas Disciplinares, voltada a nossos empregados e certificadores, e de Responsabilização, quando se tratar de fornecedores da Fundação.



Helena Silva, Joffre Villote e
Leonardo Lebarbenchon,
empregado da Petros



O Canal de Denúncias pode ser acessado através do site www.canalconfidencial.com.br/petros ou pelo telefone 0800 377 8035.



Clique nos tópicos
para acessar a página

NOSSOS RESULTADOS

5

NOSSOS RESULTADOS

O ano de 2023

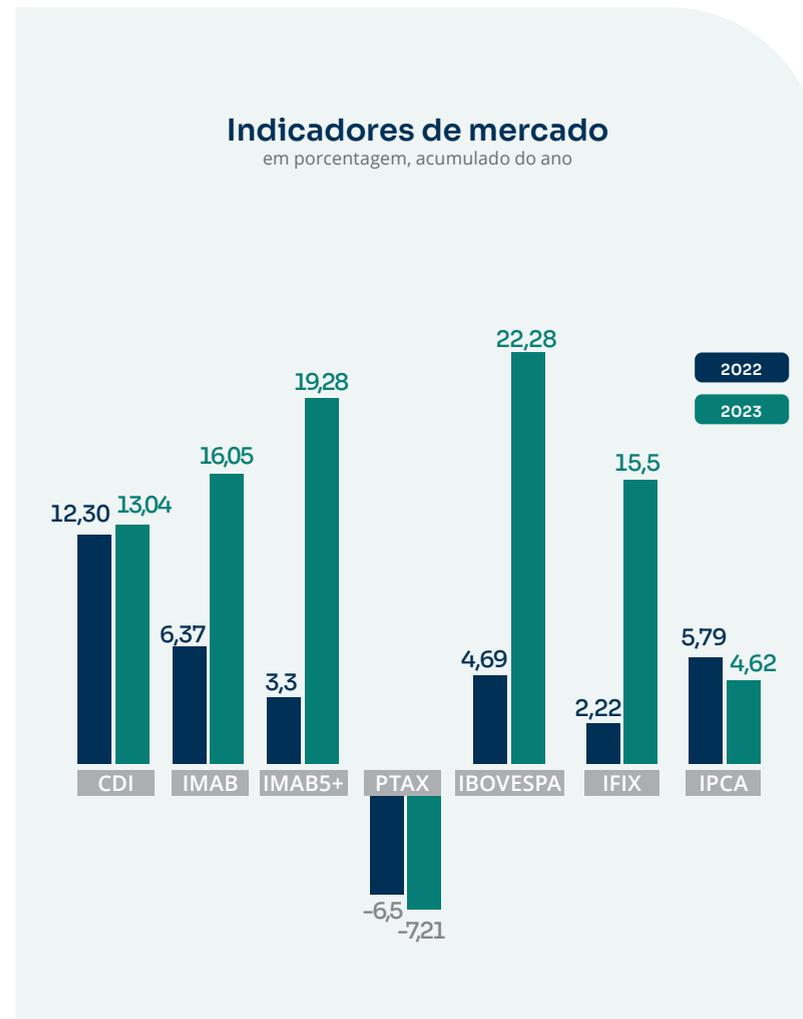
O ano foi marcado por grandes desafios econômicos, inclusive por fatos geopolíticos em escala global. Logo nos primeiros meses de 2023, os principais bancos centrais ao redor do mundo, como o Federal Reserve (Fed) e o Banco Central Europeu, elevaram suas taxas básicas de juros para combater o cenário de inflação alta e persistente. O ambiente de incertezas e volatilidade foi ampliado por diversos outros eventos, como a desaceleração da economia chinesa e os conflitos no Oriente Médio e no Leste Europeu, resultando em um forte sentimento de aversão a risco pelo mundo.

No cenário interno, o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro cresceu 2,9% em 2023, sustentado pelo consumo das famílias. A inflação, medida pelo IPCA, encerrou 2023 em 4,62%, abaixo do teto da meta. Desta forma, o Brasil foi um dos primeiros países a adotar medidas de redução da taxa básica de juros, a Selic – foram quatro cortes consecutivos da taxa, que encerrou o ano em 11,75%. No âmbito fiscal, o ano de

2023 trouxe avanços institucionais importantes, como a aprovação de um novo marco fiscal e, especialmente, a reforma tributária do consumo.

Neste contexto econômico, o maior desafio para os fundos de pensão em 2023 foi aproveitar as taxas de juros ainda atrativas do mercado e, ao mesmo tempo, buscar alternativas para a diversificação das carteiras de investimentos de forma a atingir as metas atuariais estabelecidas para os seus planos de benefício.

Para o ano de 2024, o mercado segue atento ao rumo da política monetária americana e seu desdobramento nos preços dos ativos e nas tomadas de decisão de alocação de recursos. Além disso, a evolução dos conflitos geopolíticos no Oriente Médio e Leste Europeu, assim como a recuperação da economia chinesa, permanece no radar dos investidores. No cenário interno, as atenções estão voltadas para o ciclo de corte da taxa Selic, além da trajetória fiscal brasileira.



Petros encerra 2023 com o maior patrimônio de sua história

A Petros fechou 2023 com patrimônio total de R\$ 130,5 bilhões, o maior da nossa história, com incremento de R\$ 10 bilhões (8%) em relação ao ano anterior (R\$ 120,8 bilhões). A marca é resultado da robustez da gestão dos nossos investimentos, que registraram a melhor rentabilidade em quatro anos, de 12,6%, quase três pontos percentuais acima do objetivo médio de 9,7%, considerando todos os planos que administramos.

valorizaram 12,1% e tiveram retorno de R\$ 7,31 bilhões, respondendo por mais da metade do rendimento total, seguidos por fundos de investimentos (como fundos de renda fixa, ações e imóveis), com R\$ 5,58 bilhões. No ano, pagamos um total de R\$ 9,4 bilhões em benefícios, cumprindo nossa missão de forma eficiente, transparente e responsável, com base em uma gestão de excelência.

Com o desempenho, o retorno líquido dos investimentos somou R\$ 13,3 bilhões, mais de 70% superior ao obtido em 2022 (R\$ 7,7 bilhões), contribuindo para o superávit de R\$ 1,5 bilhão no exercício. Entre os destaques, os títulos públicos, que concentram a maior parcela da carteira da Petros,

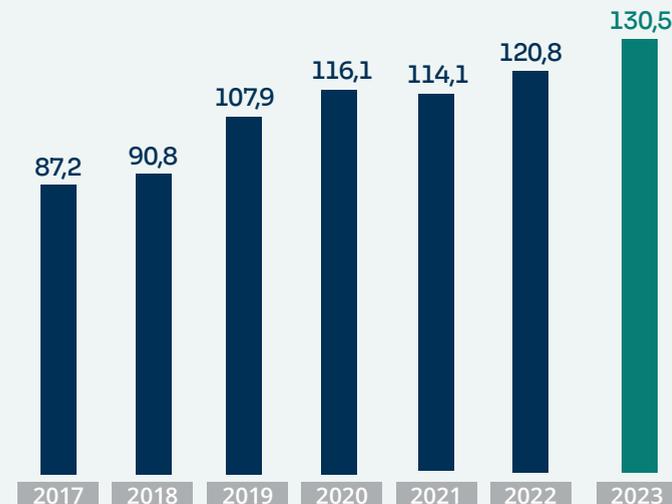


R\$ 13,3 bilhões
de retorno líquido dos investimentos em 2023 (70% superior ao obtido em 2022).

41

Evolução do patrimônio consolidado

em R\$ bilhões



A Petros fechou 2023 com patrimônio total de R\$ 130,5 bilhões, o maior da nossa história, com incremento de R\$ 10 bilhões (8%) em relação ao ano anterior (R\$ 120,8 bilhões).



Imunização para maior segurança dos investimentos

Concluimos, em outubro de 2023, a estratégia de imunização dos planos de benefício definido PPSP-R, PPSP-NR, PPSP-R Pré-70, PPSP-NR Pré-70, Arlanxeo Prev e Nitriflex. Ao final desse trabalho, atingimos a meta de imunizar 82% das carteiras de investimentos dos planos, em média, movimentando um total de R\$ 83,4 bilhões entre compras e vendas de títulos públicos.

A estratégia de imunização consistiu em aproveitar o cenário de juros elevados, acima da meta atuarial dos planos, para adquirir títulos públicos federais e

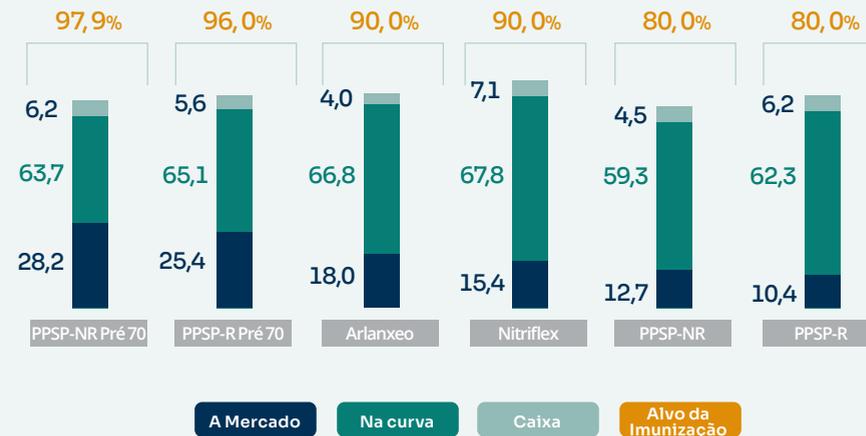
contabilizá-los como marcados a mercado ou na curva, conforme a legislação permite. Com esse movimento, crucial para o resultado, oferecemos mais segurança ao patrimônio dos participantes, casando o fluxo de caixa desses papéis com os compromissos de pagamento a aposentados e pensionistas.

82%

foi a imunização média das carteiras dos planos de benefício definido.

Carteira de imunização

porcentagem

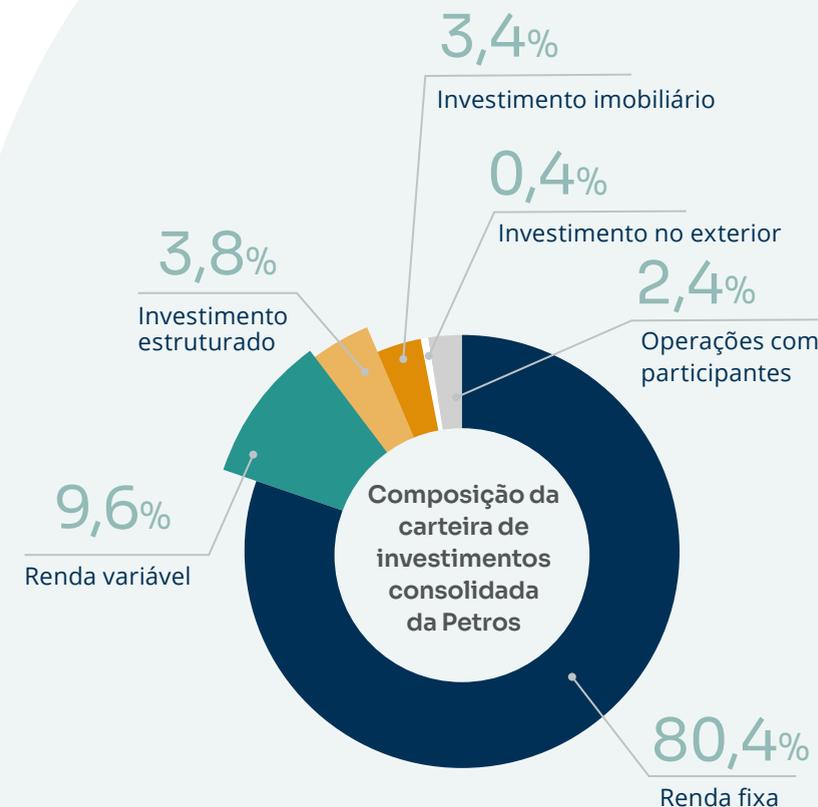


Investimentos em renda fixa e renda variável são destaque

Mesmo diante do cenário desafiador do ponto de vista econômico e geopolítico, os nossos investimentos se destacaram em 2023. Por sua natureza previdenciária e de longo prazo, e também pela maturidade de seus principais planos, a Petros aplica um grande volume de recursos no segmento de renda fixa, classe que registrou bom retorno em um ambiente de juros ainda elevado no país, apesar do início de ciclo de redução da taxa Selic. Nossa carteira de renda fixa teve rentabilidade de 12,6% em 2023.

O resultado consolidado foi positivamente influenciado pela carteira de renda variável. Formado principalmente por fundos de investimentos em ações, essa carteira apresentou valorização de 15,1% em 2023. No ano, o Ibovespa, índice de referência da Bolsa brasileira, apresentou alta de 22%, puxado pelo desempenho das ações da Petrobras. Cabe lembrar que nos PPSPs somos impossibilitados por legislação a investir em ações da companhia, pelo limite de exposição à patrocinadora.

Outro destaque positivo foi a nossa carteira imobiliária, com rentabilidade acumulada de 17,6% em 2023. Dentro desse resultado, os fundos de investimentos imobiliários (FIIs) chamaram atenção, com rentabilidade de 27,15% no ano. O desempenho é superior a importantes indicadores de mercado, como o Índice de Fundos de Investimentos Imobiliários (IFIX), *benchmark* para o segmento, que subiu 15,5% no ano passado ([leia mais sobre a nossa carteira imobiliária em Gestão de Investimentos](#)).

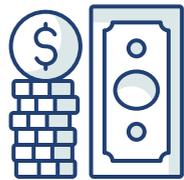


Em porcentagem do total, em dezembro de 2023

Principais planos superam objetivo de retorno

A rentabilidade dos nossos principais planos também bateu seus objetivos e tiveram a melhor rentabilidade dos últimos quatro anos. Os dois maiores planos de benefício definido que administramos, o PPSP-R e o PPSP-NR, encerraram o exercício com equilíbrio técnico ajustado positivo, e o PP-2, líder da modalidade de contribuição variável no país, consolidou sua posição, alcançando R\$ 43,9 bilhões em patrimônio, um incremento de 20%. O PP-3 e o FlexPrev, ambos de contribuição definida, também cresceram em ativos totais, fechando o ano com patrimônio de R\$ 3,83 bilhões e R\$ 1,11 bilhão, respectivamente.

Os resultados positivos dos nossos planos refletiram a qualidade do trabalho desenvolvido pelas nossas equipes e os esforços para aprimorar e fortalecer a governança da Fundação de forma contínua. Ao longo de 2023, perseguimos a segurança dos ativos e maior previsibilidade de retorno nos planos maduros; nos planos jovens, buscamos a diversificação, reduzindo riscos e mirando oportunidades para melhor rentabilidade.



Ao longo de 2023, perseguimos a segurança dos ativos e maior previsibilidade de retorno nos planos maduros.

Balanco sem ressalvas

As demonstrações financeiras da Petros foram aprovadas pelo Conselho Deliberativo após o Conselho Fiscal, o Comitê de Auditoria (Coaud) e a Auditoria Independente emitirem pareceres recomendando a aprovação, sem qualquer ressalva ou ênfase, assegurando a confiabilidade e a transparência das nossas informações e refletindo a robustez dos nossos processos de governança. Em seu parecer, a PwC, que, desde 2023, é a nossa auditoria independente, uma das maiores do mundo, atestou que os números refletem, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação e dos nossos planos, estando em total conformidade com as práticas contábeis, normas de auditoria e exigências éticas.

PP-2: patrimônio chega a R\$ 43,9 bilhões

Maior plano de contribuição variável do país e em fase de acumulação de recursos, o PP-2 manteve sua trajetória de crescimento e encerrou 2023 com patrimônio de R\$ 43,9 bilhões, montante 19,5% superior ao do ano anterior (R\$ 36,7 bilhões). Os investimentos renderam 14,3% no ano, bem superior ao objetivo de retorno de 9,5%.

Com o desempenho, o plano registrou retorno líquido de R\$ 5,3 bilhões nos investimentos, 68,4% acima do registrado no ano anterior (R\$ 3,1 bilhões). Ao final do exercício, os participantes desse plano obtiveram

uma valorização de 14,1% na cota patrimonial¹, que representa o percentual de retorno líquido para o plano.

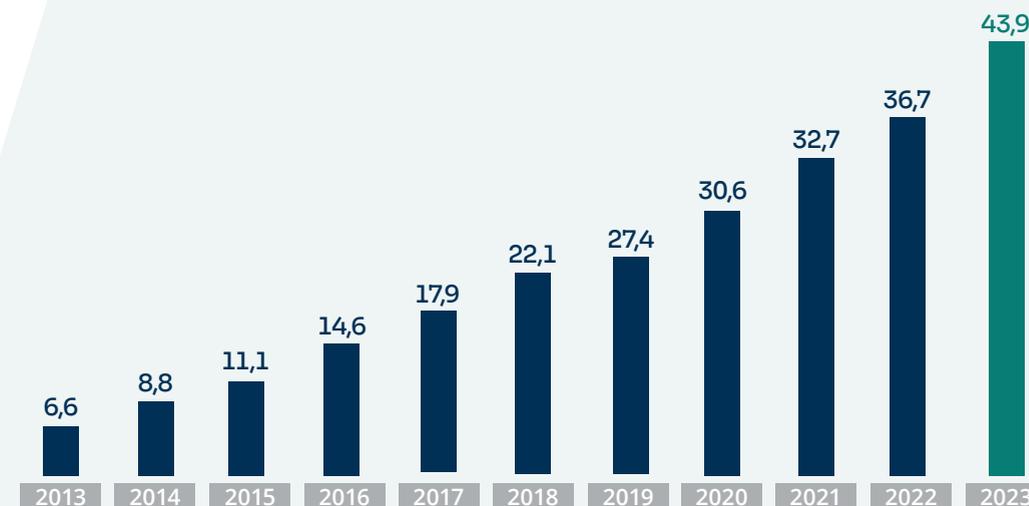
Considerando o resultado dos investimentos e a atualização do passivo (compromissos futuros) pela meta atuarial (taxa de juros + IPCA), o plano registrou superávit de R\$ 234,7 milhões no exercício, reduzindo o déficit técnico acumulado de R\$ 1,23 bilhão, em 2022, para R\$ 999 milhões, em 2023. Seguindo o que determina a legislação, com o reconhecimento no final de 2023 do ajuste de

 **14,3%**

foi o rendimento dos investimentos do PP-2 em 2023, acima do objetivo de retorno de 9,5%.

Evolução do patrimônio do PP-2

em R\$ bilhões



Nota 1 - Cota patrimonial: permite apurar a participação individual no patrimônio total do plano de benefícios

precificação, que representa os ganhos esperados futuros com os títulos públicos federais contabilizados como marcados na curva, no montante de R\$ 1,4 bilhão, o plano encerrou o exercício com equilíbrio técnico ajustado positivo de R\$ 403 milhões.

O desempenho dos investimentos do PP-2 foi puxado pela renda fixa, que representa a

maior parcela da carteira do plano e apresentou rentabilidade de 13,7% em 2023, refletindo nossas estratégias em títulos públicos federais e o patamar ainda elevado da taxa básica de juros. A renda variável também foi destaque, valorizando 21% no período, impulsionada pelos fundos de investimentos em ações, refletindo a boa performance da Bolsa de Valores.

Rentabilidade do PP-2

	Valor (em R\$ milhões)	% da carteira	Rentabilidade 2023
Renda Fixa	32.147	74,2%	13,74%
Renda variável	6.039	13,9%	21,00%
Investimento estruturado	3.341	7,7%	9,15%
Investimento imobiliário	705	1,6%	15,31%
Operações com participantes	1.030	2,4%	10,18%
Investimento no exterior	82	0,2%	-2,62%
Total	43.345	100,0%	14,28%
Objetivo de retorno			9,55%
Total 2019-2023			56,11%



Mileyne Paiva, participante ativa do PP-2

PPSP-R e PPSP-NR concluem imunização e batem objetivo de retorno

O ano de 2023 foi um marco para os nossos dois maiores planos de benefício definido, o PPSP-R e o PPSP-NR, com a conclusão da imunização de suas carteiras, estratégia fundamental para dar mais segurança ao patrimônio dos participantes e previsibilidade de retorno aos investimentos.

Rentabilidade do PPSP-R

	Valor (em R\$ milhões)	% da carteira	Rentabilidade 2023
Renda fixa	39.452	84,5%	11,72%
Renda variável	3.337	7,1%	8,28%
Investimento estruturado	219	0,5%	8,34%
Investimento imobiliário	2.365	5,1%	18,24%
Operações com participantes	1.142	2,4%	10,89%
Investimento no exterior	183	0,4%	-2,51%
Total	46.699	100,0%	11,40%
Objetivo de retorno			9,47%
Total 2019-2023			53,53%

No caso do PPSP-R, o plano registrou rentabilidade de 11,4% nos investimentos, o melhor resultado em quatro anos. Se compararmos a rentabilidade dos ativos com o objetivo de retorno de 9,5%, o resultado das aplicações financeiras ficou dois pontos acima do esperado. Com o desempenho, o plano fechou o ano com retorno líquido de R\$ 4,84 bilhões nos investimentos, 73% superior ao registrado no ano anterior (R\$ 2,79 bilhões). Do lado do passivo (obrigações futuras do plano), houve um acréscimo especialmente devido à alteração da tábua de mortalidade do plano. Com isso, o PPSP-R teve superávit de R\$ 12,8 milhões no exercício, reduzindo o déficit técnico acumulado de R\$ 1,72 bilhão, em 2022, para R\$ 1,71 bilhão, em 2023. Em alinhamento ao que determina a legislação, com o reconhecimento no final de 2023 do ajuste de precificação, que representa os ganhos esperados futuros com os títulos públicos federais contabilizados como marcados na curva, no montante de R\$ 3,59 bilhões, o plano encerrou o exercício com equilíbrio técnico ajustado positivo de R\$ 1,88 bilhão.

Em relação ao PPSP-NR, a rentabilidade foi de 11,5% em 2023. Frente ao objetivo de retorno de 9,5%, o resultado das aplicações financeiras também ficou dois pontos percentuais acima do esperado. Desta forma, o retorno líquido dos investimentos foi de R\$ 1,23 bilhão, montante superior em 74% ao registrado no ano anterior (R\$ 706,7 milhões). Do lado do passivo, também houve acréscimo com a alteração da tábua de mortalidade do plano. Neste cenário, a implementação do PED-2022, conjugada com a estratégia de imunização do passivo, foram as principais responsáveis pelo superávit de R\$ 1,29 bilhão no exercício de 2023. Com isso, o déficit técnico acumulado do plano encerrou o ano em R\$ 487 milhões, representando uma redução de 72,6% comparado ao resultado de 2022 (-R\$ 1,78 bilhão). Conforme determina a legislação, com o reconhecimento no final de 2023 do ajuste de precificação, que representa os ganhos esperados futuros com os títulos públicos federais contabilizados como marcados na

Rentabilidade do PPSP-NR

	Valor (em R\$ milhões)	% da carteira	Rentabilidade 2023
Renda fixa	9.780	83,3%	11,95%
Renda variável	957	8,2%	6,75%
Investimento estruturado	62	0,5%	8,12%
Investimento imobiliário	732	6,2%	18,24%
Operações com participantes	164	1,4%	10,47%
Investimento no exterior	47	0,4%	-2,42%
Total	11.741	100,0%	11,47%
Objetivo de retorno			9,47%
Total 2019-2023			53,37%

curva, no montante de R\$ 908 milhões, o plano encerrou o exercício com equilíbrio técnico ajustado positivo de R\$ 421 milhões.

A rentabilidade do PPSP-R e do PPSP-NR foi impulsionada pela renda fixa, com valorização de 11,7% e 11,9%, respectivamente, resultado das nossas estratégias em títulos públicos federais e o patamar ainda elevado da taxa básica de juros. O segmento de renda variável, por sua vez, rendeu 8,28% no caso do PPSP-R e 6,75% no PPSP-NR, refletindo as características da carteira de cada um dos planos.

Outro destaque positivo foi a carteira de investimentos em imóveis, beneficiada pelo início do ciclo de cortes na taxa básica de juros. A rentabilidade no segmento foi de 18,2% em ambos os planos, puxada pelas estratégias que vêm sendo direcionadas para redução da vacância, desinvestimentos e diversificação de portfólio por meio de fundos imobiliários.



Confira mais gráficos e tabelas dos planos na página especial de resultados no Portal Petros

PP-3 supera objetivo de retorno pela primeira vez

Criado em 2021 como alternativa de previdência complementar na modalidade de contribuição definida, que foi oferecida para migração voluntária dos ativos e assistidos do PPSP-R e do PPSP-NR, o Plano Petros-3 apresentou em 2023 rentabilidade de 15,5% nos investimentos e, pela primeira vez, superou seu objetivo de retorno, de 15,3%.

Com o desempenho, o retorno líquido dos investimentos foi de R\$ 512 milhões, montante 158% superior ao registrado no ano anterior (R\$ 198,1 milhões). O patrimônio do plano fechou com um montante de R\$ 3,83 bilhões, aumento de 10% em relação ao ano anterior (R\$ 3,48 bilhões). Ao final do exercício, os participantes obtiveram uma valorização de 15,4% na cota patrimonial¹, que representa o percentual de retorno líquido para o plano. Como o resultado superou o índice de referência, de 8,81% (IPCA + 4%), caso a rentabilidade se mantenha acima da meta, pode contribuir positivamente para a revisão dos benefícios, que ocorre em junho.

Como num plano de contribuição definida o benefício é sempre ajustado de acordo com o saldo de conta individual, o PP-3 encontra-se equilibrado, em conformidade com a legislação vigente.

O destaque dos investimentos do PP-3 foi a renda fixa, que representa a maior parcela da carteira do plano e apresentou rentabilidade de 15,6% em 2023, refletindo nossas estratégias em títulos públicos federais e o patamar ainda elevado

Rentabilidade do PP-3

	Valor (em R\$ milhões)	% da carteira	Rentabilidade 2023
Renda fixa	2.514	66,4%	15,64%
Renda variável	397	10,5%	15,16%
Investimento estruturado	493	13,0%	9,36%
Investimento imobiliário	134	3,5%	18,24%
Operações com participantes	140	3,7%	51,41%
Investimento no exterior	110	2,9%	-2,94%
Total	3.788	100,0%	15,53%
Objetivo de retorno			15,30%
Total 2019-2023			18,06%

* Plano iniciado em 2021

da taxa básica de juros. A renda variável também contribuiu para o resultado, valorizando 15,2%, puxada pela boa performance da Bolsa de Valores. Outro destaque foi a carteira de investimentos em imóveis, com rentabilidade de 18,2% em 2023. Os empréstimos tiveram papel importante para o plano bater a meta, com alta de 51,41%, por conta da recuperação de contratos inadimplentes.

Nota 1 - Cota patrimonial: permite apurar a participação individual no patrimônio total do plano de benefícios

Resultados dos demais planos

As informações completas e detalhadas sobre o resultado dos nossos planos de benefício estão disponíveis nos anexos deste Relatório Anual. Você encontra nas publicações o parecer atuarial, o demonstrativo de investimentos e as demonstrações contábeis de cada plano. Os documentos encontram-se separados por modalidade,

com anexos para benefício definido, contribuição variável e contribuição definida, além de um específico para reunir os planos instituídos. Confira abaixo a rentabilidade dos demais planos em 2023.

Resultado dos investimentos dos demais planos

	Renda fixa	Renda variável	Investimento estruturado	Investimento imobiliário	Operações com participantes	Investimento no exterior	Investimento total	Objetivo do retorno
PPSP R Pré-70	11,48%	-	-	-	11,67%	-	11,49%	8,81%
PPSP NR Pré-70	11,48%	-	-	-	12,05%	-	11,50%	8,81%
Arlanxeo Prev	11,19%	19,51%	7,25%	-3,58%	11,19%	-1,66%	10,78%	9,58%
Nitriflex / Arlanxeo	11,29%	22,71%	-63,57%	8,51%	11,49%	-1,58%	10,67%	9,04%
Ultrafertil	14,29%	12,93%	4,94%	-0,02%	11,04%	-1,66%	13,61%	9,56%
PGA	13,78%	10,11%	8,87%	9,23%	-	-3,51%	13,03%	8,81%
Copesul	13,02%	-	-	-	-	-	13,02%	-
PQU	13,02%	-	-	-	-	-	13,02%	-
Braskem	13,02%	-	-	-	-	-	13,02%	-
Misto Sanasa	13,19%	22,87%	9,23%	-	11,84%	-3,48%	13,85%	8,01%
FlexPrev	13,82%	19,21%	9,03%	17,38%	7,52%	-3,43%	13,74%	15,30%
Planos CDs	14,52%	20,77%	8,92%	-	17,55%	-2,77%	14,07%	15,30%



Alcides Brasil, aposentado do PPSP-R Pré-70

PPSP-R Pré-70

O PPSP-R Pré-70 registrou rentabilidade de 11,5% em 2023, quase três pontos percentuais acima do objetivo de retorno (8,8%). Com o desempenho, o retorno líquido dos investimentos foi de R\$ 527,9 milhões, montante 52,8% superior ao registrado no ano anterior (R\$ 345,5 milhões).

PPSP-NR Pré-70

O PPSP-NR Pré-70 teve rendimento de 11,5%, quase três pontos percentuais acima do objetivo de retorno de 8,8%. O retorno líquido dos investimentos foi de R\$ 308,4 milhões, montante 48,2% superior ao registrado no ano anterior (R\$ 208,1 milhões).

Arlanxeo Prev

O plano Arlanxeo Prev fechou 2023 com rentabilidade de 10,8%, acima do objetivo de retorno (9,6%). O retorno líquido dos investimentos foi de R\$ 114,7 milhões, montante 30,7% superior ao do ano anterior (R\$ 87,7 milhões). Apesar do bom resultado, o passivo do plano

Acordo Planos Pré-70

Em função de acordo com regras específicas que regem a relação dos participantes com o PPSP-R Pré-70 e o PPSP-NR Pré-70, a Petrobras assume possíveis compromissos estabelecidos com esses planos. Assim, ambos permanecem em equilíbrio técnico.

aumentou, principalmente devido ao reajuste dos benefícios acima do previsto e ao impacto de demandas judiciais, levando o plano a encerrar o exercício com déficit de R\$ 27,94 milhões. Dessa forma, houve aumento do déficit técnico acumulado, de R\$ 122,73 milhões em 2022 para R\$ 150,7 milhões em 2023. Por outro lado, o processo de imunização da carteira permitiu a contabilização dos ganhos esperados futuros com os títulos públicos federais marcados na curva (ajuste de precificação) de R\$ 85,1 milhões, levando o plano a encerrar o exercício de 2023 com um equilíbrio

técnico ajustado negativo de R\$ 65,6 milhões. Ainda assim, a situação financeira-atuarial ultrapassou o limite técnico permitido por lei, sendo necessário estudar um plano de equacionamento. O plano de equacionamento do resultado deficitário de 2023 será objeto de estudo no decorrer de 2024 e todos os participantes serão devidamente comunicados.

Nitriflex

O plano Nitriflex registrou rentabilidade de 10,7% em 2023, superando em quase dois pontos percentuais o objetivo de retorno de 9%. O retorno líquido dos investimentos foi de R\$ 17,5 milhões, acima do registrado no ano anterior (R\$ 17,1 milhões), levando o plano a registrar superávit de R\$ 1,1 milhão no exercício e equilíbrio técnico acumulado positivo de R\$ 37 milhões. Considerando as novas regras sobre destinação de superávits acumulados (Resolução Previc 23/2023) e por se tratar do quarto ano consecutivo de formação de reserva especial do plano, serão realizados estudos ao longo de 2024

para avaliar a possibilidade de destinação desses recursos aos participantes do plano. Vale lembrar que, desde fevereiro de 2022, o plano está distribuindo o superávit relativo ao exercício de 2019.

Plano Petros Ultrafértil

O Plano Petros Ultrafértil rendeu 13,6% em 2023, acima do objetivo de retorno (9,6%). Com o desempenho, o retorno líquido dos investimentos foi de R\$ 61,9 milhões, montante 28,5% superior ao registrado no ano anterior (R\$ 48,2 milhões). Apesar do resultado dos investimentos, o plano encerrou o exercício de 2023 com um resultado deficitário no período, motivado especialmente pela elevação do passivo atuarial decorrente de demandas judiciais. O plano conta com duas patrocinadoras e possui patrimônio contabilizado de forma independente. Para a patrocinadora Mosaic, o resultado foi deficitário no exercício em R\$ 15,7 milhões, encerrando com um déficit técnico acumulado de R\$ 32,7 milhões e um equilíbrio técnico ajustado negativo de R\$ 21,7 milhões. Neste caso, a situação financeira-

O retorno líquido dos investimentos do plano Ultrafértil foi de R\$ 61,9 milhões, montante 28,5% superior ao ano anterior.

10,7%



foi a rentabilidade do plano Nitriflex em 2023, superando em quase dois pontos percentuais o objetivo de retorno de 9%.



R\$ 53,1 milhões

de retorno líquido dos investimentos do Plano Misto Sanasa.



50%

foi o aumento do retorno líquido em comparação a 2022.



R\$ 2,2 milhões

de superávit no exercício de 2023.

atuarial não ultrapassa o limite permitido por lei, desta forma, não será preciso um novo equacionamento. Já para a patrocinadora VLI, o resultado no exercício foi deficitário em R\$ 724 mil, com déficit técnico acumulado em R\$ 1,7 milhão e equilíbrio técnico ajustado negativo de R\$ 1,4 milhão. Neste caso, a situação financeira atuarial superou o limite permitido por lei, sendo necessário estudar no decorrer de 2024 um plano de equacionamento para o déficit de 2023 e todos os participantes serão devidamente comunicados.

Plano Misto Sanasa

O plano Misto Sanasa fechou ano com valorização de 13,85%, quase seis pontos percentuais acima do objetivo de retorno (8%). Assim, o plano teve retorno líquido de R\$ 53,1 milhões nos investimentos, 50% acima do registrado no ano anterior (R\$ 35,4 milhões). Ao final do exercício, os participantes do plano obtiveram uma valorização de 13,3% na cota patrimonial¹, que representa o percentual de retorno líquido para o plano. Considerando o resultado dos

investimentos e a atualização do passivo pela meta atuarial (taxa de juros + IPCA), o plano registrou superávit no exercício de R\$ 2,2 milhões, encerrando o ano de 2023 com equilíbrio técnico negativo de R\$ 20,9 milhões. Seguindo o que determina a legislação, com o reconhecimento do ajuste de precificação, que representa os ganhos esperados futuros com os títulos públicos federais contabilizados como marcados na curva, de R\$ 17,1 milhões, o plano encerrou o exercício com equilíbrio técnico ajustado negativo de R\$ 3,8 milhões.

Nota 1 - Cota patrimonial: permite apurar a participação individual no patrimônio total do plano de benefícios

FlexPrev

O plano FlexPrev apresentou rendimento de 13,7% em 2023, abaixo do objetivo de retorno de 15,3%. O retorno líquido dos investimentos foi de R\$ 117,2 milhões, resultado superior ao registrado no ano anterior (R\$ 15,5 milhões). O patrimônio do plano fechou com um montante de R\$ 1,11 bilhão, aumento de cerca de 7% em relação ao ano anterior (R\$ 1,04 milhão). Como num plano de contribuição definida o benefício é sempre ajustado de acordo com o saldo de conta individual, o FlexPrev encontra-se equilibrado, em conformidade com a legislação vigente. Ao final do exercício, os participantes desse plano obtiveram uma valorização de 12,9% na cota patrimonial¹. Como o resultado superou o índice de referência, de 8,81% (IPCA+4%), caso a rentabilidade se mantenha acima da meta, pode contribuir positivamente para a revisão dos benefícios, que ocorre em junho.

7% 
de aumento do patrimônio do plano em 2023, quando comparado a 2022.

R\$ 117,2 milhões
de retorno líquido dos investimentos.

Nota 1 - Cota patrimonial: permite apurar a participação individual no patrimônio total do plano de benefícios.



Clique nos tópicos
para acessar a página

MEDIDAS DE GESTÃO

- 57 Petros Mais Perto de Você
- 62 Governança
- 72 Gestão dos investimentos
- 76 Previdência
- 84 Gestão administrativa e de tecnologia
- 89 Transparência

6



MEDIDAS DE GESTÃO

Assumimos a Petros em julho de 2023 com uma série de desafios e o compromisso de realizar uma gestão participativa, construída sob três pilares: a aproximação com participantes e patrocinadoras, o fortalecimento da governança da Fundação e a busca por uma solução para o equacionamento. Desde então, lançamos o programa “Petros Mais Perto de Você”, uma marca da nossa gestão, assim como avançamos em uma série de ações nas frentes de governança, gestão de investimentos, previdência, tecnologia, finanças e transparência. Confira a seguir o resumo das principais medidas.



Nossa gestão está baseada em três grandes eixos: aproximação com participantes e patrocinadoras, fortalecimento da governança e busca por uma solução para o equacionamento.

Da esquerda para a direita: presidente da Petros, Henrique Jäger, e o diretor de Seguridade, Marco Aurelio Viana



Programa inédito de aproximação com os participantes

A aproximação com participantes, patrocinadores, entidades representativas e com o público interno é um dos eixos centrais da atual administração. Com esse propósito, lançamos o “Petros Mais Perto de Você”, um programa inédito que reúne uma série de iniciativas para o fortalecimento da comunicação, relacionamento e transparência.

Atendimento presencial

Para oferecer uma maior aproximação com nossos participantes, vamos retomar o atendimento presencial. Está prevista para junho de 2024 a abertura de um posto no Rio de Janeiro (RJ), cidade com a maior concentração de ativos e assistidos. Para garantir ainda mais conforto e proximidade, os atendimentos serão realizados mediante agendamento prévio, possibilitando que as demandas sejam previamente avaliadas por nossa equipe. O atendimento será realizado em um novo espaço, que passará por adaptações, no edifício Porto Brasilis, onde está localizada a sede da Petros, no Centro do Rio de Janeiro.

Além disso, lançamos, em novembro de 2023, um projeto piloto de atendimento por videochamada, para tornar o relacionamento com os participantes ainda mais próximo, transparente e ágil. Na fase inicial, as videochamadas estão sendo destinadas a demandas mais complexas de forma ativa pela nossa equipe de atendimento. A capacidade será ampliada gradativamente para atender a todos os participantes.



Maria Fernanda Ramos, empregada da Petros

Encontros presenciais

O “Petros Mais Perto de Você” inclui a realização de uma série de encontros em diferentes cidades do país, de forma a fortalecer o relacionamento e o diálogo com nossos participantes. Os encontros acontecem ao longo do ano, para abordar assuntos como resultados, performance dos investimentos e diretrizes de gestão. Em 2023, o nosso Presidente, Henrique Jäger, se reuniu com participantes em diferentes regiões do país, como Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia e Minas Gerais. Como temos um compromisso com a redução de custos administrativos, as reuniões são em locais cedidos por patrocinadores e entidades representativas.



Série de encontros promovidos pela gestão da Petros com patrocinadores, participantes e representantes de trabalhadores, como Federação Sitramico (foto 1), Repar (2), Sindipetro-MG (3), Sindipetro Caxias (4), Sindipetro-BA (5) e Federação Única dos Petroleiros (6)

Reformulamos as informações contábeis, que agora contam com gráficos e tabelas para facilitar a leitura.



Conheça nossa Política de Comunicação

Transparência

A transparência é um elemento-chave para qualquer instituição, principalmente para um fundo de pensão que gere recursos de terceiros e cuida do futuro de milhares de famílias. Na Petros, a transparência é um compromisso permanente e que vem sendo fortalecido na atual administração. E o “Petros Mais Perto de Você” chegou para solidificar esse compromisso. O programa reúne uma série de ações que visam oferecer mais informações de interesse aos nossos participantes e num formato mais didático.

O nosso compromisso com a transparência está traduzido na nossa Política de Comunicação Institucional, que foi revisada e aprovada pelo Conselho Deliberativo em outubro de 2023, tornando-a mais moderna, em linha com as melhores práticas do mercado.

O documento estabelece as principais diretrizes para disciplinar e orientar as práticas de comunicação da Fundação, fortalecendo sua imagem institucional, sua reputação e seu dever de transparência.

Outra importante medida foi a reformulação das informações contábeis, que agora contam com gráficos e tabelas que tornam a leitura mais fácil. A publicação dos relatórios também está mais ágil, com divulgação logo após a aprovação. O novo formato possibilita a comparação dos dados com os resultados do exercício anterior, permitindo o acompanhamento da evolução ao longo do ano. E, para quem quiser se aprofundar, publicamos o balancete completo, no formato enviado para a Previc.

Parcerias com entidades

Para fortalecer ainda mais nossa capacidade de atendimento, vamos firmar parcerias com associações e sindicatos, oferecendo capacitação para profissionais dessas entidades representativas para o atendimento básico, como esclarecimento de dúvidas ou orientação de encaminhamento de demandas.

No início deste ano, realizamos o projeto-piloto com três entidades. Começamos com a aplicação de uma pesquisa, para compreender as necessidades de cada entidade, e realizamos os treinamentos. A partir desse projeto-piloto, colheremos informações que servirão de insumos para estudos de expansão.

Dessa forma, ampliaremos de forma significativa nossa capacidade de relacionamento, considerando a capilaridade, o vínculo e a proximidade dessas entidades com seus associados.



Universidade Petros

Estamos trabalhando em uma iniciativa inédita no setor de previdência privada, que será um marco para o fortalecimento das nossas ações de desenvolvimento profissional e de educação financeira e previdenciária: a Universidade Petros.

Este projeto, um espaço onde o conhecimento se encontra com a prática, materializa-se em uma plataforma educacional para a oferta de conteúdos dinâmicos e atraentes para os nossos funcionários,

participantes e público em geral. Por meio de métodos pedagógicos cuidadosamente escolhidos, criaremos materiais focados em temas como previdência, investimentos e outros assuntos relevantes.

Nosso objetivo é fortalecer a capacitação dos profissionais da Fundação e expandir a compreensão de nossos participantes sobre a gestão financeira, permitindo que todos possam tomar as decisões mais adequadas ao longo de sua jornada previdenciária.

Comitê consultivo

Com base nas melhores práticas de mercado e buscando uma gestão mais participativa, vamos implementar um comitê consultivo dos planos de benefícios com membros representantes de participantes. O comitê está em fase de implementação, após aprovação pelas instâncias de governança da Fundação, e reunirá profissionais da Petros e representantes dos participantes.

A iniciativa tem como objetivo trazer os participantes, bem como as patrocinadoras, para participarem

ativamente do processo de gestão dos planos. Os membros participarão de reuniões periódicas onde serão divulgados os resultados de investimentos, as avaliações atuariais e os custos administrativos, além das reformas e alterações no regulamento dos planos. Os representantes terão a oportunidade de contribuir e participar em etapas de planejamento, propondo ações que promovam melhorias e que poderão ser implementadas após análise pelas instâncias de governança da Fundação.

GOVERNANÇA

Consolidação da governança da Petros

O fortalecimento da governança é uma das prioridades da Petros, sendo fundamental para assegurar uma gestão transparente, eficiente e responsável do patrimônio da Fundação e de seus participantes. Por isso, perseguimos o aprimoramento contínuo das nossas práticas.

Ao longo de 2023, fortalecemos a nossa estrutura com a criação da Gerência de Governança, Riscos e *Compliance* (GRC), que reuniu as três respectivas áreas de segunda linha, resultando em maior sinergia e uma análise mais ampla dos processos. Ainda que as atividades estejam agora sob uma única gerência executiva, as áreas possuem gerência

setorial específica e autonomia para gerar informações, de modo a atender às demandas de órgãos de governança por pareceres de riscos e de *compliance* de forma independente.

Outra medida implementada foi a revisão do Regimento Interno do Comitê de Investimento (Comin), com objetivo de atender o Relatório de Supervisão Permanente da Previc 2022, excluindo a participação do Diretor de Riscos, Finanças e Tecnologia como membro, seguido pela inclusão da participação de um representante da Gerência de Governança, Riscos e *Compliance* na condição de membro não votante.



Ricardo Teotonio, empregado da Petros

Integridade, Ética e *Compliance*

Investimos cada vez mais em iniciativas para prevenir, detectar e corrigir qualquer desvio ético e temos atuado com o mais absoluto rigor para fortalecer as nossas práticas de governança e de integridade. Em 2023, criamos o Comitê de Integridade e o Comitê de Ética, que passaram a ser responsáveis pelos assuntos relacionados à alta gestão e aos demais empregados, respectivamente. Uma das ações foi a implementação da remodelagem da governança do fluxo de tratamento de denúncias, em linha com as melhores práticas do mercado.

Em 2024, o Comitê de Ética foi ampliado, com a nomeação de novos integrantes. Com a nova estrutura, passou a incorporar os gestores das áreas de Governança, Riscos e *Compliance* e Jurídico da Petros, como membros dedicados, mantendo a ouvidora na coordenação. Também trouxe o gestor de Recursos Humanos e o gerente setorial de *Compliance* como suplentes.

Para promover um ambiente de trabalho saudável, inclusivo e livre de assédios, também lançamos o Comitê de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação. Um compromisso da atual gestão, a iniciativa tem como objetivo garantir aos nossos funcionários um ambiente de trabalho respeitoso, valorizando a igualdade e a diversidade na sua plenitude.

Composto por representantes de diversas áreas estratégicas da Fundação, o comitê vai desenvolver e implementar políticas internas, realizar treinamentos, promover campanhas de conscientização e fortalecer o Canal de Denúncias da Petros como um importante instrumento no combate ao assédio. Além disso, fornecerá apoio integral a eventuais vítimas, garantindo que sejam ouvidas, respeitadas e recebam o suporte necessário.

Lançamos o Comitê de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação.

Junto com a criação do comitê, a Petros publicou sua Política de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação, que visa promover a conscientização, prevenir a ocorrência desses comportamentos prejudiciais e garantir uma resposta adequada em caso de incidentes, assegurando o respeito à dignidade e à integridade de todos os empregados.

Recuperação de recursos

Trabalhamos com absoluto rigor para fortalecer as nossas práticas de governança e de integridade. Nesse sentido, realizamos uma série de esforços para recuperar recursos que possam ter gerado prejuízos para a Fundação no passado. E cumprindo nosso dever fiduciário, seguiremos adotando todas as medidas cabíveis para garantir os direitos da Fundação e de seus participantes.

Uma das frentes mais importantes desses esforços foi a criação de Fundos de Créditos exclusivos de gestão terceirizada, que, desde 2015, recuperaram R\$ 607,1 milhões por meio de acordo ou venda dos créditos em carteira que estão em execução judicial ou extrajudicial. Apenas em 2023, foram recuperados R\$ 15,5 milhões.

Acordo de Leniência da J&F

Atuamos de forma diligente e tempestiva para assegurar o cumprimento do acordo de leniência firmado em 2017 pela J&F, junto ao Ministério Público Federal (MPF), pelo qual a empresa se comprometeu a pagar R\$ 10,3 bilhões a título de multa e ressarcimento. Desse valor, R\$ 1,7 bilhão cabem à Petros e serão pagos ao longo de 25 anos. Até fevereiro de 2024, foram quitados R\$ 133 milhões.

Em dezembro de 2023, uma decisão liminar, no âmbito do Supremo Tribunal Federal (STF), suspendeu provisoriamente o pagamento de multas impostas à J&F. Em fevereiro, a Procuradoria-Geral da República (PGR) recorreu da decisão, solicitando a alteração do relator e a análise do caso em plenário.

Em mais uma medida para proteger o patrimônio dos participantes e garantir o cumprimento do acordo, a Petros ingressou com recurso no STF para reverter a decisão.

Como beneficiária do acordo de leniência, a Fundação tem legitimidade para defender o recebimento dessa obrigação de pagamento. Neste sentido, a nossa equipe jurídica vem atuando e definindo a melhor estratégia para garantir os direitos da Fundação e de seus participantes.

Ranking destaca transparência da Petros entre fundos de pensão

Ficamos acima da média brasileira no *ranking* de transparência da pesquisa *Global Pension Transparency Benchmark* (GPTB), desenvolvida pela consultoria CEM *Benchmarking*, que analisou documentos públicos de 75 fundos de pensão de 15 países. A Petros aparece no *ranking* com 46 pontos, superior à média das cinco instituições brasileiras pesquisadas, que registraram 41 pontos. Na média global, as fundações que participaram da pesquisa registraram 55 pontos.

A pesquisa *Global Pension Transparency Benchmark* é o primeiro *benchmark* global a medir a transparência a partir de divulgações públicas dos fundos de pensão, com foco em quatro pilares: performance, governança, custos e investimentos responsáveis.



Ficamos acima da média brasileira no *ranking* de transparência da pesquisa *Global Pension Transparency Benchmark* (GPTB).

Remuneração variável da Diretoria Executiva

A Petros possui, desde 2005, uma política de remuneração variável de curto prazo para todo o seu quadro profissional, que será mantida para toda a Fundação, inclusive para a Diretoria Executiva. Trata-se de uma prática comum em organizações de grande porte, como a nossa, com o objetivo de atrair e reter profissionais qualificados.

No entanto, com o encerramento do ciclo do Incentivo de Longo Prazo (ILP) 2019-2022, a atual gestão decidiu não

reabrir um novo ciclo para o quadriênio 2023-2026. Também não há previsão para a abertura de um novo ciclo no próximo ano. O programa será agora submetido a uma reavaliação interna.

O ILP é o modelo remuneratório pelo qual os membros da Diretoria Executiva recebiam remuneração variável após o encerramento de um ciclo de quatro anos por atingimento de metas estratégicas e cumprimento de tempo de permanência no cargo.

70% do indicador da meta atuarial em todos os planos da Fundação deve ser atingido para o pagamento da remuneração variável de curto prazo.

Remuneração de curto prazo

A remuneração variável de curto prazo está atrelada ao atingimento de metas pré-estabelecidas, desdobradas do Plano Estratégico da Petros e validadas por diferentes instâncias da nossa governança, que também apuram e validam os resultados de atingimento dessas metas ao fim de cada ano.

Alinhada aos interesses dos nossos participantes, além do Gatilho do Painel de Objetivos Estratégicos (atingimento mínimo de 70%), incluímos em 2023 uma nova condição específica para o pagamento da remuneração variável de curto prazo: o atingimento de, ao menos, 70% do indicador da meta atuarial em todos os planos da Fundação.

Seguindo nosso compromisso com a transparência, informamos que o orçamento estimado de Incentivo de Curto Prazo (ICP) da Diretoria Executiva para 2023 foi de até R\$ 4.733.412,03, incluindo os encargos, valor que poderia ser realizado ou não em função do cumprimento de metas. O valor programado a ser efetivamente pago, com encargos, é de R\$ 1.935.958,52, o que corresponde a menos da metade (41%) do orçamento estimado. Esse montante abrange os membros da Diretoria atual e da gestão anterior, sendo o valor pago proporcional ao tempo de mandato (pelo menos 90 dias) e quando houver atingimento de metas.

Privacidade e proteção de dados

A Petros está fortemente comprometida com a excelência na proteção de dados e em manter os mais altos padrões de segurança e privacidade, tendo como base uma política interna sobre o tema, alinhada às diretrizes de responsabilidade e transparência da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

A segurança das informações e a privacidade dos dados são considerados riscos operacionais e estratégicos significativos na Petros, sendo sua proteção uma responsabilidade essencial e perene, que permeia toda a Fundação. A proteção de dados se reflete não apenas nas práticas cotidianas e na rápida resposta a incidentes, mas também na cultura organizacional e na busca contínua por aprimoramento em nossos processos.

Graças a esse trabalho, a Petros está preparada para atuar proativamente em casos suspeitos de violação de dados e demais incidentes de segurança da informação. Situações suspeitas são conduzidas pelo Encarregado de Proteção de Dados e pelo time de Segurança da Informação, com o suporte das áreas de negócios, seguindo as etapas de avaliações de contenção, correção e lições aprendidas. Em 2023, houve o registro de 18 incidentes e oito reclamações sobre segurança de dados, com classificação de baixo e médio impacto. Todas as ocorrências foram adequadamente gerenciadas, reduzindo possíveis danos e prevenindo a repetição de problemas.

Para reforçar ainda mais nosso compromisso com a segurança e a privacidade dos dados, adotamos uma série de práticas robustas.

Iniciativas em destaque

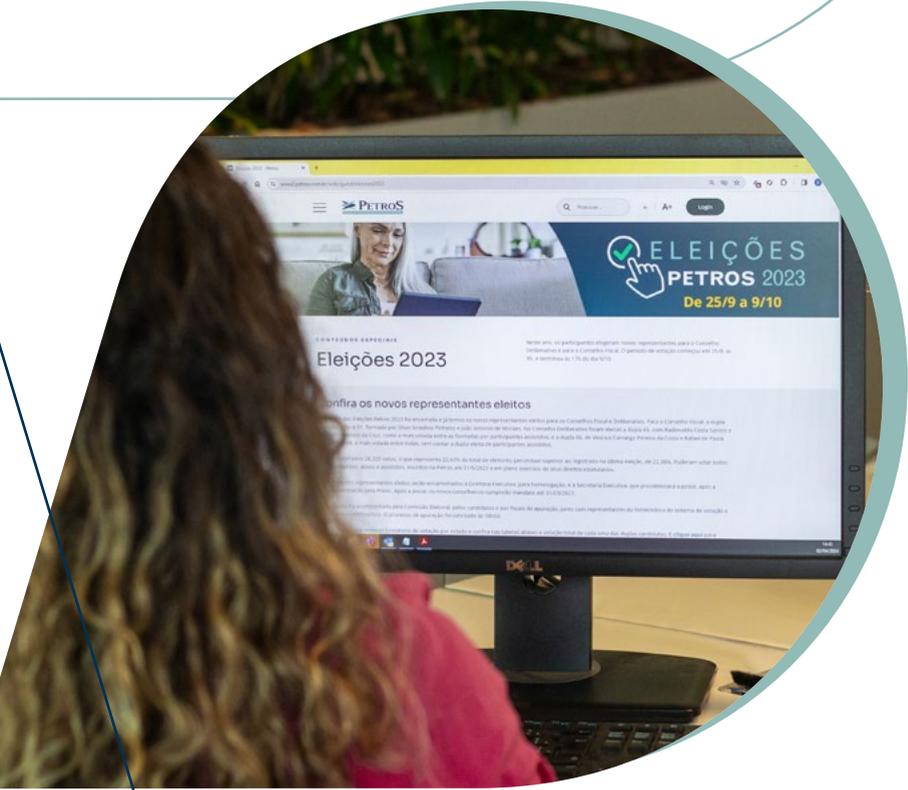
- Ampliação da abrangência de riscos cibernéticos como riscos estratégicos da Fundação;
- Aprovação do Comitê de Segurança da Informação;
- Implementação de ações para amadurecimento do ambiente cibernético frente a normativos internacionais e melhores práticas de mercado;
- Revisão e melhoria de políticas, processos e tecnologias de segurança no âmbito interno e externo da Fundação;
- Conscientização de colaboradores e fornecedores da Fundação por meio de campanhas de treinamento e pílulas de conhecimento.

Treinamento de empregados

380
empregados



100%
participação



Eleições para os Conselhos Deliberativo e Fiscal

Em 2023, realizamos eleições para renovação de dois terços dos membros representantes dos participantes no Conselho Deliberativo e de metade dos representantes de participantes no Conselho Fiscal da Petros. A Comissão Eleitoral, com apoio da Assessoria de Comunicação, ofereceu aos participantes informações sobre o perfil e as propostas das 11 duplas inscritas para a disputa, sendo oito para o Conselho Deliberativo e três para o Conselho Fiscal.

Foram realizados os tradicionais debates entre os candidatos, no formato digital. Além disso, as chapas tiveram a oportunidade de apresentar

suas propostas em vídeo e em texto sobre temas escolhidos pelos próprios participantes. O material foi reunido em um espaço exclusivo no Portal Petros.

No total, foram registrados quase 30 mil votos. As duplas Radiovaldo Costa Santos/Getulio Francisco da Cruz e Vinícius Camargo Pereira da Costa/Rafael de Paula Prado Alvarelli foram eleitas para o Conselho Deliberativo, enquanto a dupla Silvio Sinedino Pinheiro/João Antonio de Moraes foi escolhida para o Conselho Fiscal. Os mandatos dos eleitos começaram em 27/11/2023 e se encerram em 31/03/2027.

Quase 30 mil
votos foram
registrados
no total das eleições.



A Comissão Eleitoral, com apoio da Assessoria de Comunicação, ofereceu aos participantes informações sobre o perfil e as propostas das 11 duplas inscritas para a disputa.

Selos e Certificações

Nosso compromisso com as melhores práticas nos permitiu conquistar o reconhecimento do mercado, com o recebimento de selos e certificações. Confira as principais delas.



PRI

Somos signatários dos Princípios para o Investimento Responsável (PRI, na sigla em inglês), iniciativa de grandes investidores em parceria com a Organização das Nações Unidas (ONU) e em prol do desenvolvimento sustentável, incorporando aspectos ambientais, sociais e de governança (ASG) na tomada de decisão de investimentos. Ao aderir voluntariamente à iniciativa, nos comprometemos em colocar em prática os seis Princípios para o Investimento Responsável. As instituições signatárias do PRI precisam responder, a cada ano, um questionário detalhado sobre como os critérios ASG estão incorporados à gestão de seus investimentos. Na Petros, o processo de adesão ao código teve início em outubro de 2023, quando foi assinada uma declaração de comprometimento de seguir os princípios do PRI.



Código de *Stewardship*

Reiteramos nossa adesão ao Código de *Stewardship* da Associação de Investidores no Mercado de Capitais (Amec) com a publicação do Relatório de *Stewardship* de 2022, que reúne como tratamos os aspectos ambientais e sociais, princípios, valores e iniciativas de governança e de gestão de investimentos. A medida reforça nossos compromissos com o fortalecimento de uma governança de excelência, uma das diretrizes prioritárias que vêm sendo colocadas em prática pela atual gestão. A Petros é aderente ao código desde 2018. A nova versão do relatório mostra a nossa atuação em cada um dos sete princípios previstos no Código de *Stewardship*, incluindo a evolução nos processos de gestão, por meio do constante aprimoramento da governança e dos controles internos nas diferentes áreas da Fundação.



Fitch Ratings

Pelo terceiro ano consecutivo, a nossa gestão de investimentos foi classificada como “forte” pela *Fitch Ratings*, uma das maiores agências de classificação de risco do mundo. A nota concedida é a segunda mais alta da escala de avaliação, com perspectiva de estabilidade. A agência reiterou que a Petros apresenta capacidade de investimento e características operacionais fortes em relação às suas estratégias de investimentos. Também afirmou que contamos com robusta estrutura de governança de investimentos, profissionais qualificados e experientes, assim como controle rígido de gestão de risco e de *compliance*.

Além do desempenho dos investimentos, a *Fitch Ratings* destacou o fortalecimento dos padrões ASG da Petros sob o comando do presidente Henrique Jäger, assim como a manutenção das estratégias da Fundação.

Para atribuir uma nota de qualidade de gestão dos investimentos, a agência de classificação de riscos considerou cinco pilares de avaliação: recursos de investimento; gestão de riscos; desempenho de investimento; processo de investimento; e companhia e atendimento aos clientes.

No pilar de “recursos de investimento”, que recebeu nota máxima, a *Fitch* reiterou que a Fundação conta com estrutura

organizacional “robusta, bem-organizada e segmentada, com transparência nas responsabilidades e controles”. A classificação “excelente” da nossa gestão de riscos reflete, entre outros fatores, a estrutura das áreas de Riscos, Controles Internos, *Compliance* e Auditoria Interna, segregadas da equipe de Investimentos.

Selo *Great Place To Work*



Conquistamos o selo *Great Place To Work* (GPTW) pelo segundo ano consecutivo, refletindo a avaliação positiva dos nossos empregados sobre o clima organizacional e a classificação da Petros como um excelente lugar para se trabalhar. Nesta avaliação, alcançamos um índice de 83% de favorabilidade, superando os 78% registrados no ano anterior.

O selo foi concedido após pesquisa aplicada pela certificadora, que abordou diversas dimensões do ambiente de trabalho, como credibilidade, respeito, confiança e desenvolvimento, revelando o aumento significativo da satisfação em 2023.

O reconhecimento é fruto de diversas iniciativas implementadas para a gestão do clima e a promoção do bem-estar no ambiente de trabalho, como ações de integração e relacionadas à diversidade e inclusão, além de investimento na capacitação dos nossos times.



Selo de Engajamento da Abrapp

Recebemos o Selo de Engajamento da Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (Abrapp) pela terceira vez. A certificação tem como objetivo incentivar o maior engajamento dos colaboradores para enfrentar os desafios impostos pelo cenário atual do setor de previdência complementar e é concedida pela Abrapp com apoio da consultoria NUMERA *People Analytics*, especializada em gestão de pessoas. Em pesquisa realizada entre os dias 17 de outubro e 3 de novembro de 2023, a Petros obteve uma taxa final de adesão de 83,6%, ultrapassando a meta estabelecida e o percentual atingido em 2022, que foi de 80%. O resultado reflete o engajamento e a participação ativa de nossa equipe, demonstrando o comprometimento de todos para criar um ambiente de trabalho cada vez mais saudável e colaborativo, o que contribui para o alcance dos objetivos estratégicos de negócio da Petros.

ISO 31000

NBR ISO 31000

Para fortalecer ainda mais os nossos processos de governança, uma das principais diretrizes da atual gestão, renovamos a certificação NBR ISO 31000:2018, que reconhece a aderência de nossas práticas aos padrões de excelência internacional em gestão de risco. A certificação foi conferida pela auditoria internacional TÜV NORD Group, uma das maiores organizações mundiais de inspeções, certificações e testes, representada pela TÜV NORD Brasil (BRTÜV). A renovação acontece após uma avaliação, realizada pela auditoria internacional no fim de 2023, que atesta a conformidade de nossos processos com as exigências estabelecidas na norma. Com o feito, a Petros segue sendo a única, dentre as cinco maiores fundações do mercado de Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPCs), a possuir essa certificação no Brasil, tornando-a uma referência no segmento quando o tema é gestão de riscos.

GESTÃO DOS INVESTIMENTOS

Políticas de Investimentos 2024-2028 focam em segurança e diversificação

Para manter nossas estratégias de gestão de investimentos adequadas às necessidades de cada plano e em dia com a conjuntura econômica, as Políticas de Investimentos foram revisadas para os próximos cinco anos (2024-2028). Nosso foco está na segurança e proteção do patrimônio dos participantes, assim como na diversificação das carteiras, visando mitigar riscos e aumentar a rentabilidade. O documento foi aprovado pelo Conselho Deliberativo em dezembro de 2023 e divulgado aos participantes no início de 2024.

Cada plano de previdência possui a própria estratégia de investimentos, adequada às suas características, ao nível de maturidade e ao perfil de risco. Planos em fase de acumulação de recursos, como o PP-2 e o FlexPrev, têm maior participação de renda variável na carteira. Planos com participantes em fase de recebimento de benefício, como os PPSPs, têm suas políticas direcionadas a honrar com os fluxos previstos de pagamentos.

Nosso foco está na segurança e proteção do patrimônio dos participantes, assim como na diversificação das carteiras, visando mitigar riscos e aumentar a rentabilidade.



Estratégias para os diferentes segmentos

Responsável pela maior parcela de alocação de recursos dos nossos planos, a renda fixa permanece com rentabilidade atrativa nos títulos públicos, principalmente considerada a fase inicial do ciclo de redução da taxa básica de juros. Seguiremos atentos a oportunidades neste mercado para a parcela otimizada (não imunizada) dos planos, inclusive avaliando ativos de crédito de alta liquidez, estratégias atreladas ao CDI e IPCA+.

Para a renda variável, manteremos o foco na diversificação do portfólio e no modelo de alocação de recursos via fundos de gestão ativa, que oferecem agilidade para aproveitar oportunidades de mercado, com objetivo de buscar o melhor retorno aos investimentos.

No segmento imobiliário, daremos continuidade à estratégia de investimentos via Fundos de Investimento Imobiliário (FIIs) e de redução da vacância da carteira de imóveis. Também estamos atentos a oportunidades de desinvestimentos, visando a

adequação à Resolução CMN 4994 do Banco Central, que estabelece prazo até 2030 para a venda de ativos ou sua transferência para fundos imobiliários.

Em relação aos investimentos estruturados, seguiremos atuando na readequação da carteira de Fundo de Investimentos em Participações (FIPs), de acordo com o perfil dos planos, e no fortalecimento da governança para conferir maior segurança e robustez a essa classe de ativo, alinhada às melhores práticas da indústria no mundo. Como parte desse trabalho, a Petros está estudando a possibilidade de realizar projeto piloto em FIPs, especificamente nos planos PP-2, FlexPrev, Misto Sanasa e no Plano

de Gestão Administrativa (PGA). Qualquer alocação, porém, dependerá de uma série de critérios técnicos e rigorosas análises de mercado e de risco, e precisará, ainda, passar por amplo processo de aprovações das instâncias de governança: Comitê de Investimentos (Comin), Diretoria Executiva e Conselho Deliberativo da Petros. Para os demais planos, seguem vedadas as alocações em FIPs.

Em investimentos no exterior, que buscam a proteção das carteiras por meio da descorrelação com ativos locais, a Petros vem realizando estudos para as alocações em *hedge funds* globais, visando retorno em qualquer cenário econômico e de mercado.



Para a renda variável, manteremos o foco na diversificação do portfólio e no modelo de alocação de recursos via fundos de gestão ativa, que oferecem agilidade para aproveitar oportunidades de mercado, com objetivo de buscar o melhor retorno aos investimentos.

Estratégias

baseadas em diversificação têm sido um diferencial na gestão de investimentos na Petros.

 **27,15%**
de rentabilidade acumulada na carteira de Fundos de Investimentos Imobiliários (FIIs).

R\$ 395 milhões
investidos em seis fundos imobiliários listados na B3.

Carteira de fundos imobiliários é destaque de rentabilidade

As estratégias da Petros baseadas em diversificação têm sido um diferencial na gestão de investimentos. Um dos principais destaques da Fundação ao longo de 2023 foi a carteira de Fundos de Investimentos Imobiliários (FIIs), com rentabilidade acumulada de 27,15% no ano. O desempenho é superior a importantes indicadores de mercado, como o Certificado de Depósito Interbancário (CDI), que acumulou alta de 13,04%, e o Índice de Fundos de Investimentos Imobiliários (IFIX), que subiu 15,50% no período.

Nossa carteira de fundos imobiliários listados e de maior liquidez foi formada a partir da seleção e compra de cotas de FIIs em Bolsa de Valores, de forma a diversificar os nossos investimentos. Além de analisar o histórico dos

gestores, a seleção buscou fundos que investissem em ativos reais, os chamados fundos de “tijolo”, que se contrapõem aos fundos de “papel”, que direcionam o patrimônio para aplicações financeiras do setor imobiliário, como os Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRIs).

A partir dessa escolha criteriosa, a Petros selecionou cotas de fundos com portfólio de shoppings centers, considerados mais resilientes no longo prazo e que tendem a repassar ao cotista, com mais celeridade, os benefícios de uma retomada econômica do país. Posteriormente, a estratégia foi expandida para FIIs que aplicam também nos segmentos de lajes corporativas, sempre com o objetivo de selecionar ativos bem localizados e com bons locatários.

A carteira da Petros é composta hoje por seis fundos imobiliários, todos listados na B3, com montante investido em torno de R\$ 395 milhões.

Em outra frente, conseguimos reduzir o índice de vacância da carteira de imóveis investidos diretamente pela Fundação, atualmente em torno de 19%, uma queda de 23 pontos percentuais desde o fim de 2019, somando mais de 122 mil m² de área ocupada. Foram implementados importantes aprimoramentos na área, o que incluiu a desburocratização de procedimentos, permitindo maior competitividade dos ativos no mercado, até a criação de novas estratégias, desenhadas especialmente para cada ativo da carteira, e peças de *marketing*.

Projeções: Petros marca posição no Top 5 do Banco Central

As projeções macroeconômicas da Petros, essenciais para a tomada das nossas decisões em gestão de investimentos, foram mais uma vez reconhecidas pela assertividade. Em 2023, ocupamos lugar de destaque no *ranking* anual do Banco Central (BC), desta vez com o 3º lugar no Top 5 do IGP-M, um dos principais indicadores de inflação do mercado.

No *ranking* elaborado pelo Ministério da Fazenda, o Prisma Fiscal, conquistamos o 1º lugar na categoria receita líquida do governo central no *ranking* anual de curto prazo. Além disso, aparecemos nos *rankings* anuais de longo prazo na categoria de arrecadação das receitas federais (5º lugar), receita líquida do governo central (4º lugar) e dívida bruta do governo geral (4º lugar).

Ao longo do ano, a Petros também ocupou espaço em relatórios de outras instituições. Fomos o segundo lugar no *Ranking Broadcast* Projeções Top 10 Geral do segundo trimestre, realizado pela AE Dados, da Agência Estado. O *ranking* considera as projeções que mais se aproximaram de sete indicadores divulgados no período: IPCA, IGP-M, Selic, câmbio, saldo da balança comercial, relação dívida/PIB e PIB.

As projeções feitas pelas equipes técnicas são fundamentais para balizar as estratégias de investimentos, contribuindo para o processo decisório de alocação de recursos e para o bom desempenho dos investimentos.

PREVIDÊNCIA

PP-2: regulamento mais moderno e atrativo

Maior plano na modalidade de contribuição variável do país, com mais de R\$ 40 bilhões em patrimônio, o PP-2 ficou mais moderno e atrativo após mudanças em seu regulamento, que agora oferece mais opções aos participantes. Todos os direitos e benefícios do regulamento original foram mantidos, mas novos itens foram incorporados para oferecer um leque maior de formatos para recebimento de benefícios e institutos, entre outras vantagens.

As mudanças foram embasadas em amplos estudos técnicos e aprovadas nas instâncias de governança da Fundação e na Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc). Com a modernização, reforçamos nosso compromisso com o fortalecimento do PP-2, para que o plano mantenha sua sólida trajetória de crescimento e seu lugar de liderança.



Sergio Martinho, participante ativo do PP-2

Principais mudanças



Mais opções para recebimento de benefícios

Além da renda vitalícia e por prazo indeterminado, já previstas no antigo regulamento, foram incluídos dois novos formatos para escolha pelos participantes: renda por prazo determinado e por percentual do saldo de conta.



Saque no momento da aposentadoria

No momento do requerimento da aposentadoria normal ou por invalidez, o participante pode sacar até 15% do somatório das subcontas Básica, Variável, Especial e Serviço Passado, como forma de antecipação de benefício.



Perfis de investimento

O novo regulamento prevê a criação de diferentes perfis de investimento, para que cada participante escolha entre perfis mais arrojados e conservadores. Os critérios e limites de alocação ainda serão definidos.



Confira todas as mudanças no regulamento



Mais opções para quem deixar a patrocinadora

Participantes que deixarem a patrocinadora e quiserem se manter no plano, com o autopatrocínio ou o Benefício Proporcional Diferido, também têm mais facilidades, como a suspensão temporária da contribuição variável. E quem desejar sair do plano poderá resgatar o saldo das contribuições da patrocinadora, com percentual variando de acordo com o tempo de permanência no plano.

PPSP-R e NR para a Vibra Energia

Atendendo a uma solicitação da patrocinadora Vibra Energia, demos início ao processo de cisão dos planos PPSP-R e PPSP-NR para separar o grupo de participantes e assistidos e o patrimônio relacionados à Vibra Energia das demais patrocinadoras. Serão criados dois novos planos, PPSP-R Vibra e PPSP-NR Vibra, para abrigar exclusivamente os participantes ligados à patrocinadora.

A cisão não altera regras, obrigações e direitos. Os regulamentos, tanto do PPSP-R e do PPSP-NR, como dos novos

planos, PPSP-R Vibra e PPSP-NR Vibra, serão os mesmos, apenas com ajustes relacionados às patrocinadoras e ao processo de cisão.

O processo ainda está em fase inicial e precisa ser aprovado pelas instâncias de governança da Petros, pelas patrocinadoras, pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Sest) e pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) para entrar em vigor.

Priorização de grandes planos

Em 2023, demos continuidade à estratégia de priorização de planos que possuem mais participantes e maior volume de recursos. Desde o início desse trabalho, em 2021, nove planos tiveram sua administração transferida para outras entidades. Além deles, outros 35 patrocinadores/instituidores estão em processo de retirada e seis planos estão em processo de transferência e/ou incorporação.

A priorização dos grandes planos faz parte de uma estratégia para oferecer maior eficiência administrativa e simplificar processos. Apesar de

serem de pequeno porte, esses planos exigem a mesma dedicação das nossas equipes, como a elaboração de pareceres atuariais e o desenvolvimento de sistemas tecnológicos próprios.

Os processos de retirada são conduzidos com total transparência. Oferecemos aos participantes desses planos opções de transferência de gestão para outras entidades previdenciárias. E até a conclusão da transferência de gestão ou encerramento dos planos, todos os ativos e assistidos desses planos seguem sendo participantes da Petros, com todos os direitos e deveres garantidos.

Equacionamento do PPSP-NR

O Conselho Deliberativo aprovou, em outubro de 2023, um Plano de Equacionamento do Déficit para o resultado de 2022 do PPSP-NR. O equacionamento é uma obrigação legal, prevista na resolução CNPC 30/2018, para assegurar a saúde financeira dos planos de benefícios.

Após a aprovação do PED 2022, foi publicada a resolução CNPC/MPS nº 58/2023, que abria a possibilidade, excepcional, de incorporar o resultado de 2023 no cálculo do equacionamento do déficit de 2022. Após estudos aprofundados sobre os impactos da adoção da nova regra, concluiu-se que a postergação do PED não retiraria a obrigação de um novo plano de equacionamento, visto que, apesar de positivo, o resultado dos investimentos em 2023 não seria suficiente para retirar o PPSP-NR do limite obrigatório para equacionamento. Assim, foi mantida a decisão de aplicação do PED 2022, preservando a solvência e saúde financeira do plano.

A atual gestão está trabalhando para reduzir o risco de novos déficits e aumentar, significativamente, a estabilidade do resultado. Uma das estratégias adotadas para isso é o processo de imunização já concluído que, aliado a uma política de investimento conservadora para os planos de benefício definido, trazem maior segurança e previsibilidade de retorno aos investimentos.

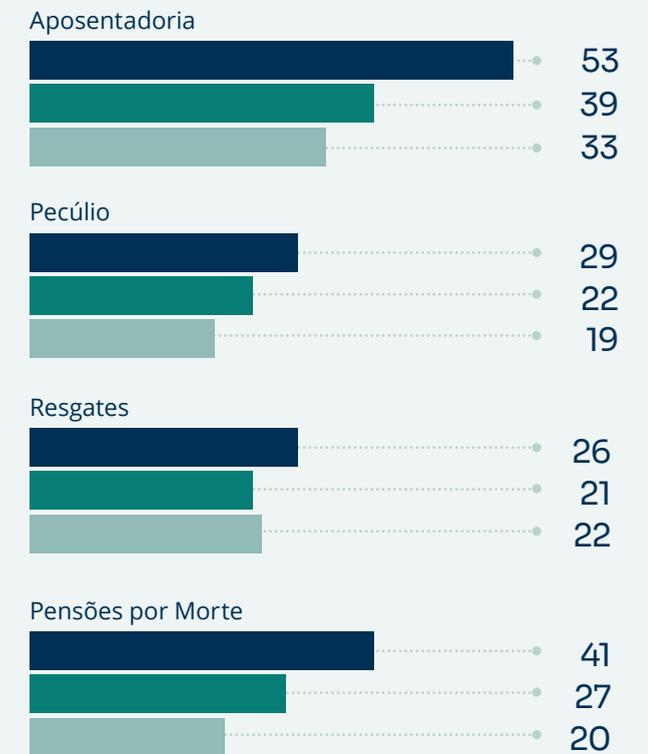
Redução no prazo de concessão de benefícios

Como resultado do trabalho de modernização de nossos sistemas e processos, reduzimos o tempo médio de concessão de benefícios. Para aposentadorias, por exemplo, o tempo médio entre o requerimento e o pagamento diminuiu de 53 dias, em 2021, para 33 dias em 2023.

Para pensões por morte, conseguimos reduzir esse tempo pela metade, de 41 para 20 dias. Essa melhoria se deve, principalmente, à digitalização de formulários dos principais planos, que oferecem maior comodidade aos participantes e agilizam a conferência inicial dos dados e da documentação.

Tempo médio de concessão de benefícios

Em número de dias



2021

2022

2023



Rita Andrade, empregada da Petros

Mais de
14.600

avaliações foram recebidas em 2023, das quais 73% atribuíram notas de 9 a 10 para o atendimento da Fundação.

Mais qualidade no atendimento ao participante

Consolidamos significativos avanços na área de relacionamento da Petros ao longo de 2023, resultado de uma abordagem estratégica e comprometida com a excelência em nossos canais. Com isso, o nosso atendimento cresceu pelo segundo ano consecutivo na pesquisa *Net Promoter Score* (NPS) passando de 58 para 60 pontos, se mantendo na chamada "zona de qualidade".

Essa pesquisa, amplamente utilizada pelo mercado, é uma ferramenta importante para ouvir e nos aproximar ainda mais dos participantes, uma das principais diretrizes da atual gestão. Com base nas avaliações recebidas, assim como em outros insumos, identificamos oportunidades de melhoria e buscamos cada vez mais um atendimento de excelência. Em 2023, recebemos mais de 14.600 avaliações, das quais 73% atribuíram notas de 9 a 10 para o atendimento da Fundação.

Além da evolução da NPS, tivemos diversas melhorias nos indicadores de performance e qualidade de nossos canais, fruto de medidas implementadas ao longo de 2023, reforçando a cultura centrada no participante. A digitalização de processos, como os pedidos de pecúlio e aposentadoria pelo Portal Petros e aplicativo, trouxe mais agilidade e praticidade.

Ampliamos os treinamentos presenciais e virtuais realizados pela nossa equipe de qualidade através do Programa de Encantamento para os Operadores do Atendimento. O objetivo é fortalecer o relacionamento e proporcionar cada vez mais uma experiência que encante o participante.

Essas ações resultaram em uma melhora na experiência do participante nos canais de relacionamento, refletindo também na redução da taxa de abandono no *chat*. No 0800, tivemos um ligeiro aumento no tempo de espera, gerado por um atendimento mais personalizado e picos pontuais de demanda ao longo de 2023.

Para 2024, seguiremos aprimorando a qualidade do nosso relacionamento com o participante, a partir da implementação do atendimento presencial no Rio de Janeiro (RJ), da continuidade do piloto de atendimento por videochamada e do lançamento do programa Petros Itinerante, iniciativas que integram o programa "Petros Mais Perto de Você" ([veja mais na página 57](#)).

Ouvidoria da Petros completa 20 anos

Pioneira entre as Entidades Fechadas de Previdência Complementar, a Ouvidoria da Petros completou 20 anos de atuação em maio de 2023. Parte fundamental no sistema de integridade da Petros, a Ouvidoria é um órgão independente, diretamente ligado ao Conselho Deliberativo, que trabalha com autonomia, imparcialidade

e confidencialidade no tratamento das demandas para ajudar todos os públicos de interesse da Fundação, sejam eles internos ou externos.

Em duas décadas de existência, o órgão passou por diversas fases e desenvolveu um modelo de

atuação que vai além do tratamento de manifestações agravadas e denúncias. Atualmente, atua no Comitê de Ética, no Comitê de Integridade e no Comitê de Prevenção e Combate aos Assédios Moral e Sexual e qualquer tipo de Discriminação, além de fazer parte do Grupo de Trabalho de Diversidade & Inclusão da Petros.

A Ouvidoria atua no tratamento de manifestações agravadas, ou seja, reclamações e pedidos de esclarecimentos, além de tratar sugestões, elogios e questões relacionadas ao público interno e denúncias. Em 2017, o órgão tornou-se responsável pela implementação e gestão do Canal de Denúncias. Em 2023, com a formalização do novo modelo de fluxo de tratamento denúncias, absorveu o Setor de Apurações.

A Ouvidoria é um órgão independente que trabalha com autonomia, imparcialidade e confidencialidade no tratamento das demandas para ajudar todos os públicos de interesse da Fundação.



Time da Ouvidoria, com troféus do Prêmio Ouvidorias Brasil. Da esquerda para direita, em cima: Juliana Maia, Barbara Silveira, Felipe Sales, Juliana Garrido, Tatiana Vasconcelos e Silvia Yared. Embaixo: Glauce Cerca, Natanna Pinto, Luciane Brites, Danielle Ventura, Larissa Correa e Livia de Paula

Essas e outras iniciativas têm como objetivo buscar soluções para as demandas apresentadas pelos participantes. A partir destas tratativas, a Ouvidoria sugere melhorias para os processos internos da Petros, confirmando seu papel estratégico.

Em 2023, pela primeira vez em mais de 20 anos de existência, a nossa Ouvidoria recebeu o troféu vermelho do Prêmio Ouvidorias Brasil, concedido pela ABRAREC (Associação Brasileira da Relações Empresa Cliente), o mais alto reconhecimento de desempenho e excelência nessa área, destacando-se entre as empresas participantes.

O case vencedor, intitulado "Ouvidoria como Pilar da Governança: Tratamento de Denúncias e seu Impacto na Integridade, Transparência, Maturidade e Responsabilidade Social", destacou as inovações e melhorias implementadas por nossa Ouvidoria. A modernização do tratamento de denúncias, o fortalecimento da governança e a criação de medidas de proteção ao denunciante foram alguns dos destaques que contribuíram para o sucesso do *case*.

Ação educativa reduz número de atendimentos na Ouvidoria

A Ouvidoria da Petros atua em parceria com diversas áreas da Fundação em busca de soluções para demandas que já passaram pela nossa Área de Relacionamento, mas que, por algum motivo, tiveram respostas consideradas insatisfatórias pelo participante ou cujos prazos de resposta expiraram.

Em 2023, a nossa Ouvidoria realizou ações educativas para disseminar o entendimento, entre os participantes, sobre as situações em que pode ser acionada. Como resultado da iniciativa, a área recebeu 3.171 demandas em 2023, uma redução de 28% dos registros em relação ao ano anterior.

Esta e outras iniciativas realizadas nos procedimentos internos da Ouvidoria visam garantir a qualidade do tratamento das demandas. Desta forma, embora tenha registrado redução no número de demandas, a Ouvidoria considera que esse resultado reflete o compromisso em fornecer respostas de qualidade, proporcionando a melhor experiência possível aos participantes.

Destaques da Ouvidoria em 2023



Tempo médio de resposta das demandas: **6,6 dias**, sendo até **30 dias** o tempo de resposta

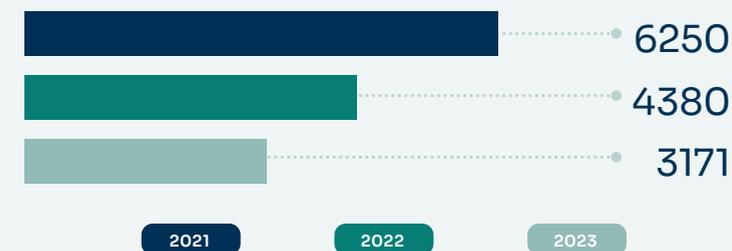


Dos **1.975** protocolos admitidos na Ouvidoria, **98%** foram tratados dentro do prazo legal.



A taxa de resolução de demandas a favor dos participantes foi de cerca de **70%** em 2023.

Ouvidoria (atendimentos)



GESTÃO ADMINISTRATIVA E DE TECNOLOGIA

Inteligência artificial como aliada na gestão dos investimentos

A utilização da tecnologia na gestão dos investimentos também foi destaque em 2023. No último ano, desenvolvemos e passamos a aplicar, após a aprovação pelo Comitê de Riscos, um modelo de

machine learning (aprendizado de máquina, em inglês) capaz de mensurar o risco sistêmico na economia brasileira, ou seja, o risco de ocorrer colapso no sistema financeiro ou no mercado de capitais do país.

Idealizado internamente pelo nosso time de investimentos, o modelo de *machine learning* utiliza o chamado *Random Forest* (Floresta Aleatória, em inglês) e cria diversas “árvores de decisão” que, por meio da base de dados fornecida, gera uma previsão da probabilidade de risco sistêmico no país, que varia entre baixa probabilidade (0%-50%), média probabilidade (50%-65%) e alta probabilidade (mais de 65%).

Os quatro profissionais responsáveis pela idealização e implementação do projeto venceram o prêmio CFA *Society Brazil* de Monografia em Finanças – Edição 2023, com a monografia “Utilização de *Machine Learning* para Gestão de Risco Sistêmico”. A premiação reconhece as pesquisas que mais contribuem para as inovações no mercado financeiro e de capitais, considerando inclusive sua aplicabilidade no mercado brasileiro.



Da esquerda para direita: Diego Martins Silva, Átila Riggo, Gabriel Pires e Bruno Queiroz Marchetto, empregados da Petros

Redução na taxa de juros do empréstimo

Fruto dos estudos elaborados pela atual gestão em 2023, para tornar nossos empréstimos ainda mais atrativos e reduzir o impacto da cobrança das parcelas na vida financeira dos participantes, aprovamos no início de 2024 a redução da taxa de juros e alongamos o prazo para pagamento. Com a mudança, a nova taxa de juros passou a ser de 5,57% + IPCA ao ano e o prazo máximo para o contrato aumentou para 180 meses.

A nova taxa é válida para os planos PPSP-R, PPSP-NR, PPSP-R Pré-70, PPSP-NR Pré-70, PP-2, PP-3, FlexPrev, Ultrafértil, Nitriflex e Arlanxeo. Os planos Sanasa, PTAPrev e IBPPrev possuem condições diferenciadas e, por esse motivo, não foram incluídos nesta revisão.

	Anterior	Aprovado
Taxa de juros	7,31% + IPCA	5,57% + IPCA
Prazo máximo	120 meses	180 meses

A revisão da taxa de juros e dos prazos máximos considera o cenário de redução da taxa básica de juros do país (Selic), sendo mais uma medida de aprimoramento da gestão e de aproximação com nossos participantes.

Suspensão do pagamento de parcelas de empréstimos para participantes de planos com equacionamento

Atendendo a demandas de entidade representativa de participantes, a solicitações recebidas em nossos canais de relacionamento e considerando os debates em torno dos equacionamentos, em 2023 oferecemos aos nossos participantes, por duas vezes, a opção de suspender temporariamente o pagamento das parcelas de empréstimos.

A primeira delas aconteceu em abril e contemplou exclusivamente os planos PPSP-R e Plano Petros Ultrafértil (PPUF), permitindo a suspensão temporária do pagamento das parcelas de maio, junho e julho. Já a segunda, em agosto, voltou a abranger os participantes dos planos PPSP-R e PPUF, mas foi ampliada para ativos e assistidos dos planos PPSP-NR, que receberam também a oportunidade de suspender temporariamente, por três meses (setembro, outubro e novembro), as parcelas de seus contratos de empréstimo ativos.

A medida buscou reduzir o impacto financeiro dos planos de equacionamento de déficits sobre salários e benefícios. Nas duas oportunidades, os participantes puderam fazer suas solicitações com total autonomia e de maneira simplificada diretamente pela **Área do Participante**, disponível no **Portal Petros**, ou com o apoio de nossa equipe, pelos **canais de relacionamento** da Fundação.

Número de contratos de empréstimo com parcelas suspensas por três meses

- **Período de maio, junho e julho:** mais de 6 mil contratos
- **Período de setembro, outubro e novembro:** mais de 8 mil contratos
- **Mais de 6,5 mil participantes beneficiados**

Criamos, no Portal, uma **área especial** que reúne as principais informações e benefícios do seguro prestamista aos nossos participantes.

+ de **12,5 mil** contratos de empréstimo emitidos com seguro prestamista.

Seguro prestamista: mais proteção financeira e menores custos nas operações de empréstimo

Desde junho de 2023, com o objetivo de reduzir o custo efetivo total das operações de empréstimo para a maioria dos participantes e alinhar a gestão da carteira às melhores práticas de mercado, o crédito consignado dos planos da Petros passou a contar com o seguro prestamista, que substitui a taxa de constituição do Fundo de Quitação por Morte (FQM).

O seguro prestamista, que visa garantir a proteção econômica e financeira do segurado em caso de morte com o ressarcimento pela seguradora, passou a ser oferecido para novos contratos e para as novações.

A fim de facilitar a decisão dos participantes com contrato de empréstimos vigentes, disponibilizamos uma ferramenta em que é possível realizar simulações de novação ou refinanciamento, permitindo avaliar se a renovação contratual com a nova condição é mais vantajosa ou não. Além disso, criamos, no Portal, uma **área especial** que reúne as principais informações e benefícios do seguro prestamista aos nossos participantes.

Gestão administrativa

Em 2023, demos mais um passo significativo frente ao constante desafio de manter uma gestão administrativa eficiente, alinhada a uma política robusta de austeridade orçamentária.

O índice de cobertura manteve-se sólido, permanecendo acima de 100%. Isso evidencia nosso compromisso em manter um cenário administrativo com eficiência operacional e saudável financeiramente, de modo a assegurar a solidez do Plano de Gestão Administrativa (PGA) e a sua sustentabilidade diante de um cenário desafiador.

O gráfico comparativo ao lado apresenta a evolução do custeio administrativo da Petros nos últimos quatro anos.

Evolução das despesas x receitas

Em R\$ milhões, em valores nominais



Nota 1: O gráfico expressa valores em base nominal.

Nota 2: Dos valores indicados como despesas administrativas, a reavaliação do Edifício Petros foi expurgada de todo período analisado, sendo R\$ 12,1 milhões em 2020, R\$ 13,3 milhões em 2022 e R\$ 1,2 milhão em 2023.

Nota 3: Dos valores indicados como despesas administrativas, também foram expurgados R\$ 11,2 milhões da baixa do projeto de modernização dos sistemas previdenciários em 2021 e R\$ 17,4 milhões foram expurgados referentes à baixa do ativo permanente entre os anos de 2020 e 2022 em 2023.

Nota 4: Os valores apresentados como receitas administrativas consideram o recebimento das taxas referentes ao Custeio Administrativo da Gestão Previdencial, Custeio Administrativo dos Investimentos, Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos, Receitas Diretas e Outras Receitas.

Nota 5: Dos valores indicados como receitas administrativas, foram expurgados R\$ 354,7 milhões em 2022 referentes à receita de TCF (Termo de Compromisso Financeiro do Plano Pré-70), e R\$ 1,0 milhão em 2023 referente à valorização de terreno na contabilização de reavaliação do Edifício Petros.



CNPJs distintos e individualizados por planos de benefícios

Com o objetivo de atender à Resolução 57/2023 do Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPc), conhecida como “CNPJ por Planos”, cada plano de previdência gerido pela nossa Fundação passou a contar com um CNPJ distinto e individualizado, em outubro de 2023.

Demanda antiga das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPCs), a medida buscou delimitar com maior segurança jurídica as responsabilidades que envolvem cada plano de benefício dentro de entidades multipatrocinadas, como a Petros. Ao todo, 37 planos administrados pela Petros, à época, passaram a ter CNPJs individuais.

Adequação
realizada com sucesso
nos planos administrados
pela Petros.



4,6

Nota média na Google Play Store em outubro de 2023.

TRANSPARÊNCIA

Nosso compromisso com a transparência é perene, fornecendo cada vez mais informações aos nossos participantes. Em 2023, nossos canais de comunicação registraram crescimento, o que reflete a oferta de mais conteúdos claros e didáticos nas nossas diferentes plataformas.

App Petros: melhor nota média entre principais fundos de pensão

Em outubro de 2023, após a implementação de uma série de melhorias e novas funcionalidades, a avaliação do nosso aplicativo na Google Play Store atingiu o melhor resultado histórico desde o lançamento da ferramenta em novembro de 2021. Com 4,6 (a nota máxima é 5), fechamos o ano com a maior nota média entre os aplicativos

das principais Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPCs).

Nosso objetivo é seguir aprimorando o app Petros para facilitarmos o dia a dia dos nossos participantes, levando cada vez mais informações na palma da mão.



Melhor resultado histórico desde o lançamento, em novembro de 2021, e nota média mais alta entre os aplicativos de EFPCs.

Canal da Petros no YouTube completa 2 anos

O nosso canal de YouTube completou dois anos no ar em agosto de 2023. Com mais de 11 mil seguidores e abordando conteúdos institucionais, tutoriais, dicas de educação financeira e previdenciária e informações sobre nossos planos e serviços, o canal segue sendo o maior entre as EFPCs.

Em 2023, foram publicados 29 novos vídeos que, juntos, somaram mais de 126 mil visualizações (24% a mais do que em 2022). Os vídeos deram mais destaque a temas institucionais, ampliando a participação e o engajamento dos participantes em ações e campanhas de comunicação.

Principais números do canal em 2023

29

novos vídeos.

126.474

visualizações.

1.454

novos inscritos.

11.694

seguidores totais ao fim do ano.

Conteúdos de maior destaque no período

1



Cadastre seus beneficiários e designados na Petros

Publicado em 4 ago 2023

Visualizações 18.180

2



Baixe agora nosso app

Publicado em 6 jan 2023

Visualizações 15.927

3



Mensagem do presidente aos nossos participantes

Publicado em 31 jul 2023

Visualizações 12.054

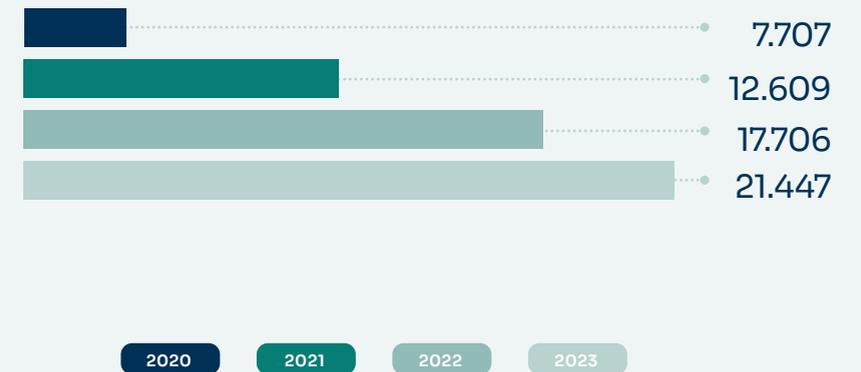
LinkedIn da Petros ultrapassa a marca de 21 mil seguidores

O perfil da Petros no LinkedIn, maior rede social profissional do mundo, triplicou o número de seguidores em pouco mais de três anos. Criado em abril de 2020, o canal já ultrapassou a marca de mais de 21 mil seguidores e se consolidou como uma das maiores *company pages* de fundos de pensão do Brasil.

Atualmente, o LinkedIn tem papel importante na estratégia de comunicação da Petros. O canal tem

como objetivo fortalecer nossas ações institucionais e dar mais transparência a temas relacionados às medidas de gestão, às novas iniciativas e aos projetos da Fundação. Além disso, é usado para divulgar informações sobre abertura de vagas e premiações conquistadas por profissionais da nossa equipe, reforçando a Petros como marca empregadora.

Evolução do total de seguidores



Petros - Fundação Petrobras de Seguridade Social
 Gestão de investimentos em aplicações financeiras · Rio de Janeiro, RJ · 22 mil seguidores · 201-500 funcionários



Acesse o nosso perfil no LinkedIn

Diálogos: nosso *podcast* se consolida e ganha versão em vídeo

Em 2023, o “Diálogos”, *podcast* da Petros, se consolidou como uma importante ferramenta de comunicação. Ao longo do ano, foram produzidos 8 episódios com debates e esclarecimento de dúvidas sobre assuntos fundamentais para os nossos participantes. Juntos, esses episódios reuniram um total de 13,9 mil ouvintes no *Spotify* e *YouTube*.

Entre os principais temas, destaque para a estratégia de imunização das carteiras de investimentos, os desafios da longevidade para o setor da previdência complementar e o lançamento do programa “Petros mais Perto de Você”.

Com os bons números de audiência do *podcast* “Diálogos” e buscando oferecer novos formatos de conteúdos digitais aos nossos participantes, em junho de 2023, iniciamos a produção de *videocasts* sobre os mesmos temas abordados nos *podcasts*, que são disponibilizados em nosso canal do *YouTube*.



Antonia Moraes, assessora de Comunicação, e Henrique Jäger, presidente da Petros



13,9 mil
ouvintes desde
o lançamento.



Acesse nossa página
no *Spotify*

Aumento da audiência do Portal Petros

Em dezembro de 2023, o novo Portal Petros - principal canal de comunicação com os participantes e demais públicos - completou 1 ano desde a sua última grande atualização. As mudanças tornaram o canal mais moderno e intuitivo, simplificando o acesso aos conteúdos e trazendo mais transparência.

A atualização da área pública do nosso Portal também refletiu positivamente em números. Houve um crescimento considerável na audiência do canal, que somou mais de 16,6 milhões de visualizações de páginas, aumento de 31% em relação a 2022.



Acesse nosso site
petros.com.br

ACOMPANHAMENTO DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

- 95 Acompanhamento da Gestão Orçamentária
- 95 Custeio Administrativo em 2023
- 95 Despesas Administrativas em 2023
- 97 Indicadores 2023



Para ver demonstrativos
completos acesse nosso site
e baixe o caderno de anexos

Acompanhamento da Gestão Orçamentária

Conta	2023		% Participação no realizado	(B-A)/A
	Orçado (A)	Realizado (B)		Δ %
1. Receitas	7.456.715.023	8.402.986.875	100,0	12,7%
1.1. Contribuições Previdenciais ¹	7.170.122.663	8.112.023.540	96,5	13,1%
1.2. Receitas Administrativas ²	286.592.360	290.963.335	3,5	1,5%
2. Despesas	11.203.788.185	11.073.009.313	100,0	-1,2%
2.1. Pagamentos de Benefícios ³	10.928.080.990	10.803.569.965	97,6	-1,1%
2.2. Despesas Administrativas ⁴	275.707.195	269.439.348	2,4	-2,3%
3. Investimentos em Ativo Permanente ⁵	42.115.589	27.557.345	100,0	-34,6%

¹ No realizado de contribuições previdenciais, foi expurgado o valor de R\$ 211,7 milhões referente as Outras adições, Migração entre planos, Atualização depósitos judiciais e Portabilidade.

² No realizado das Receitas Administrativas, foi expurgado o valor de R\$ 978,0 mil referente a Reavaliação positiva de bens.

³ No realizado de pagamentos de benefícios = Benefícios de prestação continuada e única.

⁴ No realizado das Despesas Administrativas, foi expurgado o valor de R\$ 1,2 milhão referente a Reavaliação do Ed. Petros.

⁵ No realizado de Investimentos em Ativo Permanente não foi considerado o valor negativo de R\$ 180,0 mil (R\$ 978,0 mil positivos e R\$ 1,2 milhão negativo) referentes a reavaliação de bens.

Custeio administrativo em 2023 (em R\$)

Custeio Administrativo	Valores	% de Participação
	(B)	(B / A)
Taxa Carregamento	23.396.529,18	5,1
Taxa Administração Investimentos	221.349.661,19	48,7
Taxa de Administração de Empréstimo e Financiamento	6.445.869,20	1,4
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	163.906.602,80	36,0
Outras ¹	39.771.275,74	8,7
Total (A)	454.869.938,11	100,0

¹ Em Outras, foi expurgado o valor de R\$ 978 mil referente a Reavaliação positiva de bens.

Despesas administrativas em 2023 (em R\$)

Despesas Administrativas	Valores	% de Participação
	(B)	(B / A)
Pessoal e Encargos	147.720.842	54,6
Conselhos	3.372.415	1,2
Diretoria	5.184.159	1,9
Pessoal Próprio	138.415.087	51,2
Outras	247	0,0
Estagiário	748.933	0,3
Treinamento/Congressos e Seminários	724.938	0,3
Viagens e Estadias	788.997	0,3
Serviços de Terceiros	58.835.209	21,7
Consultoria Jurídica	14.017.357	5,2
Serviços com Tecnologia da Informação	25.850.252	9,6
Outros Serviços De Terceiros	3.830.083	1,4

Despesas administrativas em 2023 (em R\$)

Despesas Administrativas	Valores	% de Participação
	(B)	(B / A)
Outros Serviços de Consultoria	3.323.285	1,2
Atendimento/Cadastro Participante	4.992.170	1,8
Consultoria Atuarial	1.329.164	0,5
Auditoria Contábil	2.253.650	0,8
Recursos Humanos	1.457.361	0,5
Consultoria de Investimentos	255.392	0,1
Despesas Relacionadas ao Arquivo Central	464.720	0,2
Serviços Preservação e Segurança	263.297	0,1
Remuneração Seguro Garantia Judicial	287.891	0,1
Programa Menor Aprendiz	185.146	0,1
Consultoria Contábil	168.600	0,1
Outras	156.841	0,0
Despesas Gerais	34.979.955	12,9
Material	380.419	0,1
Baixa Bens do Ativo Permanente	24.257.058	9,0
Publicação, Divulgação e Exposição	1.287.078	0,5
Revisão de Critério de Cálculo de Pensão	1.049.142	0,4
Luz e Força	660.124	0,2
Água e Esgoto	407.219	0,2
Alugueis	2.061.341	0,8
Despesas de Condomínio	499.299	0,2
Despesas de Iptu	443.420	0,2
Limpeza, Conservação e Reparos	546.700	0,2
Manutenção Máquinas e Equipamentos	539.650	0,2
Manutenção Predial	558.290	0,2
Reavaliação Negativa de Bens	1.158.000	0,4
Outras Despesas	1.132.215	0,4
Depreciação e Amortização	15.612.207	5,8
Depreciações	3.280.455	1,2
Amortizações	12.331.752	4,6
Tributos	11.917.012	4,4
Taxa de Fiscalização e Controle - TAFIC	11.763.476	4,3
Demais Tributos	153.536	0,1
Outras Despesas	18.188	0,0
Total (A)	270.597.348	100,0

Indicadores 2023

Indicadores 2023	Metas	Resultados
II - Despesas administrativas por número de participantes	R\$ 176	R\$ 170
III - Índice de cobertura das despesas administrativas	104%	102%
IV - Despesas administrativas por receitas previdenciais normais	7,00%	6,18%
V - Despesas administrativas por recursos garantidores	0,24%	0,23%

Obs. Nas despesas administrativas dos indicadores de Resultados, foi expurgado o valor de R\$ 1,2 milhão referente a reavaliação do Ed. Petros.
 Obs. Nas receitas previdenciais foi expurgado R\$ 4,0 bilhões de receitas extraordinárias.
 Obs. Nas receitas administrativas dos indicadores de Resultados, foi expurgado o valor de R\$ 978,0 mil referente a reavaliação positiva de bens.
 Obs. Nas despesas administrativas dos indicadores de Metas consta a suplementação no valor de R\$ 17,4 milhões.

DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS

- 99 Composição dos Recursos Garantidores dos Planos de Benefícios
- 100 Investimento Consolidado
- 102 Provisão por Perda
- 103 Custos de Gestão dos Investimentos
- 104 Responsáveis



Para ver demonstrativos
completos acesse nosso site
e baixe o caderno de anexos

Demonstrativo de Investimentos Consolidado

Composição dos Recursos Garantidores

Segmento	Investimentos por Segmento			
	Dezembro de 2022		Dezembro de 2023	
	Valor	%	Valor	%
Renda Fixa	83.616.609.991,72	76,49%	93.232.790.537,75	78,85%
Renda Variável	13.629.282.585,21	12,47%	11.186.257.344,78	9,46%
Estruturados	3.324.583.022,53	3,04%	4.405.076.450,89	3,73%
Imobiliário	3.727.095.564,27	3,41%	3.969.208.956,40	3,36%
Exterior	201.499.673,76	0,18%	496.354.567,04	0,42%
Operações com Participantes	2.650.347.515,00	2,42%	2.775.465.224,08	2,35%
Total dos Investimentos¹	107.149.418.352,49	98,01%	116.065.153.080,94	98,17%
Disponível	3.857.484,32	0,01%	6.773.215,47	0,01%
Valores a Pagar/Receber	2.164.080.216,22	1,98%	2.162.132.336,02	1,83%
Total dos Recursos Garantidores²	109.317.356.053,03	100,00%	118.234.058.632,43	100,00%

(1) O Total dos investimentos apresenta o somatório dos investimentos dos Planos de Benefícios e do PGA.

(2) Recursos Garantidores: Disponível + Realizável de Investimentos - Exigíveis de Investimentos.

Segmentos de Investimentos e Classes de Ativos

Investimentos	Dezembro de 2022		Dezembro de 2023	
	Valor	%	Valor	%
Renda Fixa	83.616.503.258,61	76,49%	93.232.737.741,77	78,85%
Títulos Públicos Federais	60.844.227.332,98		63.934.734.783,47	
Títulos Privados	518.485.730,40		450.566.853,36	
Fundos de Renda Fixa	22.174.357.815,02		28.775.454.610,95	
Fundos de Direitos Creditórios	79.539.113,32		72.034.289,97	
Valores a Pagar/Receber	(106.733,11)		(52.795,98)	
Renda Variável	13.659.088.336,61	12,49%	11.194.250.568,49	9,47%
Ações	2.419.797.265,87		1.326.154.431,70	
Fundos de Ações	11.209.485.319,34		9.905.650.010,16	
Opções	-		(45.547.097,08)	
Valores a Pagar/Receber	29.805.751,40		7.993.223,71	
Estruturados	3.356.143.283,97	3,07%	4.421.790.246,43	3,74%
Fundos de Investimento em Participação	56.245.770,88		48.020.349,50	
Fundos Multimercado Estruturado	3.268.337.251,65		4.357.056.101,39	
Valores a Pagar/Receber	31.560.261,44		16.713.795,54	

Segmentos de Investimentos e Classes de Ativos

Investimentos	Dezembro de 2022		Dezembro de 2023	
	Valor	%	Valor	%
Imobiliário	3.743.129.850,01	3,42%	3.988.044.961,68	3,37%
Imóveis	3.274.056.843,09		3.353.757.307,17	
Fundos Imobiliários	453.038.721,18		615.451.649,23	
Valores a Pagar/Receber	16.034.285,74		18.836.005,28	
Exterior	201.499.673,76	0,18%	496.354.567,04	0,42%
Fundos no Exterior	201.499.673,76		496.354.567,04	0,42%
Operações com Participantes	2.649.039.518,70	2,42%	2.773.509.951,18	2,35%
Empréstimos e Financiamentos	2.650.347.515,00		2.775.465.224,08	
Valores a Pagar/Receber	(1.307.996,30)		(1.955.272,90)	
Acordo de Leniência J & F	1.110.512.845,95	1,02%	1.023.330.458,37	0,87%
Acordos Judiciais	977.581.801,10	0,89%	1.097.266.922,00	0,93%
Disponível	3.857.484,32	0,01%	6.773.215,47	0,01%
Total	109.317.356.053,03	100,00%	118.234.058.632,43	100,00%

Investimento Consolidado

Renda Fixa

Títulos Públicos - Carteira própria

	Valor	% Segmento
Títulos Públicos Federais	63.934.734.783,47	68,57%
Títulos Privados	450.566.853,36	0,48%
Fundos em Direitos Creditórios	72.034.289,97	0,08%
Fundos de Renda Fixa	28.775.454.610,95	30,86%
Total	93.232.790.537,75	

Valores a Pagar/Receber

Valores a Pagar/Receber	(52.795,98)	0,00%
Disponível	6.773.215,47	0,01%
Total	6.720.419,49	
Total Renda Fixa	93.239.510.957,24	100,00%

Renda Variável

Grupo		Valor	% Segmento
Ações	1.326.154.431,70	1.326.154.431,70	11,85%
Fundos de Investimentos em Ações	9.905.650.010,16	9.905.650.010,16	88,49%
Opções	(45.547.097,08)	(45.547.097,08)	-0,41%
Total	11.186.257.344,78	11.186.257.344,78	

Valores a Pagar/Receber

Total	7.993.223,71	0,07%
Total Renda Variável	11.194.250.568,49	100,00%

Estruturados

Fundos de Investimentos

Grupos	Valor de Mercado	% Segmento
Fundos de Investimentos em Participações	48.020.349,50	1,09%
Fundo Mutimercado Estruturado	4.357.056.101,39	98,54%
Total	4.405.076.450,89	

Valores a Pagar/Receber

Total	16.713.795,54	0,38%
Total Estruturados	4.421.790.246,43	100,00%

Imobiliário

Grupo	Valor	% Segmento
Imóveis	3.353.757.307,17	84,10%
Fundos Imobiliários	615.451.649,23	15,43%
Total	3.969.208.956,40	

Valores a Pagar/Receber

Total	18.836.005,28	0,47%
Total Imobiliário	3.988.044.961,68	15,90%

Operações com Participantes

Empréstimos

Indexador	Atrasados	Valores não Atrasados	% Segmento
IPCA		2.659.985.290,71	95,91%
PRÉ FIXADO		1.690.344,03	0,06%
INPC		6.043.883,51	0,22%
Provisão para perda	107.745.705,83		3,88%

Valores a Pagar/Receber

Total		(1.955.272,90)	-0,07%
Total Operações com Participantes		2.773.509.951,18	100,00%

Investimentos no Exterior

Grupo	Valor	% Segmento
Fundos no Exterior	496.354.567,04	100,00%
Total	496.354.567,04	

Provisão para Perda

Grupo	Valor	%
CCI	107.374.427,38	26,94%
Debêntures	31.816.396,37	7,98%
FIDC	126.226.176,92	31,67%
FI	76.710.630,46	19,25%
FIP	6.334.647,20	1,59%
Outros	3.489.154,95	0,88%
Acordos	46.606.481,98	11,69%
Total	398.557.915,26	100,00%

As provisões para perda apresentadas referem-se a carteira mobiliária.

As subclasses levam em consideração as provisões para perda de valores a receber da carteira mobiliária

Custos de Gestão dos Investimentos

Gestão Interna	Custeados pelo PGA ¹	Custos diretos de Investimentos ²	2023	2022
			Total	Total
Administração/Gestão ³	76.923.170,09	-	76.923.170,09	65.969.264,29
Custódia ⁴	-	3.771.211,25	3.771.211,25	3.245.124,79
Consultoria	6.916.376,21	195.949,79	7.112.326,00	7.922.239,43
Honorários Advocatícios	-	1.491.591,28	1.491.591,28	1.691.474,17
Auditoria	1.072.598,54	-	1.072.598,54	1.817.294,62
Viagens e Transporte	375.513,94	-	375.513,94	167.187,97
Depreciações/Amortizações	7.430.449,29	-	7.430.449,29	3.910.806,59
Carteira de Empréstimos ⁵	-	258.701,36	258.701,36	3.249.065,48
Carteira Imobiliária ⁶	-	37.364.050,54	37.364.050,54	42.524.143,55
Tecnologia da Informação	12.303.128,82	-	12.303.128,82	12.850.775,40
Outras Despesas ⁷	23.767.758,65	-	23.767.758,65	22.923.559,92
Subtotal	128.788.995,54	43.081.504,22	171.870.499,76	166.567.571,83
Gestão Externa				
Administração/Gestão			9.104.601,32	8.334.500,18
Taxa de Performance ⁸			736.180,48	1.298.041,42
Custódia ⁴			1.215.773,71	1.000.452,85
Corretagem			9.036.406,73	17.424.630,85
Consultoria			99.854,76	62.245,24
Honorários Advocatícios			5.168.835,56	996.753,65
Auditoria			361.291,39	228.597,87
Outras Despesas ⁹			13.051.046,36	15.578.701,26
Subtotal			38.773.990,31	44.923.923,32
Total			210.644.490,07	211.491.495,15

A apresentação das informações relativas aos custos com administração dos recursos, presente no relatório anual, tem por objetivo demonstrar o desembolso realizado pela Fundação na realização da gestão interna e externa dos investimentos.

Os custos de gestão interna são apurados a partir da avaliação dos gastos da carteira de imóveis e demais investimentos de gestão própria. Além disso, conta com as despesas registradas no PGA, proporcionalizado à alocação dos gastos com investimentos quando despesas comuns ou integralmente quando houver despesa específica. A avaliação da proporcionalidade das despesas comuns é realizado no Plano de Custeio Anual.

Os custos de gestão externa são apurados a partir da avaliação dos demonstrativos de caixa dos fundos de investimentos classificados como exclusivos e de 1º nível.

Notas:

1 Custos relativos a gestão dos investimentos apurados através do PGA.

2 Custos relativos a gestão da carteira de investimentos.

3 Pessoal e Encargos, Treinamentos/Congressos e Tributos.

4 Inclui CETIP, Selic, CBLC e Anbima.

5 custos da carteira de empréstimos referem-se a custas Osjudiciais.

6 Serviços de Consultoria, Avaliação, Taxa de administração, condomínio, Honorários Advocatícios e Outros (IPTU/Taxas, Seguro, Manutenção Predial, Reformas). Não são consideradas reavaliações de imóveis.

7 Serviços de terceiros de recursos humanos, serviços públicos e patrimoniais no PGA.

8 Taxa de Performance é uma taxa cobrada sobre uma parcela da rentabilidade do fundo que exceda a variação de um índice de desempenho previamente determinado.

9 Despesas Bancárias, CVM, BM&F e outras.

Responsáveis

Nome	Tipo	Telefone	e-mail
Aníbal Oliveira (PWC)	Auditor Independente	(21) 3232 2165	anibal.oliveira@pwc.com
Paulo César Cândido Werneck	Administrador Qualificado (AETQ)	(21) 2506 0587	paulo.werneck@petros.com.br

Desenquadramentos e Inobservâncias à Resolução CMN nº 4.994/2022

Desenquadramento quanto aos Limites de Concentração por emissor.

De acordo com a Resolução CMN nº 4.994, de 24 de março de 2022, a EFPC deve observar, considerada a soma dos recursos por ela administrados, o limite de até 25% do patrimônio líquido de fundo de investimento ou fundo de investimento em cotas de fundo de investimento classificado (FIC) no segmento estruturado (art. 28, inciso I, alínea "d").

Em observância ao § 3º do artigo 28 da resolução supracitada, o limite de 25% do patrimônio líquido não se aplica a FIC, porém os limites são válidos para os fundos de investimentos investidos em sua hierarquia.

Fundo	Fundo Master	Participação
ABSOLUTE ALPHA GLOBAL FIC DE FIM ¹	ABSOLUTE ALPHA GLOBAL MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO	31,41%

¹ Cota do fundo FP FOF MULTIMERCADO FIC DE FIM, fundo no qual a Fundação investe diretamente.

Justificativas para os Desenquadramentos e Inobservâncias à Resolução CMN nº 4.994/2022

O desenquadramento é classificado como passivo, em razão da redução do patrimônio líquido do fundo master. Em conformidade com a Resolução (art. 35, § 1º e § 2º), a entidade deve eliminar o desenquadramento no prazo de dois anos da sua ocorrência e fica impedida de efetuar investimentos que agravem os excessos verificados.

Cabe informar, que não houve novos aportes no período que agravasse o desenquadramento.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

- 106 Relatório do Auditor Independente
- 109 Balanço Patrimonial Consolidado
- 111 Demonstração da Mutação do Patrimônio Social – DMPS
- 113 Demonstrac o do Plano de Gestão Administrativa – DPGA
- 114 Notas Explicativas  s Demonstra es Contábeis
- 222 Parecer do Comitê de Auditoria
- 223 Parecer Anual do Conselho Fiscal
- 224 Decisão do Conselho Deliberativo



Para ver demonstrativos
completos acesse nosso site
e baixe o caderno de anexos

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

**Aos Administradores, Conselheiros,
Participantes e Patrocinadoras Fundação
Petrobras de Seguridade Social - Petros**

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação Petrobras de Seguridade Social - Petros ("Fundação"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações da mutação do patrimônio social, da mutação do ativo líquido por plano de benefícios, do ativo líquido por plano de benefícios, do plano gestão administrativa consolidada e das provisões técnicas dos planos de benefícios para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação em 31 de dezembro de 2023 e o desempenho de suas operações para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPc).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade

com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Fundação, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Valores correspondentes ao exercício anterior

O exame das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, apresentadas para fins de comparação, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 29 de março de 2023, sem ressalvas.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da Fundação é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis

às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPc) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Fundação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Fundação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Fundação são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e

internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Fundação.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Fundação. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Fundação a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível como objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 27 de março de 2024



PricewaterhouseCoopers Auditores
Independentes Ltda.

CRC2SP000160/F-5



Aníbal Manoel Gonçalves de Oliveira Contador
CRC1RJ056588/O-4

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO

Demonstrações Contábeis - Em 31 de Dezembro de 2023

(Em R\$ mil)

Balanco Patrimonial				
ATIVO	Nota	dez/2023	dez/2022	Δ%
Disponível		6.773	3.857	76%
Realizável		130.382.224	120.775.225	8%
Gestão Previdencial	4	11.845.768	11.305.997	5%
Gestão Administrativa	5	230.022	150.261	53%
Investimentos	6	118.306.434	109.318.967	8%
Títulos Públicos		63.934.735	60.844.227	5%
Ativo Financeiro de Crédito Privado		450.567	518.486	-13%
Renda Variável		1.415.870	2.449.603	-42%
Fundos de Investimento		44.205.013	37.474.064	18%
Derivativos		28.840	-	-
Investimentos em imóveis		3.373.861	3.291.890	2%
Operações com Participantes		2.775.758	2.650.623	5%
Recursos a Receber - Precatórios		1.097.267	977.582	12%
Outros Realizáveis		1.024.523	1.112.492	-8%
Imobilizado e Intangível	7	73.712	79.740	-8%
Imobilizado		24.983	23.196	8%
Intangível		48.729	56.544	-14%
Total do Ativo		130.462.709	120.858.822	8%

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO

Demonstrações Contábeis - Em 31 de Dezembro de 2023

(Em R\$ mil)

Balanco Patrimonial				
PASSIVO	Nota	dez/2023	dez/2022	Δ%
Exigível Operacional	8	770.952	794.056	-3%
Gestão Previdencial		594.918	620.270	-4%
Gestão Administrativa		96.886	168.317	-42%
Investimentos		79.148	5.469	1347%
Exigível Contingencial	11	4.610.433	4.175.615	10%
Gestão Previdencial		4.437.712	4.166.021	7%
Gestão Administrativa		172.721	9.594	1700%
Patrimônio Social	12	125.081.324	115.889.151	8%
Patrimônio de Cobertura do Plano	12.1	123.022.554	113.509.734	8%
Provisões Matemáticas		126.405.761	118.382.264	7%
Benefícios Concedidos		123.843.513	118.212.535	5%
Benefícios a Conceder		46.576.379	40.756.388	14%
(-) Provisões Matemáticas a Constituir		(44.014.131)	(40.586.659)	8%
Equilíbrio Técnico		(3.383.207)	(4.872.530)	-31%
Resultados Realizados		(3.387.042)	(4.876.912)	-31%
Superávit Técnico Acumulado		46.036	43.259	6%
(-) Déficit Técnico Acumulado		(3.433.078)	(4.920.171)	30%
Resultados a Realizar	4.4	3.835	4.382	-12%
Fundos	12.2	2.058.770	2.379.417	-13%
Fundos Previdenciais		214.344	679.278	-68%
Fundos Administrativos		1.442.836	1.374.977	5%
Fundos para Garantia das Operações com participantes		401.590	325.162	24%
Total do Passivo		130.462.709	120.858.822	8%

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL – DMPS

Demonstração da Mutação do Patrimônio Social – DMPS

Descrição	Nota	dez/2023	dez/2022	Δ%
(A) Patrimônio Social - Início do exercício		115.889.151	109.426.787	6%
1. Adições		21.969.596	17.814.152	23%
(+) Contribuições Previdenciais		8.088.626	7.997.178	1%
(+) Portabilidade		4.860	1.435	239%
(+) Atualização de Depósitos Judiciais/Recurais		9.986	4.880	105%
(+) Reversão de Fundos Administrativos		461	5.069	-91%
(+) Migração entre Planos		4.357	982.922	-100%
(+) Outras Adições Previdenciais		192.503	403.637	-52%
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial		13.136.526	7.668.190	71%
(+) Receitas Administrativas		291.942	668.813	-56%
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Administrativa		163.907	82.028	100%
(+) Constituição de Fundos para Garantia das Operações com Participantes		76.428	-	-
2. Deduções		(12.777.030)	(13.269.097)	-4%
(-) Benefícios		(10.803.570)	(10.244.738)	5%
(-) Resgates		(384.984)	(306.387)	-26%
(-) Portabilidades		(390.201)	(260.631)	-50%
(-) Migração entre Planos		(4.357)	(982.922)	100%
(-) Provisão para Perdas Estimadas		(46.900)	(50.065)	6%
(-) Desoneração de Contribuições de Patrocinadores		(2.425)	(1.871)	-30%
(-) Outras Deduções		(162.236)	(686.345)	76%
(-) Constituição Líquida de Contingências - Gestão Previdencial		(593.820)	(463.388)	28%
(-) Despesas Administrativas		(270.597)	(261.062)	4%
(-) Reversão de Recursos para o Plano de Benefícios - Gestão Administrativa		(461)	(5.069)	91%
(-) Constituição Líquida de Contingências - Gestão Administrativa		(116.932)	(5.493)	2029%
(-) Reversão de Fundos para Garantia das Operações com Participantes		-	(897)	-
(-) Resultados a Realizar		(547)	(229)	139%

Descrição	Nota	dez/2023	dez/2022	Δ%
3. Acréscimo/Decréscimo no Patrimônio Social (1 + 2)		9.192.566	4.545.055	102%
(+/-) Provisões Matemáticas		8.023.497	(1.129.270)	811%
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício		1.489.870	4.731.554	-69%
(+/-) Resultados a Realizar		(547)	(229)	-139%
(+/-) Fundos Previdenciais		(464.541)	464.681	-200%
(+/-) Fundos Administrativos		67.859	479.217	-86%
(+/-) Fundos para Garantia das Operações com Participantes		76.428	(898)	8611%
4. Outros Eventos do Patrimônio Social		(393)	2.026.266	-100%
(+/-) Outros Eventos do Patrimônio Social		(393)	2.026.266	-100%
5. Operações Transitórias		-	(108.957)	-
Operações Transitórias		-	(108.957)	-
(B) Patrimônio Social - Final do exercício (A + 3 + 4 + 5)		125.081.324	115.889.151	8%

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA – DPGA

Descrição	Nota	dez/2023	dez/2022	Δ%
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior		1.374.977	897.029	53%
1. Custeio da Gestão Administrativa		455.849	750.841	-39%
1.1. Receitas		455.849	750.841	-39%
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial		23.397	465.653	-95%
Custeio Administrativo dos Investimentos		221.350	154.540	43%
Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos		6.446	6.270	3%
Receitas Diretas		94	74	27%
Atualização de Depósitos Judiciais/Recurais		3	-	-
Outras Receitas		40.652	42.276	-4%
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos		163.907	82.028	100%
2. Despesas Administrativas		(270.597)	(261.062)	4%
2.1. Administração dos Planos Previdenciais		(270.597)	(261.062)	4%
Pessoal e encargos		(147.721)	(139.158)	6%
Treinamentos/congressos e seminários		(725)	(636)	14%
Viagens e estadias		(789)	(383)	106%
Serviços de terceiros		(58.835)	(75.945)	-23%
Despesas gerais		(34.980)	(25.769)	36%
Depreciações e amortizações		(15.612)	(8.952)	74%
Tributos		(11.917)	(10.019)	19%
Outras Despesas		(18)	(200)	-91%
3. Constituição/Reversão de Contingências Administrativas		(116.932)	(5.493)	-2029%
4. Reversão de Recursos para o Plano de Benefícios		(461)	(5.069)	91%
6. Sobra/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3-4-5)		67.859	479.217	-86%
7. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (6)	12.2.2	67.859	479.217	-86%
8. Operações Transitórias		-	(1.269)	-
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+7+8)		1.442.836	1.374.977	5%

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1 CONTEXTO OPERACIONAL

A Fundação Petrobras de Seguridade Social – Petros (“Petros” ou “Fundação”) – constituída pela Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras) em 1969 – é uma pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira, que, na qualidade de Entidade Fechada de Previdência Complementar (EFPC) classificada, como Entidade Sistemicamente Importante (ESI*), tem por objetivos primordiais a instituição e a administração de planos de benefícios, em conformidade com as normas do Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPJ) e da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc).

Para a realização de seus objetivos, a Fundação obtém recursos financeiros de contribuições dos patrocinadores, participantes (ativos, assistidos e autopatrocinados), bem como de rendimentos ganhos pela aplicação dessas contribuições em investimentos, que devem obedecer ao disposto em resoluções do Conselho Monetário Nacional (CMN).

As EFPC estão isentas de Imposto de Renda Pessoa Jurídica desde janeiro de 2005 e da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido, de acordo com a Lei nº 11.053, de 29 de dezembro de 2004, e com a Instrução Normativa SRF nº 588, de 21 de dezembro de 2005, alteradas pelas Instruções Normativas SRF nº 667 e nº 1.315, de 27 de julho de 2006 e de 03 de janeiro de 2013, respectivamente.

*A classificação foi alterada pela Resolução Previc nº 23, e a Petros foi enquadrada no Segmento S1 a partir de janeiro de 2024, conforme PREVIC nº 960, de 25/10/2023.

1.1 PLANOS DE BENEFÍCIOS ADMINISTRADOS PELA PETROS

Atualmente, a Fundação administra 38 planos de benefícios que estão inscritos no Cadastro Nacional de Planos de Benefícios (CNPB) das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC) e no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), sendo 10 de benefício definido (BD), 3 de contribuição variável (CV) e 25 de contribuição definida (CD).

A seguir, apresentamos a relação dos planos de benefícios administrados pela Petros:

- **Planos de Benefício Definido - Fechados para novas adesões:**

Planos	CNPB (CNPJ)	Patrocinadoras
Plano Petros do Sistema Petrobras Repactuados (PPSP-R)	2018.0002-92 (48.307.659/0001-11)	Petróleo Brasileiro S.A - Petrobras Petros Vibra Energia
Plano Petros do Sistema Petrobras Não Repactuados (PPSP-NR)	1970.0001-47 (48.306.540/0001-24)	Petróleo Brasileiro S.A - Petrobras Petros Vibra Energia
Plano Petros do Sistema Petrobras Repactuados Pré-70 (PPSP-R Pré-70)	2019.0036-19 (48.307.720/0001-20)	Petróleo Brasileiro S.A - Petrobras
Plano Petros do Sistema Petrobras Não Repactuados Pré-70 (PPSP-NR Pré-70)	2019.0037-83 (48.307.721/0001-75)	Petróleo Brasileiro S.A - Petrobras
Plano Petros ARLANXEO Prev	2003.0024-56 (48.307.308/0001-00)	Arlanxeo Brasil S.A
Plano Petros Ultrafertil	2003.0026-18 (48.307.204/0001-04)	Araucária Nitrogenados** Ultrafertil S.A. – VLI** Vale Fertilizantes – Mosaic Fertilizantes P&K
Plano Petros Copesul*	2003.0022-19 (48.307.199/0001-21)	Braskem
Plano Petros Braskem*	2003.0021-38 (48.307.198/0001-87)	Braskem
Plano Petros PQU*	2003.0025-29 (48.307.203/0001-51)	Braskem Qpar
Plano Petros Nitriflex/ARLANXEO	2003.0023-83 (48.307.200/0001-18)	NITRIFLEX Arlanxeo Brasil S.A

* Os planos estão em processo de encerramento, vide nota 1.1.1.

** Os patrocinadores estão em processo de retirada, vide nota 1.1.2.

• Planos de Contribuição Variável – Abertos para novas adesões:

Planos	CNPB (CNPJ)	Patrocinadoras
Plano Petros-2 (PP-2)	2007.0015-19 (48.307.362/0001-56)	Petróleo Brasileiro S.A
		Vibra Energia (fechado para novas adesões)
		Petros
		Petrobrás Transporte S.A - Transpetro
		TBG
		Petrobras Biocombustível S.A - PBIO
		TERMOBAHIA
		TERMOMACAÉ
Plano Misto Sanasa	2004.0026-38 (48.307.223/0001-22)	PBLOG
		Stratura Asfaltos*
		Sanasa

* O patrocinador está em processo de retirada, vide nota 1.1.2.

• Plano de Contribuição Variável – Fechado para novas adesões:

Planos	CNPB (CNPJ)	Patrocinadoras
Plano TAPMEPrev*	2002.0038-74 (48.307.174/0001-28)	TAP Manutenção e Engenharia Brasil S. A

* O plano está em processo de encerramento, vide nota 1.1.1.

• Planos Patrocinados de Contribuição Definida – Fechados para novas adesões:

Planos	CNPB (CNPJ)	Patrocinadoras
Plano Petros-3 (PP-3)	2021.0000-11 (48.307.764/0001-50)	Petróleo Brasileiro S.A - Petrobras
Plano Transpetro*	2000.0073-92 (48.307.122/0001-51)	Petrobrás Transporte S.A - Transpetro
Plano Triunfo Vida*	2002.0008-83 (49.619897/0001-25)	Braskem
Plano Termoprev*	2006.0005-11 (48.307.289/0001-12)	Ibiritermo S.A
Plano CopesulPrev*	2004.0017-47 (48.307.215/0001-86)	Braskem

* Os planos estão em processo de encerramento, vide nota 1.1.1.

• Planos Patrocinados de Contribuição Definida – Abertos para novas adesões:

Planos	CNPB (CNPJ)	Patrocinadoras
Plano FlexPrev	2021.0031-83 (48.307.796/0001-56)	Vibra Energia
Plano Liquegás	2010.0025-47 (48.307.479/0001-30)	Copa Energia Distribuidora de Gás S.A. (incorporadora da patrocinadora Liquegás Distribuidora S.A)**
		ALGÁS
Plano GasPrev	2010.0004-47 (48.307.462/0001-82)	BAHIAGÁS
		COPERGÁS
		PBGÁS
		SCGÁS
		SERGÁS
Plano PTAPrev	2008.0027-56 (48.307.406/0001-48)	CITEPE (Atual: Alpek Polyester Brasil S.A)
		PetroquímicaSuape (Atual: Alpek Polyester Pernambuco S.A.)
Plano Repsol	1999.0031-11 (48.307.056/0001-10)	Repsol Sinopec Brasil
Plano SulgasPrev	2010.0040-19 (48.307.492/0001-99)	YPF Brasil Comércio de Derivados de Petróleo
		Sulgás
Plano ALESAT	2002.0004-92 (48.307.150/0001-79)	AleSat Combustíveis
Plano IBPprev Associados	2002.0019-11 (48.307.162/0001-01)	Barra Energia (Atual Enauta Petróleo e Gás Ltda)*
		IBP
Plano Cachoeira Dourada	2000.0059-18 (48.307.114/0001-05)	CDSA
Plano Petro RG	2010.0015-83 (48.307.468/0001-50)	Refinaria Riograndense

* Os patrocinadores estão em processo de retirada, vide nota 1.1.2.

** Os patrocinadores estão em processo de transferência de gerenciamento ou incorporação, vide nota 1.1.3.

• Planos Instituídos de Contribuição Definida – Fechados para novas adesões:

Planos	CNPB (CNPJ)	Instituidores
Plano FENAJprev	2009.0006-92 (48.307.429/0001-52)	SINDJOR ES*
		SINDJOR GO*
		SINDJOR MG*
		SINDJOR PR*
		SINDJOR CE*
		SJPMRJ*
Plano Culturaprev	2004.0025-65 (48.307.222/0001-88)	SINDJOR TO*
		ABPAUDIO*
		COOP.DE TEATRO*
		SATED/CE*
		SINDRAD-RJ*
		STIC*
		IAI - INSTITUTO AMAZÔNIA IMAGINÁRIA*
		SATED/RS*
		SATED/SP*
		SINDIMUSICOS/BA*
		SINDIMUPE*
Plano CRAprev	2006.0012-56 (48.307.297/0001-69)	ABM*
		APTC-ABD/RS*
		ASSAIM*
Plano CROprev	2005.0004-11 (48.307.233/0001-68)	CRA/AL*
		CRA/ES*
		CRA/MG*
Plano Simeprev	2004.0013-56 (48.307.213/0001-97)	CRO-CE*
		CRO-AM*
		CRO-RN*
Plano Simeprev	2004.0013-56 (48.307.213/0001-97)	SIMEPAR*
		SIMEPE*
		SINDMEPA*

* Os instituidores estão em processo de retirada, vide nota 1.1.2.

• Planos Instituídos de Contribuição Definida – Abertos para novas adesões:

Planos	CNPB (CNPJ)	Instituidores
Plano CROprev	2005.0004-11 (48.307.233/0001-68)	ABO-PR*
		CRO-PE*
		CRO-PR*
		CRO-RJ*
Plano Previtália	2009.0030-47 (48.307.236/0001-00)	LUCANA*
		Ítalo Brasileira Anita e Guisepe Garibaldi*
Plano CRCprev	2009.0030-47 (48.307.236/0001-00)	CRC/CE*
Plano PreviContas	2009.0003-74 (48.307.426/0001-19)	ASTCERJ*
Plano SinMed/RJ	2005.0007-11 (48.307.236/0001-00)	SinMed-RJ*
Plano Simeprev	2004.0013-56 (48.307.213/0001-97)	SINDMED-RN*
		SIMESP*
		CRA-PE*
Plano CRAprev	2006.0012-56 (48.307.297/0001-69)	CRA/BA*
		CRA/DF*
		CRA/SC*
		CONRE2-RJ/ES*
Plano PREV-ESTAT	2009.0019-74 (48.307.440/0001-12)	CONRE3-SP/PR/MS/MT*
		SBE/RJ*

* Os instituidores estão em processo de transferência de gerenciamento ou incorporação, vide nota 1.1.3.

1.1.1 PLANOS DE BENEFÍCIOS EM PROCESSO DE ENCERRAMENTO

- Plano Petros Braskem: Retirada de patrocínio aprovada por meio do Ofício nº 1.043/SPC/DETEC/CGAT, de 29 de abril de 2009 - Despacho da Diretoria nº 48, de 29 de abril de 2009, publicado no DOU em 30 de abril de 2009.

- Plano Copesulprev: Retirada de patrocínio aprovada por meio do Ofício nº 1.477/CGTR/DITEC/Previc, de 29 de abril de 2011 - Despacho do Diretor nº 07, de 29 de abril de 2011, publicado no DOU em 02 de maio de 2011.
- Plano Transpetro: Retirada de patrocínio aprovada pelo Ofício nº 4.583/CGRT/DITEC/Previc, de 11 de outubro de 2011 - Portaria nº 595, de 13 de outubro de 2011, publicada no DOU em 14 de outubro de 2011.
- Plano Triunfo Vida: Retirada de patrocínio aprovada por meio do Ofício nº 2.860/CGTR/DITEC/Previc, de 26 de julho de 2012 - Portaria nº 406, de 26 de julho de 2012, publicada no DOU em 27 de julho de 2012.
- Plano Petros PQU: Retirada de patrocínio aprovada por meio do Ofício nº 2.961/CGTR/DITEC/Previc, de 03 de agosto de 2012 - Portaria nº 424, de 03 de agosto de 2012, publicada no DOU em 06 de agosto de 2012.
- Plano Petros Copesul: Retirada de patrocínio aprovada por meio do Ofício nº 3.534/CGTR/DITEC/Previc, de 28 de setembro de 2012, Portaria nº 556, de 01 de outubro de 2012 - publicada no DOU em 02 de outubro de 2012.
- Plano TAPMEPrev: Retirada de patrocínio aprovada por meio do Parecer nº 487/2022/CTR/CGRT/DILIC, de 11 de novembro de 2022, Portaria Previc nº 1162, de 10 de novembro de 2022 – publicado no DOU em 18 de novembro de 2022 – Finalização do processo protocolada na Previc em 14/09/2023 – Após a conclusão das ações judiciais em andamento, será realizado o requerimento de encerramento do Plano.
- Plano Termoprev: Retirada de patrocínio aprovada por meio do Parecer nº 345/2023/CTR/CGRT/DILIC, de 19 de setembro de 2023, Portaria Previc nº 814, de 18 de setembro de 2023 - publicado no DOU em 22 de setembro de 2023. Finalização da retirada protocolada na Previc em 26/01/2024

As retiradas ocorreram a pedido dos patrocinadores e, para o encerramento dos processos, existem as seguintes pendências:

- a) Saldos remanescentes vinculados a participantes e/ou herdeiros não localizados cuja liquidação ocorrerá por meio de ação de consignação em pagamento que vem sendo proposta pela Petros mediante a localização dos titulares, a fim de garantir o cumprimento da obrigação pela Fundação. Aplicáveis aos Planos: Petros Braskem, Petros PQU, Copesulprev e Petros Copesul.
- b) Processos judiciais relacionados aos planos ainda em trâmite e que dependem do andamento do poder judiciário. Aplicáveis a todos os Planos.
- c) Ressarcimento de despesas referente ao custeio administrativo, cuja cobrança foi formalizada e aguarda-se a resposta da patrocinadora. Aplicáveis aos Planos: Petros Braskem, Petros PQU, Transpetro e Petros Copesul.
- d) Pagamento de benefício vitalício decorrente de sentença judicial transitada em julgado. Aplicável ao Plano Petros Copesul.
- e) Ativos pendentes de tratativas de liquidação e ações de consignação em pagamentos, além da transferência das ações judiciais em andamento para o patrocinador. Aplicável ao Plano TAPMEPrev.
- f) Análise da Previc sobre a finalização da retirada, protocolada pela Petros em 26/01/2024. Aplicável ao Plano Termoprev.

CONCLUÍDO

- Plano ADUANAPrev: Retirada de patrocínio aprovada por meio do Parecer nº 261/2022/CTR/CGTR/DILIC, de 24 de junho de 2022, Portaria Previc nº 599 de 27 de junho de 2022, publicada no DOU de 30 de junho de 2022 – Encerramento do plano aprovado por meio da Portaria 516 de 21 de junho de 2023, publicado no DOU em 20 de junho de 2023. Encerrados CNPB e CNPJ.

1.1.2 RETIRADAS DE INSTITUIDORES / PATROCINADORES

O processo de retirada de patrocínio tem início com o pedido do patrocinador/instituidor ou por rescisão unilateral do convênio de adesão pela Petros, e, após a aprovação do processo pela Previc, a Fundação tem até 120 dias, contados da data do cálculo, para sua operacionalização. Após a operacionalização, a Petros tem até 90 dias para protocolar a finalização da retirada junto à Previc.

No caso de não localização ou inércia dos participantes para receber os valores do fundo individual de retirada, a Fundação deve propor ação de consignação em pagamento judicial, extrajudicial ou outra medida administrativa ou judicial que possibilite a liquidação dos compromissos oriundos da retirada de patrocínio.

CONCLUÍDAS

- Plano CRAprev:
 - Instituidor: Conselho Regional de Administração do Espírito Santo - CRA/ES - retirada de patrocínio aprovada por meio do parecer nº50/2023/CTR/CGRT/DILIC, de 28 de fevereiro de 2023, Portaria nº 187 de 27 de fevereiro de 2023, publicada no DOU em 9 de março de 2023 – Data efetiva de 5 de outubro de 2023 – Finalização protocolada na Previc em 03/01/2024 – Possui ações judiciais de consignação em pagamento;
 - Instituidor: Conselho Regional de Administração do Paraná - CRA/PR - retirada por denúncia unilateral aprovada por meio da Portaria Previc/DILIC nº 537, de 06 de junho de 2022, publicada no DOU de 09 de junho de 2022 - Data efetiva em 27 de dezembro de 2022 – Finalização protocolada na Previc em 03/01/2024; e
 - Instituidor: Conselho Regional de Administração de Alagoas - CRA-AL – retirada de patrocínio aprovada por meio da Portaria nº 600, de 27 de junho de 2022, publicada no DOU de 30 de junho de 2022 – Data efetiva em 27 de dezembro de 2022 – Finalização protocolada na Previc em 26/01/2024.
- Plano FENAJprev:
 - Instituidor: Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Município do Rio de Janeiro - SJPMRJ – Retirada aprovada por meio da Portaria Previc Nº 505, de 27/05/2022, publicada no DOU de 31/05/2022. Finalização protocolada a Previc em 27/03/2023 com despacho de ciência enviado em 30/06/2023 – Instituidor possui ações consignatórias.
 - Instituidores: i) Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de Minas Gerais - SINDJOR/MG; ii) Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado do Ceará - SINDJOR/CE; iii) Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de Tocantins - SINDJOR/TO; iv) Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado do Paraná - SINDJOR/PR; v) Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado do Espírito Santo - SINDJOR/ES e vi) Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de Goiás - SINDJOR/GO - retirada por denúncia unilateral aprovada por meio da Portaria Previc/DILIC nº 559, de 13 de junho de 2022, publicada no DOU de 15 de junho de 2022 – Data efetiva em 27 de dezembro de 2022 – Finalização protocolada na Previc em 18/01/2024 – Instituidor SINDJOR/PR e SINDJOR/MG possuem ações judiciais de consignação em pagamento.

EM ENCERRAMENTO

- Plano AnaparPrev:
 - Instituidor: Sindicatos dos Portuários Avulsos de Capatazia, Arrumadores e dos Trabalhadores na Movimentação de Mercadorias em Geral do Estado do Espírito Santo - Sindpaes - aprovada por meio da Portaria Previc nº 1.109, de 26 de dezembro de 2019, publicada no DOU em 30 de dezembro de 2019 – Data efetiva em 31 de maio de 2021. Existem ações judiciais relacionadas ao instituidor que aguardam o deferimento da substituição processual pela Fundação Viva de Previdência (atual administradora do Plano que concordou em assumir as ações). Em atendimento à solicitação da Previc, a Petros encaminha periodicamente um relatório atualizado sobre a pendência.

- Plano Simeprev
 - Instituidor: Sindicato dos Médicos do Estado do Pará (Sindmepa) - retirada aprovada por meio da Portaria Previc/DILIC nº 304, de 25 de maio de 2021, publicada no DOU em 27 de maio de 2021 – Data efetiva em 23 de dezembro de 2021 – Protocolo de finalização junto à Previc realizado em 13 de setembro de 2022 – Possui ações judiciais de consignação em pagamento.
- Plano Petros Ultrafertil:
 - Patrocinador: Araucária Nitrogenados S.A - aprovada por meio da portaria Previc/DICOL nº 854 de 21 de dezembro de 2021, publicada no DOU de 30 de dezembro de 2021 – Data efetiva em 28 de julho de 2022 – Finalização da retirada protocolada na Previc em 01/03/2023. Possui ações judiciais de consignação em pagamento.
- Plano PETROS-2:
 - Patrocinador: Stratura Asfaltos S.A - aprovada por meio da Portaria Previc/DILIC nº 214 de 02 de março de 2022, publicada no DOU de 09 de março de 2022 – Data efetiva em 05 de outubro de 2022 – Protocolo de finalização junto à Previc realizado em 30 de dezembro de 2022. Possui ações judiciais de consignação em pagamento.

EM ANDAMENTO

- Plano IBPprev Associados:
 - Patrocinador: Barra Energia (atual Enauta Petróleo e Gás Ltda) - Retirada de patrocínio protocolada na Previc em 11 de maio de 2023. - Protocolado o atendimento as exigências na PREVIC em 29 de novembro de 2023. Em análise ao protocolo de atendimento às exigências houve o despacho da Previc determinando o arquivamento do processo e sugeriu a retomada quando for publicada o normativo que regulamentará a Resolução CNPC nº 59/2023 para a proposição de novo pedido de retirada de patrocínio
- Plano Ultrafertil:
 - Patrocinador: VLI – Retirada de Patrocínio se encontra suspensa, conforme determinação da Diretoria de Licenciamento, por meio da Nota nº 906/2022/PREVIC, de 15/06/2022, estando as tratativas sobre as condições para retirada de patrocínio entre a Petros e VLI em andamento. Com a publicação da Resolução CNPC nº 59/2023, de 15/12/2023, o processo será adaptado ao novo regramento
- Plano CRAprev*:
 - Instituidor: Conselho Regional de Administração de Minas Gerais CRA/MG - Retirada de patrocínio aprovada por meio do parecer nº447/2023/CTR/CGRT/DILIC, de 23 de novembro de 2023, Portaria nº1017 de 14 de novembro de 2023, publicada no DOU em 24 de novembro de 2023. – Em operacionalização.
- Plano Simeprev*:
 - Instituidor: Sindicato dos Médicos do Estado de Pernambuco – SIMEPE - retirada por denúncia unilateral aprovada por meio da Portaria Previc/DILIC nº 536 de 06 de junho de 2022, publicada no DOU de 09 de junho de 2022 - Data efetiva em 27 de dezembro de 2022 – em fase de operacionalização do termo aditivo ao termo de retirada protocolado na Previc em maio de 2023, , e aprovado em 08/01/2024.
 - Instituidor: Sindicato dos Médicos do Estado do Paraná (Simepar) - retirada aprovada por meio da Portaria Previc/DILIC nº 558, de 13 de junho de 2022, publicada no DOU em 15 de junho de 2022 – Data efetiva em 22 de dezembro de 2022 – Protocolo de finalização junto à Previc realizado em 27 de março de 2023 – Possui ações judiciais de consignação em pagamento.
- Plano CROprev*:
 - Instituidores: i) Conselho Regional de Odontologia do Amazonas - CRO/AM, ii) Conselho Regional de Odontologia do Ceará - CRO/CE e iii) Conselho Regional de Odontologia do

Rio Grande do Norte - CRO/RN - retirada por denúncia unilateral aprovada por meio da Portaria Previc/DILIC n° 560, de 13 de junho de 2022, publicada no DOU de 15 de junho de 2022 - Data efetiva em 27 de dezembro de 2022 – em fase de operacionalização do termo aditivo ao termo de retirada protocolado na Previc em maio de 2023, ainda sem autorização.

- Plano Culturaprev*:
 - Instituidores: i) Cooperativa Paulista de Teatro (CPT), ii) Associação Brasileira de Museologia (ABM), iii) Associação Brasileira dos Profissionais de Áudio (ABPAUDIO), iv) Associação Profissional de Técnicos Cinematográficos do Rio Grande do Sul e Brasileira de Documentaristas (APTC-ABD/RS), v) Associação Sergipana de Autores e Intérpretes Musicais (ASSAIM), vi) Instituto Amazônia Imaginária (IAI), vii) Sindicato dos Artistas e Técnico em Espetáculos de Diversões do Estado do Rio Grande do Sul (SATED/RS), viii) Sindicato dos Artistas Plásticos (SINAPESP), ix) Sindicato dos Músicos Profissionais do Estado de Pernambuco (SINDMUPE), x) Sindicato dos Artistas e Técnico em Espetáculos de Diversões do Estado do Ceará (SATED/CE), xi) Sindicato dos Trabalhadores em Rádio e Televisão do Estado do Rio de Janeiro (SINRAD/RJ), xii) Sindicato Interestadual dos Trabalhadores na Indústria Cinematográfica e do Audiovisual (STIC), xiii) Sindicato dos Artistas e Técnico em Espetáculos de Diversões do Estado de São Paulo (SATED/SP) e xiv) Sindicato dos Músicos Profissionais do Estado da Bahia (SINDIMUSICOS/BA) - retirada por denúncia unilateral aprovada por meio da Portaria Previc/DILIC n° 562 de 14 de junho de 2022, publicada no DOU de 20 de junho de 2022 – Data efetiva em 27 de dezembro de 2022 – em fase de operacionalização do termo aditivo ao termo de retirada, aprovado em 22 de novembro de 2023.

** A retirada dos instituidores foi motivada pelo fim do projeto de fusão de planos instituídos, o que consolidou o cenário de elevados custos de manutenção dos planos instituídos, levando à decisão estratégica de descontinuidade de gestão dos referidos planos.*

1.1.3 PLANOS EM TRANSFERÊNCIA DE GERENCIAMENTO OU INCORPORAÇÃO EM OUTRA EFPC

CONCLUÍDAS

- Plano Culturaprev:
 - Instituidores: i) Sindicato dos Artistas e Técnicos em Espetáculos de Diversões do Estado de Pernambuco (SATED/PE), ii) Sindicato dos Artistas e Técnico em Espetáculos de Diversões do Estado do Rio de Janeiro (SATED/RJ) e iii) Sindicato dos Músicos Profissionais do Estado do Rio de Janeiro (SINDMUSI) - Cisão/Transferência de gerenciamento/Incorporação para o Plano Viva Futuro da Fundação Viva de Previdência – Aprovado pela Portaria n° 462 de 25 de maio de 2023, publicada no DOU em 31 de maio de 2023 – Data Efetiva em 28 de setembro de 2023. Finalização protocolada em 27 de dezembro de 2023.
- Plano FENAJprev:
 - Instituidor: Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de Pernambuco (SINDJOR/PE) - Cisão/Transferência de gerenciamento/Incorporação para o Plano Viva Futuro da Fundação Viva de Previdência – Aprovado pela Portaria n° 461 de 25 de maio de 2023, publicada no DOU em 31 de maio de 2023 – Data Efetiva em 28 de setembro de 2023. Finalização protocolada em 27 de dezembro de 2023.
- Plano PreviContas:
 - Instituidor: Associação dos Servidores do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (ASTCERJ) - Transferência de gerenciamento/Incorporação para o Plano Viva Futuro da Fundação Viva de Previdência –Aprovado pelo Parecer n° 298/2023/CTR/CGTR/DILIC, de 11 de agosto de 2023, Portaria n° 698 de 10 de agosto de 2023, publicado no DOU em 15 de agosto de 2023. Data Efetiva em 30 de novembro de 2023. – Em fase de protocolo de finalização junto à Previc.

- Plano Previtália:
 - Instituidores: i) Associazione Lucana di Rio de Janeiro Brasil e ii) Associação de Intercâmbio Cultural Ítalo-Brasileira Anita e Giuseppe Garibaldi - Transferência de gerenciamento/Incorporação para o Plano Viva Futuro da Fundação Viva de Previdência – Aprovado pelo Parecer n° 311/2023/CTR/CGTR/DILIC, de 18 de agosto de 2023, Portaria n° 710 de 16 de agosto de 2023, publicado no DOU em 23 de agosto de 2023. Data Efetiva em 30 de novembro de 2023. – Em fase de protocolo de finalização junto à Previc.
- Plano SinMed-RJ:
 - Instituidor: Sindicato dos Médicos do Rio de Janeiro (SINMED/RJ) - Transferência de gerenciamento/Incorporação para o Plano Viva Futuro da Fundação Viva de Previdência – Aprovado pelo Parecer n° 317/2023/CTR/CGTR/DILIC, de 23 de agosto de 2023, Portaria n° 735 de 20 de agosto de 2023, publicado no DOU em 25 de agosto de 2023. Data Efetiva em 30 de novembro de 2023. – Em fase de protocolo de finalização junto à Previc.
- Plano CRCprev:
 - Instituidor: Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Ceará (CRC/CE): Transferência de gerenciamento/Incorporação para o Plano Viva Futuro da Fundação Viva de Previdência – Aprovado pelo Parecer n° 312/2023/CTR/CGTR/DILIC, de 23 de agosto de 2023, Portaria n° 718 de 17 de agosto de 2023, publicado no DOU em 25 de agosto de 2023. Data Efetiva 30 de novembro de 2023 – Em fase de protocolo de finalização junto à Previc.

EM ANDAMENTO

- Plano Ligiqás:
 - Patrocinadora: Copa Energia Distribuidora de Gás S.A (incorporadora da patrocinadora Ligiqás Distribuidora S.A) - solicitação de transferência de gerenciamento ao Itajubá Fundo Multipatrocinado - IFM enviada pela patrocinadora em 14 de novembro de 2022. Aprovado por meio da Portaria Previc/DILIC n° 21 de 10 de janeiro de 2024, publicado no DOU em 05 de fevereiro de 2024. – Em operacionalização.
- Plano Alesat:
 - Patrocinadora: Alesat - solicitação de transferência de gerenciamento ao Multipensions Bradesco enviada pela patrocinadora em 06 de setembro de 2023. Documentação em elaboração para protocolo na Previc.
- Plano Simeprev:
 - Instituidores: Sindicato dos Médicos de São Paulo (SIMESP) e Sindicato dos Médicos do Rio Grande do Norte (SINDMED/RN) - Cisão/Transferência de gerenciamento/Incorporação para o Plano Viva Futuro da Fundação Viva de Previdência – Aprovado por meio do parecer n° 411/2023/CTR/CGTR/DILIC, de 9 de novembro de 2023, Portaria n° 974 de 27 de outubro de 2023, publicado no DOU em 21 de novembro de 2023. – Em operacionalização. Plano CRAprev:
 - Instituidores: i) Conselho Regional de Administração da Bahia (CRA/BA), ii) Conselho Regional de Administração do Distrito Federal (CRA/DF), iii) Conselho Regional de Administração de Santa Catarina (CRA/SC) e iv) Conselho Regional de Administração de Pernambuco (CRA/PE): Cisão/Transferência de gerenciamento/Incorporação para o Plano Viva Futuro da Fundação Viva de Previdência – Aprovado pelo Parecer n° 415/2023/CTR/CGTR/DILIC, de 9 de novembro de 2023, Portaria n° 975 de 27 de outubro de 2023, publicado no DOU em 21 de novembro de 2023 – Em operacionalização. Plano CROprev:
 - Instituidores: i) Associação Brasileira de Odontologia - Seção Paraná (ABO/PR), ii) Conselho Regional de Odontologia de Pernambuco (CRO/PE), iii) Conselho Regional de Odontologia do Paraná (CRO/PR), iv) Conselho Regional de Odontologia do Rio de Janeiro (CRO/RJ) - Cisão/Transferência de gerenciamento/Incorporação para o Plano

Viva Futuro da Fundação Viva de Previdência – Aprovado pelo Parecer n° 412/2023/CTR/CGTR/DILIC, de 9 de novembro de 2023, Portaria n° 972 de 27 de outubro de 2023, publicado no DOU em 21 de novembro de 2023 – Em operacionalização.

- Plano PREV-ESTAT:
 - Instituidores: i) Conselho Regional de Estatística da 2ª Região (CONRE-2 RJ/ES), ii) Conselho Regional de Estatística da 3ª Região (CONRE-3 SP/PR/MS/MT) e iii) Sociedade Brasileira de Estatísticas (SBE/RJ) - Transferência de gerenciamento/Incorporação para o Plano Viva Futuro da Fundação Viva de Previdência –.Aprovado pelo Parecer n° 457/2023/CTR/CGTR/DILIC, de 21 de novembro de 2023, Portaria n° 1018 de 14 de novembro de 2023, publicado no DOU em 24 de novembro de 2023 – Em operacionalização.

1.1.4 PLANOS EM PROCESSO DE CISÃO

Um processo de cisão é resumido pela divisão de um Plano de Benefícios em dois ou mais Planos, ocorrendo a segregação do público, patrimônio, demandas judiciais e carteira de investimentos, inclusive empréstimos, entre o Plano de Origem e Plano de Destino, na parcela pertencente à massa cindida.

- Plano PPSP-R e PPSP-NR
 - Por meio da correspondência COMUNICAÇÃO - 001-2023, de 22/09/2023, recepcionada pela Petros em 29/09/2023, a Vibra Energia S.A., solicitou a cisão do PPSP-R e PPSP-NR, com objetivo de separar a sua massa de participantes e patrimônio das demais patrocinadoras do Plano, mantendo-se, nessa cisão, as condições contratuais vigentes.

Os regulamentos, tanto do PPSP-R e PPSP-NR como dos novos planos, PPSP-R Vibra e PPSP-NR Vibra, serão os mesmos, apenas com ajustes relacionados às patrocinadoras e ao processo de cisão. Em relação aos planos de equacionamento de déficit que estejam em vigor até a data de aprovação da cisão para os planos em questão, também não haverá nenhuma alteração.

A Petros está em tratativas com as Patrocinadoras para alinhamento dos documentos que irão compor o processo que será submetido à governança da Petros e das Patrocinadoras, Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Sest) e Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) para entrar em vigor.

A seguir, apresentamos a relação dos planos de benefícios administrados pela Petros com a quantidade de participantes, discriminados por natureza do vínculo (ativo, aposentado, auxílio-doença, pensionista):

Planos	Quantidade								Total		Idade Média	
	Ativo		Aposentadoria		Auxílio-Doença		Pensão Morte		2023	2022	2023	2022
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022				
Plano PP-2	42.473	41.178	6.299	6.144	134	135	660	562	49.566	48.019	46,80	46,33
Plano PPSP-R	2.424	2.761	31.911	32.014	6	9	6.756	6.424	41.097	41.208	66,83	65,90
Plano FlexPrev	2.264	2.212	241	226	-	-	23	23	2.528	2.461	44,54	43,89
Plano Misto Sanasa	1.335	1.353	292	285	-	-	71	62	1.698	1.700	52,62	51,83
Plano Liquigás	1.154	1.408	11	7	-	-	7	6	1.172	1.421	49,30	48,65
Plano GasPrev	693	684	10	8	-	-	-	-	703	692	45,81	44,96
Plano PP-3	503	517	1.556	1.559	-	-	206	166	2.265	2.242	63,66	62,96
Plano ALESAT	480	547	14	13	-	-	-	-	494	560	41,60	40,63
Plano PPSP-NR	400	448	9.695	9.782	3	3	1.623	1.550	11.721	11.783	69,83	68,91
Plano Petro RG	328	303	4	4	-	-	-	-	332	307	39,05	39,78
Plano PTAPrev	281	315	4	4	-	-	1	1	286	320	45,38	44,38
Plano CROprev	185	209	4	3	-	-	-	-	189	212	46,65	46,08
Plano Repsol	126	139	15	12	-	-	-	-	141	151	48,08	46,93
Plano IBPprev Associados	90	91	14	13	-	-	-	-	104	104	49,63	48,63
Plano SulgasPrev	71	81	3	-	-	-	3	2	77	83	49,39	49,23
Plano Simeprev	42	58	-	-	-	-	-	-	42	58	50,81	49,50
Plano Cachoeira Dourada	35	38	4	4	-	-	4	4	43	46	51,28	50,09
Plano Arlanxeo Prev	24	28	1.063	1.085	-	-	555	551	1.642	1.664	73,87	73,02
Plano CRAprev	23	47	4	4	-	-	-	-	27	51	50,11	47,55
Plano PREV-ESTAT	11	11	-	-	-	-	-	-	11	11	55,09	54,09
Plano Petros Ultrafertil	6	8	1.075	1.109	-	-	399	377	1.480	1.494	72,04	71,19
Plano PPSP-NR Pré-70	3	3	2.716	2.884	-	-	3.199	3.145	5.918	6.032	81,66	80,96
Plano CRCprev	-	87	-	-	-	-	-	-	-	87	-	48,08
Plano Culturaprev	-	70	-	3	-	-	-	-	-	73	-	51,53
Plano FENAJprev	-	10	-	-	-	-	-	-	-	10	-	52,70
Plano Petros Copesul	-	-	1	1	-	-	-	-	1	1	67,00	-
Plano Petros Nitriflex/ARLANXEO	-	-	139	143	-	-	57	56	196	199	74,41	73,48
Plano Petros PQU	-	-	-	-	-	-	1	1	1	1	80,00	79,00
Plano PPSP-R Pré-70	-	-	3.770	4.057	-	-	6.835	6.738	10.605	10.795	81,06	80,38
Plano PreviContas	-	46	-	1	-	-	-	-	-	47	-	43,30
Plano Previtália	-	9	1	2	-	-	-	-	1	11	67,00	38,45
Plano SinMed/RJ	-	19	-	3	-	-	-	-	-	22	-	57,55
Plano TAPMEprev	-	123	-	796	-	-	-	65	-	984	-	65,15
Total	52.951	52.803	58.846	60.166	143	147	20.400	19.733	132.340	132.849		

Os planos Braskem, Transpetro, Triunfo, Termoprev e Copesulprev não possuem participantes e estão em processo de encerramento, vide nota 1.1.1.

2 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis consolidadas e as demonstrações individuais por plano de benefício e do plano de gestão administrativa (PGA) são de responsabilidade da Fundação e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às EFPC, reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPc), especificamente a Resolução CNPC nº 43, de 06 de agosto de 2021, a Resolução PREVIC Nº 23, de 14 de agosto de 2023 (e suas alterações), e as Normas e Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), especificamente a NBC ITG 2001 - Entidade de Previdência Complementar, de 15 de dezembro de 2022 e a Resolução nº 1.055, de 06 de abril de 2018 (que aprova o CPC nº 49 – Contabilização e Relatório Contábil de Planos de Benefícios de Aposentadoria), assim como nas demais práticas contábeis brasileiras.

A escrituração contábil das operações obedece ao plano de contas padrão em vigor para as EFPC. Os registros contábeis são efetuados de forma segregada, respeitando a autonomia patrimonial dos planos de benefícios previdenciais e do plano de gestão administrativa, de modo a identificá-los separadamente: (a) por plano de benefício, (b) consolidado e (c) plano de gestão administrativa consolidado.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pelo Conselho Deliberativo em 27 de março de 2024.

2.1 MOEDA DE APRESENTAÇÃO

Os valores apresentados nestas demonstrações contábeis e nas respectivas notas explicativas estão em milhares de reais, arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.2 REGISTRO DO RESULTADO DAS OPERAÇÕES

O resultado das operações é apurado pelo regime de competência. Entretanto, conforme o § 2º do art. 10 da Resolução CNPC nº 43, de 06 de agosto de 2021, os registros relativos às contribuições e aos pagamentos de benefícios de planos estruturados nas modalidades de contribuição definida e de contribuição variável são efetuados com base no regime de caixa, respeitando o prazo previsto no regulamento de cada plano de benefícios.

2.3 USO DE ESTIMATIVAS

A administração se utiliza de julgamentos na determinação e registro de estimativas contábeis. A determinação dessas estimativas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros e outros fatores objetivos e subjetivos.

As principais mensurações patrimoniais que utilizam estimativas ou premissas por parte da administração são: exigível contingencial, valor justo de determinados instrumentos financeiros, valor justo dos ativos imobiliários, definição da vida útil de determinados ativos, passivos atuariais e outras provisões.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis, devido às imprecisões inerentes ao processo para sua determinação.

2.4 PROVISÃO PARA PERDAS E PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

A Fundação anualmente analisa a recuperabilidade de seus ativos, assegurando que estejam registrados contabilmente por valor que não exceda seus valores de recuperação.

As Provisões para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD) são registradas para os direitos creditórios mensurados ao custo amortizado e contabilizadas em conta de resultado, em contrapartida com a conta redutora do respectivo segmento do ativo. Os ativos sujeitos à PCLD são apresentados por seu valor líquido.

A Petros constitui provisões para perdas em ativos decorrentes de redução ao valor recuperável, considerados os riscos e incertezas e, para os direitos creditórios de liquidação duvidosa, segundo critérios definidos nos normativos vigentes.

2.5 INVESTIMENTOS

Até junho de 2023, a gestão de investimentos foi realizada da seguinte forma:

- Planos com gestão individualizada (Segregação Real): PPSP-R, PPSP-NR, PPSP-R Pré-70, PPSP-NR Pré-70, PP-2, PP-3, FlexPrev, Ultrafertil, Arlanxeo Prev, Nitriflex/Arlanxeo, TapmePrev, Misto Sanasa, PQU, Copesul, Braskem e Plano de Gestão Administrativa (PGA).
- Planos com gestão compartilhada (unifundo): demais planos de benefícios.

A partir de junho de 2023, em atendimento à Resolução CNPC nº 57, de 28 de junho de 2023, os planos de benefícios com gestão compartilhada passaram a ser administrados de forma individualizada, vide Nota Explicativa 6.1.4.2.1.

A carteira de imóveis é individualizada, com exceção dos planos PPSP-R, PPSP-NR, PP-2, PP-3 e FlexPrev que compartilham a carteira em função das cisões e migrações ocorridas nestes planos.

Em atendimento à Resolução CMN nº 4.994, de 24 de março de 2022, e suas alterações posteriores, a aplicação dos recursos garantidores dos planos de benefícios obedece aos limites das respectivas políticas de investimentos. Eventuais desenquadramentos encontram-se destacados na Nota Explicativa 6.2.

2.5.1 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

2.5.1.1 TÍTULOS PÚBLICOS E ATIVOS FINANCEIROS DE CRÉDITO PRIVADO

Os títulos e valores mobiliários estão classificados em duas categorias:

- Títulos para negociação: títulos registrados com o propósito de negociação, independentemente do prazo a decorrer, os quais são registrados com base em seu valor de mercado na data base das demonstrações contábeis; e
- Títulos mantidos até o vencimento: títulos com vencimentos que tenham prazo a decorrer de, no mínimo, 60 meses, que:
 - sejam classificados como de baixo risco de crédito por agência de risco do país;
 - sejam avaliados com base em metodologia de apuração do valor de mercado em consonância com as normas do Banco Central do Brasil (BC) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM); e
 - que a Fundação ateste o interesse e a capacidade financeira de mantê-los até o vencimento.

A classificação dos títulos mantidos até o vencimento é revista caso os títulos e valores mobiliários apresentem elevação de risco ou probabilidade de perda.

Os títulos públicos e privados são registrados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos apropriados, com base na taxa de remuneração apurada na data da aquisição, deduzidos das amortizações e juros recebidos.

O ágio e o deságio na aquisição de títulos são apropriados pela taxa de negociação do título na data de aquisição até seu vencimento.

Para os títulos que não possuem mercado ativo, a Petros emprega metodologias de precificação de acordo com a legislação em vigor e melhores práticas de mercado, como a utilização de laudos de avaliação de empresas independentes, que utilizam metodologias técnicas definidas e com limites disciplinados em Normas Técnicas da ABNT, com metodologias e cálculos cientificamente demonstráveis, comprováveis, auditáveis e tecnicamente consistentes.

2.5.1.2 AÇÕES E FUNDOS DE INVESTIMENTOS

As ações são registradas pelo custo de aquisição, acrescidas as despesas e abatidas as devoluções de corretagem e outras taxas incidentes provenientes das operações de compras. Para as ações negociadas em Bolsa, utiliza-se para avaliação a cotação de fechamento na data mais próxima à data base das demonstrações contábeis.

As rendas e as variações positivas provenientes de bonificações, dividendos ou juros sobre capital próprio são reconhecidas contabilmente a partir da publicação da decisão da assembleia geral dos acionistas ou do ato que formalize a obrigação do emissor.

As aplicações em fundos de investimento são registradas pelo custo de aquisição, atualizado pela variação nos valores das cotas informadas pelos administradores dos respectivos fundos.

Algumas ações e fundos nos quais a Petros investe direta e indiretamente não possuem cotação em bolsa de valores ou não são negociados frequentemente em mercado ativo e, desta forma, são avaliados por meio de modelos de precificação, com a finalidade de apresentar seu valor justo.

As ações e fundos não negociados em mercado ativo encontram-se listados nas Notas Explicativas 6.1.3, 6.1.4 e 6.1.5, onde constam mais informações sobre as metodologias e premissas utilizadas.

2.5.1.3 DERIVATIVOS

São instrumentos financeiros que podem compor os diferentes programas de investimentos das carteiras dos planos de benefícios, cujos objetivos podem ser de otimizar a rentabilidade e/ou diminuir o risco total dos investimentos.

A Petros faz uso de instrumentos derivativos tanto para exposição direcional nos mercados de renda fixa (juros, inflação e moeda) e renda variável (ações e índices de bolsa) quanto para proteção dos investimentos dos planos em cada classe de ativos.

O valor justo dos instrumentos derivativos é determinado pelo modelo de precificação de mercado observável (por meio de provedores de informações) e amplamente utilizado pelos participantes de mercado para mensuração de instrumentos similares.

2.5.2 OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES – EMPRÉSTIMOS

Os empréstimos concedidos aos participantes estão demonstrados pelo seu valor recuperável, representado pelo valor do principal, acrescido dos rendimentos obtidos até a data do balanço e deduzidos de sua Provisão de Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD) que possui como balizador o número de dias em atraso de uma prestação.

2.5.3 INVESTIMENTOS EM IMÓVEIS

Os investimentos em imóveis são registrados pelo custo de aquisição ou construção e ajustados anualmente pelo valor justo apurado por laudo de avaliação, em conformidade com as determinações da Previc e com as Normas Brasileiras (NBR) para Avaliações de Bens Imóveis da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

Todos os imóveis presentes na carteira da Petros estão avaliados pelo método de renda por fluxo de caixa descontado.

O resultado da avaliação, positivo ou negativo, é contabilizado uma única vez em conta do respectivo ativo, em contrapartida da conta de “Rendas/Variações Positivas” ou “Deduções/Variações Negativas” do Fluxo dos Investimentos, no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir da data de emissão do respectivo laudo, no mesmo exercício social a que se referir, vide Nota Explicativa 6.1.7.

Os valores registrados como a receber a título de aluguéis e de alienação são atualizados até a data base das demonstrações contábeis pelos índices contratados, acrescidos de multa, juros e correção monetária em caso de inadimplência, e estão sujeitos à provisão para perdas (vide item 2.4).

2.5.4 RECURSOS A RECEBER – PRECATÓRIOS

Registra o direito convertido em precatório relativo as Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento (OFND), cujo histórico e metodologia de apuração estão descritos na Nota Explicativa 6.1.9.

2.5.5 OUTROS REALIZÁVEIS - INVESTIMENTOS

Os valores registrados como Outros Realizáveis referem-se aos acordos de leniência da J&F e Odebrecht, cujos detalhamentos e metodologias de apuração, estão descritos na Nota Explicativa 6.1.10.

2.6 IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

O imobilizado refere-se aos bens necessários ao funcionamento da Fundação e está registrado pelo custo de aquisição. Estes bens são depreciados pelo método linear, utilizando-se de taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil fixado por espécie de bens.

A Petros possui em seu imobilizado o edifício que era destinado à sua sede até dezembro de 2020 (Ed.Petros – Ouvidor, 98) e que é reavaliado anualmente.

O intangível registra valores de projetos avaliados como ativos intangíveis gerados internamente e estão apresentados pelo valor desembolsado, líquido da amortização incorrida até a data de fechamento das demonstrações.

As amortizações são calculadas e reconhecidas de acordo com a respectiva vida útil definida pela área técnica, utilizando premissas razoáveis e comprováveis, buscando refletir a melhor estimativa da Administração em relação ao conjunto de condições econômicas que existirão durante a vida útil dos ativos.

2.7 ATIVOS CONTINGENTES

São caracterizados em situações nas quais, como resultado de eventos passados, há um ativo cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da Fundação. São classificados e demonstrados (caso aplicável) conforme a probabilidade de entrada de benefícios econômicos futuros, conforme a seguir:

Probabilidade de entrada de benefícios econômicos futuros	
Não Provável	Não é realizado reconhecimento contábil ou divulgação
Provável	Divulgado nas notas explicativas, mas sem reconhecimento contábil
Praticamente Certa	Descaracteriza-se como ativo contingente e é realizado o reconhecimento contábil do ativo

A Petros avalia periodicamente os ativos contingentes de modo a garantir que seus reflexos estejam apropriadamente refletidos nas demonstrações contábeis.

2.8 DEPÓSITOS JUDICIAIS/RECURSAIS

Os depósitos judiciais e recursais têm sua origem na necessidade de a Petros oferecer garantia monetária no âmbito das demandas judiciais das Gestões Previdencial e Administrativa em que a própria Fundação figura em polo passivo

Os depósitos judiciais têm por finalidade o pagamento do débito judicial ou a garantia do juízo nos casos em que há divergência entre o valor pretendido pelo exequente e aqueles entendidos como corretos pela Petros, nos processos judiciais em execução ou em fase de cumprimento de sentença, quando a Fundação é ré no processo. No caso dos depósitos recursais, estes são efetuados na justiça do trabalho e são necessários ao conhecimento e processamento do recurso interposto pela Fundação, quando o julgamento não for favorável aos interesses dos planos de benefícios administrados.

Os depósitos judiciais efetuados antes de 01 de janeiro de 2021, estão atualizados até 31 de dezembro de 2020 e os depósitos realizados a partir de 01 de janeiro de 2021 estão registrados pelos valores nominais e ambos são atualizados apenas quando da emissão do alvará de levantamento judiciário em favor da Petros.

2.9 EXIGÍVEL CONTINGENCIAL

A Fundação é parte em diversos processos judiciais e/ou administrativos, nas áreas trabalhista e previdencial, e suas provisões são constituídas para todos os processos em que a Fundação é ré e representam perda provável ou se encontram em fase de execução.

A classificação de perda dos objetos é realizada pelo advogado externo, conforme resolução do CFC e normativo interno da Petros, e observa como chance de perda provável as ações que já transitaram em julgado de forma desfavorável, bem como as ações não transitadas em julgado em que se discute

matéria cujo posicionamento majoritário da jurisprudência é contrário à tese defendida pela Fundação e, na sua ausência, serão considerados os entendimentos doutrinários.

Para os objetos com risco de perda provável:

Processos em fase de conhecimento: O valor da provisão nos processos é obtido por meio de cálculo prévio, a partir da análise das decisões judiciais passadas (jurisprudências) em processos similares, de mesmo objeto e derivado de estudo estatístico. Para cada um dos objetos demandados em face da Petros é calculado um valor médio de perda/desembolso, que compõe o normativo interno da Petros sobre classificação de riscos dos processos e Exigível Contingencial acima mencionado, considerando a natureza do objeto e do pedido da ação judicial (valor estimado por objeto).

Processos em fase de execução: A provisão seguirá respeitando o valor estimado do objeto até que ocorra um depósito judicial. Nesse momento a contingência passará a observar o saldo de depósitos judiciais e recursais, observando-se a prática contábil vigente na Petros.

Os objetos com risco de perda classificados como possível são apenas evidenciados nas demonstrações contábeis, conforme Nota Explicativa 11.1.3.

Anualmente, é realizada a revisão dos valores estimados por objetos e, desta forma, a Administração entende que as provisões constituídas para os processos judiciais e administrativos são suficientes para atender a eventuais perdas decorrentes desses processos.

2.10 PROVISÕES MATEMÁTICAS

Nos cálculos atuariais dos planos administrados pela Petros são adotados regimes financeiros, métodos de financiamento e premissas atuariais em consonância com a legislação vigente e a modalidade do plano, adequados ao perfil da massa de participantes e assistidos, guardando relação direta com as obrigações e compromissos assumidos pelos planos de beneficiários.

As provisões matemáticas representam o valor presente dos compromissos futuros dos planos de beneficiários assumidos com os participantes e seus beneficiários, mediante regulamento dos planos, e registram:

- Nas contas de contribuição definida: a acumulação efetiva dos saldos individualizados e atualizados pela rentabilidade líquida apurada do plano; e
- Nas contas de benefício definido: o montante necessário, calculado atuarialmente, para custear os benefícios a serem pagos aos participantes e/ou assistidos, deduzidos do fluxo de contribuições futuras dos participantes, assistidos e patrocinadores.

Tanto os regimes financeiros quanto os métodos de financiamento estão dispostos nos pareceres e notas técnicas atuariais dos planos de beneficiários.

As provisões matemáticas são constituídas com base em cálculos atuariais, utilizando premissas biométricas, econômicas e financeiras feitas por atuários independentes, contratados pela Petros, indicados pelo instituidor, ou por atuário interno, conforme descrito na Nota Explicativa 12, as quais são segregadas em:

- Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos: registram o valor atual dos compromissos futuros líquidos correspondentes aos benefícios concedidos a serem pagos pelo plano de benefícios aos aposentados e beneficiários em gozo de benefícios.
- Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder: registram o valor atual dos compromissos futuros líquidos correspondentes aos benefícios a conceder pelo plano de benefícios aos participantes ativos e aos seus beneficiários.
- Provisões Matemáticas a Constituir: registram o valor atual das contribuições extraordinárias futuras líquidas a serem efetuadas por um período certo, referentes aos planos de equacionamento ou à amortização de dívida do patrocinador com o plano de benefícios.

2.11 EQUILÍBRIO TÉCNICO

Representa a diferença entre o ativo líquido, as provisões matemáticas e os fundos previdenciais e é registrada conforme a seguir:

- Superávit Técnico – Registra o excedente patrimonial dos planos de benefícios em relação aos seus compromissos e é subdividido em Reserva de Contingência (até o limite determinado por lei) e Reserva Especial para Revisão do Plano.
- Déficit Técnico – Registra a insuficiência patrimonial dos planos de benefícios.

O cálculo do equilíbrio técnico e os limites supracitados são normatizados pelo CNPC e pela Previc e encontram-se dispostos na Nota Explicativa 12.

2.12 FUNDOS PREVIDENCIAIS

Os fundos previdenciais guardam relação com eventos e riscos identificados, avaliados, controlados e monitorados de acordo com a natureza de cada plano administrado pela Petros.

2.13 FUNDO ADMINISTRATIVO

O fundo administrativo tem por finalidade garantir os recursos futuros necessários à manutenção da estrutura administrativa da Fundação e é constituído pela diferença positiva entre os recursos para o custeio administrativo, o retorno dos investimentos administrativos e os gastos realizados pela Fundação na administração dos planos de benefícios.

A Petros adota a gestão compartilhada dos recursos administrativos do Plano de Gestão Administrativa (PGA) entre os planos de benefícios e, desta forma, a “Participação no Fundo Administrativo” de cada plano de benefícios é apurada e registrada mensalmente, considerando os respectivos custeios, despesas administrativas, receitas diretas e o fluxo de investimentos de acordo com metodologia aprovada pelos órgãos estatutários.

2.13.1 CUSTEIO ADMINISTRATIVO

A Petros utiliza as seguintes fontes de custeio para cobertura das despesas administrativas dos planos de benefícios:

- Taxa de carregamento sobre a contribuição de participantes, assistidos, patrocinadoras e instituidores;
- Taxa de administração sobre os recursos garantidores dos planos;
- Taxa de administração de empréstimos aos participantes;
- Receitas administrativas; e
- Fundo administrativo.

2.13.2 CRITÉRIOS DE ALOCAÇÃO DE CUSTOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS ENTRE OS PLANOS DE BENEFÍCIOS

A metodologia para alocação dos gastos administrativos prevê a segregação dos registros contábeis por tipo de gasto, conforme a seguir:

- Despesas Específicas – São gastos específicos e diretos dos planos de benefícios (pagamento de consultoria atuarial, despesas jurídicas, taxa de fiscalização da Previc, entre outros), e que não sofrem qualquer critério de rateio.
- Despesas Comuns – Os gastos comuns aos planos de benefícios são rateados em Gestão Previdencial e Gestão dos Investimentos a partir da apuração das atividades da Petros, levando em consideração o levantamento de informações junto aos gestores da Petros.
 - Gestão Previdencial: as despesas da gestão previdencial são rateadas aos planos de benefícios de forma proporcional ao número de participante dos planos, considerando as particularidades dos status dos participantes (ativos, assistidos, pensionistas, entre outros); e
 - Gestão dos Investimentos: as despesas da gestão dos investimentos são rateadas aos planos de benefícios de forma proporcional ao total dos investimentos, considerando as particularidades de cada classe de ativo.

2.14 FUNDOS PARA GARANTIA DAS OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES

Os Fundos para Garantia das Operações com Participantes são fundos constituídos para fazer face à quitação de empréstimos simples, em caso de morte do mutuário, e de risco de crédito da carteira de empréstimos, depois de esgotadas todas as medidas cabíveis de recuperação. Sua constituição ocorre a partir de taxas contratuais cobradas dos mutuários.

3 GESTÃO DE RISCOS

Para cumprir com seus compromissos previdenciários, a Petros precisa gerir de forma adequada os seus investimentos e considerar a totalidade de riscos a que está exposta em suas diversas classes de ativos, em conformidade com as normas em vigor.

As diretrizes de riscos financeiros estão sob a responsabilidade do Setor de Gestão de Riscos. Entre suas atribuições, o setor atua como instância de supervisão, responsável pela identificação, avaliação, administração, monitoramento e controle dos riscos financeiros da Petros, englobando os riscos de mercado, atuarial, de crédito e de liquidez. Quanto ao pagamento de benefícios e pensões, a Petros realiza o monitoramento dos riscos financeiros dos recursos garantidores dos planos em conjunto com o seu passivo, avaliando constantemente liquidez, aderência de prazos e indexadores e a solvência dos planos. Este monitoramento representa um dos principais pilares da gestão conjunta de ativos e passivos (ALM – Assets and Liabilities Management).

Os principais riscos aos quais a Petros está exposta, cujas diretrizes para identificação, avaliação, administração, monitoramento e controle estão sob responsabilidade do Setor de Gestão de Riscos, enquanto segunda linha, são:

- Risco de mercado: Decorre de oscilações de taxas, preços ou outros fatores políticos ou de mercado que possam trazer perdas aos ativos de investimentos dos planos de benefícios, seja na gestão interna ou nos fundos de investimentos, e é acompanhado diariamente por meio de métricas como VaR, BVaR, tracking error, entre outras. Também são realizados testes de estresse dos investimentos, para os planos, seguindo a periodicidade apropriada para cada produto, para estimar as perdas resultantes da materialização de eventos extremos, porém plausíveis, e avaliar a resiliência da Fundação, de forma a se determinar o possível impacto de perdas sobre o patrimônio dos planos, causadas por grandes oscilações de mercado.

- Risco de crédito: Conhecido também como risco de contraparte, decorre da impossibilidade ou incapacidade de uma das partes cumprirem com as obrigações financeiras contratadas junto a outra parte, considerando a possível ocorrência de perdas associadas a fatores como: (i) não cumprimento pela contraparte de suas obrigações financeiras nos termos pactuados; (ii) desvalorização do valor de um ativo decorrente da deterioração na classificação de risco da contraparte; e (iii) insuficiência de liquidez ou da degradação na qualidade das garantias recebidas em compromisso financeiro. A Petros monitora o risco de crédito dos planos e utiliza limites de rating mínimo e probabilidade de default máximo para seus investimentos, além de limites de concentração por rating e prazo de vencimento.

- Risco de liquidez: É o risco de indisponibilidade de recursos financeiros para a cobertura dos compromissos dos planos de benefícios previdenciários, pela falta de uma correta programação de fluxo de caixa, o que pode resultar na necessidade de desinvestimentos não previstos em ativos ainda em andamento, podendo trazer perdas e prejuízos aos participantes. Dessa forma, dois indicadores de liquidez, um para o curto prazo e outro para o longo prazo, são utilizados para mensurar esse risco, além de ser utilizado um aplicativo de liquidez criado pelo setor para estimar o prazo de encerramento de caixa para diversos cenários. De forma adicional, são gerados relatórios que contemplam o tempo que a Fundação consegue converter os ativos em recursos financeiros para diferentes percentuais da carteira.

- Risco atuarial: É o risco decorrente de não observância ou falta de aderência de premissas e hipóteses atuariais ou de especificações técnicas que subsidiam o cálculo das provisões matemáticas exigidas para os planos de benefícios, tais como inadequação dos níveis de contribuição, interpretação equivocada de regulamentos, especificação deficiente dos planos de benefícios, uso de metodologias que se mostrem inadequadas, dentre outras. A Petros monitora este risco através do índice de solvência e confronta com o limite mínimo da Previc para verificação de adoção de plano de equacionamento. Também são realizadas simulações deste índice visando analisar o impacto considerando eventuais choques no passivo.

Além dos riscos financeiros, a Petros acompanha as seguintes modalidades de riscos:

Risco de desenquadramento: O risco de desenquadramento se dá quando algum limite legal ou de normativo interno é ultrapassado pela movimentação indevida em algum dos ativos investidos ou parâmetros de mercado. Pode se dar pela aquisição ou valorização de ativos acima dos limites estabelecidos, ou mesmo pela venda ou desvalorização que desequilibre as demais posições de outros tipos de ativo na carteira movimentada. Pode se dar também na não observância de orçamentos de risco, aquisição ou venda de empresas investidas ou mudança de parâmetros atuariais. Esse risco é mitigado na Fundação pelo constante acompanhamento das movimentações de investimentos e de mercado, de forma prévia, por meio de sistemas específicos, e pelas constantes análises realizadas pelos diversos setores responsáveis.

Risco sistêmico: Risco de que um choque contra uma parte limitada de um segmento se propague por todo o sistema do qual ele participa ou até mesmo de outros segmentos, levando a uma reação em cadeia, que configure um colapso sistêmico regional, nacional, continental ou mundial, para o que a Petros realiza, periodicamente, estudos de cenários macroeconômicos que auxiliam nas tomadas de decisão, com revisões quando identificados eventos que demandem atualizações.

Risco estratégico: São todos aqueles que podem impactar os objetivos estratégicos de uma organização, no desdobramento de seu planejamento estratégico. Podem ser incertezas ou oportunidades, que refletem os principais pontos de atenção e preocupação da alta gestão.

Risco socioambiental: É representado por potenciais danos que uma atividade econômica pode causar à sociedade e ao meio ambiente e que pode afetar a Petros de forma direta ou indireta. Além das questões econômico-financeiras, os aspectos Ambiental, Social e de Governança (ASG) são considerados no processo de seleção de investimento e desinvestimento na Petros, no sentido de se criar meios de quantificar a performance ASG das companhias, para que esses tenham impacto mais direto e efetivo nas avaliações.

Risco de reputação, ou de imagem: É o risco de perda resultante de danos à reputação da Fundação, podendo gerar perda de receita, aumento de custos operacionais, de capital ou destruição do valor para o acionista, no caso da Petros, aos participantes, causado por um evento adverso ou potencialmente criminoso, mesmo que a empresa não seja considerada culpada. Como mitigadores, a Petros conta com robusto processo de avaliação de seus fornecedores, aplicável aos vínculos comerciais firmados por meio de contratos e/ou investimentos.

Risco operacional: É ligado à possibilidade de danos resultantes de falhas, erros, fraudes, deficiências ou inadequação de processos internos ou terceirizados, pessoas ou sistemas, assim como decorrentes de eventos que possam acarretar redução, degradação ou interrupção das atividades, total ou parcialmente. Sua gestão é realizada pela Petros por meio de (i) identificação e avaliação dos riscos pelas áreas gestoras relativamente a seus processos operacionais; (ii) recomendação de implementação de controles internos para mitigação desses riscos; (iii) monitoramento da implantação dos planos de ação definidos para mitigação dos riscos; (iv) avaliação da eficiência e eficácia dos controles; (v) acompanhamento dos planos de ação das auditorias internas das patrocinadoras e instituidoras e auditoria externa; e (vi) captação das novas legislações junto aos órgãos reguladores.

Risco legal: Possibilidade de perdas resultantes de sanções ou processos judiciais, por inobservância ou má interpretação de dispositivos legais, regulamentares, contratuais ou jurisprudência aplicáveis aos negócios da Petros, assim como de inadequação de seus contratos ou regimentos internos, que envolvam: (i) sanções impostas por órgãos de supervisão e controle; (ii) indenizações por danos a terceiros; (iii) criação de tributos ou nova interpretação quanto à sua incidência; e (iv) instrumentos contratuais em desconformidade com o regramento legal vigente.

Risco de governança: Representa o impacto na maneira como a Fundação é dirigida, administrada ou controlada, podendo afetar o conjunto de processos, costumes, políticas, leis, regulamentos e instituições que a regulam. Sua mitigação é pautada no comprometimento e preocupação da alta gestão no cumprimento de ações de governança, ética, compliance e integridade (tone at the top), e perpassa todas as áreas da Fundação. A estrutura da Petros busca mitigar os riscos relacionados à concentração de poderes, garantindo a segregação de funções e enfatizando as decisões colegiadas.

Risco de tecnologia da informação: Inserida no âmbito do risco operacional, a gestão do risco de tecnologia da informação deve se preocupar com a privacidade, segurança, disponibilidade, integridade, performance e conformidade em relação aos sistemas, informações, processos e ambiente de tecnologia.

A Petros zela permanentemente pela exatidão e pela consistência das informações cadastrais, determinando procedimentos de contingência e segregação de funções entre usuários e administradores de sistemas de forma a garantir a integridade e segurança dos dados armazenados, a Fundação vem implementando novas ações e iniciativas para proteção de dados da empresa e de terceiros, em virtude da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), de normativos da Previc e referenciais de mercado que elevem o grau de conformidade e maturidade em segurança da informação, sob aspectos de governança e cibersegurança.

4 REALIZÁVEL – GESTÃO PREVIDENCIAL

Os valores a receber referentes aos planos de benefícios administrados pela Petros estão compostos da seguinte forma:

Descrição	Nota	2023	2022
Recursos a Receber		6.499.021	6.075.702
Contribuições Normais		218.849	268.248
Contribuições em Atraso	4.1	-	-
Patrocinadoras		-	-
Contribuições em atraso		1.652	1.547
(-) Provisão para perdas		(1.652)	(1.547)
Participantes		-	-
Contribuições em atraso		258.791	212.246
(-) Provisão para perdas		(258.791)	(212.246)
Instituidores		-	-
Contribuições em atraso		-	623
(-) Provisão para perdas		-	(623)
Contribuições Contratadas	4.2	6.279.965	5.806.812
Outros Recursos a Receber		207	642
Patrocinadoras Liquidadas	4.3	45.723	44.139
(-) Provisão para perdas	4.3	(45.723)	(44.139)
Demais Rubricas		207	642
Adiantamentos		11.601	10.065
Resultados a Realizar	4.4	3.835	4.382
Depósitos Judiciais/Recursais	10	3.445.300	3.229.853
Recursos a Receber - Precatórios	4.3	978.051	934.008
Outros Realizáveis		907.960	1.051.987
Valores a Receber PED 2015 – Participantes e Assistidos	4.5	828.184	904.964
Créditos a Receber de Planos em Retirada de Patrocínio	4.6	37.086	36.646
(-) Provisão para perdas	4.6	(36.635)	(36.635)
Outros		79.325	147.012
Total		11.845.768	11.305.997

4.1 CONTRIBUIÇÕES EM ATRASO

As contribuições em atraso têm sua origem em decisões judiciais liminares que suspenderam a cobrança de contribuições extraordinárias de participantes e assistidos dos planos no âmbito do Plano de Equacionamento de Déficit (PED) dos planos PPSP-R, PPSP-NR e Ultrafertil.

Em relação ao PED 2015 dos planos PPSP-R e PPSP-NR, até o exercício de 2021, as parcelas referentes às contribuições não arrecadadas eram registradas como contribuições em atraso, integralmente provisionadas para perdas e reconhecidas no grupo de provisões matemáticas a constituir e a partir do exercício de 2022 passaram a ser registradas da seguinte forma:

- Parcela Patronal – Registrada como Operação contratada mediante a assinatura do instrumento de confissão de dívida – Vide Nota Explicativa 4.2.

- Parcela dos Participantes – Registrada como Outros Recursos a Receber da Gestão Previdencial – Vide Nota Explicativa 4.5.

As contribuições do PED 2018 dos Planos PPSP-R e PPSP-NR, apesar das tratativas junto à Patrocinadora, não tiveram alteração significativa da expectativa de recebimento em 2023 e foram mantidas integralmente provisionadas para perdas e reconhecidas no grupo provisões matemáticas a constituir (Notas Explicativas 12.1.1.3 e 12.1.2.3).

Em relação ao plano Ultrafertil, diante das diversas liminares que suspendem a cobrança de contribuições extraordinárias dos participantes referentes aos PED's 2014, 2015 e 2016 e da liminar ativa relativa ao PED 2019 (vide Nota Explicativa 11.3), as contribuições são classificadas como em atraso, integralmente provisionadas para perdas e reconhecidas no grupo provisões matemáticas a constituir (Nota Explicativa 12.1.5.3). Cumpre ressaltar que as patrocinadoras Ultrafertil e Vale Fertilizantes permanecem efetuando o pagamento mensal das contribuições normais e extraordinárias de responsabilidade da patrocinadora.

A seguir, demonstramos a posição das contribuições em atraso por planos de benefícios e as respectivas provisões para perdas constituídas:

- Patrocinador**

Plano	2023	2022
PPSP-R		
Petrobras	1.125	887
(-) Provisão para perdas	(1.125)	(887)
PPSP-R - Contribuições em Atraso Patrocinadores - Total	-	-
PPSP-NR		
Petrobras	527	660
(-) Provisão para perdas	(527)	(660)
PPSP-NR - Contribuições em Atraso Patrocinadores - Total	-	-
Contribuições em Atraso Patrocinadores – Valor Líquido	-	-
Total de Contribuições em Atraso e Provisão para Perdas - Patrocinadores	-	-
Total - Contribuições em Atraso	1.652	1.547
Total (-) Provisões para perdas	(1.652)	(1.547)

- Participantes**

Plano	2023	2022
PPSP-R		
Contribuições em atraso	1.275	926
(-) Provisão para perdas	(1.275)	(926)
PPSP-R - Contribuições em Atraso Participantes - Total	-	-
PPSP-NR		
Contribuições em atraso	1.145	897
(-) Provisão para perdas	(1.145)	(897)
PPSP-NR - Contribuições em Atraso Participantes - Total	-	-
Plano Petros Ultrafertil		
Contribuições em atraso	256.371	210.423
(-) Provisão para perdas	(256.371)	(210.423)
Plano Petros Ultrafertil - Contribuições em Atraso Participantes - Total	-	-
Contribuições em Atraso Participantes - Valor Líquido	-	-
Total de Contribuições em Atraso e Provisão para Perdas - Participantes	-	-
Total - Contribuições em Atraso	258.791	212.246
Total (-) Provisões para perdas	(258.791)	(212.246)

• **Instituidor**

Plano	2023	2022
Plano AnaparPrev		
SINDPAES	-	623
(-) Provisão para perdas	-	(623)
Plano AnaparPrev - Contribuições em Atraso Instituidores - Total	-	-
Contribuições em Atraso Instituidores – Valor Líquido	-	-
Total de Contribuições em Atraso e Provisão para Perdas - Instituidores	-	-
Total - Contribuições em Atraso	-	623
Total (-) Provisões para perdas	-	(623)

4.2 OPERAÇÕES CONTRATADAS

Compostas pelos seguintes Termos de Compromissos e Instrumentos Financeiros:

Termos de Compromissos Financeiros (TCF) - Celebrados no âmbito do Acordo de Obrigações Recíprocas (AOR), em outubro de 2008, no qual são partes os patrocinadores dos planos Petros do Sistema Petrobras, a Fundação e entidades representativas de seus participantes. Os Termos de Compromissos Financeiros possuem vencimento em 2028 e são atualizados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) *pro-rata die*, acrescidos de juros de 6% ao ano, possuem cláusula de reajuste atuarial e obrigações de pagamentos de juros semestrais nos meses de abril e de outubro.

- Termo de Compromisso Financeiro Pré-70: Compromisso atuarial com o Grupo Pré-70, no valor de R\$ 1.463.862, posicionado em 31 de dezembro de 2006 (R\$ 2.921.506 em 2023 e R\$ 2.406.627 em 2022), correspondente à diferença resultante da revisão atuarial dos compromissos com esse grupo específico, com base na Tábua de Mortalidade AT-2000, na Tábua de Mortalidade de Inválidos AT-49 e na Tábua de entrada em invalidez Zimmermann ajustada, tábuas diversas daquelas utilizadas quando da liquidação dessa rubrica no ano de 2001.

Adicionalmente, no exercício de 2019, foi assinado entre a Petrobras e a Petros aditivo que ajustou a metodologia aplicada ao TCF ao estabelecido no Termo de Transação Judicial, que implementou o compromisso da Petrobras com os planos Pré-70. Este aditivo contemplou a criação de um ativo realizável que, em 2023, totalizava R\$ 1.524.090 (R\$ 1.447.033 em 2022), dos quais R\$ 802.654 (R\$ 758.769 em 2022) para o plano PPSP-NR Pré-70 e R\$ 721.436 (R\$ 688.264 em 2022) para o plano PPSP-R Pré-70.

- Termo de Compromisso Financeiro Diferença de Pensão: Documento firmado entre as patrocinadoras e a Petros que garante as condições para realização do pagamento do acréscimo de compromisso atuarial com as pensões, decorrente da mudança do critério de cálculo das pensões dos participantes ativos e assistidos e pensionistas que optaram pela repactuação, a ser creditado no plano PPSP-R (no valor de R\$ 682.463, posicionado em 31 de dezembro de 2006, R\$ 899.584 em 2023 e R\$ 938.030 em 2022).

Instrumento de Dívida Relativo ao PED 2015 (Petrobras): Instrumento Particular de Confissão de Dívida firmado em outubro de 2022 entre a Patrocinadora Petrobras e a Petros correspondente à parte Patronal referente às contribuições extraordinárias não recolhidas, no período de julho de 2020 até setembro de 2022, atualizadas até setembro de 2022, referentes ao PED 2015 dos Planos PPSP-R e PPSP-NR.

Termo de Compromisso Migração para o plano PP-3 (Petrobras): Termo de migração celebrado em janeiro de 2021 relativo aos compromissos financeiros da Patrocinadora Petrobras junto ao Plano Petros-3 (PP-3) referentes à migração. Em dezembro de 2023, o valor apresentado se refere à migração de 1 participante oriundo do plano PPSP-R cujas reservas foram migradas em novembro de 2023 em razão de processo judicial ingressado pelo participante, no qual foi celebrado acordo para permitir a migração.

Termo de Compromisso Migração para o plano FlexPrev (Vibra Energia): Instrumento Contratual de Confissão de Dívida da Patrocinadora Vibra Energia S.A. junto – ao Plano FlexPrev, relativo aos compromissos financeiros decorrentes da migração ocorrida em setembro de 2022. O termo foi reconhecido na data de migração e é atualizado mensalmente de acordo com as metas atuariais dos

planos originários na data da migração (PPSP-R (IPCA + 4,43% a.a.), PPSP-NR (IPCA + 4,37% a.a.) e PP-2 (IPCA + 4,75% a.a.)) e será quitado através de prestações semestrais e sucessivas no prazo máximo de 15 anos.

A seguir, detalhamos a alocação das contribuições contratadas aos planos, suas características e eventos relevantes ocorridos no período:

Planos / Patrocinadoras	Contribuição Contratada	2023	Contratações	Recebimentos	Atualização	Impacto Atuarial	2022
PPSP-R		1.230.242	-	(169.217)	131.680	(85.301)	1.353.080
Petrobras	PED - 2015	590.562		(113.702)	57.751		646.513
	TCF - Diferença de Pensão	632.981		(45.871)	73.030	(83.163)	688.985
Vibra Energia	TCF - Diferença de Pensão	(2.288)		(9.116)		(2.288)	9.116
Petros	TCF - Diferença de Pensão	8.987		(528)	899	150	8.466
PPSP-NR		209.529	-	(40.033)	20.332	-	229.230
Petrobras	PED - 2015	209.529		(40.033)	20.332		229.230
PPSP-R Pré-70		2.607.594	-	(94.795)	201.805	227.504	2.273.080
	TCF - Diferença de Pensão	259.904		(15.229)	24.544	19.126	231.463
Petrobras	TCF - Pré-70	1.626.254		(79.566)	144.089	208.378	1.353.353
	TCF - Pré-70 - Aditivo	721.436		-	33.172		688.264
PPSP-NR Pré-70		2.097.906	-	(60.963)	156.084	190.742	1.812.043
Petrobras	TCF - Pré-70	1.295.252		(60.963)	112.199	190.742	1.053.274
	TCF - Pré-70 - Aditivo	802.654		-	43.885		758.769
PP3		268	268	(929)	53	-	876
Petrobras	Termo de Migração	268	268	(929)	53		876
Flexprev		134.426	-	(15.186)	11.109	-	138.503
Vibra Energia	Termo de Migração	134.426		(15.186)	11.109		138.503
Total Contribuições Contratadas		6.279.965	268	(381.122)	521.063	332.945	5.806.812

Totais por Contratação:	2023	Contratações	Recebimentos	Atualização	Impacto Atuarial	2022
TCF - Pré-70	2.921.506	-	(140.529)	256.288	399.120	2.406.627
TCF - Pré-70 - Aditivo	1.524.090	-	-	77.057	-	1.447.033
TCF - Diferença de Pensão	899.584	-	(70.744)	98.473	(66.175)	938.030
PED - 2015	800.091	-	(153.735)	78.083	-	875.743
Termo de Migração - PP3	268	268	(929)	53	-	876
Termo de Migração - Flexprev	134.426	-	(15.186)	11.109	-	138.503

4.3 PATROCINADORAS LIQUIDADAS

De acordo com o art. 4º da Lei 8.029, de 12 de abril de 1990, o Poder Executivo foi autorizado a dissolver ou privatizar as entidades da administração pública federal da Petromisa e da Interbrás. A Petros buscou habilitar os créditos relativos ao custeio do plano de benefícios do Sistema Petrobras, referentes às massas de participantes e assistidos de ambas as empregadoras, por meio de processos administrativos, nos quais não logrou êxito, resultando no ajuizamento de demandas judiciais para a cobrança das contribuições das retiradas de patrocínios.

Os créditos a receber da patrocinadora liquidada Petrobras Mineração S.A. – Petromisa referentes ao plano PPSP-NR, estão totalmente provisionados para perda e são objeto de processos judiciais de cobrança contra a União Federal, na qualidade de sucessora dos patrocinadores liquidados, conforme o art. 23 da Lei 8.029, de 12 de abril de 1990.

Em relação à ação judicial decorrente da extinção da Petromisa, a União foi condenada a pagar à Petros a contribuição de retirada de patrocínio. A União interpôs recurso especial, que foi negado seguimento. A decisão favorável à Petros para recebimento dos valores transitou em julgado em 23 de junho de 2020. Iniciada a execução, a União Federal impugnou os cálculos apresentados pela Petros, tendo o juízo proferido decisão definindo os critérios para a elaboração dos cálculos. Em seguida, os autos foram remetidos à contadoria judicial, que apresentou os cálculos atualizados. A Petros opôs recurso de embargos de declaração em 2022 discordando das premissas estabelecidas, contudo, sem

êxito. Na fase de execução, houve a concordância com o valor incontroverso da dívida e aguarda-se a expedição dos requisitos.

Em relação à ação judicial decorrente da extinção da Interbrás, em abril de 2022 houve a expedição do precatório, no montante de R\$ 904.000. Os valores foram reclassificados para o grupo Recursos a Receber – Precatórios e atualizados para a data de 31 de dezembro de 2023 pelo IPCA-E, totalizando R\$ 978,051. A seguir, demonstramos a composição dos valores a receber e da provisão para perdas de patrocinadoras liquidadas, bem como os precatórios previdenciais em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

Descrição	2023	2022
Patrocinadoras Liquidadas	45.723	44.139
Petromisa	45.723	44.139
(-) Provisão para perdas	(45.723)	(44.139)
Petromisa	(45.723)	(44.139)
Precatórios	978.051	934.008
Interbrás*	978.051	934.008

*Precatório recebido em janeiro de 2024, vide nota 17.1.

4.4 RESULTADOS A REALIZAR

Os resultados a realizar têm sua origem em títulos, classificados na categoria “títulos mantidos até o vencimento – resultados a realizar”. O controle e o acompanhamento desses títulos são realizados considerando as taxas de aquisição e as características específicas de cada título, com a devida anuência do órgão fiscalizador, conforme Ofício nº 1702/GAB/SPC, de 19 de setembro de 2002, aprovado pela então Secretaria de Previdência Complementar (SPC), atual Previc. Os valores estão compostos da seguinte forma:

Descrição	Vencimento	2023			2022		
		Valor contábil	Fluxo descontado	Resultados Realizar	Valor contábil	Fluxo descontado	Resultados Realizar
		(A)	(B)	(B) - (A)	(A)	(B)	(B) - (A)
Nitriflex/Arlanxeo		9.943	13.778	3.835	10.320	14.702	4.382
NTN-C	01/01/2031	9.943	13.778	3.835	10.320	14.702	4.382
Total		9.943	13.778	3.835	10.320	14.702	4.382

4.5 VALORES A RECEBER PED 2015 – PARTICIPANTES E ASSISTIDOS

Conforme informado na Nota Explicativa 4.1, em outubro de 2022 houve a reversão da provisão para perdas, com reconhecimento dos valores relacionados ao PED 2015 dos participantes e assistidos.

Demonstramos a seguir a evolução dos valores ao longo do exercício.

Planos	2023	Recebimentos	Atualização	2022
PPSP-NR	220.314	(39.777)	19.867	240.224
PPSP-R	607.870	(112.222)	55.352	664.740
Total	828.184	(151.999)	75.219	904.964

4.6 CRÉDITOS A RECEBER DE PLANOS EM RETIRADA DE PATROCÍNIO

Nas circunstâncias previstas nos termos de retirada de patrocínio das patrocinadoras dos planos Copesul, Braskem e PQU foram constituídas “contas a receber” referentes às condenações e aos honorários judiciais incorridos pelos planos, que deveriam ser reembolsados pelas patrocinadoras.

No curso do ano de 2021, iniciamos tratativas com as patrocinadoras, para que a Petros seja reembolsada das condenações judiciais, negociações estas que, embora estejam muito evoluídas, ainda não foram concluídas. Em 2022, a Braskem pagou à Petros o valor de R\$ 2,49 milhões.

A Petros vem envidando todos os esforços na recuperação de valores de processos passíveis de cobrança à Braskem, referente aos Planos Copesul e PQU.

Em relação aos planos TAPMEPrev e Ultrafertil, os valores decorrem da movimentação contingencial ocorrida após a retirada das patrocinadoras TAPME e Araucária, conforme termos de retirada.

Demonstramos a seguir a movimentação dos valores no exercício:

Descrição	2023	Movimentações	2022
Copesul	-	-	-
Valores a receber	23.180	-	23.180
(-) Provisão para Perdas	(23.180)	-	(23.180)
Braskem	11	-	11
Valores a receber	4.578	-	4.578
(-) Provisão para Perdas	(4.567)	-	(4.567)
PQU	-	-	-
Valores a receber	8.888	-	8.888
(-) Provisão para Perdas	(8.888)	-	(8.888)
Ultrafertil	172	172	-
Valores a receber	172	172	-
TapmePrev	268	268	-
Valores a receber	268	268	-
Valor Líquido de Provisão	451	440	11
Total de Valores a receber e Provisão para perdas	451	440	11
Valores a receber	37.086	440	36.646
(-) Provisão para Perdas	(36.635)	-	(36.635)

5 REALIZÁVEL – GESTÃO ADMINISTRATIVA

Estão registrados os valores inerentes às atividades da gestão administrativa, principalmente as contribuições para custeio, tributos a recuperar, adiantamentos referentes aos encargos de décimo terceiro e férias e valores depositados em juízo relativos aos processos judiciais.

Descrição	Nota	2023	2022
Contas a Receber		34.723	18.500
Contribuições para Custeio		293	463
Contribuições para Custeio em Atraso		83	95
Custeio Administrativo dos Investimentos		574	544
Responsabilidade de Empregados		6.067	7.078
Responsabilidade de Terceiros		294	1.502
Valores a receber Planos em Retirada*		21.236	2.818
Valores a receber entre planos		5.200	4.875
Outros Recursos a Receber		976	1.125
Despesas Antecipadas		1.096	783
Depósitos Judiciais e Recursais	10	192.354	129.139
Tributos a Compensar		3	3
Outros Realizáveis		1.846	1.836
Total		230.022	150.261

*A variação ocorrida, no exercício de 2023, em valores a receber de planos em retirada deve-se ao pagamento de depósitos judiciais relativos aos planos Braskem (R\$ 3.189), PQU (R\$ 17.722) e Ultrafertil (Patrocinadora Araucaria) (R\$ 325) que são objetos de ressarcimento junto às patrocinadoras, conforme mencionado na Nota Explicativa 4.6.

6 INVESTIMENTOS

6.1 COMPOSIÇÃO E RESULTADO LÍQUIDO DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS – CONSOLIDADO

A carteira de investimentos consolidada é composta por títulos públicos, ativos financeiros de crédito privado, ações, fundos de investimento, derivativos, investimentos imobiliários e empréstimos e financiamentos. Os títulos, valores mobiliários e cotas de fundos de investimentos estão sob custódia do Banco Bradesco S.A.

Demonstramos a seguir sua composição:

Segmentos	Nota	2023			2022		
		Preços Cotados em Mercado Ativo	Preços Não cotados em Mercado Ativo	Valor Justo	Preços Cotados em Mercado Ativo	Preços Não cotados em Mercado Ativo	Valor Justo
Títulos Públicos	6.1.1	8.608.308	55.326.427	63.934.735	25.331.743	35.512.484	60.844.227
Títulos Públicos Federais		8.608.308	55.326.427	63.934.735	25.331.743	35.512.484	60.844.227
Tesouro IPCA / Notas do Tesouro Nacional - NTN		8.608.308	55.326.427	63.934.735	25.331.655	35.512.484	60.844.139
Letras Financeiras do Tesouro – LFT		-	-	-	88	-	88
Ativos Financeiros de Crédito Privado	6.1.2	450.567	-	450.567	459.609	58.877	518.486
Títulos Emitidos por Instituições Financeiras		-	1.329	1.329	-	1.329	1.329
Certificado de Depósito Bancário – CDB		-	1.329	1.329	-	1.329	1.329
Cédulas de Crédito Imobiliário – CCI		-	107.374	107.374	-	107.374	107.374
Debêntures		461.344	21.039	482.383	459.609	80.277	539.886
Debêntures de Empresas Abertas		461.344	2.883	464.227	459.609	43.839	503.448
Debêntures de Empresas Fechadas		-	18.156	18.156	-	18.157	18.157
Debêntures de Sociedade de Propósito Específico – SPE		-	-	-	-	18.281	18.281
(-) Perdas Estimadas – Crédito Privado		(10.777)	(129.742)	(140.519)	-	(130.103)	(130.103)
(-) Títulos Emitidos Instituições Financeiras		-	(1.329)	(1.329)	-	(1,329)	(1,329)
(-) Cédulas de Crédito Imobiliário – CCI		-	(107.374)	(107.374)	-	(107.374)	(107.374)
(-) Debêntures		(10.777)	(21.039)	(31.816)	-	(21.400)	(21.400)

Segmentos	Nota	2023			2022		
		Preços Cotados em Mercado Ativo	Preços Não cotados em Mercado Ativo	Valor Justo	Preços Cotados em Mercado Ativo	Preços Não cotados em Mercado Ativo	Valor Justo
Renda Variável	6.1.3	81.722	1.334.148	1.415.870	837.948	1.611.655	2.449.603
Ações		81.722	1.334.148	1.415.870	837.948	1.611.655	2.449.603
Ações – Companhias Abertas		81.722	835.939	917.661	837.948	857.278	1.695.226
Ações – Sociedade Propósito Específico		-	489.466	489.466	-	747.075	747.075
Ações – Patrocinadora		-	8.743	8.743	-	7.302	7.302
Fundos de Investimento	6.1.4	43.848.266	356.747	44.205.013	37.076.515	397.549	37.474.064
Renda Fixa		8.413.232	-	8.413.232	14.185.894	-	14.185.894
Direitos Creditórios		-	72.951	72.951	-	80.793	80.793
Ações		9.905.650	-	9.905.650	11.209.486	-	11.209.486
Participações		-	71.069	71.069	-	94.141	94.141
Multimercado		24.749.105	-	24.749.105	11.289.949	-	11.289.949
Imobiliário		313.750	219.979	533.729	222.834	230.204	453.038
Exterior		496.355	-	496.355	201.500	-	201.500
(-) Perdas Estimadas		(29.826)	(7.252)	(37.078)	(33.148)	(7.589)	(40.737)
Renda Fixa		(4.991)	-	(4.991)	(3.021)	-	(3.021)
Direitos Creditórios		-	(917)	(917)	-	(1.254)	(1.254)
Participações		-	(6.335)	(6.335)	-	(6.335)	(6.335)
Multimercado		(24.835)	-	(24.835)	(30.127)	-	(30.127)
Derivativos	6.1.6	28.840	-	28.840	-	-	-
Opções - Ativos Financeiros/Mercadoria		28.840	-	28.840	-	-	-
Investimentos em imóveis	6.1.7	-	3.373.861	3.373.861	-	3.291.890	3.291.890
Aluguéis e Renda		-	3.389.225	3.389.225	-	3.292.642	3.292.642
Locadas a Patrocinador(es)		-	1.358.108	1.358.108	-	1.310.308	1.310.308
Terrenos		-	224.627	224.627	-	187.244	187.244
Edificações		-	1.123.052	1.123.052	-	1.113.042	1.113.042

Segmentos	Nota	2023			2022		
		Preços Cotados em Mercado Ativo	Preços Não cotados em Mercado Ativo	Valor Justo	Preços Cotados em Mercado Ativo	Preços Não cotados em Mercado Ativo	Valor Justo
Valores a Receber		-	10.429	10.429	-	10.022	10.022
Locadas a Terceiros		-	1.689.668	1.689.668	-	1.467.066	1.467.066
Terrenos		-	643.991	643.991	-	496.369	496.369
Edificações		-	1.012.421	1.012.421	-	936.458	936.458
Valores a Receber		-	33.256	33.256	-	34.239	34.239
Rendas de Participações		-	341.449	341.449	-	515.268	515.268
Terrenos		-	69.050	69.050	-	88.793	88.793
Edificações		-	272.390	272.390	-	426.475	426.475
Valores a Receber		-	9	9	-	-	-
Direitos Alienações Invest. Imobiliários		-	8.226	8.226	-	25.675	25.675
(-) Perdas Estimadas – Investimentos em Imóveis		-	(23.590)	(23.590)	-	(26.427)	(26.427)
Operações com Participantes	6.1.8	-	2.775.758	2.775.758	-	2.650.623	2.650.623
Recursos a Receber - Precatórios	6.1.9	-	1.097.267	1.097.267	-	977.582	977.582
Outros Realizáveis	6.1.10	-	1.024.523	1.024.523	-	1.112.492	1.112.492
Investimentos			53.017.703	65.288.731	118.306.434	63.705.815	45.613.152
						45.613.152	109.318.967

Demonstramos a seguir o quadro com o resultado líquido da carteira de investimentos:

Resultado dos Investimentos		
Consolidado	2023	2022
Rendas/Variações Líquidas	13.376.861	7.749.321
Títulos Públicos	7.308.563	3.318.415
Ativos Financeiros de Créditos Privados	32.797	(7.190)
Ações	(210.919)	(379.842)
Fundos de Investimento	5.583.150	3.208.281
Derivativos	(47.934)	271.898
Investimentos Imobiliários	518.010	72.864
Operações com Participantes - Empréstimos	164.846	187.868
Outros Realizáveis	(91.269)	99.445
Precatórios	119.617	977.582
Constituição/Reversão Fundo dos Investimentos	(76.428)	897
Total	13.300.433	7.750.218

Resultado dos Investimentos		
Planos	2023	2022
Rendas/Variações Líquidas	13.212.954	7.667.293
Títulos Públicos	7.306.188	3.305.172
Ativos Financeiros de Créditos Privados	32.342	(6.757)
Ações	(207.517)	(378.636)
Fundos de Investimento	5.418.550	3.141.914
Derivativos	(47.934)	267.616
Investimentos Imobiliários	518.010	72.875
Operações com Participantes - Empréstimos	164.846	187.868
Outros Realizáveis	(91.148)	99.659
Precatórios	119.617	977.582
Constituição/Reversão Fundo dos Investimentos	(76.428)	897
Total	13.136.526	7.668.190

Resultado dos Investimentos		
PGA	2023	2022
Rendas/Variações Líquidas	163.907	82.028
Títulos Públicos	2.375	13.243
Ativos Financeiros de Créditos Privados	455	(433)
Ações	(3.402)	(1.206)
Fundos de Investimento	164.600	66.367
Derivativos	-	4.282
Investimentos Imobiliários	-	(11)
Outros Realizáveis	(121)	(214)
Total	163.907	82.028

6.1.1 TÍTULOS PÚBLICOS

Títulos Públicos	PPSP-NR	PPSP-R	PPSP-R Pré-70	PPSP-NR Pré-70	Nitriflex/ Arlanxeo	Arlanxeo Prev	Ultrafertil	PP-2	Misto Sanasa	Flexprev	2023	2022	Δ%
Títulos Públicos Federais	8.453.945	33.920.540	4.254.231	2.462.586	154.662	1.017.213	172.356	13.023.478	169.544	306.180	63.934.735	60.844.227	5,08%
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	88	-100,00%
Notas do Tesouro Nacional B	8.453.945	33.920.540	4.254.231	2.462.586	144.719	1.017.213	172.356	13.023.478	169.544	306.180	63.924.792	60.833.819	5,08%
Notas do Tesouro Nacional C	-	-	-	-	9.943	-	-	-	-	-	9.943	10.320	-3,65%
Total	8.453.945	33.920.540	4.254.231	2.462.586	154.662	1.017.213	172.356	13.023.478	169.544	306.180	63.934.735	60.844.227	5,08%

6.1.1.1 TÍTULOS DE RENDA FIXA MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO

Plano/Títulos	Custo Amortizado					2023	2022	Mercado					2023	2022
	0 – 1 ano	1 – 5 anos	5 – 10 anos	10 – 15 anos	> 15 anos			0 – 1 ano	1 – 5 anos	5 – 10 anos	10 – 15 anos	> 15 anos		
PGA	-	-	-	-	-	-	504	-	-	-	-	-	-	504
Debêntures	-	-	-	-	-	-	504	-	-	-	-	-	-	504
Misto Sanasa	12.807	41.996	4.285	86.376	24.080	169.544	181.951	12.775	43.097	4.542	90.092	26.227	176.733	180.633
NTN-B	12.807	41.996	4.285	86.376	24.080	169.544	181.951	12.775	43.097	4.542	90.092	26.227	176.733	180.633
PP-2	458.586	1.316.558	541.205	1.831.532	8.875.597	13.023.478	12.495.765	459.782	1.337.507	568.789	1.967.498	9.554.641	13.888.217	12.356.090
Debêntures	-	-	-	-	-	-	3.495	-	-	-	-	-	-	3.495
NTN-B	458.586	1.316.558	541.205	1.831.532	8.875.597	13.023.478	12.492.270	459.782	1.337.507	568.789	1.967.498	9.554.641	13.888.217	12.352.595
Arlanxeo Prev	-	216.327	258.918	46.924	278.894	801.063	559.956	-	219.796	261.204	48.909	292.162	822.071	540.287
Debêntures	-	-	-	-	-	-	827	-	-	-	-	-	-	827
NTN-B	-	216.327	258.918	46.924	278.894	801.063	559.129	-	219.796	261.204	48.909	292.162	822.071	539.460
Nitriflex/Arlanxeo	-	24.777	62.678	10.085	28.415	125.955	64.073	-	25.154	63.924	10.181	30.200	129.459	62.872
NTN-C	-	-	9.943	-	-	9.943	10.320	-	-	9.943	-	-	9.943	10.320
Debêntures	-	-	-	-	-	-	123	-	-	-	-	-	-	123
NTN-B	-	24.777	52.735	10.085	28.415	116.012	53.630	-	25.154	53.981	10.181	30.200	119.516	52.429
PPSP-NR	-	1.135.118	1.898.462	870.308	3.055.652	6.959.540	3.481.152	-	1.158.640	1.957.675	874.707	3.182.849	7.173.871	3.339.004
Debêntures	-	-	-	-	-	-	12.433	-	-	-	-	-	-	12.433
NTN-B	-	1.135.118	1.898.462	870.308	3.055.652	6.959.540	3.468.719	-	1.158.640	1.957.675	874.707	3.182.849	7.173.871	3.326.571
PPSP-R	-	6.545.469	9.466.290	1.206.610	11.857.970	29.076.339	14.132.632	-	6.662.548	9.681.168	1.239.801	12.494.939	30.078.456	13.608.722
Debêntures	-	-	-	-	-	-	40.236	-	-	-	-	-	-	40.236

Plano/Títulos	Custo Amortizado					2023	2022	Mercado					2023	2022
	0 – 1 ano	1 – 5 anos	5 – 10 anos	10 – 15 anos	> 15 anos			0 – 1 ano	1 – 5 anos	5 – 10 anos	10 – 15 anos	> 15 anos		
NTN-B	-	6.545.469	9.466.290	1.206.610	11.857.970	29.076.339	14.092.396	-	6.662.548	9.681.168	1.239.801	12.494.939	30.078.456	13.568.486
Ultrafertil	-	25.575	33.768	-	35.848	95.191	91.898	-	25.594	34.375	-	35.324	95.293	86.232
Debêntures	-	-	-	-	-	-	706	-	-	-	-	-	-	706
NTN-B	-	25.575	33.768	-	35.848	95.191	91.192	-	25.594	34.375	-	35.324	95.293	85.526
TapmePrev	-	-	-	-	-	-	165.876	-	-	-	-	-	-	163.927
NTN-B	-	-	-	-	-	-	165.876	-	-	-	-	-	-	163.927
PP-3	-	-	-	-	-	-	2.278	-	-	-	-	-	-	2.278
Debêntures	-	-	-	-	-	-	2.278	-	-	-	-	-	-	2.278
Flexprev	8.596	54.492	24.994	34.286	183.812	306.180	293.934	8.619	55.394	25.759	36.832	196.013	322.617	288.264
Debêntures	-	-	-	-	-	-	334	-	-	-	-	-	-	334
NTN-B	8.596	54.492	24.994	34.286	183.812	306.180	293.600	8.619	55.394	25.759	36.832	196.013	322.617	287.930
PPSP NR PRÉ 70	-	512.690	686.192	223.441	285.351	1.707.674	1.486.849	-	519.363	700.854	230.739	307.372	1.758.328	1.450.450
NTN-B	-	512.690	686.192	223.441	285.351	1.707.674	1.486.849	-	519.363	700.854	230.739	307.372	1.758.328	1.450.450
PPSP R PRÉ 70	-	785.720	1.188.933	422.501	664.308	3.061.462	2.626.869	-	797.166	1.214.210	436.359	714.771	3.162.506	2.565.134
NTN-B	-	785.720	1.188.933	422.501	664.308	3.061.462	2.626.869	-	797.166	1.214.210	436.359	714.771	3.162.506	2.565.134
Total	479.989	10.658.722	14.165.725	4.732.063	25.289.927	55.326.426	35.583.737	481.176	10.844.259	14.512.500	4.935.118	26.834.498	57.607.551	34.644.397

A Administração da Fundação manifesta a intenção de manter estes títulos até seus respectivos vencimentos, dispondo, para tanto, os planos de benefícios, de capacidade financeira, como tem sido atestado por ocasião da elaboração de suas políticas de investimentos. Anualmente, são elaborados estudos gerenciais internos com software de ALM que simulam cenários confrontando os fluxos esperados de receitas (financeiras e previdenciais) e de despesas previdenciais com as necessidades de liquidez dos planos administrados pela Petros no curto, médio e longo prazos.

6.1.1.1. NEGOCIAÇÃO DOS TÍTULOS PÚBLICOS CLASSIFICADOS NA CATEGORIA “TÍTULOS MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO”

A operação de venda de Títulos Públicos mantidos até o vencimento, é contabilizada pelo custo amortizado, sendo realizada em plataforma eletrônica e cursada no mercado secundário, caso verifique-se que a situação dos ativos e dos planos em relação ao momento de compra modificou-se.

Plano TAPMEPrev		R\$/mil				
Vencimento	Quantidade	Curva		Mercado		Resultado
		Taxa	Valor	Taxa	Valor	
NTN-B 08/2028	4.069	5,30%	R\$ 4,2	5,74%	R\$ 4,2	-R\$ 324
NTN-B 05/2035	15.000	5,85%	R\$ 4,2	5,90%	R\$ 4,2	-R\$ 236
NTN-B 08/2024	5.000	6,17%	R\$ 4,1	6,48%	R\$ 4,1	-R\$ 75
NTN-B 05/2023	11.650	6,45%	R\$ 4,2	6,00%	R\$ 4,2	R\$ 8
NTN-B 08/2026	5.000	6,16%	R\$ 4,1	5,56%	R\$ 4,2	R\$ 355

A venda de títulos públicos marcados na curva em 2023 ocorreu em função do processo de retirada de patrocínio do plano TAPMEPrev.

6.1.2 ATIVOS FINANCEIROS DE CRÉDITO PRIVADO

Ativos Financeiros de Crédito Privado	PPSP-NR	PPSP-R	Ultrafertil	PGA	PP-2	Misto Sanasa	PP-3	Flexprev	2023	2022	Δ%
Debêntures	55.312	183.283	1.697	6.475	188.419	275	10.375	4.731	450.567	518.486	-13,10%
Termobahia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	18.281	-100,00%
Invepar	7.238	23.440	-	-	1.819	-	1.327	192	34.016	42.655	-20,25%
Cia Vale do Rio Doce	37.230	124.802	1.697	3.976	14.303	-	7.065	1.091	190.164	207.884	-8,52%
CCR	4.605	14.879	-	403	9.151	-	842	269	30.149	57.369	-47,45%
Sabesp	6.239	20.162	-	497	14.073	-	1.141	396	42.508	40.185	5,78%
Rio Parapanema	-	-	-	1.599	53.193	182	-	994	55.968	52.699	6,20%
Comgás	-	-	-	-	69.751	-	-	1.304	71.055	72.257	-1,66%
Localiza	-	-	-	-	26.129	93	-	485	26.707	27.156	-1,65%
Total	55.312	183.283	1.697	6.475	188.419	275	10.375	4.731	450.567	518.486	-13,10%

A debênture da Termobahia foi liquidada em função de seu vencimento.
A redução da posição da carteira de debêntures ocorreu majoritariamente pelos fatores abaixo:
Cia Vale do Rio Doce: desinvestimento e desvalorização do ativo em 2023.
CCR: amortizações realizadas ao longo de 2023.

6.1.3 RENDA VARIÁVEL – AÇÕES

Ações	Nota	PPSP-NR	PPSP-R	Nitriflex/ Arlanxeo	Arlanxeo Prev	Ultrafertil	PGA	PP-2	PP-3	Flexprev	2023	2022	Δ%
Ações		273.247	883.024	3.373	22.737	19.381	16.944	130.894	49.999	8.279	1.407.878	2.419.796	-41,82%
BONAIRE ON		703	2.274	26	173	148	106	254	129	20	3.833	7.159	-46,46%
BRF ON		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	331.095	-100,00%
INVEPAR ON	6.1.5.1	11.923	38.530	-	-	-	1.080	2.847	2.181	308	56.869	100.551	-43,44%
INVEPAR PN	6.1.5.1	23.845	77.060	-	-	-	2.161	5.694	4.362	615	113.737	201.102	-43,44%
LITEL ON	6.1.5.4	73.827	238.583	2.702	18.200	15.531	11.091	26.695	13.505	2.074	402.208	468.937	-14,23%
LITELA ON	6.1.5.4	14.681	47.443	537	3.619	3.088	2.206	5.309	2.685	413	79.981	92.083	-13,14%
NEWTEL ON		(83)	(269)	(3)	(21)	(16)	(9)	(31)	(15)	(2)	(449)	419	-207,16%
NORTE ENERGIA ON	6.1.5.3	110.341	356.587	-	-	-	-	-	20.184	2.354	489.466	747.075	-34,48%
MARCOPOLO PN		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	168.094	-100,00%
RECIBO TELES PN		1.406	4.544	52	349	288	145	521	257	40	7.602	7.602	0,00%
TELEBRAS PN		6	18	-	1	1	1	2	1	-	30	23	30,43%
TERMOBAHIA ON		1.618	5.217	58	408	335	160	597	306	44	8.743	7.302	19,73%
TELEF BRASIL ON		30	96	1	8	6	3	11	5	1	161	115	40,00%
BRASKEM ON		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	11.838	-100,00%
FRAS-LE ON		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	65.266	-100,00%
DIMED ON		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	19.885	-100,00%
SPRINGS GLOBAL PARTICIPAÇÕES ON		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.448	-100,00%
NEO ENERGIA ON		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	50.946	-100,00%
IRBBRASIL ON		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6.363	-100,00%
ESTAPAR ON		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5.253	-100,00%
HMOBI	6.1.5.2	34.950	112.941	-	-	-	-	8.776	6.399	909	163.975	126.240	29,89%
PVBI13		-	-	-	-	-	-	2.424	-	45	2.469	-	0,00%
PVBI15		-	-	-	-	-	-	77.795	-	1.458	79.253	-	0,00%
Proventos a Receber		1.652	5.342	21	48	43	138	403	302	43	7.992	23.441	-65,91%
Valores Receber/Ordem de Venda		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6.366	-100,00%
Ações		274.899	888.366	3.394	22.785	19.424	17.082	131.297	50.301	8.322	1.415.870	2.449.603	-42,20%

Obs: PVBI13 e PVBI15 são cotas de fundos imobiliários negociados em bolsa (B3) cuja classificação dos ativos é realizada pelo custodiante bradesco, diferente dos demais fundos imobiliários investidos constantes na nota 6.1.4

A redução da posição da carteira de ações ocorreu majoritariamente pelos fatores abaixo:

Desinvestimentos realizado ao longo de 2023 em função do processo de imunização (Compra de títulos públicos) dos planos BD's

Redução do valor de avaliação de Invepar ON/PN e Norte Energia ON, conforme abordado na Nota 6.1.5

6.1.4 FUNDOS DE INVESTIMENTOS

Fundos de Investimentos	2023	2022	Planos BDs+PGA 2023	Planos BDs+PGA 2022	Δ%	Planos CVs 2023	Planos CVs 2022	Δ%	Planos CDs 2023	Planos CDs 2022	Δ%
Renda Fixa	8.408.241	14.182.873	4.459.956	4.761.932	-6,34%	3.213.509	8.391.919	-61,71%	734.776	1.029.022	-28,59%
FP Carteira Ativa Fundo de Investimento Multimercado ¹	1.584.273	5.703.587	98.678	1.944.210	-94,92%	1.206.019	2.883.095	-58,17%	279.576	876.282	-68,10%
Fundo de Investimento Renda Fixa Petros Liquidez ¹	6.421.077	8.422.956	4.351.304	2.811.484	54,77%	1.648.012	5.459.291	-69,81%	421.761	152.181	177,14%
Fundo de Investimento Renda Fixa Petros Crédito Privado Recuperação BR ¹	-	6.343	-	5.616	-100,00%	-	460	-100,00%	-	267	-100,00%
Fundo de Investimento Renda Fixa Petros Crédito Privado de Recuperação ¹	-	690	-	622	-100,00%	-	50	-100,00%	-	18	-100,00%
HG Crédito	59.858	34.299	-	-	0,00%	59.858	34.299	74,52%	-	-	0,00%
Western Asset Prev Structured Credit II FIRF Crédito Privado ¹	10.586	14.998	-	-	0,00%	10.392	14.724	-29,42%	194	274	-29,20%
FP FOF JGP Corporate Fundo de Investimento de Renda Fixa Crédito Privado	165.785	-	4.974	-	0,00%	144.232	-	0,00%	16.579	-	0,00%
FP FOF SPARTA TOP Fundo de Investimento de Renda Fixa Crédito Privado	166.662	-	5.000	-	0,00%	144.996	-	0,00%	16.666	-	0,00%
Multimercado	24.724.269	11.259.822	2.431.126	3.266.774	-25,58%	19.204.760	5.680.312	238,09%	3.088.383	2.312.736	33,54%
Fundo de Investimento Multimercado Moderado Caratinga ¹	-	7.297	-	3.817	-100,00%	-	-	0,00%	-	3.480	-100,00%
FP Atlantis Fundo de Investimento Multimercado ¹	1.513	1.386	1.118	1.024	9,18%	335	307	9,12%	60	55	9,09%
FP Excellence Fundo de Investimento Multimercado ¹	1.590	1.449	1.171	1.067	9,75%	356	325	9,54%	63	57	10,53%
FP Plural Caixa ARB Petros Fundo de Investimento Multimercado ¹	1.601	1.460	-	-	0,00%	1.572	1.433	9,70%	29	27	7,41%
Fundo de Investimento Multimercado Petros Crédito Privado ¹	77.120	83.761	66.292	72.965	-9,15%	4.722	6.059	-22,07%	6.106	4.737	28,90%
Brasil Plural Recup de Crédito Petros Fdo de Invest Multimercado CP ¹	-	1.144	-	1.015	-100,00%	-	83	-100,00%	-	46	-100,00%
FP JA Recuperação de Crédito Petros FIM Crédito Privado (antigo Canvas FRC) ¹	-	313	-	277	-100,00%	-	23	-100,00%	-	13	-100,00%
Polo Recuperação de Crédito Petros FIM CP ¹	-	507	-	455	-100,00%	-	37	-100,00%	-	15	-100,00%
FP Inflação Longa Fundo de Investimento Multimercado ¹	2.797.221	5.741.748	359.919	2.194.366	-83,60%	2.075.020	2.494.234	-16,81%	362.282	1.053.148	-65,60%
FP Inflação Curta Fundo de Investimento Multimercado ¹	1.847.116	1.603.742	395.104	288.646	36,88%	815.411	731.296	11,50%	636.601	583.800	9,04%
FP FOF Multimercado 4994 Fundo de Investimento em Cotas de FIM ¹	316.144	297.978	227.951	207.427	9,89%	56.429	51.290	10,02%	31.764	39.261	-19,10%
FP Estratégia DI Fundo de Investimento Multimercado (antigo FP Alocação FIM) ¹	15.324.909	250.701	1.044.372	181.470	475,51%	12.881.371	40.699	31550,34%	1.399.166	28.532	4803,85%

Fundos de Investimentos	2023	2022	Planos BDs+PGA 2023	Planos BDs+PGA 2022	Δ%	Planos CVs 2023	Planos CVs 2022	Δ%	Planos CDs 2023	Planos CDs 2022	Δ%
FP FOF Multimercado Fundo de Investimento em Cotas de FIM ¹	3.323.163	2.615.252	97.660	98.919	-1,27%	2.721.710	2.048.100	32,89%	503.793	468.233	7,59%
FP FOF GE XPA Fundo de Investimentos em Cotas de FIM	-	231.791	-	71.717	-100,00%	-	111.036	-100,00%	-	49.038	-100,00%
FP FOF GE ITAU Fundo de Investimentos em Cotas de FIM	412.401	223.683	82.516	74.000	11,51%	277.905	104.826	165,11%	51.980	44.857	15,88%
FP FOF GE CSHG Fundo de Investimentos em Cotas de FIM	310.335	197.610	76.343	69.609	9,67%	191.873	90.564	111,86%	42.119	37.437	12,51%
FP FOF GE FIC FIM	311.156	-	78.680	-	0,00%	178.056	-	0,00%	54.420	-	0,00%
Direitos Creditórios	72.034	79.539	10.847	19.158	-43,38%	59.552	58.434	1,91%	1.635	1.947	-16,02%
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multisetorial BVA Master II	257	622	245	593	-58,68%	-	-	0,00%	12	29	-58,62%
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multisetorial BVA Master III	208	47	199	45	342,22%	-	-	0,00%	9	2	350,00%
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multisetorial Itália	10.638	3.982	10.148	3.799	167,12%	-	-	0,00%	490	183	167,76%
Vinci Energia Sustentável FIDC	60.645	58.556	-	-	0,00%	59.532	57.481	3,57%	1.113	1.075	3,53%
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multisetorial BVA Master	286	35	255	32	696,88%	20	2	900,00%	11	1	1000,00%
FIDC Polo Recuperação de Crédito NP ¹	-	2.933	-	2.798	-100,00%	-	-	0,00%	-	135	-100,00%
II FIDC Polo Recuperação de Crédito NP ¹	-	7.237	-	6.458	-100,00%	-	496	-100,00%	-	283	-100,00%
III FIDC Polo Recuperação de Crédito NP ¹	-	117	-	56	-100,00%	-	58	-100,00%	-	3	-100,00%
Brasil Plural Recuperação de Crédito I ¹	-	215	-	205	-100,00%	-	-	0,00%	-	10	-100,00%
Brasil Plural Recuperação de Crédito II ¹	-	5.795	-	5.172	-100,00%	-	397	-100,00%	-	226	-100,00%
Ações ¹	9.905.650	11.209.486	3.294.504	5.844.379	-43,63%	6.051.783	4.877.162	24,08%	559.363	487.945	14,64%
Fundo de Investimento em Ações Petros Ativo	1.402.107	1.642.969	677.092	1.033.269	-34,47%	639.586	534.080	19,75%	85.429	75.620	12,97%
FP Ibovespa Fundo de Investimento em Ações	2.261.478	2.738.856	684.240	1.492.622	-54,16%	1.400.257	1.109.834	26,17%	176.981	136.400	29,75%
FP FOF Ações Fundo de investimentos em cotas de Fundos de Investimentos em Ações	2.926.678	3.589.478	481.706	1.646.596	-70,75%	2.286.549	1.792.064	27,59%	158.423	150.818	5,04%
FIA Petros Seleção Alta Liquidez	3.315.387	3.238.183	1.451.466	1.671.892	-13,18%	1.725.391	1.441.184	19,72%	138.530	125.107	10,73%
Participações	64.734	87.806	54.414	77.125	-29,45%	7.590	6.900	10,00%	2.730	3.781	-27,80%
Logística Brasil Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ²	2.794	7.571	2.498	6.767	-63,09%	189	512	-63,09%	107	292	-63,36%
Energia PCH Fundo de Investimento em Participações ²	-	4.627	-	4.135	-100,00%	-	313	-100,00%	-	179	-100,00%
DGF FIPAC 2 Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ²	7.540	6.189	-	-	0,00%	7.401	6.075	21,83%	139	114	21,93%

Fundos de Investimentos	2023	2022	Planos BDs+PGA 2023	Planos BDs+PGA 2022	Δ%	Planos CVs 2023	Planos CVs 2022	Δ%	Planos CDs 2023	Planos CDs 2022	Δ%
Terra Viva Fundo de Investimento em Participações ²	13	30	12	29	-58,62%	-	-	0,00%	1	1	0,00%
Multiner Fundo de Investimento em Participações ³	(163)	(159)	(155)	(151)	2,65%	-	-	0,00%	(8)	(8)	0,00%
Brasil Óleo & Gás Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ²	-	17	-	16	-100,00%	-	-	0,00%	-	1	-100,00%
Empreendedor Brasil Fundo Mútuo de Investimento em Empresas Emergentes	37.836	37.971	36.094	36.222	-0,35%	-	-	0,00%	1.742	1.749	-0,40%
Vale Florestar – Outros Valores a Receber	16.279	31.560	15.530	30.107	-48,42%	-	-	0,00%	749	1.453	-48,45%
Energia PCH - Outros Valores a Receber	435	-	435	-	0,00%	-	-	0,00%	-	-	0,00%
Imobiliário	533.730	453.038	122.999	121.907	0,90%	397.835	319.597	24,48%	12.896	11.534	11,81%
Fundo de Investimento Imobiliário Panamby	(3.766)	(2.818)	(3.366)	(2.518)	33,68%	(255)	(191)	33,51%	(145)	(109)	33,03%
Fundo de Investimento Imobiliário Continental Square Faria Lima	21.995	21.263	19.643	18.990	3,44%	1.498	1.448	3,45%	854	825	3,52%
FII Petros (FII RB Capital)	223.745	221.048	106.722	105.435	1,22%	109.819	108.495	1,22%	7.204	7.118	1,21%
HEDGE Brasil Shopping Fundo de Investimento Imobiliário	87.873	72.408	-	-	0,00%	86.260	71.079	21,36%	1.613	1.329	21,37%
VINCI Shopping Centers Fundo de Investimento Imobiliário II	49.723	37.325	-	-	0,00%	48.810	36.640	33,22%	913	685	33,28%
XP MALLS Fundo de Investimento Imobiliário FII	128.463	91.837	-	-	0,00%	126.105	90.151	39,88%	2.358	1.686	39,86%
VINCI OFFICES Fundo de Investimento Imobiliário	20.292	11.975	-	-	0,00%	20.292	11.975	69,45%	-	-	0,00%
FI Imobiliário VBI Prime Properties	5.405	-	-	-	0,00%	5.306	-	0,00%	99	-	0,00%
Exterior⁴	496.355	201.500	262.718	146.711	79,07%	95.022	43.193	119,99%	138.615	11.596	1095,37%
FP Growth Schroder FIM IE	-	99.495	-	72.442	-100,00%	-	21.327	-100,00%	-	5.726	-100,00%
FP Defensive Schroder FIM IE	197.167	102.005	143.916	74.269	93,78%	42.209	21.866	93,03%	11.042	5.870	88,11%
FP FOF BTG FIM IE	149.491	-	27.014	-	0,00%	32.738	-	0,00%	89.739	-	0,00%
FP FOF Franklin Templeton FIM IE	149.697	-	91.788	-	0,00%	20.075	-	0,00%	37.834	-	0,00%
Fundos de Investimentos	44.205.013	37.474.064	10.636.564	14.237.986	-25,29%	29.030.051	19.377.517	49,81%	4.538.398	3.858.561	17,62%

⁽¹⁾ Fundos de Investimento Exclusivos

⁽²⁾ Fundos de Investimento em Participações avaliados pelo valor da cota do respectivo administrador

⁽³⁾ A Multiner S.A. (Multiner) é uma holding, constituída na forma de sociedade anônima de capital aberto, principal ativo da carteira do Multiner Fundo de Investimento em Participações (FIP Multiner), que tem por objetivo a participação em (i) usinas de geração de energia termoeletrica, óleo combustível e/ou gás natural (UTE), (ii) comércio atacadista de energia elétrica e (iii) usina de geração de energia elétrica de fonte eólica. Desde 2019, o administrador do FIP Multiner, responsável fiduciário pela precificação contábil dos ativos investidos, atualizou o ativo alvo Multiner a valor nulo, conforme laudo de avaliação econômico-financeiro emitido por avaliador independente e especializado.⁽⁴⁾ durante o exercício de 2023 foram direcionados recursos no segmento de investimento no exterior nos fundos FP FOF BTG FIM IE e FP FOF Franklin Templeton FIM IE, visando a diminuição do risco total da carteira dos planos, bem como a desconcentração de ativos e consequente diversificação. Destacamos que a escolha dos ativos passou por processo diligente e as alocações foram realizadas de acordo com as políticas de investimentos dos planos

6.1.4.1 FUNDOS DE INVESTIMENTOS PLANOS BD E PGA

Fundos de Investimentos	PPSP-NR	PPSP-R	PPSP-R Pré-70	PPSP-NR Pré-70	Nitriflex/ Arlanxeo	Arlanxeo Prev	Ultrafertil	Braskem	Copesul	PQU	PGA	Planos BDs+PGA 2023	Planos BDs+PGA 2022	Δ%
Renda Fixa	523.449	2.928.295	264.248	164.918	13.235	47.859	76.134	600	6.589	22.823	411.806	4.459.956	4.761.932	-6,34%
FP Carteira Ativa Fundo de Investimento Multimercado	1.381	14.729	-	-	-	556	-	-	-	-	82.012	98.678	1.944.210	-94,92%
Fundo de Investimento Renda Fixa Petros Liquidez	522.068	2.913.566	264.248	164.918	13.235	47.303	76.134	600	6.589	22.823	319.820	4.351.304	2.811.484	54,77%
Fundo de Investimento Renda Fixa Petros Crédito Privado Recuperação BR	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5.616	-100,00%
Fundo de Investimento Renda Fixa Petros Crédito Privado de Recuperação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	622	-100,00%
FP FOF JGP Corporate Fundo de Investimento de Renda Fixa Crédito Privado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.974	4.974	-	0,00%
FP FOF SPARTA TOP Fundo de Investimento de Renda Fixa Crédito Privado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5.000	5.000	-	0,00%
Multimercado	319.084	1.080.813	-	-	479	23.763	125.212	-	-	-	881.775	2.431.126	3.266.774	-25,58%
Fundo de Investimento Multimercado Moderado Caratinga	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.817	-100,00%
FP Atlantis Fundo de Investimento Multimercado	261	845	-	-	-	-	-	-	-	-	12	1.118	1.024	9,18%
FP Excellence Fundo de Investimento Multimercado	274	884	-	-	-	-	-	-	-	-	13	1.171	1.067	9,75%
Fundo de Investimento Multimercado Petros Crédito Privado	22.437	41.414	-	-	479	-	-	-	-	-	1.962	66.292	72.965	-9,15%
Brasil Plural Recup de Crédito Petros Fdo de Invest Multimercado CP	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.015	-100,00%
FP JA Recuperação de Crédito Petros FIM Crédito Privado (antigo Canvas FRC)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	277	-100,00%
Polo Recuperação de Crédito Petros FIM CP	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	455	-100,00%
FP Inflação Longa Fundo de Investimento Multimercado	63.452	216.336	-	-	-	685	-	-	-	-	79.446	359.919	2.194.366	-83,60%
FP Inflação Curta Fundo de Investimento Multimercado	40.859	-	-	-	-	6.100	24.585	-	-	-	323.560	395.104	288.646	36,88%
FP FOF Multimercado 4994 Fundo de Investimento em Cotas de FIM	61.094	156.443	-	-	-	5.914	2.443	-	-	-	2.057	227.951	207.427	9,89%
FP Estratégia DI Fundo de Investimento Multimercado (antigo FP Alocação FIM)	81.794	487.125	-	-	-	5.826	95.565	-	-	-	374.062	1.044.372	181.470	475,51%
FP FOF Multimercado Fundo de Investimento em Cotas de FIM	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	97.660	97.660	98.919	-1,27%
FP FOF GE XPA Fundo de Investimentos em Cotas de FIM	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	71.717	-100,00%
FP FOF GE ITAU Fundo de Investimentos em Cotas de FIM	17.063	62.011	-	-	-	1.827	914	-	-	-	701	82.516	74.000	11,51%
FP FOF GE CSHG Fundo de Investimentos em Cotas de FIM	15.685	57.005	-	-	-	1.680	839	-	-	-	1.134	76.343	69.609	9,67%
FP FOF GE FIC FIM	16.165	58.750	-	-	-	1.731	866	-	-	-	1.168	78.680	-	0,00%
Direitos Creditórios	2.556	8.260	-	-	2	13	11	-	-	-	5	10.847	19.158	-43,38%

Fundos de Investimentos	PPSP-NR	PPSP-R	PPSP-R Pré-70	PPSP-NR Pré-70	Nitriflex/ Arlanxeo	Arlanxeo Prev	Ultrafertil	Braskem	Copesul	PQU	PGA	Planos BDs+PGA 2023	Planos BDs+PGA 2022	Δ%
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multisetorial BVA Master II	58	187	-	-	-	-	-	-	-	-	-	245	593	-58,68%
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multisetorial BVA Master III	47	152	-	-	-	-	-	-	-	-	-	199	45	342,22%
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multisetorial Itália	2.398	7.750	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10.148	3.799	167,12%
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multisetorial BVA Master	53	171	-	-	2	13	11	-	-	-	5	255	32	696,88%
FIDC Polo Recuperação de Crédito NP	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.798	-100,00%
II FIDC Polo Recuperação de Crédito NP	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6.458	-100,00%
III FIDC Polo Recuperação de Crédito NP	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	56	-100,00%
Brasil Plural Recuperação de Crédito I	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	205	-100,00%
Brasil Plural Recuperação de Crédito II	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5.172	-100,00%
Ações	692.409	2.482.786	-	-	-	18.759	38.470	-	-	-	62.080	3.294.504	5.844.379	-43,63%
Fundo de Investimento em Ações Petros Ativo	124.469	531.128	-	-	-	2.811	6.715	-	-	-	11.969	677.092	1.033.269	-34,47%
FP Ibovespa Fundo de Investimento em Ações	210.425	462.036	-	-	-	5.158	6.621	-	-	-	-	684.240	1.492.622	-54,16%
FP FOF Ações Fundo de investimentos em cotas de Fundos de Investimentos em Ações	95.127	355.568	-	-	-	3.452	8.186	-	-	-	19.373	481.706	1.646.596	-70,75%
FIA Petros Seleção Alta Liquidez	262.388	1.134.054	-	-	-	7.338	16.948	-	-	-	30.738	1.451.466	1.671.892	-13,18%
Participações	12.676	41.401	-	-	19	129	110	-	-	-	79	54.414	77.125	-29,45%
Logística Brasil Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia	511	1.650	-	-	19	129	110	-	-	-	79	2.498	6.767	-63,09%
Energia PCH Fundo de Investimento em Participações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.135	-100,00%
Terra Viva Fundo de Investimento em Participações	3	9	-	-	-	-	-	-	-	-	-	12	29	-58,62%
Multiner Fundo de Investimento em Participações	(37)	(118)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(155)	(151)	2,65%
Brasil Óleo & Gás Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	16	-100,00%
Empreendedor Brasil Fundo Mútuo de Investimento em Empresas Emergentes	8.529	27.565	-	-	-	-	-	-	-	-	-	36.094	36.222	-0,35%
Vale Florestar - Outros Valores a Receber	3.670	11.860	-	-	-	-	-	-	-	-	-	15.530	30.107	-48,42%
Energia PCH - Outros Valores a Receber	-	435	-	-	-	-	-	-	-	-	-	435	-	0,00%
Imobiliário	28.576	92.349	-	-	125	846	586	-	-	-	517	122.999	121.907	0,90%
Fundo de Investimento Imobiliário Panamby	(689)	(2.224)	-	-	(26)	(173)	(148)	-	-	-	(106)	(3.366)	(2.518)	33,68%
Fundo de Investimento Imobiliário Continental Square Faria Lima	4.045	13.071	-	-	151	1.019	734	-	-	-	623	19.643	18.990	3,44%
FII Petros (antiga RB Capital)	25.220	81.502	-	-	-	-	-	-	-	-	-	106.722	105.435	1,22%
Exterior	47.030	183.368	-	-	-	2.388	1.238	-	-	-	28.694	262.718	146.711	79,07%
FP Growth Schroder FIM IE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	72.442	-100,00%
FP Defensive Schroder FIM IE	29.951	108.659	-	-	-	2.388	1.238	-	-	-	1.680	143.916	74.269	93,78%
FP FOF BTG FIM IE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	27.014	27.014	-	0,00%
FP FOF Franklin Templeton FIM IE	17.079	74.709	-	-	-	-	-	-	-	-	-	91.788	-	0,00%
Fundos de Investimentos	1.625.780	6.817.272	264.248	164.918	13.860	93.757	241.761	600	6.589	22.823	1.384.956	10.636.564	14.237.986	-25,29%

6.1.4.2 FUNDOS DE INVESTIMENTOS PLANOS CD E CV

Fundos de Investimentos	PP-2	TapmePrev	Misto Sanasa	Planos CVs 2023	Planos CVs 2022	Δ%	PP-3	Flexprev	Demais Planos CDs	Planos CDs 2023	Planos CDs 2022	Δ%
Renda Fixa	3.183.645	94	29.770	3.213.509	8.391.919	-61,71%	354.090	144.358	236.328	734.776	1.029.022	-28,59%
FP Carteira Ativa Fundo de Investimento Multimercado	1.189.784	-	16.235	1.206.019	2.883.095	-58,17%	243.255	27.321	9.000	279.576	876.282	-68,10%
Fundo de Investimento Renda Fixa Petros Liquidez	1.637.739	94	10.179	1.648.012	5.459.291	-69,81%	84.239	110.194	227.328	421.761	152.181	177,14%
Fundo de Investimento Renda Fixa Petros Crédito Privado Recuperação BR	-	-	-	-	460	-100,00%	-	-	-	-	267	-100,00%
Fundo de Investimento Renda Fixa Petros Crédito Privado de Recuperação	-	-	-	-	50	-100,00%	-	-	-	-	18	-100,00%
HG Crédito Bancário FP Fundo de Investimento Renda Fixa Crédito Privado	59.858	-	-	59.858	34.299	74,52%	-	-	-	-	-	0,00%
Western Asset Prev Structured Credit II FIRF Crédito Privado	10.360	-	32	10.392	14.724	-29,42%	-	194	-	194	274	-29,20%
FP FOF JGP Corporate Fundo de Investimento de Renda Fixa Crédito Privado	142.575	-	1.657	144.232	-	0,00%	13.263	3.316	-	16.579	-	0,00%
FP FOF SPARTA TOP Fundo de Investimento de Renda Fixa Crédito Privado	143.329	-	1.667	144.996	-	0,00%	13.333	3.333	-	16.666	-	0,00%
Multimercado	19.025.404	-	179.356	19.204.760	5.680.312	238,09%	2.597.884	264.323	226.176	3.088.383	2.312.736	33,54%
Fundo de Investimento Multimercado Moderado Caratinga	-	-	-	-	-	0,00%	-	-	-	-	3.480	-100,00%
FP Atlantis Fundo de Investimento Multimercado	335	-	-	335	307	9,12%	48	12	-	60	55	9,09%
FP Excellence Fundo de Investimento Multimercado	356	-	-	356	325	9,54%	50	13	-	63	57	10,53%
FP Plural Caixa ARB Petros Fundo de Investimento Multimercado	1.572	-	-	1.572	1.433	9,70%	-	29	-	29	27	7,41%
Fundo de Investimento Multimercado Petros Crédito Privado	4.722	-	-	4.722	6.059	-22,07%	5.744	362	-	6.106	4.737	28,90%
Brasil Plural Recup de Crédito Petros Fdo de Invest Multimercado CP	-	-	-	-	83	-100,00%	-	-	-	-	46	-100,00%
FP JA Recuperação de Crédito Petros FIM Crédito Privado (antigo Canvas FRC)	-	-	-	-	23	-100,00%	-	-	-	-	13	-100,00%
Polo Recuperação de Crédito Petros FIM CP	-	-	-	-	37	-100,00%	-	-	-	-	15	-100,00%
FP Inflação Longa Fundo de Investimento Multimercado	2.075.020	-	-	2.075.020	2.494.234	-16,81%	356.142	-	6.140	362.282	1.053.148	-65,60%
FP Inflação Curta Fundo de Investimento Multimercado	807.577	-	7.834	815.411	731.296	11,50%	541.603	14.377	80.621	636.601	583.800	9,04%
FP FOF Multimercado 4994 Fundo de Investimento em cotas de FIM	55.529	-	900	56.429	51.290	10,02%	8.967	2.087	20.710	31.764	39.261	-19,10%

Fundos de Investimentos	PP-2	TapmePrev	Misto Sanasa	Planos CVs 2023	Planos CVs 2022	Δ%	PP-3	Flexprev	Demais Planos CDs	Planos CDs 2023	Planos CDs 2022	Δ%
FP Estratégia DI Fundo de Investimento Multimercado (antigo FP Alocação FIM)	12.746.742	-	134.629	12.881.371	40.699	31550,34%	1.194.374	132.372	72.420	1.399.166	28.532	4803,85%
FP FOF Multimercado Fundo de Investimento em Cotas de FIM	2.694.509	-	27.201	2.721.710	2.048.100	32,89%	355.349	104.249	44.195	503.793	468.233	7,59%
FP FOF GE XPA Fundo de Investimentos em Cotas de FIM	-	-	-	-	111.036	-100,00%	-	-	-	-	49.038	-100,00%
FP FOF GE ITAU Fundo de Investimentos em Cotas de FIM	274.322	-	3.583	277.905	104.826	165,11%	46.798	4.348	834	51.980	44.857	15,88%
FP FOF GE CSHG Fundo de Investimentos em Cotas de FIM	189.307	-	2.566	191.873	90.564	111,86%	38.231	3.230	658	42.119	37.437	12,51%
FP FOF GE FIC FIM	175.413	-	2.643	178.056	-	0,00%	50.578	3.244	598	54.420	-	0,00%
Direitos Creditórios	59.552	-	-	59.552	58.434	1,91%	468	1.167	-	1.635	1.947	-16,02%
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multisetorial BVA Master II	-	-	-	-	-	0,00%	11	1	-	12	29	-58,62%
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multisetorial BVA Master III	-	-	-	-	-	0,00%	8	1	-	9	2	350,00%
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multisetorial Itália	-	-	-	-	-	0,00%	439	51	-	490	183	167,76%
Vinci Energia Sustentável FIDC	59.532	-	-	59.532	57.481	3,57%	-	1.113	-	1.113	1.075	3,53%
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multisetorial BVA Master	20	-	-	20	2	900,00%	10	1	-	11	1	1000,00%
FIDC Polo Recuperação de Crédito NP	-	-	-	-	-	0,00%	-	-	-	-	135	-100,00%
II FIDC Polo Recuperação de Crédito NP	-	-	-	-	496	-100,00%	-	-	-	-	283	-100,00%
III FIDC Polo Recuperação de Crédito NP	-	-	-	-	58	-100,00%	-	-	-	-	3	-100,00%
Brasil Plural Recuperação de Crédito I	-	-	-	-	-	0,00%	-	-	-	-	10	-100,00%
Brasil Plural Recuperação de Crédito II	-	-	-	-	397	-100,00%	-	-	-	-	226	-100,00%
Ações	5.996.758	-	55.025	6.051.783	4.877.162	24,08%	346.643	148.859	63.861	559.363	487.945	14,64%
Fundo de Investimento em Ações Petros Ativo	635.200	-	4.386	639.586	534.080	19,75%	54.583	18.233	12.613	85.429	75.620	12,97%
FP Ibovespa Fundo de Investimento em Ações	1.373.351	-	26.906	1.400.257	1.109.834	26,17%	128.984	38.093	9.904	176.981	136.400	29,75%
FP FOF Ações Fundo de investimentos em cotas de Fundos de Investimentos em Ações	2.271.469	-	15.080	2.286.549	1.792.064	27,59%	87.939	51.237	19.247	158.423	150.818	5,04%
FIA Petros Seleção Alta Liquidez	1.716.738	-	8.653	1.725.391	1.441.184	19,72%	75.137	41.296	22.097	138.530	125.107	10,73%
Participações	7.590	-	-	7.590	6.900	10,00%	2.318	412	-	2.730	3.781	-27,80%
Logística Brasil Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia	189	-	-	189	512	-63,09%	93	14	-	107	292	-63,36%
Energia PCH Fundo de Investimento em Participações	-	-	-	-	313	-100,00%	-	-	-	-	179	-100,00%
DGF FIPAC 2 Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia	7.401	-	-	7.401	6.075	21,83%	-	139	-	139	114	21,93%
Terra Viva Fundo de Investimento em Participações	-	-	-	-	-	0,00%	1	-	-	1	1	0,00%

Fundos de Investimentos	PP-2	TapmePrev	Misto Sanasa	Planos CVs 2023	Planos CVs 2022	Δ%	PP-3	Flexprev	Demais Planos CDs	Planos CDs 2023	Planos CDs 2022	Δ%
Multiner Fundo de Investimento em Participações	-	-	-	-	-	0,00%	(7)	(1)	-	(8)	(8)	0,00%
Brasil Óleo & Gás Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia	-	-	-	-	-	0,00%	-	-	-	-	1	-100,00%
Empreendedor Brasil Fundo Mútuo de Investimento em Empresas Emergentes	-	-	-	-	-	0,00%	1.560	182	-	1.742	1.749	-0,40%
Vale Florestar - Outros Valores a Receber	-	-	-	-	-	0,00%	671	78	-	749	1.453	-48,45%
Energia PCH - Outros Valores a Receber	-	-	-	-	-	0,00%	-	-	-	-	-	0,00%
Imobiliário	397.835	-	-	397.835	319.597	24,48%	5.227	7.669	-	12.896	11.534	11,81%
Fundo de Investimento Imobiliário Panamby	(255)	-	-	(255)	(191)	33,51%	(126)	(19)	-	(145)	(109)	33,03%
Fundo de Investimento Imobiliário Continental Square Faria Lima	1.498	-	-	1.498	1.448	3,45%	740	114	-	854	825	3,52%
RB Capital Petros Fundo de Investimento Imobiliário	109.819	-	-	109.819	108.495	1,22%	4.613	2.591	-	7.204	7.118	1,21%
HEDGE Brasil Shopping Fundo de Investimento Imobiliário	86.260	-	-	86.260	71.079	21,36%	-	1.613	-	1.613	1.329	21,37%
VINCI Shopping Centers Fundo de Investimento Imobiliário II	48.810	-	-	48.810	36.640	33,22%	-	913	-	913	685	33,28%
XP MALLS Fundo de Investimento Imobiliário FII	126.105	-	-	126.105	90.151	39,88%	-	2.358	-	2.358	1.686	39,86%
VINCI OFFICES Fundo de Investimento Imobiliário	20.292	-	-	20.292	11.975	69,45%	-	-	-	-	-	0,00%
FI Imobiliário VBI Prime Properties	5.306	-	-	5.306	-	0,00%	-	99	-	99	-	0,00%
Exterior	82.137	-	12.885	95.022	43.193	119,99%	109.566	26.539	2.510	138.615	11.596	1095,37%
FP Growth Schroder FIM IE	-	-	-	-	21.327	-100,00%	-	-	-	-	5.726	-100,00%
FP Defensive Schroder FIM IE	41.855	-	354	42.209	21.866	93,03%	8.934	1.495	613	11.042	5.870	88,11%
FP FOF BTG FIM IE	24.102	-	8.636	32.738	-	0,00%	70.390	17.452	1.897	89.739	-	0,00%
FP FOF Franklin Templeton FIM IE	16.180	-	3.895	20.075	-	0,00%	30.242	7.592	-	37.834	-	0,00%
Fundos de Investimentos	28.752.921	94	277.036	29.030.051	19.377.517	49,81%	3.416.196	593.327	528.875	4.538.398	3.858.561	17,62%

6.1.4.2.1. DEMAIS PLANOS CD

Fundos de Investimentos	Repsol	Cachoeira Dourada	Transpetro	Alesat	Triunfo Vida	IBPprev Associados	Copesulprev	PTAPrev	GasPrev	Petro RG	Liquigás	SulgasPrev	Simeprev	CulturaPrev	CROprev	CRAprev	PREV-ESTAT	Demais Planos CDs 2023	Demais Planos CDs 2022	Δ%	
Renda Fixa	7.908	2.379	143	5.772	35	3.990	489	10.084	32.119	2.848	131.952	5.702	7.907	4	20.510	3.640	846	236.328	82.384	186,86%	
FP Carteira Ativa																					
Fundo de Investimento Multimercado ¹	1.175	372	-	761	-	529	-	1.300	3.384	371	-	1.108	-	-	-	-	-	9.000	62.972	-85,71%	
Fundo de Investimento Renda Fixa Petros Liquidez ¹	6.733	2.007	143	5.011	35	3.461	489	8.784	28.735	2.477	131.952	4.594	7.907	4	20.510	3.640	846	227.328	19.412	1071,07%	
Multimercado	29.537	9.342	-	19.136	-	13.235	-	32.688	85.047	9.330	-	27.861	-	-	-	-	-	226.176	328.181	-31,08%	
Fundo de Investimento Multimercado Moderado Caratinga ¹	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.480	-100,00%	
FP Inflação Longa																					
Fundo de Investimento Multimercado ¹	802	254	-	519	-	361	-	887	2.308	253	-	756	-	-	-	-	-	6.140	94.579	-93,51%	
FP Inflação Curta																					
Fundo de Investimento Multimercado ¹	10.526	3.329	-	6.819	-	4.735	-	11.649	30.309	3.325	-	9.929	-	-	-	-	-	80.621	116.532	-30,82%	
FP FOF Multimercado 4994																					
Fundo de Investimento em Cotas de FIM ¹	2.704	855	-	1.752	-	1.216	-	2.992	7.786	854	-	2.551	-	-	-	-	-	20.710	29.213	-29,11%	
FP Estratégia DI																					
Fundo de Investimento Multimercado (antigo FP Alocação FIM) ¹	9.455	2.991	-	6.126	-	4.253	-	10.464	27.225	2.987	-	8.919	-	-	-	-	-	72.420	20.469	253,80%	
FP FOF Multimercado Fundo de Investimento em Cotas de FIM ¹																					
Fundo de Investimento em Cotas de FIM ¹	5.770	1.825	-	3.739	-	2.594	-	6.386	16.615	1.823	-	5.443	-	-	-	-	-	44.195	61.779	-28,46%	
FP FOF GE XPA																					
Fundo de Investimentos em Cotas de FIM	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	705	-100,00%
FP FOF GE ITAU																					
Fundo de Investimentos em Cotas de FIM	112	35	-	72	-	30	-	124	321	35	-	105	-	-	-	-	-	834	737	13,16%	

Fundos de Investimentos	Repsol	Cachoeira Dourada	Transpetro	Alesat	Triunfo Vida	IBPprev Associados	Copesulprev	PTAPrev	GasPrev	Petro RG	Liquigás	SulgasPrev	Simeprev	CulturaPrev	CROprev	CRAprev	PREV-ESTAT	Demais Planos CDs 2023	Demais Planos CDs 2022	Δ%
FP FOF GE CSHG Fundo de Investimentos em Cotas de FIM	88	28	-	57	-	24	-	97	253	28	-	83	-	-	-	-	-	658	687	-4,22%
FP FOF GE FIC FIM	80	25	-	52	-	22	-	89	230	25	-	75	-	-	-	-	-	598	-	-
Ações ¹	8.338	2.637	-	5.402	-	3.750	-	9.227	24.008	2.633	-	7.866	-	-	-	-	-	63.861	81.416	-21,56%
Fundo de Investimento em Ações Petros Ativo	1.647	520	-	1.067	-	741	-	1.822	4.742	520	-	1.554	-	-	-	-	-	12.613	16.022	-21,28%
FP Ibovespa Fundo de Investimento em Ações	1.293	409	-	838	-	582	-	1.431	3.723	408	-	1.220	-	-	-	-	-	9.904	3.528	180,73%
FP FOF Ações Fundo de investimentos em cotas de Fundos de Investimentos em Ações	2.513	795	-	1.628	-	1.129	-	2.781	7.236	794	-	2.371	-	-	-	-	-	19.247	33.404	-42,38%
FIA Petros Seleção Alta Liquidez	2.885	913	-	1.869	-	1.298	-	3.193	8.307	911	-	2.721	-	-	-	-	-	22.097	28.462	-22,36%
Exterior	335	106	-	217	-	93	-	371	966	106	-	316	-	-	-	-	-	2.510	990	153,54%
FP Growth Schroder FIM IE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	489	-100,00%
FP Defensive Schroder FIM IE	82	26	-	53	-	22	-	91	236	26	-	77	-	-	-	-	-	613	501	22,36%
FP FOF BTG FIM IE	253	80	-	164	-	71	-	280	730	80	-	239	-	-	-	-	-	1.897	-	-
Fundos de Investimentos	46.118	14.464	143	30.527	35	21.068	489	52.370	142.140	14.917	131.952	41.745	7.907	4	20.510	3.640	846	528.875	492.971	7,28%

6.1.5 ATIVOS SEM COTAÇÃO EM MERCADO ATIVO

A composição dos saldos dos Ativos sem cotação em mercado está demonstrada a seguir:

	2023	2022	Δ%
Ações	1.334.148	1.782.049	-25,13%
HMOBI	163.975	126.240	29,89%
INVEPAR ON	56.869	100.551	-43,44%
INVEPAR PN	113.737	201.102	-43,44%
LITEL ON	402.208	468.937	-14,23%
LITELA ON	79.981	92.083	-13,14%
NORTE ENERGIA ON	489.466	747.075	-34,48%
BONAIRE ON*	3.833	7.159	-46,46%
NEWTEL ON**	(449)	419	-207,16%
RECIBO TELES PN	7.602	7.602	0,00%
TELEBRAS PN	30	23	30,43%
TERMOBAHIA ON	8.743	7.302	19,73%
TELEF BRASIL ON	161	115	40,00%
Proventos a Receber	7.992	23.441	-65,91%

*Ativo avaliado por valor patrimonial

** Ativo avaliado por valor patrimonial - Patrimônio líquido negativo.

➤ ATIVOS SEM COTAÇÃO DE MERCADO AVALIADOS POR LAUDO - COMPARATIVO PLANOS DE BENEFÍCIOS

Ano	INVEPAR ON 6.1.5.1		INVEPAR PN 6.1.5.1		HMOBI 6.1.5.2		NORTE ENERGIA ON 6.1.5.3		LITEL ON 6.1.5.4		LITELA ON 6.1.5.4	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
PPSP-NR	11.923	21.081	23.845	42.161	34.950	26.908	110.341	168.414	73.827	86.075	14.681	16.902
PPSP-R	38.530	68.126	77.060	136.252	112.941	86.950	356.587	544.261	238.583	278.167	47.443	54.621
Nitriflex/Arlanxeo	-	-	-	-	-	-	-	-	2.702	3.150	537	619
Arlanxeo Prev	-	-	-	-	-	-	-	-	18.200	21.219	3.619	4.167
Ultrafértil	-	-	-	-	-	-	-	-	15.531	18.108	3.088	3.556
PGA	1.080	1.910	2.161	3.821	-	-	-	-	11.091	12.932	2.206	2.539
PP-2	2.847	5.034	5.694	10.068	8.776	6.756	-	-	26.695	31.123	5.309	6.112
PP-3	2.181	3.856	4.362	7.712	6.399	4.926	20.184	30.807	13.505	15.745	2.685	3.092
Flexprev	308	544	615	1.088	909	700	2.354	3.593	2.074	2.418	413	475
Total	56.869	100.551	113.737	201.102	163.975	126.240	489.466	747.075	402.208	468.937	79.981	92.083

6.1.5.1 INVEPAR

A Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. (Invepar) atua no setor de infraestrutura de transportes no Brasil, com foco nos segmentos de rodovias, mobilidade urbana e aeroportos.

A participação da Fundação na Invepar foi avaliada pelo método do fluxo de caixa do acionista (Metodologia FCFE), conforme laudo de avaliação emitido por avaliador independente e especializado na data base de 30 de setembro de 2023.

As projeções consideram a manutenção dos ativos GRU, CRT, Via Rio e VLT até o fim do prazo de concessão, sem a utilização de valor da perpetuidade e não incluem a possibilidade de aquisição de nenhum outro negócio. Acerca da Via-040, por estar em processo de relicitação, não se considerou a manutenção do ativo até o fim do prazo de concessão. O ativo CLN não foi considerado no "valuation", por estar em processo de alienação conforme fato relevante divulgado pela Invepar em 06 de dezembro de 2023. As premissas operacionais utilizaram como principal referência o plano da companhia (PAN 23).

Os fluxos de caixa foram projetados até o fim de todas as concessões, em reais e em base nominal, descontados pelo "Capital Asset Pricing Model" (CAPM) de cada negócio, sem perpetuidade.

O valor da Invepar corresponde à soma das partes de sua participação societária em cada negócio. A equipe de gestão da Petros realizou validação das premissas utilizadas no laudo independente e corroborou a análise de valor do ativo.

Em setembro de 2021, a Invepar obteve êxito na conclusão da negociação da reestruturação da dívida da Companhia. Com a aprovação por unanimidade dos stakeholders, o aditivo ao Contrato do Acordo de Reestruturação, possibilitou a Companhia preservar seus ativos mais líquidos e operacionais e sanar o maior endividamento da Holding.

Nesse sentido, de acordo com o previsto e aprovado no Acordo, o controle do Metrô Rio e Metrô Barra foi transferido para a HMOBI Participações S.A., e posteriormente, poderia receber também a Linha Amarela em sua composição, a depender:

- da tarifa ainda a ser definida e homologada no judiciário para a via.
- do cumprimento de demais condições precedentes previstas no Contrato do Acordo de Reestruturação.

Acerca do Acordo assinado em 2021, é importante destacar que o prazo para resolução da LAMSA era de 24 meses, contudo, por conta dos impasses entre prefeitura e concessionária nas tratativas contratuais, houve a necessidade de assinatura de um aditivo para viabilizar um Acordo através da resolução da LAMSA.

Com o aditivo, a dívida remanescente, no montante de cerca de R\$ 1,065 bilhão, equivalente ao saldo total remanescente das debêntures, foi repactuado e seu vencimento prorrogado até fevereiro de 2026, podendo ser prorrogado até 31 de agosto de 2026, com manutenção da taxa de remuneração para atualização da dívida em IPCA + 6,5% (que deveria passar para IPCA + 12,6% pelo Aditivo de 2021), e possibilidade de quitação parcial ou total, a depender da tarifa definida para a Linha Amarela, conforme detalhado acima.

Com a assinatura deste aditivo, a Invepar não possui mais em seu portfólio o ativo Concessionária Litoral Norte (CLN), que será alienado para pagamento parcial da dívida, condicionado ao cumprimento de determinadas condições precedentes, conforme Fato Relevante divulgado pela Companhia no dia 06 de dezembro de 2023.

É importante destacar que a Invepar, mesmo após a reestruturação, ainda enfrenta desafios que demandam atenção da Administração da Companhia e que podem causar variações relevantes em seu valuation, com destaque para: i) as questões da relicitação da Via 040 com o Poder Concedente e, ii) os desdobramentos das negociações com o Poder Concedente para definição da Tarifa de LAMSA ou decisão favorável no STF acerca da possível encampação da via.

A Petros é detentora de 25% do capital social da Invepar e 5,8% do total de debêntures. Com a operação de reestruturação, que originou a criação da HMOBI, a Petros passou a deter 5,8% de participação na HMOBI, percentual correspondente aos direitos da Petros frente ao valor total das debêntures objeto da reestruturação. Cabe destacar que o acordo de reestruturação da dívida não altera a participação acionária da Petros na Invepar, mantida em 25%.

6.1.5.2 HMOBI

A HMOBI Participações S.A. é uma sociedade anônima de capital aberto e suas operações tiveram início em 08 de novembro de 2021. A sede da Companhia está baseada no Rio de Janeiro. O capital social da HMOBI foi formado com recursos oriundos de parte das debêntures detidas pelos credores da Holding Invepar.

A participação da Fundação na Companhia foi avaliada por empresa independente por meio do método do Fluxo de Caixa da Firma (FCFF) e Fluxo de Caixa do Acionista (FCFE), com informações na data base de 30 de setembro de 2023.

As premissas operacionais utilizaram como principal referência as projeções da companhia no ano de 2023, que tiveram uma melhora expressiva em comparação ao último plano.

O valor da Companhia corresponde à soma dos seus ativos e da LAMSA, visto que o caixa da companhia deverá ser integralmente transferido para a HMOBI em troca de abatimento do saldo devedor dessas debêntures, caso as condições precedentes do Acordo sejam cumpridas, conforme cenário base da Companhia. A equipe de gestão da Petros realizou validação das premissas utilizadas no laudo independente e corroborou a análise de valor do ativo.

O acionista majoritário desta Companhia é o FIP Mubadala com 51% de participação e os acionistas minoritários são os mesmos Fundos de Pensão acionistas da Invepar. A Petros é acionista na HMOBI com 5,8% de participação do capital social da Companhia.

Atualmente, a HMOBI possui em seu portfólio os Metrô Rio e Barra. Como ação subsequente da Reestruturação, a Companhia aguarda a resolução dos imbrólios entre Invepar e o Poder concedente para cumprimento da etapa da transferência de LAMSA para sua carteira de Investimentos. Entretanto, como foi considerada a transferência de LAMSA para HMOBI no modelo, o valuation da Companhia será incorporado na HMOBI, visto que todo o caixa de LAMSA pertence a HMOBI, conforme condições do Acordo de Reestruturação de Dívida.

6.1.5.3 NORTE ENERGIA S.A.

A Norte Energia S.A. (Norte Energia) é uma Sociedade de Propósito Específico, de capital fechado, e tem como objeto conduzir todas as atividades necessárias à implantação, operação, manutenção e exploração da Usina Hidrelétrica de Belo Monte (UHE Belo Monte), localizada no Estado do Pará, e das instalações de transmissão de interesse restrito à central geradora.

A participação da Fundação na Norte Energia foi avaliada pelo método do fluxo de caixa do acionista (Metodologia FCFE), conforme laudo de avaliação emitido por avaliador independente e especializado na data base de 30 de setembro de 2023.

A participação da Petros na Norte Energia corresponde a 10% do capital social da empresa. Além do investimento no ativo, a Petros é fiadora corporativa, no limite de sua participação, da dívida que a Companhia possui com o BNDES e bancos repassadores Caixa e BTG. Por meio de carta, o BNDES afirmou que o descumprimento do índice de cobertura do serviço da dívida não acarretará no vencimento antecipado da dívida pelos próximos 12 meses. A característica da fiança é que somente pode ser executada após e caso os bens da companhia não sejam suficientes para fazer frente à dívida. As projeções consideram a manutenção dos ativos atuais até o fim do prazo de concessão, sem a utilização de valor da perpetuidade, e não incluem a possibilidade de aquisição de nenhum outro negócio. Os fluxos de caixa foram projetados até o fim da concessão, em valores nominais na moeda Real.

As premissas operacionais e de CAPEX seguiram os contratos firmados pela empresa, as práticas de mercado, seu histórico e as informações contidas no orçamento apresentado pela administração da Norte Energia.

A equipe técnica da Petros, responsável pela gestão do ativo realizou a validação das premissas utilizadas no laudo independente, bem como elaborou modelo interno próprio com premissas adotadas pelo setor de Macroeconomia da Fundação, o que demonstrou uma convergência dos valores adotados para o ativo.

Em linha com o ano de 2022, 2023 apresentou um alto volume dos níveis dos reservatórios do Sistema Interligado Nacional, divulgado pela Agência Nacional de Águas. Com isso, a curva de PLD (Preço de Liquidação das Diferenças – preço de referência para liquidação de energia entre geradores e

consumidores no mercado brasileiro), que já havia sido negativamente impactado em 2022, teve novamente um forte impacto negativo, sendo o principal responsável pela variação no preço do ativo.

Além disso, apesar do corte, a alta taxa de juro na economia impactou negativamente o ativo, dado que a companhia possui um alto endividamento, em razão das características do empreendimento, que teve elevado investimento no período de construção e implementação das usinas.

Por fim, a Norte Energia permanece em discussões com o Ministério Público Federal (MPF) e Ibama a respeito do Hidrograma de consenso para que as condições do contrato inicial sejam retomadas. O contrato inicial previa o rodízio entre os Hidrogramas A e B, periodicamente. No entanto, por medidas realizadas pelo MPF e IBAMA, atualmente a Norte Energia opera somente com o Hidrograma B, que permite a geração de um menor volume de Megawatt (MW), quando comparado ao Hidrograma A.

6.1.5.4 LITEL PARTICIPAÇÕES S.A. e LITELA PARTICIPAÇÕES S.A.

A Litel Participações S.A. (Litel) sociedade anônima de capital aberto, foi constituída em 21 de julho de 1995 e tem por objetivo a participação no capital de outras sociedades, como sócia cotista ou acionista, quaisquer que sejam os objetos sociais. A companhia possui participação direta na Vale S.A. (Vale).

Desde o início do investimento, a Petros subscreveu e integralizou os seguintes recursos na Litel:

Subscrições			Integralizações		
	Data	Montante (R\$ mil)		Data	Montante (R\$ mil)
1º	23/04/1997	1	1ª	23/04/1997	1
2º	08/05/1997	50.100	2ª	08/05/1997	50.100
3º	15/05/1997	387	3ª	15/05/1997	387
4º	29/12/1997	121.861	4ª	29/12/1997	121.861
Total		172.349			172.349

Até 09 de setembro de 2019, a Litel possuía participação direta na Litela Participações S.A. (Litela), uma sociedade anônima de capital aberto, constituída em 30 de janeiro de 2003, cujo objeto é a participação no capital de outras sociedades, como sócia-cotista ou acionista, quaisquer que sejam seus objetos sociais. Essa participação na Litela proporcionava à Litel participação de forma indireta na Vale.

Em 08 de maio de 2019, foi firmado o Protocolo e Justificação de Cisão Parcial da Litel e Incorporação da versão da parcela cindida de seu patrimônio líquido pela Litela. Esta operação é parte do processo de reorganização societária das sociedades envolvidas, para uma maior simplificação e independência operacional e propiciar melhores condições para traçar seus objetivos, de modo a atender, portanto, aos seus respectivos interesses patrimoniais. Neste contexto, a Litel deixou de ter participação na Litela e os acionistas da Litel passaram a ter participação acionária direta na Litela.

Em virtude da cisão parcial, a Litel transferiu 808.746.864 ações da Vale para a Litela. Após a operação, o investimento da Litel na Vale passou a corresponder a 74.832.355 ações ordinárias, representativas de 1,46% do capital social total da Vale, excluídas as ações em tesouraria, ao passo que o investimento da Litela na Vale passou a corresponder a 905.773.534 ações ordinárias, representativas de 17,66% do capital social total da Vale, excluídas as ações em tesouraria.

Em 27 de janeiro de 2020, após o término do prazo de 60 dias de oposição dos credores sobre a redução do capital social da Litela, deliberada em Assembleia Geral Extraordinária, ocorrida em 14 de novembro de 2019, foram entregues aos acionistas da Litela 386.040.325 ações de emissão da Vale, que não estavam vinculadas ao Acordo de Acionistas, na proporção da participação de cada um no capital social da Litela.

Até 09 de novembro de 2020, a Litel e a Litela eram signatárias do Acordo de Acionistas da Vale, o qual estabelecia as condições que regem os direitos e obrigações decorrentes da condição de acionista

da Vale, regulando, por exemplo, o exercício do direito de voto, a indicação de membros ao conselho de administração e à diretoria da Vale, assim como o direito de preferência.

Com o encerramento do acordo de acionistas da Vale, por decurso de prazo, as ações da Vale detidas por Litel e Litela foram desvinculadas ao bloco de controle da Vale e passaram a ser consideradas livres, permitindo a transferência destas ações para os seus acionistas.

Nesse contexto, a administração da Litela propôs o encerramento coordenado da empresa, devido ao fato de não possuir mais nenhum objetivo de investimento, após o encerramento do Acordo de Acionistas da Vale.

Em 18 de dezembro de 2020, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária a dissolução de pleno direito e liquidação da Litela, e a partilha antecipada do ativo, nos termos do art. 215, § 1º da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, mediante a entrega aos acionistas de 504.801.150 ações livres de emissão da Vale. Em fevereiro de 2021, as ações foram distribuídas aos acionistas, de acordo com a participação detida por cada um no capital social da Litela, correspondendo a proporção de 2,566179303 ações de Vale, sendo mantidas na Litela 14.932.059 ações da Vale para cumprir eventuais obrigações que venham a surgir futuramente.

A seguir, segue o quadro com a posição atual de Litel e Litela em Vale em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2023:

Acionista	Qtd Ações ON da Vale (31/12/2023)	% Capital Total Vale	Qtd Ações ON da Vale (31/12/2022)	% Capital Total Vale
Litel	74.832.355	1,65%	74.832.355	1,65%
Litela	14.932.059	0,33%	14.932.059	0,33%

Para fins de avaliação do valor justo do investimento na Litel e Litela para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022, foi considerado o preço de fechamento das ações ON da Vale, no último dia útil de cada mês, e quando aplicável, eventuais ajustes patrimoniais, com base nas demonstrações financeiras.

Cotação de Fechamento	31/12/2023	31/12/2022	% Retorno
VALE3	77,20	88,88	-13,14%

A variação do saldo financeiro de LITEL ON entre 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2023 pode ser explicada pela variação da cotação da ação ON da Vale (VALE3).

6.1.6 DERIVATIVOS

No ano de 2023, a Petros fez uso de instrumentos derivativos, tanto para exposição direcional nos mercados de renda fixa (juros, inflação e moeda) e de renda variável (ações e índices de Bolsa) quanto para proteção dos investimentos dos planos em cada classe de ativos.

A seguir, demonstramos a posição da Petros em derivativos em 31 de dezembro de 2023 em cada operação:

Opções	Tipo	Exercício (R\$)	Data Vencdo.	Quantidade Total	Custo Médio Em R\$	Cotação (R\$)	Custo Total R\$ Mil	Resultado R\$ Mil	Valor de Mercado Bruto R\$ Mil
IBOVA170	CALL	170.000,00	17/01/2024	9.900	358	0,01	3.542	(3.542)	-
IBOVM120	PUT	120.000,00	17/01/2024	9.900	4.665	44,99	46.185	(45.739)	445
IBOVF170	CALL	170.000,00	12/06/2024	11.855	1.032	220,22	12.231	(9.620)	2.611
IBOVR125	PUT	125.000,00	12/06/2024	11.855	4.161	2.174,94	49.325	(23.541)	25.784
Total Ativo									28.840
IBOVF145	CALL	145.000,00	12/06/2024	(11.855)	(3.876)	3.876,42	45.955	(91.910)	(45.955)
IBOVA135	CALL	135.000,00	17/01/2024	(9.900)	(1.730)	1.730,28	17.130	(34.260)	(17.130)
IBOVR113	PUT	113.000,00	12/06/2024	(11.855)	(2.115)	949,98	25.075	(36.337)	(11.262)
IBOVM102	PUT	105.000,00	17/01/2024	(9.900)	(1.717)	4,07	17.000	(17.040)	(40)
Total Passivo									(74.387)

Futuro	Veículo	Contrato	Data de início	Vencimento	Quantidade de Contratos	PU do contrato (em R\$)	Nocional (em R\$ mil)
Futuro de Ibovespa	FP IBOVESPA FIA	INDG24	11/12/2023	14/02/2024	180	135.790	24.442
	PETROS ATIVO FIA	INDG24	11/12/2023	14/02/2024	400	135.790	54.316
	FP CARTEIRA ATIVA FIM	INDG24	11/12/2023	14/02/2024	(125)	135.790	(16.974)
Total - Futuro de Ibovespa					455		61.784
Futuro de Dólar Americano	FP CARTEIRA ATIVA FIM	DOLG24	26/12/2023	01/02/2024	(140)	4.869	(34.083)
Total - Futuro de Dólar Americano					(140)		(34.083)
Futuro de Iuan	FP CARTEIRA ATIVA FIM	CNHG24	26/12/2023	01/02/2024	320	4.841	15.492
Total - Futuro de Iuan					320		15.492
Futuro de S&P 500	FP CARTEIRA ATIVA FIM	ISPH24	29/11/2023	29/02/2024	(20)	23.465	(23.465)
Total - Futuro de S&P 500					(20)		(23.465)
Futuro de US Treasury	FP CARTEIRA ATIVA FIM	T10H24	11/12/2023	29/02/2024	(50)	547	(27.327)
Total - Futuro de US Treasury					(50)		(27.327)
Futuro de DI	FP CARTEIRA ATIVA FIM	DIF26	26/12/2022	02/01/2026	3.700	83.175	307.747
	FP CARTEIRA ATIVA FIM	DIV24	14/11/2023	01/10/2024	(4.200)	92.786	(389.702)
Total - Futuro de DI					(500)		(81.955)

6.1.7 INVESTIMENTOS EM IMÓVEIS

Demonstramos a seguir a posição da carteira imobiliária da Fundação, bem como a movimentação e reavaliação ocorridas no exercício:

	PPSP-R	PPSP-NR	PP-3	Flexprev	Nitriflex/ Arlanxeo	Ultrafertil	Arlanxeo Prev	PP-2	2023	Venda**	Reavaliação	2022
Aluguéis e Rendas	2.273.432	703.483	128.683	19.254	-	10.273	3.478	227.033	3.365.636	(199.717)	296.866	3.266.215
Locadas a Patrocinador (es)	989.412	306.160	56.004	6.532	-	-	-	-	1.358.108	-	47.392	1.310.308
Conjunto Pituba – Ampliação	896.231	277.327	50.730	5.917	-	-	-	-	1.230.205	-	52.606	1.177.599
Horta Barbosa	66.514	20.582	3.765	439	-	-	-	-	91.300	-	(4.111)	95.411
Porto Brasilis – 3º Andar	7.463	2.309	422	49	-	-	-	-	10.243	-	(43)	10.286
Porto Brasilis – 12º e 13º Andares	11.606	3.591	657	77	-	-	-	-	15.931	-	(1.060)	16.991
Valores a Receber	7.598	2.351	430	50	-	-	-	-	10.429	-	-	10.021
Locadas a Terceiros	1.035.266	320.349	58.599	11.080	-	10.273	3.478	227.033	1.666.078	(809)	224.394	1.440.638
Business Park Jundiaí-Itupeva	260.082	80.479	14.722	1.717	-	-	-	-	357.000	-	98.915	258.085
Centro Comercial e Empresarial Jubran	-	-	-	923	-	-	-	49.377	50.300	-	(13.584)	63.884
Centro Empresarial S.P.	14.716	4.553	833	97	-	-	-	-	20.199	-	600	19.599
Centro Empresarial Varig	7.457	2.307	422	49	-	3.497	3.477	-	17.209	-	748	16.461
Centro Empresarial Araguaia II	35.697	11.046	2.021	236	-	-	-	-	49.000	-	2.742	46.258
Condomínio Indl Log Alfredo Braz	-	-	-	538	-	-	-	28.762	29.300	-	7.242	22.058
Condomínio Centro Logístico Raposo	265.838	82.260	15.047	1.755	-	-	-	-	364.900	-	97.318	267.582
Condomínio Empresarial Rodoanel	-	-	-	1.320	-	-	-	70.580	71.900	-	3.753	68.147
Conjunto Pituba	48.671	15.061	2.755	321	-	-	-	-	66.808	-	(632)	67.440
Ed. Petros-Loja	-	-	-	-	-	6.667	-	-	6.667	-	(867)	7.534
Edifício Ouro Negro Terc.	35.260	10.911	1.996	233	-	-	-	-	48.400	-	11.355	37.045
Hiper Bompreco Bahia	40.343	12.483	2.284	266	-	-	-	-	55.376	-	5.029	50.347
Hiper Bompreco Natal	-	-	-	1.044	-	-	-	55.841	56.885	-	5.113	51.772
Hiper Casa Forte	74.193	22.958	4.200	490	-	-	-	-	101.841	-	9.370	92.471
Lavrado 162	24.332	7.529	1.377	161	-	-	-	-	33.399	-	(1.623)	35.022
OAB ⁽¹⁾	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(149)	-	149
Paulista 500	74.236	22.971	4.202	490	-	-	-	-	101.899	-	1.469	100.430
Porto Brasilis	91.303	28.252	5.168	603	-	-	-	-	125.326	-	(694)	126.020

	PPSP-R	PPSP-NR	PP-3	Flexprev	Nitriflex/ Arlanxeo	Ultrafertil	Arlanxeo Prev	PP-2	2023	Venda**	Reavaliação	2022
São Paulo Headquarters I	58.209	18.012	3.295	384	-	-	-	-	79.900	-	80	79.820
Caminho das Árvores ^{(3)*}	-	-	-	369	-	-	-	19.731	20.100	(660)	(1.940)	22.700
Valores a Receber	18.315	5.669	1.035	250	-	684	428	6.879	33.260	-	-	34.240
(-) Perdas estimadas	(13.386)	(4.142)	(758)	(166)	-	(575)	(427)	(4.137)	(23.591)	-	-	(26.426)
Renda de Participações	248.754	76.974	14.080	1.642	-	-	-	-	341.450	(198.908)	25.080	515.269
Iguatemi Fortaleza + Expansão	248.747	76.972	14.080	1.642	-	-	-	-	341.441	-	25.080	316.361
Shopping Vitória + Expansão ⁽²⁾	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(198.908)	-	198.908
Valores a Receber	7	2	-	-	-	-	-	-	9	-	-	-
Direitos em Alienações de Invest. Imobiliários	41	13	2	-	5.043	2.769	357	-	8.225	-	-	25.675
Park Avenue – Unidades Alienadas	41	13	2	-	-	-	-	-	56	-	-	155
Centro Empresarial Varig – Unidades Alienadas	-	-	-	-	-	2.769	-	-	2.769	-	-	3.091
Centro Século XXI – Unidades Alienadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	127
Terrenos Fortaleza – Alienados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	13.061
OAB – Unidades Alienadas	-	-	-	-	-	-	357	-	357	-	-	672
Rio Office Park 4 – Unidades Alienadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	99
Rio Office Park 5 – Unidade Alienada	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	924
Hiper Bon Marche - Alienado	-	-	-	-	5.043	-	-	-	5.043	-	-	7.546
Total Geral	2.273.473	703.496	128.685	19.254	5.043	13.042	3.835	227.033	3.373.861	(199.717)	296.866	3.291.890

* O imóvel "Loja Tendtudo" passou a se chamar "Caminho das Árvores".

** Valor de custo acrescido do resultado da venda, conforme abaixo:

(1) as salas 1211 e 1210, do Ed. OAB alienadas ao longo de 2023 pelo valor de R\$ 154, impactando positivamente o resultado em R\$ 5;

(2) o Shopping Vitória foi alienado ao longo de 2023 pelo valor de R\$ 202.000, impactando positivamente o resultado em R\$ 3.092;

(3) o imóvel Caminho das Árvores foi alienado parcialmente ao longo de 2023 pelo valor de R\$ 660, não houve impacto no resultado.;

Empresas responsáveis pelos laudos de reavaliações no exercício:

Descrição	Empresa Avaliadora	Data da Avaliação
Locadas a Patrocinador (es)		
Conjunto Pituba – Ampliação	JLL	30/06/2023
	Newmark	09/08/2023
Horta Barbosa	FIDE	26/07/2023
Porto Brasília – 3º Andar	FIDE	07/11/2023
Porto Brasília – 12º e 13º Andares	FIDE	07/11/2023
Locadas a Terceiros		
Business Park Jundiá-Itupeva	JLL	31/07/2023
Centro Comercial e Empresarial Jubran	JLL	31/07/2023
Centro Empresarial S.P.	FIDE	13/10/2023
Centro Empresarial Varig	Newmark	08/08/2023
Centro Empresarial Araguaia II	JLL	30/09/2023
Condomínio Indl Log Alfredo Braz	JLL	31/07/2023
Condomínio Centro Logístico Raposo	JLL	31/07/2023
Condomínio Empresarial Rodoanel	JLL	31/07/2023
Conjunto Pituba	Newmark	09/08/2023
Ed. Petros-Loja	Newmark	04/09/2023
Edifício Ouro Negro Terc.	FIDE	14/07/2023
Hiper Bompreco Bahia	Newmark	05/09/2023
Hiper Bompreco Natal	Newmark	05/09/2023
Hiper Casa Forte	Newmark	06/09/2023
Lavradio 162	FIDE	10/11/2023
Paulista 500	FIDE	06/11/2023
Porto Brasília	FIDE	07/11/2023
São Paulo Headquarters I	FIDE	08/12/2023
Caminho das Árvores	FIDE	11/10/2023
Renda de Participações		
Iguatemi Fortaleza + Expansão	JLL	31/07/2023

Os valores de reavaliação foram apurados por empresas independentes contratadas pela Petros, de acordo com o estabelecido na legislação.

6.1.7.1 RESULTADO DA CARTEIRA IMOBILIÁRIA

A seguir, demonstramos o resultado da carteira imobiliária entre os exercícios de 2023 e 2022:

	2023	2022	Δ%
Receitas	266.831	260.084	2,59%
Reavaliação	296.866	(138.018)	315,09%
Despesas	(45.687)	(49.202)	-7,14%
Total	518.010	72.864	610,93%

Conforme demonstrado, entre os exercícios houve um aumento de 2,59% nas receitas, alinhadas a queda das despesas em 7,14%, derivadas principalmente de melhoras operacionais, em contratos e condomínios.

No que tange a reavaliação, demonstramos a seguir a composição do resultado por imóveis entre os exercícios:

Imóvel	Resultado reavaliação 2023	Método de Precificação 2023	% Reavaliação s/ Valor Patrimonial 2023	Resultado reavaliação 2022	Método de Precificação 2022	% Reavaliação s/ Valor Patrimonial 2022
Conjunto Pituba – Ampliação	52.606	Renda	4,47%	152.115	Renda	14,83%
Horta Barbosa	(4.111)	Renda	-4,31%	(140.348)	Renda	-59,53%
Business Park Jundiaí-Itupeva	98.915	Renda	38,33%	-	Renda	0,00%
Centro Comercial e Empresarial Jubran	(13.584)	Renda	-21,26%	-	Renda	0,00%
Centro Empresarial S.P.	600	Renda	3,06%	(9.096)	Renda	-31,70%
Centro Empresarial Varig*	748	Renda	4,54%	(359)	Renda	-2,13%
Centro Empresarial Araguaia II	2.742	Renda	5,93%	1.427	Renda	3,18%
Cond Indl Log Alfredo Braz	7.242	Renda	32,83%	-	Renda	0,00%
Condomínio Centro Logístico Raposo	97.318	Renda	36,37%	1	Renda	0,00%
Condomínio Empresarial Rodoanel	3.753	Renda	5,51%	-	Renda	0,00%
Conjunto Pituba	(632)	Renda	-0,94%	1.146	Renda	1,73%
Ed. Petros-Loja	(867)	Renda	-11,51%	(7.636)	Renda	-50,34%
Edifício Ouro Negro Terc.	11.355	Renda	30,65%	(43.281)	Renda	-53,88%
Hiper Bompreco Bahia	5.029	Renda	9,99%	467	Renda	0,94%
Hiper Bompreco Natal	5.113	Renda	9,88%	1.178	Renda	2,33%
Hiper Casa Forte	9.370	Renda	10,13%	974	Renda	1,06%
Lavrado 162	(1.623)	Renda	-4,63%	(27.466)	Renda	-43,95%
OAB*	N/A	N/A	N/A	(105)	Renda	-41,34%
Paulista 500	1.469	Renda	1,46%	(13.683)	Renda	-11,99%
Porto Brasilis	(1.797)	Renda	-1,17%	(24.531)	Renda	-13,79%
São Paulo Headquarters I	80	Renda	0,10%	(43.182)	Renda	-35,11%
Caminho das Árvores	(1.940)	Renda	-8,80%	426	Renda	1,91%
Iguatemi Fortaleza + Expansão	25.080	Renda	7,93%	6.889	Renda	2,23%
Shopping Vitória + Expansão*	N/A	N/A	N/A	7.046	Renda	3,67%
Total Carteira Imobiliária	296.866		9,74%	(138.018)		-4,05%

*Para os imóveis destacados houve alienações totais ou parciais no período.

Todos os imóveis da carteira foram reavaliados pela metodologia da renda, mais conhecida como Fluxo de Caixa Descontado, divididos entre 3 avaliadores conceituados do mercado. O resultado geral foi uma variação positiva de cerca de 9,74%, impactada pela melhora do cenário macroeconômico, além de reajustes contratuais e melhoras nos desempenhos operacionais dos ativos, tais como vacância.

Entre os segmentos, o de maior destaque foi o logístico, com variação positiva de cerca de 28%, fruto de melhora operacional, além do cenário macroeconômico e reajustes contratuais, que se aplicam a todos os segmentos, seguido por hipermercados (10%), shopping (8%) e comerciais (3%).

6.1.7.2 OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES - EMPRÉSTIMOS

A carteira de empréstimos é composta por 59.341 contratos (57.164 contratos em 2022), com prazo médio de 108 meses, amortizados de acordo com o sistema SAC e possuem taxa de remuneração média de 0,59% a.m., acrescida da variação do IPCA.

Demonstramos a seguir a posição da carteira de empréstimos por planos de benefícios:

Planos	2023				2022			
	Valor Líquido	(-) PCLD	Saldo devedor	% PCLD s/ Saldo Devedor	Valor Líquido	(-) PCLD	Saldo devedor	% PCLD s/ Saldo Devedor
PPSP-NR*	163.876	(1.733)	165.609	-1,05%	166.333	(1.511)	167.844	-0,90%
PPSP-R*	1.142.329	(21.447)	1.163.776	-1,84%	1.124.983	(18.485)	1.143.468	-1,62%
PPSP-NR Pré-70*	54.564	(2.461)	57.025	-4,32%	61.097	(2.651)	63.748	-4,16%
PPSP-R Pré-70*	181.429	(21.407)	202.836	-10,55%	203.629	(20.186)	223.815	-9,02%
Nitriflex/Arlanxeo	2.599	-	2.599	0,00%	2.704	-	2.704	0,00%
Arlanxeo Prev	21.742	(195)	21.937	-0,89%	20.683	(195)	20.878	-0,93%
Ultrafertil*	6.230	(1.044)	7.274	-14,35%	6.974	(992)	7.966	-12,45%
IBPPrev Associados	276	-	276	0,00%	252	-	252	0,00%
Misto Sanasa*	6.156	(111)	6.267	-1,77%	5.137	(33)	5.170	-0,64%
PP-2*	1.031.029	(38.691)	1.069.720	-3,62%	911.408	(21.773)	933.181	-2,33%
PTAPrev*	1.463	(49)	1.512	-3,22%	1.585	(42)	1.627	-2,58%
PP-3 **	140.347	(15.857)	156.204	-10,15%	114.788	(47.972)	162.760	-29,47%
Flexprev*	23.718	(4.750)	28.468	-16,69%	31.050	(3.295)	34.345	-9,59%
Total	2.775.758	(107.745)	2.883.503	-3,74%	2.650.623	(117.135)	2.767.758	-4,23%

Conforme os dispositivos contratuais dos empréstimos concedidos pela Fundação, onde estão previstos: a cobrança parcial a ser efetuada mediante ausência de margem consignável e que os contratos apenas são findados mediante sua quitação integral, são considerados como inadimplentes caso não haja o pagamento de saldo remanescente relativo ao contrato e o desconto não seja suficiente para cobertura da taxa de administração, juros, correção (quando se aplicar), fundo de quitação por inadimplência, seguro prestamista ou fundo de quitação por morte consequentemente figuram na provisão para perdas.

*Em relação ao aumento da inadimplência para alguns planos específicos, ainda existem alguns contratos inadimplentes que não puderam ser negociados por não caberem na margem consignável dos participantes, o que elevou o percentual de provisionamento para perda nesses planos. A Petros continua buscando ações contínuas para regularização dos pagamentos mensais de empréstimos, não impactando na capacidade da Petros de cobrança ou aplicação das garantias associadas aos contratos de empréstimo.

**O Plano PP-3 sofreu uma reversão na PCLD, devido à recuperação da capacidade de pagamento parcial das prestações mensais de empréstimos, resultando na redução considerável da inadimplência do plano e, consequentemente, na melhoria da inadimplência total da carteira de empréstimos.

6.1.8 RECURSOS A RECEBER – PRECATÓRIOS

Em 1991, a Abrapp (como substituta processual da Petros) ajuizou ação ordinária em face do Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND), do BNDES e da União Federal, para obter ressarcimento pelos expurgos inflacionários ocorridos entre abril de 1990 e fevereiro de 1991 das Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento - OFND's, títulos adquiridos por força do Decreto-Lei nº 2.228, de 23/07/1986 e da Resolução nº 1, de 09/04/1987.

A diferença de correção monetária requerida é devido a substituição do índice de atualização do IPC – Índice de Preços ao Consumidor para o BTN – Bônus do Tesouro Nacional. A Ação foi julgada favorável à Abrapp e, em 29 de novembro de 2010, foi emitida a certidão de trânsito em julgado, porém o poder público se utilizou de todas as medidas possíveis para protelar o pagamento.

Em 2012, a União Federal ajuizou ação rescisória buscando rescindir a decisão favorável à Abrapp (e por consequência à Fundação) na ação ordinária citada, que foi rejeitada no Superior Tribunal de Justiça (STJ). A decisão da ação rescisória foi favorável às Entidades Fechadas de Previdência Complementar, tendo transitado em julgado em 13 de agosto de 2020.

Por conta do ganho de causa na ação ordinária, a Abrapp ajuizou ação de liquidação em face da União Federal, para que fosse fixado o montante exato devido a cada entidade.

Durante o ano de 2021, houve evolução favorável às entidades do processo, bem como encaminhado acordo entre Abrapp e União Federal, tendo sido aprovado pelas Entidades em assembleia extraordinária da Abrapp em 23 de novembro de 2021.

Em função do histórico do processo, até 31 de dezembro de 2021, o tema era classificado como Ativo Contingente e reportado apenas em nota explicativa pela Petros.

Em abril de 2022, foi homologado o acordo com posterior emissão dos precatórios em favor das entidades beneficiárias, desta forma e em conformidade com o Ofício Circular nº 14/2022/Previc, a Petros reconheceu e registrou os precatórios pelo valor justo, atualizando para dezembro de 2023, conforme premissas a seguir:

	Avaliador Externo:	Avaliação Petros:
Índice de Correção	IPCA* -Projeções de longo prazo do banco Santander Dez/23	Índice de Correção: IPCA* -Projeções Gerência de Renda Fixa e Macroeconomia Petros Dez/23
Liquidação estimada	fev/24	fev/24
Taxa de desconto	Meta Atuarial dos planos de benefícios	Média Ponderada da Meta atuarial dos planos de benefícios
Valor de Face do Precatório	R\$ 1.047.768	R\$ 1.047.768
Valor Justo	R\$ 1.096.418 (a)	R\$ 1.098.116 (b)
Valor Justo Registrado Média (a) e (b)	R\$ 1.097.267	

A alocação aos planos de benefícios considerou a proporção dos investimentos realizados individualmente, por ocasião das aplicações realizadas em OFND à época, mediante estudo técnico realizado pela Petros e chancelado por consultoria externa, conforme abaixo:

RECURSOS A RECEBER – PRECATÓRIOS	2023	2022	Δ%
OFND			
PPSP-R	763.192	679.946	12,24%
PPSP-NR	243.773	217.184	12,24%
Plano Petros Arlanxeo Prev	39.978	35.617	12,24%
Plano Petros Ultrafertil	35.016	31.197	12,24%
Plano Petros NitriFlex/Arlanxeo	6.355	5.662	12,24%
Plano FlexPrev	5.048	4.497	12,24%
PPSP-R Pré-70	3.905	3.479	12,24%
Total	1.097.267	977.582	12,24%

6.1.9 OUTROS REALIZÁVEIS – INVESTIMENTOS

Descrição	2023	2022
Acordo de Leniência – J&F	1.023.330	1.110.513
Acordo de Leniência – Novonor (Odebrecht)	-	-
Outros	1.193	1.979
Total	1.024.523	1.112.492

6.1.9.1 ACORDOS DE LENIÊNCIA

➤ J&F

Em razão da força-tarefa das Operações Greenfield, Sépsis, Cui Bono e Carne Fraca, no dia 05 de junho de 2017, o Ministério Público Federal (MPF) e a J&F Investimentos S.A. (J&F) formalizaram um acordo de leniência, no qual a J&F assumiu a responsabilidade por atos ilícitos e aceitou, a título de multa e valor mínimo de ressarcimento, o pagamento do valor de R\$ 10,3 bilhões, no prazo de 25 anos, sendo, desse valor, R\$ 1,7 bilhão devidos à Petros.

Nos termos pactuados no acordo, o pagamento dos valores previstos será realizado por meio de cinco parcelas semestrais, no valor de R\$ 50 milhões cada, tendo o vencimento inicial ocorrido em 01 de dezembro de 2017 e final em 01 de dezembro de 2019, seguidas de outras 22 parcelas anuais, corrigidas pelo IPCA, tendo sido a primeira em 01 de dezembro de 2020 e cuja quitação se dará em 2041.

A Petros recebeu, à título de pagamento do acordo, o valor histórico de R\$ 133 milhões. Ocorre que, desde dezembro de 2021, a holding não cumpre os termos originários do quanto fora pactuado, tendo realizado o pagamento das parcelas vencidas em 2021 e 2022 mediante a apresentação em juízo de seguro garantia.

No ano de 2023, a J&F apresentou novos pedidos administrativos e judiciais para suspensão do cumprimento do acordo de leniência. Até o presente momento as investidas da J&F restaram frustradas permanecendo válido o acordo de leniência homologado pela 10ª Vara Federal Criminal de Brasília. No dia 20/12/2023, o Supremo Tribunal Federal, em sede de procedimento de Reclamação e por meio de decisão monocrática provisória prolatada pelo Ministro Dias Toffoli, determinou a suspensão do pagamento dos valores devidos pela J&F no acordo de leniência originalmente entabulado com o Ministério Público Federal.

Esclareça-se que a decisão citada acima não tem o condão de alterar o acordo de leniência homologado judicialmente pela 10ª Vara Federal Criminal do Distrito Federal, permanecendo, até a presente data, imutável o direito da Petros ao recebimento dos valores estipulados no acordo de leniência. Apesar da decisão acima narrada, os pedidos da J&F para rediscussão do acordo foram negados pelo MPF e até agora não recebeu a chancela do Poder Judiciário, sendo que a Petros vem adotando inúmeras medidas, seja no âmbito administrativo do próprio MPF, seja no âmbito judiciário, para garantir o cumprimento do acordo de leniência, destacando-se o ingresso com recurso no STF contra a decisão que suspende o cumprimento do acordo por parte da J&F.

Por fim, a Petros ratifica a classificação como remota a probabilidade de êxito da investida da J&F na tentativa de revisitar judicialmente as condições consignadas no acordo de leniência homologado pela 10ª Vara Federal Criminal do Distrito Federal, não havendo razão fática ou jurídica que justifique a alteração dos valores e condições estabelecidos no acordo de leniência.

O acordo de leniência está precificado pelo valor justo, calculado entre a média entre os laudos internos e externos. Os laudos utilizaram o método do fluxo de caixa descontado, onde se parte do princípio de que o valor de um ativo é dado pela expectativa dos rendimentos futuros disponíveis, trazidos ao valor presente por um fator de desconto que representa o risco deste ativo.

O valor justo do acordo de leniência da J&F apurado em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 1.023.330 (R\$ 1.110.513 em 2022). Os laudos utilizaram o método do fluxo de caixa descontado, onde se parte do princípio de que o valor de um ativo é dado pela expectativa dos rendimentos futuros disponíveis, trazidos ao valor presente por um fator de desconto que representa o risco deste ativo.

➤ **NOVONOR (ODEBRECHT)**

Em 09 de julho de 2018, foi firmado Acordo de Leniência entre a Controladoria Geral da União (CGU) e as empresas que integram o grupo econômico da Novonor (Odebrecht). Entre os beneficiários deste acordo está a Petros, que possuiu investimentos em empresas do grupo de forma direta ou indireta.

Visando reparar os prejuízos causados aos investidores, a CGU, por meio do citado Acordo, estabeleceu uma multa a ser paga no prazo de 22 anos com valor total de R\$ 2,727 bilhões a título de recuperação de danos, com parcelas que seriam pagas sempre no mês de outubro de cada ano.

Ressalte-se que, até o momento da emissão dessa nota, tem-se o conhecimento de que o valor total a ser destinado à Petros perfaz 3,41% do referido montante acima. Segundo a Controladoria Geral da União, a Petros recebeu o percentual de aproximadamente 6% do total a ela destinado, perfazendo o valor histórico de R\$ 5 milhões.

Em 2023, a Petros foi notificada de que as obrigações presentes no acordo de leniência se encontram em repactuação, nos termos do art. 54, do Decreto nº 11.129/22, bem como nos termos da Portaria Conjunta CGU-AGU nº 04/2019, não havendo novo cronograma definitivo. Ademais em virtude de acordo prévio entre a empresa e o Ministério Público Federal, existem discussões correntes quanto à compatibilização desses instrumentos com a Controladoria Geral da União.

Todas as tratativas relacionadas ao acordo de leniência firmado entre a CGU e a Odebrecht, segundo a própria CGU, devem versar sobre prazo e condições, mas não sobre valores ou extinção da obrigação. Diante de tal fato, a classificação quanto a probabilidade de perda da Petros é remota. A Petros está interagindo com a CGU a fim de estreitar o acompanhamento das negociações e da execução do acordo de leniência.

O acordo de leniência foi precificado pelo valor justo, calculado entre a média entre os laudos internos e externos, utilizando o método de fluxo de caixa descontado em R\$ 46.606 (R\$ 87.796 em 2022). Em virtude do inadimplemento do acordo há mais de 12 meses de acordo que não possui homologação judicial entre outras formalidades de cobrança do direito, o valor do ativo foi integralmente provisionado para perda no ano de 2022, justificando o valor zerado nas demonstrações financeiras da Petros.

6.2 DESENQUADRAMENTO E JUSTIFICATIVA

6.2.1 LIMITES DE CONCENTRAÇÃO POR EMISSOR (RESOLUÇÃO CMN 4.994/2022)

De acordo com a Resolução CMN nº 4.994, de 24 de março de 2022, a EFPC deve observar, considerada a soma dos recursos por ela administrados, o limite de até 25% do patrimônio líquido de fundo de investimento ou fundo de investimento em cotas de fundo de investimento classificado (FIC) no segmento estruturado (art. 28, inciso I, alínea “d”).

Em observância ao § 3º do artigo 28 da resolução supracitada, o limite de 25% do patrimônio líquido não se aplica a FIC, porém os limites são válidos para os fundos de investimentos investidos em sua hierarquia.

- Em 31 de dezembro de 2023, a Petros possuía o seguinte desenquadramento quanto ao limite de concentração por emissor.

Consolidado		
Fundo	Fundo Master	Participação
ABSOLUTE ALPHA GLOBAL FIC DE FIM ¹	ABSOLUTE ALPHA GLOBAL MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO	31,41%

¹ Cota do fundo FP FOF MULTIMERCADO FIC DE FIM, fundo no qual a Fundação investe diretamente.

O desenquadramento é classificado como passivo em razão da redução do patrimônio líquido do fundo master, tendo ocorrido em novembro de 2023. Em conformidade com a Resolução (art. 35, § 1º e § 2º), a Fundação deve eliminar o desenquadramento no prazo de dois anos da sua ocorrência e fica impedida de efetuar investimentos que agravem os excessos verificados.

Cabe informar, que não houve novos aportes no período que agravasse o desenquadramento.

6.2.2 LIMITES DE ALOCAÇÃO POR EMISSOR (RESOLUÇÃO CMN 4.994/2022)

De acordo com a Resolução CMN nº 4.994, de 24 de março de 2022, a EFPC deve observar, em relação aos recursos de cada plano, o limite de até 10% para os demais emissores (art. 27, inciso III, § 1º).

- Em 31 de dezembro de 2023, a Petros possuía os seguintes desenquadramentos quanto à patrocinadora Petrobras:

Patrocinadora Petrobras	
PPSP-NR	39,82%
PPSP-R	36,07%

A resolução vigente estabelece que o total da dívida contratada, o total do déficit equacionado também devem ser computados para fins de verificação dos limites de enquadramento, quando da aquisição de ativos financeiros de emissão da patrocinadora.

O desenquadramento é ocasionado pelas Dívidas Contratadas da patrocinadora Petrobras: PED e TCF, ambas detalhadas na Nota Explicativa 4.2.

Em consonância com o parágrafo 1º do Artigo 34 da Resolução CNPC nº 30, de 10 de outubro de 2018, o prazo de amortização do novo plano de equacionamento dos planos PPSP-R e PPSP-NR foi compatibilizado com o previsto para liquidação dos compromissos abrangidos pelo passivo atuarial, ou seja, equivale ao prazo do fluxo de pagamento de benefícios futuros, que tem caráter vitalício. Caso

fossem desconsideradas as Dívidas Contratadas, os planos PPSP-NR e PPSP-R estariam enquadrados nos limites estabelecidos na legislação.

- Em 31 de dezembro de 2023, a Petros possuía os seguintes desenquadramentos quanto à patrocinadora Vibra:

Patrocinadora Vibra	
Flexprev	14,10%

A resolução vigente estabelece que o total da dívida contratada, o total do déficit equacionado também devem ser computados para fins de verificação dos limites de enquadramento, quando da aquisição de ativos financeiros de emissão da patrocinadora.

O desenquadramento é ocasionado pela dívida contratada com origem no Termo de migração celebrado em janeiro de 2022 relativo aos compromissos financeiros da Patrocinadora Vibra Energia junto ao Plano FlexPrev referentes à migração, com efeitos a partir da data efetiva a migração (Nota Explicativa 4.2). Caso fosse desconsiderada a Dívida Contratada, o plano estaria enquadrado nos limites estabelecidos na legislação.

6.3 PROVISÃO PARA CRÉDITO DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA E RECUPERAÇÃO DE INVESTIMENTOS MOBILIÁRIOS

Ativos		2023			2022		
		Posição Investimento	Provisão ¹	Valor Contábil	Posição Investimento	Provisão ¹	Valor Contábil
Ativos Financeiros de Crédito Privado	Grupo	173.206	(139.190)	34.016	171.428	(128.773)	42.655
Thá Realty ²	Valores a Receber - CCI	107.374	(107.374)	-	107.374	(107.374)	-
Cia. Nova América ²	Valores a Receber - Debentures	8.148	(8.148)	-	8.148	(8.148)	-
Lojas Arapuã ²	Valores a Receber - Debentures	5.433	(5.433)	-	5.433	(5.433)	-
Feniciapar (Recebíveis da Arapuã) ²	Valores a Receber - Debentures	4.575	(4.575)	-	4.575	(4.575)	-
HOPI HARI ³	Valores a Receber - Debentures	2.883	(2.883)	-	3.243	(3.243)	-
Debênture Invepar - IVPR13 ⁴	Debêntures	44.793	(10.777)	34.016	42.655	-	42.655
Fundos de Investimentos		286.391	(209.273)	77.118	306.397	(197.345)	109.052
FIP Mellon Ambiental ²	FIP	6.335	(6.335)	-	6.335	(6.335)	-
FIM Petros Crédito Privado	FI	101.954	(24.836)	77.118	113.888	(30.128)	83.760
FP JA Fundo de Investimentos Renda Fixa Petros Crédito Privado de Recuperação ⁵	FI	2.138	(2.138)	-	1.550	(861)	689
FIRF Petros CP Recuperação BR ⁵	FI	693	(693)	-	6.343	-	6.343
FIM FRC Brasil Plural ⁵	FI	11.244	(11.244)	-	20.329	(19.184)	1.145
FP JA Recuperação de Crédito Petros FIM CP (antigo FIM FRC Canvas) ⁵	FI	32.117	(32.117)	-	20.187	(19.875)	312
FIM FRC Polo ⁵	FI	5.684	(5.684)	-	6.812	(6.305)	507
FIDC Lavoro	FIDC	917	(917)	-	1.254	(1.254)	-
FIDC BR Plural NP I ⁵	FIDC	12.900	(12.900)	-	16.828	(16.614)	214
FIDC BR Plural NP II ⁵	FIDC	8.524	(8.524)	-	8.308	(2.512)	5.796
FIDC Polo NP I ⁵	FIDC	23.512	(23.512)	-	20.953	(18.020)	2.933

Ativos		2023			2022		
		Posição Investimento	Provisão ¹	Valor Contábil	Posição Investimento	Provisão ¹	Valor Contábil
FIDC Polo NP II ⁵	FIDC	67.532	(67.532)	-	65.086	(57.850)	7.236
FIDC Polo NP III ⁵	FIDC	12.841	(12.841)	-	18.524	(18.407)	117
Outros		50.095	(50.095)	-	91.285	(91.285)	-
Sterling ²	Outros	815	(815)	-	815	(815)	-
Atlantis ²	Outros	514	(514)	-	514	(514)	-
Adolpho ²	Outros	2.160	(2.160)	-	2.160	(2.160)	-
Acordo de Leniência – Odebrecht ⁶	Acordos	46.606	(46.606)	-	87.796	(87.796)	-
Total		509.692	(398.558)	111.134	569.110	(417.403)	151.707

¹ Os valores apresentados se referem as perdas registradas em carteira própria dos ativos mobiliários.

² Possuem ação ajuizada. Em 2023 não houve recuperação de valores e movimentos relevantes.

³ Após aprovação do plano de recuperação em 10/02/2022, a Petros passou a receber mensalmente, a partir de dezembro de 2022, os valores com base nos critérios estabelecidos no Plano de Recuperação.

⁴ A agência S&P rebaixou os ratings da 3ª e 5ª emissões de debêntures da Invepar, passando de 'brCCC' para 'brC'. A Petros detém 25% de participação na 3ª emissão.

⁵ Registro de perdas por impairment.

⁶ Em 2023, devido a novas informações acerca do acordo, a Petros optou por realizar o cálculo do valor justo do ativo e depois aplicar PCLD de 100%. Enquanto no passado o valor do ativo na carteira estava sendo marcado pelo seu saldo devedor, deduzido do montante pago, para depois ser aplicado PCLD de 100%.

7 IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

A seguir os saldos e movimentações do Imobilizado e do Intangível da Petros:

Descrição	2023	Aquisição / Reclassificações ⁽¹⁾	Baixa ⁽²⁾	Depreciação / Amortização ⁽³⁾	Reavaliação ⁽⁴⁾	2022
Imobilizado	24.983	6.525	(109)	(4.449)	(180)	23.196
Instalações	76	-	(72)	(76)	-	224
Móveis e Utensílios	642	29	(14)	(207)	-	834
Máquinas e Equipamentos	3.076	2.664	(3)	(2.245)	-	2.660
Computadores e Periféricos	4.942	3.832	(20)	(1.921)	-	3.051
Bens Imóveis	16.247	-	-	-	(180)	16.427
Intangível	48.729	27.900	(24.552)	(11.163)	-	56.544
Sistemas em Produção	35.512	16.659	2.731	(11.163)	-	27.285
Sistemas em Desenvolvimento	13.217	11.241	(27.283)	-	-	29.259
Total	73.712	34.425	(24.661)	(15.612)	(180)	79.740

⁽¹⁾ Desenvolvimentos relativos ao novo sistema previdenciário no montante de R\$ 27.900;

⁽²⁾ Processo de desreconhecimento de projetos para priorização dos desenvolvimentos do novo sistema previdenciário tendo ocorrido a baixa no montante de R\$ 24.552;

⁽³⁾ Valor de amortização registrado no montante de R\$ 11.163; e

⁽⁴⁾ O valor refere-se ao Ed.Petros – Ouvidor, 98 e o impacto da reavaliação anual conforme Nota Explicativa 2.6.

A seguir, demonstramos a composição do intangível ao final do exercício de 2023 e suas respectivas taxas de amortização:

Descrição	Taxa Amortização	2023
Sistemas em Produção		35.512
ERP - PROTHEUS	10,00%	12.884
Projeto APP	33,33%	1.464
Projeto IPETROS	6,67%	17.104
Projeto NOVO PORTAL	20,00%	4.060
Sistemas em Desenvolvimento		13.217
Projeto ANALYTICS		1.336
Projeto CRM		130
Projeto IPETROS (em implementação)		11.751
Total		48.729

8 EXIGÍVEL OPERACIONAL

Descrição	2023	2022
Gestão Previdencial	594.918	620.270
Benefícios a Pagar	303.707	292.686
Benefícios a Pagar	19.422	15.730
Créditos de Participantes	273.483	266.426
Saldo de Contas – Retirada de Patrocínio	6.938	9.413
Saldo de Contas – Ex Participantes ¹	256.975	246.453
Outros Créditos de Participantes	9.570	10.560
Demais Rubricas	10.802	10.530
Retenções a Recolher	116.253	115.258
Recursos Antecipados	61	2.611
Outras Exigibilidades	174.897	209.715
Créditos de Participantes	191	329
Outros Créditos de Participantes	191	329
Outros	174.706	209.386
Crédito de Patrocinadoras ²	127.435	113.556
Valores a Pagar	30.254	77.116
Valores a Transferir Para o PGA	118	308
Crédito de Terceiros	11.170	6.149
Retenções a Recolher	2.362	2.324
Outros	3.367	9.933
Gestão Administrativa	96.886	168.317
Contas a Pagar	26.790	46.964
Retenções a Recolher	4.878	3.673
Tributos a Recolher	17.034	67.638
Outras Exigibilidades	48.184	50.042
Provisão de Férias	13.167	11.815
Depósitos Não Identificados ³	17.415	18.268
Demais Valores ⁴	17.602	19.959
Investimentos	79.148	5.469
Fundos de Investimentos	-	191
Derivativos ⁵	74.387	-
Investimentos Imobiliários	1.268	1.608
Empréstimos e Financiamentos	2.247	1.584
Relacionados com o Disponível	8	10
Outras Exigibilidades	1.238	2.076
Total	770.952	794.056

¹ Saldos de contas de participantes que perderam vínculo ao plano de benefícios e ainda não optaram por institutos presentes no regulamento dos planos – são liquidados quando da opção do instituto (resgate, portabilidade etc.);

² Majoritariamente composto por Convênios com Patrocinadoras (Petrobras) - R\$ 69.694 (R\$ 73.841 em 2022) e Assistência Médica Supletiva – AMS R\$ 40.538 (R\$ 22.130 em 2022) - Adiantamentos realizados pela patrocinadora para pagamento de benefícios do INSS e AMS liquidados no mês subsequente através de encontros de contas;

³ O saldo de depósitos não identificados refere-se a valores creditados nas contas bancárias da Fundação sem os correspondentes dados mínimos para identificação do respectivo plano de benefícios ao qual pertencem. Enfatizamos que a Petros envia os melhores esforços na identificação e destinação adequada dos valores de forma tempestiva. Atualmente, o tempo médio de identificação dos valores é de 3 dias úteis;

⁴ Créditos de patrocinadoras (TCF diferença Pensão) R\$ 8.987 (R\$ 8.466 em 2022), Depósitos judiciais – Consignação de pagamento R\$ 1.419 (R\$ 1.419 em 2022) e Depósito de custeio administrativo R\$ 6.569 (R\$ 6.569 em 2022).

⁵ Vide Nota 6.1.6

9 TRIBUTOS

9.1 PIS/COFINS – PERT

A Petros foi autuada pela Receita Federal (RFB) relativo às contribuições do PIS e da COFINS exigidos pela autarquia sobre a prestação de serviços de administração e execução de planos de benefícios de natureza previdenciária no período entre 2007 e 2011 (Auto de Infração nº 16682.720572/2012-69 relativo ao período entre 2007 e 2009 e Auto de Infração nº 16682.720682/2015-73 relativo ao período entre 2010 e 2011).

Os autos de infração foram discutidos administrativamente e em 2017, com o advento do Programa Especial de Regularização Tributária (PERT), a Fundação optou pela desistência parcial das discussões administrativas, aderindo ao parcelamento e incluindo também neste os valores relativos ao período de apuração entre 2012 e 2014.

A Fundação aderiu ao Programa Especial de Regularização Tributária (PERT), em agosto de 2017, com o objetivo de efetuar o pagamento do referido indébito tributário nas seguintes condições mais favoráveis:

- pagamento à vista de 20% do valor da dívida consolidada, sem redução, em 05 parcelas mensais e sucessivas, com vencimento de agosto a dezembro de 2017, e o restante;
- parcelado em 145 parcelas mensais e sucessivas, com vencimento a partir de janeiro de 2018, com redução de 80% dos juros e de 50% das multas.

Período de apuração	Débito atualizado	20% sobre o débito atualizado	Valor amortizado em 145 Parcelas	Redução pelo PERT
2007 a 2011	51.031	10.206	22.742	18.083
2012 a 2014	27.950	5.590	15.601	6.759
Total	78.981	15.796	38.343	24.841

No entanto, a Receita Federal indeferiu o pedido de inclusão dos débitos de 2012 e 2014 no PERT. A Petros estuda a melhor estratégia para anulação do despacho de indeferimento dos débitos de PIS/COFINS referentes aos anos de 2012 e 2014 e a reinserção dos débitos para fins de consolidação do parcelamento e regular quitação.

Em 31 de dezembro de 2023, o valor a ser amortizado totaliza R\$ 17.021 (R\$ 21.463 em 2022).

Em relação aos valores que continuaram a ser discutidos administrativamente:

- Auto de Infração nº 16682.720572/2012-69 - Houve o cancelamento por parte da RFB de 50% dos valores exigidos originalmente, e sobre os débitos ainda exigidos, foram inscritos em dívida ativa. Ato seguinte, a Receita ingressou com ação judicial nº 5037449-34.2020.4.02.5101. A Petros ofertou apólice de seguro garantia na execução fiscal, suspendendo a exigibilidade do débito enquanto o recurso se encontra em fase de prova pericial.
- Auto de Infração nº 16682.720682/2015-73 – o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), por unanimidade de votos, julgou procedente a maior parte do Recurso Voluntário interposto pela Petros, cancelando 97,91% da exigência de PIS/COFINS, todavia aguardamos a comunicação dessa decisão. A Petros analisa ainda a possibilidade de apresentar recurso em relação a parcela julgada desfavoravelmente a Fundação.

9.2 PIS/COFINS – MANDADO DE SEGURANÇA SOBRE AS TAXAS DE CARREGAMENTO E DE ADMINISTRAÇÃO

Em outubro de 2018, a Petros impetrou mandado de segurança para assegurar direito líquido e certo da Fundação de não se submeter à incidência da contribuição social do PIS e da COFINS sobre os recursos por ela arrecadados a título de taxa de carregamento e administração em relação aos fatos geradores ocorridos a partir de 1º de janeiro de 2015, bem como reaver os depósitos judiciais realizados na ação e os valores recolhidos indevidamente a esse título desde a referida data. O processo encontra-se pendente de julgamento. O processo foi julgado improcedente e a decisão foi mantida em segundo grau. Aguarda-se o julgamento do Recurso Especial e do Recurso Extraordinário, ambos interpostos pela Petros.

Até 31 de dezembro de 2023, foram depositados judicialmente no referido processo o montante de R\$ 113.372, conforme Nota Explicativa 10.

9.3 PIS/COFINS – MANDADO DE SEGURANÇA SOBRE AS RECEITAS FINANCEIRAS

Em 10 de janeiro de 2023, a Petros impetrou mandado de segurança para assegurar direito líquido e certo da Fundação de não se submeter à incidência da contribuição social do PIS e da COFINS sobre os ingressos decorrentes de todo e qualquer rendimento financeiro do PGA contabilizado pela Fundação em relação aos fatos geradores dos últimos cinco anos (dezembro de 2017 a novembro de 2022), tendo efetuado o depósito judicial no montante de R\$ 43.073.

O juiz da 32ª Vara Federal do Rio de Janeiro julgou extinto o processo sem resolução de mérito em relação ao pedido de restituição em dinheiro e em relação ao pedido de não tributação das receitas financeiras destinadas ao pagamento de benefícios, por falta de interesse processual. Em relação ao pedido de não tributação das receitas financeiras destinadas ao custeio da Fundação e respectiva compensação, o juiz julgou improcedente, denegando a segurança. Aguarda-se o julgamento do recurso de apelação interposto pela Petros.

Até 31 de dezembro de 2023, foram depositados judicialmente no referido processo o montante de R\$ 49.909, conforme Nota Explicativa 10.

10 DEPÓSITOS JUDICIAIS/RECURSAIS

Plano	Nota	2023	Novos Depósitos	Baixas	2022
Gestão Previdencial	4	3.445.300	637.717	(422.270)	3.229.853
PPSP-R		1.075.631	219.961	(151.453)	1.007.123
PPSP-R Pré-70		604.420	75.655	(50.314)	579.079
PPSP-NR		876.710	167.586	(117.829)	826.953
PPSP-NR Pré-70		694.614	118.477	(85.303)	661.440
Copesul		56.503	8.684	(8.305)	56.124
Ultrafertil		70.306	34.485	(6.531)	42.352
Arlanxeo Prev		18.789	2.745	(910)	16.954
Nitriflex/Arlanxeo		2.701	(2)	-	2.703
Braskem		27.569	2.693	(72)	24.948
PQU		2.887	449	(558)	2.996
PP-2		7.848	2.303	(648)	6.193
TapmePrev		6.799	4.462	-	2.337
Simeprev		182	112	(105)	175
PreviContas		1	-	(184)	185
Transpetro		152	-	-	152
Copesulprev		5	-	(4)	9
AnaparPrev		82	-	(39)	121
CulturaPrev		85	76	-	9
PP-3		-	15	(15)	-
FenajPrev		16	16	-	-
Gestão Administrativa	5	192.354	65.190	(1.975)	129.139
Depósito Judicial ¹		29.073	822	(1.975)	30.226
PIS/Cofins		163.281	64.368	-	98.913
Mandado de Segurança - Taxa Carregamento	9.2	113.372	14.459	-	98.913
Mandado de Segurança - Receitas Financeiras	9.3	49.909	49.909	-	-
Total		3.637.654	702.907	(424.245)	3.358.992

¹ Majoritariamente compostos por: Tributos R\$ 10.574 (R\$ 10.574 em 2022), Processos relacionados a Custeio Administrativo R\$ 6.561 (R\$ 6.561 em 2022) e Relacionados a contingências trabalhistas R\$ 2.886 (R\$ 4.044 em 2022)

A seguir, demonstramos a movimentação consolidada ocorrida no exercício anterior:

Plano	Nota	2022	Novos Depósitos	Baixas	2021
Gestão Previdencial	4	3.229.853	654.250	(409.370)	2.984.973
Gestão Administrativa	5	129.139	31.849	(6.840)	104.130
Total		3.358.992	686.099	(416.210)	3.089.103

11 EXIGÍVEL CONTINGENCIAL, CONTINGÊNCIAS PASSIVAS E ATIVOS CONTINGENTES

11.1 EXIGÍVEL CONTINGENCIAL – CONTINGÊNCIAS PASSIVAS

O quadro a seguir demonstra a quantidade de pedidos nas ações judiciais por classificação de perda:

Plano do Pedido	Provável	Possível	Remota
PGA	84	200	152
Copesulprev	-	-	1
CulturaPrev	2	-	-
FenajPrev	-	-	1
FiepePrev	1	1	1
Liquigás	3	-	2
Petro_RG	-	1	-
PP-2	169	139	940
PP-3	5	7	12
Braskem	201	2	631
Copesul	209	62	720
Nitriflex/Arlanxeo	14	3	13
Arlanxeo Prev	172	127	54
PQU	74	13	17
PPSP-NR	12.158	742	3.130
PPSP-NR Pré-70	10.476	300	1.660
Ultrafertil	625	8	212
PPSP-R	19.187	609	5.429
PPSP-R Pré-70	10.105	94	1.728
PreviContas	-	1	-
PreviFiea	-	-	2
Previttel	-	-	1
Simeprev	1	-	1
TapmePrev	11	8	9
Transpetro	4	-	1
Triunfo Vida	2	-	-
Total 2023	53.503	2.317	14.717
Total 2022	54.207	2.629	15.889

Demonstramos a seguir, a movimentação das provisões decorrentes dos objetos com chance de perda provável, ou seja, aqueles que a Fundação entende que provavelmente terão decisões contrárias à sua tese e gerarão desembolsos futuros:

Descrição	Nota	2023	Novos Processos	Pagamentos e Baixa de Provisões	Varição de Provisões	Varição de Honorários de Êxito	2022
Gestão Previdencial	11.1.1	4.437.712	140.289	(140.918)	272.673	(353)	4.166.021
PPSP-NR		1.078.393	23.299	(34.286)	73.008	(8)	1.016.380
PPSP-NR Pré-70		802.655	16.588	(26.727)	54.025	-	758.769
PPSP-R		1.581.812	66.511	(52.158)	70.538	-	1.496.921
PPSP-R Pré-70		721.438	20.668	(15.483)	27.989	-	688.264
Copesul		72.205	2.396	(5.769)	9.119	(345)	66.804
Ultrafertil		83.966	3.850	(2.999)	23.259	-	59.856
Arlanxeo Prev		25.898	504	(922)	3.177	-	23.139
Nitriflex/Arlanxeo		4.168	619	-	846	-	2.703
Braskem		35.905	658	(1.411)	7.189	-	29.469
PQU		4.313	-	(391)	2.180	-	2.524
PP-2		22.651	4.193	(401)	1.016	-	17.843
TapmePrev		2.871	616	(127)	126	-	2.256
PP-3		133	133	-	-	-	-
PTAprev		4	4	-	-	-	-
CRAPrev		-	-	(60)	-	-	60
Liquigás		460	250	-	18	-	192
Transpetro		562	-	-	151	-	411
Triunfo Vida		184	-	-	(41)	-	225
CulturaPrev		86	-	-	77	-	9
PreviContas		-	-	(184)	-	-	184
Simeprev		8	-	-	(4)	-	12
Gestão Administrativa	11.1.2	172.721	165.923	(655)	(2.138)	(4)	9.594
Processos Judiciais		172.721	165.923	(655)	(2.138)	(4)	9.594
Total		4.610.433	306.212	(141.573)	270.535	(357)	4.175.615

A seguir, demonstramos a movimentação consolidada ocorrida no exercício anterior:

Descrição	2022	Novos Processos	Baixa de Provisões	Varição de Provisões	Honorários De Êxito	2021
Gestão Previdencial	4.166.021	100.046	(234.660)	287.409	43	4.013.183
Gestão Administrativa	9.594	736	(807)	2.184	(328)	7.809
Total [Movimentação 2022 – 2021]	4.175.615	100.782	(235.467)	289.593	(285)	4.020.992

11.1.1 CONTINGÊNCIAS DA GESTÃO PREVIDENCIAL

Os principais objetos e seus respectivos valores provisionados por planos de benefícios encontram-se descritos a seguir:

Objeto do Pedido	PPSP-R		PPSP-NR		PPSP-NR Pré-70		PPSP-R Pré-70		Ultrafertil		Arlanxeo Prev		PP-2		TapmePrev		Nitriflex/ Arlanxeo		Demais Planos		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
ACT – Nível	501.574	498.249	251.472	253.114	220.564	225.062	274.327	273.711	109	281	303	733	909	997	-	-	66	65	5.980	6.288	1.255.304	1.258.500
Revisão do Benefício Inicial	186.451	184.382	164.239	161.981	185.466	178.400	138.130	131.288	50.776	33.593	4.766	4.272	251	367	252	-	-	-	34.495	30.628	764.826	724.911
PL-DL 1971	240.889	218.277	181.911	166.755	87.413	81.916	85.388	82.761	4.623	3.802	1.036	1.273	1.594	1.421	-	-	120	120	1.553	1.486	604.527	557.811
PCAC – 2007	80.320	83.079	88.261	84.275	79.614	72.519	57.676	61.189	125	629	107	109	110	51	-	-	-	-	200	153	306.413	302.004
Remuneração Mínima por Nível e Regime (RMNR)	60.341	55.189	120.102	106.817	82.623	72.696	21.975	19.511	71	67	126	123	459	342	-	-	-	-	65	57	285.762	254.802
Necessidade de Rescisão	143.282	141.140	54.611	53.292	519	519	-	878	-	-	-	-	389	1.228	-	-	-	-	-	-	198.801	197.057
Revisão de Pensão – Regulamento	13.737	13.030	39.390	30.192	62.418	55.279	40.866	37.448	6.877	6.435	2.875	2.223	153	459	-	-	-	-	4.035	4.397	170.351	149.463
Reflexo Trabalhista	106.372	93.732	34.709	31.646	7.981	6.773	6.247	5.796	4.258	3.800	163	192	4.389	3.450	-	-	-	-	4.844	5.605	168.963	150.994
Limite de idade	47.453	43.174	12.810	12.514	2.017	1.506	13.544	7.656	2.170	2.445	1.216	1.216	-	-	-	-	-	-	52.703	46.563	131.913	115.074
Resolução 49	80.891	56.498	27.076	23.694	15.350	10.312	40.968	28.848	2.128	1.998	4.430	2.636	822	1.499	-	-	1.600	981	206	185	173.471	126.651
Outros	120.502	110.172	103.811	92.100	58.690	53.785	42.316	39.179	12.828	6.806	10.876	10.360	13.574	8.029	2.619	2.256	2.383	1.538	9.782	4.529	377.381	328.754
Total Plano Previdencial	1.581.812	1.496.922	1.078.392	1.016.380	802.655	758.767	721.437	688.265	83.965	59.856	25.898	23.137	22.650	17.843	2.871	2.256	4.169	2.704	113.863	99.891	4.437.712	4.166.021

➤ **DEMAIS PLANOS:**

Objeto do Pedido	Braskem		Copesul		PQU		Outros		Demais Planos	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
ACT – Nível	5.976	6.282	3	3	1	3	-	-	5.980	6.288
Revisão do Benefício Inicial	23.130	17.415	11.056	12.517	309	696	-	-	34.495	30.628
PL-DL 1971	1.533	1.445	20	41	-	-	-	-	1.553	1.486
PCAC – 2007	77	102	103	50	20	1	-	-	200	153
Remuneração Mínima por Nível e Regime (RMNR)	-	-	-	-	65	57	-	-	65	57
Revisão de Pensão – Regulamento	1.463	1.294	2.050	2.593	522	510	-	-	4.035	4.397
Reflexo Trabalhista	1.053	984	3.581	4.429	-	-	210	192	4.844	5.605
Limite de idade	1.021	882	51.682	45.681	-	-	-	-	52.703	46.563
Resolução 49	-	-	-	-	206	185	-	-	206	185
Outros	1.652	1.066	3.710	1.490	3.191	1.072	1.229	901	9.782	4.529
Total Plano Previdencial	35.905	29.470	72.205	66.804	4.314	2.524	1.439	1.093	113.863	99.891

11.1.2 CONTINGÊNCIAS DA GESTÃO ADMINISTRATIVA

Objeto do Pedido	2023	2022
Reclamação Trabalhista Petros	2.887	3.544
AMS	1.110	1.353
Resolução 49	619	1.111
Reflexo Trabalhista	855	983
ACT – Nível	394	871
Suplementação de Pensão	250	411
Recuperação de Investimento	5	13
Reserva de poupança	424	380
Tributos ⁽¹⁾	165.292	10
Outros	884	918
Total da Gestão Administrativa	172.721	9.594

(1) Vide Notas Explicativas 9.2 e 9.3.

Os principais objetos encontram-se descritos a seguir:

Objeto	Descrição
ACT – Nível	Requer a parte autora avanços de níveis salariais deferidos para os empregados ativos em acordos coletivos da patrocinadora, a fim de majorar seu benefício mensal, nos anos de 2001, 2002, 2004, 2005 e 2006.
AMS	A lide origina-se na insatisfação da parte autora em ter o plano de saúde suspenso; suportar descontos do plano de saúde AMS na folha de pagamento de benefício previdenciário complementar; ou por não cumprir as cláusulas do ACT 2020/2022, especialmente no que toca a cláusula 34, §1º, I, devendo o desconto AMS ser limitado à margem de 13%.
Limite de Idade	A parte autora pleiteia a retirada do limitador etário aplicado devido à concessão antecipada de sua suplementação (art. 24 e 26 do regulamento).
Necessidade de Rescisão	Neste objeto, a parte autora requer a concessão de benefício complementar anteriormente à cessação de seu vínculo laboral com a patrocinadora, com a mesma data início de benefício (DIB) da Previdência Social. Existem regras legal e regulamentar que preveem os requisitos para a concessão da suplementação.

Objeto	Descrição
PCAC-2007	A parte autora pleiteia o enquadramento e aplicação da nova tabela do Plano de Classificação e Avaliação de Cargos e Salários (PCAC-2007), resultante de negociação coletiva na patrocinadora, para o cálculo de sua suplementação a partir de janeiro de 2007.
PL/DL-1971/82	A parte autora pleiteia a inclusão das parcelas referentes à PL/DL-1971/82 em sua base de cálculo do benefício. A referida parcela, recebida na ativa pelos participantes, é uma consequência do Decreto-Lei 1971, de 1982.
Reclamação Trabalhista Petros	Os autores, ex-empregados, pleiteiam o pagamento de verbas trabalhistas e reintegração aos quadros da Fundação, após a demissão.
Recuperação de Investimento	São demandas ajuizadas pela Petros a fim de obter diferenças decorrentes de investimentos realizados pela Fundação. Nesses investimentos, verifica-se que, por razões fundamentadas, a Petros não obteve o retorno devido pelo investimento como, por exemplo, no caso de não observância dos índices dos expurgos inflacionários.
Reflexo Trabalhista	Trata-se de ação na qual o autor requer a inclusão de verbas salariais em relação à patrocinadora deferidas em processos judiciais ou administrativos em sua base de cálculo de benefício.
Reserva de Poupança	A parte autora postula diferenças, a título de correção monetária, relativas à aplicação dos expurgos inflacionários ou alteração dos índices previstos em regulamento sobre os valores de sua reserva de poupança. Também existem causas em que os autores pleiteiam o resgate da reserva de poupança.
Resolução 49	Requer a parte autora a concessão de suplementação de pensão desconsiderando o previsto na Resolução 49. A referida resolução define as condições para o ingresso de novos beneficiários de participante, após a concessão do benefício de aposentadoria pela Petros, como a contribuição adicional para viabilizar a inclusão de novos beneficiários.
Revisão de Pensão – Regulamento (art. 31)	A parte autora requer o recálculo da suplementação de pensão com base no art. 31 do regulamento dos planos PPSP-R e PPSP-NR, que define que a suplementação de pensão será calculada considerando uma cota familiar de 50% da suplementação que teria direito o participante se estivesse vivo, mais tantas cotas individuais de 10% quantos forem os beneficiários.
Revisão do Benefício Inicial (Fator de Reajuste Inicial – FAT/FC)	A parte autora pleiteia a revisão do benefício ou o recálculo da suplementação inicial, de acordo com o regulamento Petros da época de sua admissão, alegando que a Petros supostamente aplicou um fator redutor sobre seus benefícios. O fator de reajuste aumenta ou, na pior das hipóteses, mantém constante o valor do benefício.
Remuneração Mínima por Nível e Regime (RMNR)	Neste caso, a parte autora deseja o recálculo dos seus benefícios de acordo com os valores atribuídos à Remuneração Mínima por Nível e Regime – RMNR, implementada pela patrocinadora Petrobras aos seus empregados a partir de julho de 2007, mediante acordos coletivos de trabalho firmados com as entidades sindicais.
Tributos	Refere-se aos valores de contingenciamento dos mandados de segurança relacionados a PIS e COFINS, vide Notas 9.2 e 9.3
Suplementação de Pensão	São todos os demais pedidos dos autores, excluídos os acima mencionados, em que se discute a revisão ou o pagamento da suplementação.

O impacto atuarial decorrente das ações judiciais vinculadas aos objetos acima é reconhecido nas provisões matemáticas do plano de benefícios correspondente à medida em que se é realizada a implementação/revisão do benefício em função da ordem judicial.

11.1.3 CONTINGÊNCIAS PASSIVAS COM PROBABILIDADE DE PERDA POSSÍVEL

A seguir, apresentamos o montante das ações com probabilidade de perda classificada como possíveis (passivo contingente) não provisionadas nas demonstrações contábeis, conforme Nota Explicativa 2.9.

Planos	2023	2022
PPSP-NR	72.917	87.244
PPSP-R	53.986	62.574
PPSP-NR Pré-70	33.066	43.377
PPSP-R Pré-70	7.994	9.100
PQU	398	-
Copesul	2.627	901
Arlanxeo Prev	19.575	12.651
Nitriflex/Arlanxeo	527	508
Ultrafertil	305	140
PP-2	7.680	5.722
TapmePrev	638	60
PreviContas	1	1
PGA	5.345	1.767
Plano Repsol	172	-
Plano FiepePrev	31	-
Plano Petros 3	337	-
Plano Petros Braskem	61	-
Total	205.660	224.045

11.2 AÇÕES JUDICIAIS CONTRÁRIAS AO PLANO DE EQUACIONAMENTO DE DÉFICIT (PED) DOS PLANOS PPSP-R E PPSP-NR

A Fundação figura no polo passivo de ações judiciais nas quais os participantes e entidades representativas dos participantes dos planos PPSP-R e PPSP-NR requerem o não pagamento das contribuições extraordinárias dos PED's de 2015 e 2018.

Em setembro de 2019, a Petros ingressou com um pedido de Suspensão Liminar de Segurança (SLS) nº 2507/RJ ao presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), o qual deferiu, liminarmente, a suspensão dos efeitos da decisão do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro que havia reduzido em 50% o valor das contribuições extraordinárias fixadas para o PED dos planos PPSP-R e PPSP-NR, em relação aos associados da Fenaspe (Federação Nacional das Associações de Aposentados, Pensionistas e Anistiados do Sistema Petrobras e Petros) e de outras sete associações. Posteriormente, a Petros apresentou aditamento ao pedido formulado nos autos da SLS 2507/RJ para a extensão da suspensão a todas as liminares vigentes e contrárias às cobranças de contribuições extraordinárias dos PED's, referentes aos planos PPSP-R e PPSP-NR. O pedido de extensão foi deferido pelo então presidente do STJ. Recentemente, em decisão do Ministro Edson Fachin no Supremo Tribunal Federal (STF), foi negado provimento ao recurso extraordinário da Fenaspe.

Nesse sentido, a cobrança da contribuição extraordinária foi restabelecida em outubro de 2019 para todo o público atingido pela suspensão do PED dos PPSP-R e PPSP-NR. Atualmente, algumas liminares permanecem vigentes e a Petros busca reverter as decisões (vide Notas Explicativas 4.1, 12.1.1.3 e 12.1.2.3).

11.3 AÇÕES JUDICIAIS CONTRÁRIAS AO PLANO DE EQUACIONAMENTO DE DÉFICIT (PED) DO PLANO PETROS ULTRAFERTIL

A Fundação figura no polo passivo de ações judiciais nas quais os participantes e assistidos do Plano Petros Ultrafertil e entidades representantes dos participantes questionam os PED's de 2014, 2015, 2016, 2017 e 2018 (vide Notas Explicativas 4.1 e 12.1.5.3).

Em relação as ações movidas pela Astaul (Associação dos Trabalhadores Aposentados e Pensionistas da Ultrafertil do Estado de São Paulo), os acórdãos que revogaram as liminares foram cassados pelo STJ, em sede de Recurso Especial, sob a justificativa de cerceamento do direito de sustentação oral requerido pelo advogado da Astaul.

Assim sendo, as liminares de suspensão da cobrança do PED de 2014, 2015 e 2016 obtidas pelo Sindiquímica/PR, Sindiquim e Astaul estão ativas.

➤ **SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS QUÍMICAS, FARMACÊUTICAS E DE FERTILIZANTES DE CUBATÃO, SANTOS, SÃO VICENTE, GUARUJÁ, PRAIA GRANDE, BERTIOGA, MONGAGUÁ E ITANHAÉM – SINDIQUIM**

Em 2023, o Sindiquim ajuizou Ação Civil Pública contra a Petros, por meio da qual se objetiva a suspensão das cobranças das contribuições extraordinárias decorrentes dos Planos de Equacionamento de Déficit (“PEDs”) do Plano Petros Ultrafertil (“PPUF”) referente aos exercícios de 2014, 2015 e de 2016, até que seja quitada a dívida das patrocinadoras.

Em 01 de agosto de 2023, o juiz da 26ª Vara Cível do Rio de Janeiro deferiu o pedido de tutela de urgência para determinar que a Petros suspenda as cobranças do equacionamento do déficit do Plano Ultrafertil relativos a 2014, 2015 e 2016, até que seja definitivamente julgada a pretensão de cobrança em face das patrocinadoras pelo Tribunal Arbitral e realizado o respectivo aporte.

A Petros e o Sindiquim fizeram um acordo com o intuito de revisar a alíquota das contribuições extraordinárias referentes aos PED’S de 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019 e 2021, até aprovação da alteração regulamentar do Plano Petros Ultrafertil para prever, também, a alteração dos benefícios de pecúlio por morte, abono anual e pensão por morte. Em razão do acordo, o Sindicato irá renunciar o direito em que se fundam as ações judiciais contra a Petros referentes aos exercícios de 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019 e 2021.

O acordo ainda está pendente de homologação pelo juiz.

11.4 ARBITRAGENS

A Petros é parte requerente em cinco procedimentos arbitrais, inclusive, contra patrocinadores, todas de caráter sigiloso, em razão da legislação e dos regulamentos das câmaras arbitrais, que poderão significar, no futuro, recebimento de valores pelos planos de benefícios administrados pela Fundação.

12 PATRIMÔNIO SOCIAL

12.1 PATRIMÔNIO DE COBERTURA DOS PLANOS

	PPSP - NR		PPSP - R		PPSP - NR Pré 70		PPS - R Pré 70		Ultrafertil		Nitriflex/Arlanxeo	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
1. Patrimônio de Cobertura do Plano	12.823.285	12.649.712	47.854.812	46.171.834	4.669.963	4.645.793	7.154.355	7.062.036	471.377	506.985	186.497	184.100
2. Provisões Matemáticas	13.310.251	14.430.353	49.563.067	47.892.882	4.669.963	4.645.793	7.154.355	7.062.036	505.795	524.946	149.457	147.655
2.1 Contribuição Definida	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.2 Benefício Definido	22.952.624	21.936.896	82.857.909	79.929.493	4.669.963	4.645.793	7.154.355	7.062.036	1.582.711	1.568.451	149.457	147.655
2.3 (-) A Constituir	(9.642.373)	(7.506.543)	(33.294.842)	(32.036.611)	-	-	-	-	(1.076.916)	(1.043.505)	-	-
3. (=) Equilíbrio Técnico Acumulado (1 - 2)	(486.966)	(1.780.641)	(1.708.255)	(1.721.048)	-	-	-	-	(34.418)	(17.961)	37.040	36.445
3.1 Superávit Técnico	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	33.205	32.063
3.2 Déficit Técnico	(486.966)	(1.780.641)	(1.708.255)	(1.721.048)	-	-	-	-	(34.418)	(17.961)	-	-
3.2 Resultados a Realizar	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.835	4.382
4. Ajuste de Precificação	908.024	446.968	3.589.742	1.707.073	203.929	154.255	378.885	301.103	11.337	11.478	18.052	9.274
5. (=) Equilíbrio Técnico Acumulado Ajustado (3 + 4)	421.058	(1.333.673)	1.881.487	(13.975)	203.929	154.255	378.885	301.103	(23.081)	(6.483)	55.092	45.719

	Arianxeo Prev		PP2		Misto Sanasa		Sulgasprev		Demais Planos (Nota 12.1.11)		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
1. Patrimônio de Cobertura do Plano	1.186.759	1.189.575	42.907.936	35.816.731	443.832	388.170	40.762	37.217	5.282.976	4.857.581	123.022.554	113.509.734
2. Provisões Matemáticas	1.337.429	1.312.302	43.906.919	37.050.382	464.736	411.263	39.626	37.348	5.304.163	4.867.304	126.405.761	118.382.264
2.1 Contribuição Definida	-	-	36.949.499	30.560.520	342.548	301.050	35.487	32.741	5.304.163	4.867.304	42.631.697	35.761.615
2.2 Benefício Definido	1.337.429	1.312.302	6.957.420	6.489.862	122.188	110.213	4.139	4.607	-	-	127.788.195	123.207.308
2.3 (-) A Constituir	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(44.014.131)	(40.586.659)
3. (=) Equilíbrio Técnico Acumulado (1 - 2)	(150.670)	(122.727)	(998.983)	(1.233.651)	(20.904)	(23.093)	1.136	(131)	(21.187)	(9.723)	(3.383.207)	(4.872.530)
3.1 Superávit Técnico	-	-	-	-	-	-	1.136	-	11.695	11.196	46.036	43.259
3.2 Déficit Técnico	(150.670)	(122.727)	(998.983)	(1.233.651)	(20.904)	(23.093)	-	(131)	(32.882)	(20.919)	(3.433.078)	(4.920.171)
3.2 Resultados a Realizar	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.835	4.382
4. Ajuste de Precificação	85.133	66.327	1.402.328	1.435.504	17.107	15.829	-	-	-	-	-	-
5. (=) Equilíbrio Técnico Acumulado Ajustado (3 + 4)	(65.537)	(56.400)	403.345	201.853	(3.797)	(7.264)	1.136	(131)	(21.187)	(9.723)	Não Aplicável (N/A)	

12.1.1 PLANO PETROS DO SISTEMA PETROBRAS NÃO REPACTUADOS (PPSP-NR)

12.1.1.1 PREMISSAS E HIPÓTESES ATUARIAIS

As premissas utilizadas nas avaliações atuariais de 2023 foram aprovadas pela Diretoria Executiva, e pelo Conselho Deliberativo da Petros, conforme a seguir:

Premissa	2023	2022
Tábua de Mortalidade Geral	Experiência Petros 2025	Experiência Petros 2020
Tábua de Mortalidade de Inválidos	AT-1983 Básica segregada por sexo	AT-1983 Básica segregada por sexo
Tábua de Entrada em Invalidez	Grupo Americana	Grupo Americana
Taxa Real de Juros Anual ¹	4,37% a.a.	4,37% a.a.
Fator de Determinação/Capacidade	Salários: 100,00% Benefícios: 98,18%	Salários: 100,00% Benefícios: 98,18%
Taxa de Crescimento Real de Salário Anual	Petrobras: 0,70% a.a. Petros: Não aplicável	Petrobras: 0,67% a.a. Petros: Não aplicável
Taxa de Crescimento Real de Benefício Anual	Vibra Energia: 2,50 a.a.	Vibra Energia: 2,00 a.a.
Taxa de Crescimento Real de Benefício Anual	0,00%	0,00%
Composição Familiar de Pensionistas	Assistidos: Família real; Ativos: Família média, sendo: 80% de casados 4 anos (homem mais velho) Estimado por $Z = 21 - \text{MAX}((80-x)/2;0)$	Assistidos: Família real; Ativos: Família média, sendo: 80% de casados 4 anos (homem mais velho) Estimado por $Z = 21 - \text{MAX}((80-x)/2;0)$
Rotatividade	0,00%	0,00%

¹ Definida de acordo com a legislação vigente, conforme abaixo demonstrado.

Portaria Previc nº 363/2023

Duração do Passivo em anos [*] 2022	Limitante Inferior	Taxa de Juros Parâmetro	Limitante Superior	Taxa de Juros Anual (Avaliação Atuarial 2023)	Duração do Passivo em anos [*] 2023
10,43	3,25%	4,64%	5,04%	4,37%	10,46

* De acordo com a legislação, para apurar a taxa de juros do ano corrente é utilizada a duração do passivo calculada na avaliação do exercício anterior ao de referência. Após a definição da taxa de juros do ano corrente, a nova duração do passivo é calculada.

12.1.1.2 EVOLUÇÃO DO EQUILÍBRIO TÉCNICO E ANÁLISE DE SOLVÊNCIA DO PLANO

	2023	2022
Equilíbrio Técnico - Exercício Anterior	(1.780.641)	(775.700)
Resultado Líquido Previdencial	(904.406)	(685.392)
Resultado das Contingências	(154.956)	(121.537)
Resultado Líquido dos Investimentos	1.233.694	706.693
Varição da Provisão Matemática	1.120.103	(904.812)
Fundos Previdenciais	(760)	107
Equilíbrio Técnico Acumulado - No Exercício	(486.966)	(1.780.641)
Ajuste de Precificação	908.024	446.968
Equilíbrio Técnico Acumulado Ajustado - No Exercício ^(a)	421.058	(1.333.673)
Provisões Matemáticas (Benefício Definido) - PMBD	13.310.250	14.430.353
Duração do Passivo - (<i>Duration</i>)	10,46	10,43
Limite de Déficit Técnico Ajustado (LTDA) ^(b)	(859.842)	(927.872)
Déficit Técnico Mínimo a ser Equacionado ^(a - b)	-	(405.801)

(b) calculado conforme legislação vigente: $1\% * (\text{Duration} - 4) * (\text{PMBD})$

A seguir, demonstramos os títulos elegíveis ao ajuste de precificação, decompostos por vencimentos, conforme controle contábil e financeiro:

Tipo	Vencimento	Valor Contábil	Valor Ajustado	Ajuste
PPSP-NR		6.969.204	7.877.228	908.024
	15/05/2027	310.084	318.422	8.338
	15/08/2028	825.482	876.686	51.204
	15/08/2030	575.476	617.360	41.884
	15/08/2032	590.039	658.610	68.571
	15/05/2033	734.937	799.896	64.959
NTN-B	15/05/2035	871.357	946.389	75.032
	15/08/2040	923.472	1.087.585	164.113
	15/05/2045	635.848	753.712	117.864
	15/08/2050	478.765	602.858	124.093
	15/05/2055	633.741	725.564	91.823
	15/08/2060	390.003	490.146	100.143

Valores apurados pelo Sistema Ventura, fornecido pela PREVIC, onde o Valor Contábil é apurado a partir das taxas de aquisição dos títulos mantidos até o vencimento e o Valor Ajustado apurado observando a taxa de juros real anual do Plano de 4,37%a.a.

12.1.1.3 DEMAIS CONSIDERAÇÕES RELEVANTES SOBRE O PLANO

➤ PLANO DE EQUACIONAMENTO DO DÉFICIT DE 2022 (PED 2022)

De forma a promover o reequilíbrio econômico-financeiro e atuarial do plano, o PED 2022 do plano Petros do Sistema Petrobras Não Repactuados foi aprovado pelo Conselho Deliberativo da Petros em outubro de 2023. O valor do déficit a ser equacionado foi de R\$ 1.774.916.652 (Patrocinadores: R\$ 886.405.661, Participantes: R\$ 48.134.303 e Assistidos: R\$ 840.376.688), tendo sido registrado nas "Provisões Matemáticas a Constituir" do plano em 31 de dezembro de 2023.

O pagamento do PED 2022 ocorrerá de forma vitalícia, com data de início de pagamento das contribuições extraordinárias pelas patrocinadoras, participantes e assistidos prevista para abril de 2024.

➤ CONTRIBUIÇÕES EXTRAORDINÁRIAS NÃO ARRECADADAS AOS PED'S

Plano de Equacionamento do Déficit Técnico de 2015 (PED 2015) - aprovado em 2017 pelo Conselho Deliberativo da Petros, os aportes extraordinários foram iniciados em março de 2018, sendo que, após um período de suspensão por força de liminares judiciais, os aportes foram retomados em outubro de 2019.

A cobrança dos valores em atraso daqueles participantes ativos e assistidos que contavam com liminar suspensiva está sendo realizada de forma parcelada desde julho de 2020, conforme Nota Explicativa 4.1. Contudo, as parcelas vincendas são registradas como "Contribuições Extraordinárias Não Arrecadadas".

Até setembro de 2022, estas parcelas foram registradas na subconta contábil "Provisão Matemática a Constituir" e a partir de outubro de 2022 foram reclassificadas para "Outros Recursos a Receber - Previdencial", em "Gestão Previdencial / Recursos a Receber", vide Nota Explicativa 4.5

Com relação a dívida da patrocinadora, em função da assinatura de Instrumento Particular de Confissão de Dívida em 18 de outubro de 2022, os valores foram reclassificados para o grupo "Operações Contratadas", vide Nota Explicativa 4.2.

Em novembro/2023, o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro concedeu nova liminar para que a Petros realizasse a cobrança de 50% do valor referente ao parcelamento do PED 2015 do plano. Para dar cumprimento imediato à decisão judicial, em dezembro/2023, não ocorreu a cobrança do parcelamento do PED 2015, sendo que as parcelas não pagas durante a vigência da liminar foram mantidas no saldo devedor do participante. No entanto, em janeiro/2024, houve decisão concedendo efeito suspensivo, possibilitando a retomada da cobrança integral das contribuições referente ao parcelamento do PED 2015, a partir de fevereiro/2024.

Plano de Equacionamento do Déficit Técnico de 2018 (PED 2018) - Por força de liminar concedida no âmbito de ações judiciais, existem participantes e assistidos que estão com as contribuições extraordinárias referentes ao PED 2018 suspensas. Em relação à Patrocinadora Petrobras S.A. a mesma não efetivou o pagamento da contrapartida patronal referente a esses participantes e assistidos cobertos por liminar, em decorrência de entendimento do Tribunal de Contas da União (TCU), tendo sido, inclusive, efetivada consulta ao referido TCU pela Patrocinadora. A despeito de tal fato, a Petros está buscando uma solução alternativa junto à Patrocinadora. Algumas dessas liminares já foram suspensas e as cobranças das contribuições extraordinárias foram retomadas para os respectivos participantes e patrocinadores, sendo que foi procedido o parcelamento da dívida para os valores em atraso nos mesmos moldes do PED 2015.

Os valores das contribuições extraordinárias não arrecadadas referentes ao PED 2018 foram registrados na conta contábil "Contribuições Extraordinárias Não Arrecadadas", subconta da "Provisão Matemática a Constituir", conforme quadro a seguir:

Contribuições Extraordinárias Não Arrecadadas (Em R\$ Mil)	
Grupo	PED 2018
Assistido	1.145
Patrocinador	527
Total	1.672

12.1.2 PLANO PETROS DO SISTEMA PETROBRAS REPACTUADOS (PPSP-R)

12.1.2.1 PREMISSAS E HIPÓTESES ATUARIAIS

As premissas utilizadas nas avaliações atuariais de 2023 foram aprovadas pela Diretoria Executiva, e pelo Conselho Deliberativo da Petros, conforme a seguir:

Premissa	2023	2022
Mortalidade Geral	Experiência Petros 2016	Experiência Petros 2013
Mortalidade de Inválidos	AT-1949 Masculina	AT-1949 Masculina
Entrada em Invalidez	Grupo Americana	Grupo Americana
Taxa de Juros ¹	4,43% a.a.	4,43% a.a.
Fator de Determinação/Capacidade	Salários: 100,00% Benefícios: 98,18%	Salários: 100,00% Benefícios: 98,18%
Taxa de Crescimento Real de Salários Anual	Petrobras: 0,95% a.a. Petros: 2024 e 2025 4,00% a.a. e anos seguintes 1,50% a.a. Vibra Energia: 2,50% a.a.	Petrobras: 0,78% a.a. Petros: 1,50% a.a. Vibra Energia: 2,00% a.a.
Taxa de Crescimento Real de Benefícios Anual	Não Aplicável	Não Aplicável
Composição Familiar	Assistidos: Família real; Ativos: Família média, sendo: 90% de casados 5 anos (homem mais velho) Estimado por $Z = 21 - \text{MAX}((75-x)/2; 0)$	Assistidos: Família real; Ativos: Família média, sendo: 90% de casados 5 anos (homem mais velho) Estimado por $Z = 21 - \text{MAX}((75-x)/2; 0)$
Rotatividade	0,00%	0,00%

¹ Definida de acordo com a legislação vigente, conforme abaixo demonstrado.

Portaria Previc nº 363/2023					
Duração do Passivo em anos [*] 2022	Limitante Inferior	Taxa de Juros Parâmetro	Limitante Superior	Taxa de Juros Anual (Avaliação Atuarial 2023)	Duração do Passivo em anos [*] 2023
11,20	3,26%	4,66%	5,06%	4,43%	11,15

* De acordo com a legislação, para apurar a taxa de juros do ano corrente é utilizada a duração do passivo calculada na avaliação do exercício anterior ao de referência. Após a definição da taxa de juros do ano corrente, a nova duração do passivo é calculada.

12.1.2.2 EVOLUÇÃO DO EQUILÍBRIO TÉCNICO E ANÁLISE DE SOLVÊNCIA DO PLANO

	2023	2022
Equilíbrio Técnico - Exercício Anterior	(1.721.048)	(7.745.757)
Resultado Líquido Previdencial	(2.949.846)	(3.370.694)
Resultado das Contingências	(204.355)	(152.730)
Cobertura de Despesas Administrativas	-	(2)
Resultado Líquido dos Investimentos	4.839.891	2.790.008
Variação da Provisão Matemática	(1.670.184)	6.757.959
Fundos Previdenciais	(2.713)	168
Equilíbrio Técnico Acumulado - No Exercício	(1.708.255)	(1.721.048)
Ajuste de Precificação	3.589.742	1.707.073
Equilíbrio Técnico Acumulado Ajustado - No Exercício ^(a)	1.881.487	(13.975)
Provisões Matemáticas (Benefício Definido) - PMBD	49.563.067	47.892.882
Duração do Passivo - (<i>Duration</i>)	11,15	11,20
Limite de Déficit Técnico Ajustado (LTDA) ^(b)	(3.543.759)	(3.448.288)
Déficit Técnico Mínimo a ser Equacionado ^(a - b)	-	-

(b) calculado conforme legislação vigente: $1\% \times (\text{Duration} - 4) \times (\text{PMBD})$

A seguir, demonstramos os títulos elegíveis ao ajuste de precificação, decompostos por vencimentos, conforme controle contábil e financeiro:

Tipo	Vencimento	Valor Contábil	Valor Ajustado	Ajuste
PPSP-R		29.116.346	32.706.089	3.589.742
	15/05/2027	2.029.567	2.076.046	46.479
	15/08/2028	4.519.741	4.779.754	260.013
	15/08/2030	2.837.450	3.031.478	194.028
	15/08/2032	3.541.692	3.829.480	287.788
	15/05/2033	3.098.509	3.362.806	264.297
NTN-B	15/05/2035	1.208.007	1.334.831	126.824
	15/08/2040	3.553.257	4.185.082	631.825
	15/05/2045	1.672.110	1.990.531	318.421
	15/08/2050	1.827.973	2.302.186	474.212
	15/05/2055	2.691.067	3.061.219	370.152
	15/08/2060	2.136.973	2.752.676	615.703

Valores apurados pelo Sistema Ventura, fornecido pela PREVIC, onde o Valor Contábil é apurado a partir das taxas de aquisição dos títulos mantidos até o vencimento e o Valor Ajustado apurado observando a taxa de juros real anual do Plano de 4,43%a.a.

12.1.2.3 DEMAIS CONSIDERAÇÕES RELEVANTES SOBRE O PLANO

➤ CONTRIBUIÇÕES EXTRAORDINÁRIAS NÃO ARRECADADAS AOS PED'S

Plano de Equacionamento do Déficit Técnico de 2015 (PED 2015) - aprovado em 2017 pelo Conselho Deliberativo da Petros, os aportes extraordinários foram iniciados em março de 2018, sendo que, após um período de suspensão por força de liminares judiciais, os aportes foram retomados em outubro de 2019.

A cobrança dos valores em atraso daqueles participantes ativos e assistidos que contavam com liminar suspensiva está sendo realizada de forma parcelada desde julho de 2020, conforme Nota Explicativa 4.1. Contudo, as parcelas vincendas são registradas como "Contribuições Extraordinárias Não Arrecadadas".

Até setembro de 2022, estas parcelas foram registradas na subconta contábil "Provisão Matemática a Constituir" e a partir de outubro de 2022 foram reclassificadas para "Outros Recursos a Receber - Previdencial", em "Gestão Previdencial / Recursos a Receber", vide Nota Explicativa 4.5

Com relação a dívida da patrocinadora, em função da assinatura de Instrumento Particular de Confissão de Dívida em 18 de outubro de 2022, os valores foram reclassificados para o grupo "Operações Contratadas", vide Nota Explicativa 4.2.

Em novembro/2023, o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro concedeu nova liminar para que a Petros realizasse a cobrança de 50% do valor referente ao parcelamento do PED 2015 do plano. Para dar cumprimento imediato à decisão judicial, em dezembro/2023, não ocorreu a cobrança do parcelamento do PED 2015, sendo que as parcelas não pagas durante a vigência da liminar foram mantidas no saldo devedor do participante. No entanto, em janeiro/2024, houve decisão concedendo efeito suspensivo, possibilitando a retomada da cobrança integral das contribuições referente ao parcelamento do PED 2015, a partir de fevereiro/2024.

Plano de Equacionamento do Déficit Técnico de 2018 (PED 2018) e de 2021 (PED 2021) - Por força de liminar concedida no âmbito de ações judiciais, existem participantes e assistidos que estão com as contribuições extraordinárias referentes ao PED 2018 e ao PED 2021 suspensas. Em relação à Patrocinadora Petrobras S.A. a mesma não efetivou o pagamento da contrapartida patronal referente a esses participantes e assistidos cobertos por liminar, em decorrência de entendimento do Tribunal de Contas da União (TCU), tendo sido, inclusive, efetivada consulta ao referido TCU pela Patrocinadora. Apesar de tal fato, a Petros está buscando uma solução alternativa junto à Patrocinadora. Algumas das liminares do PED 2018 já foram suspensas e as cobranças das contribuições extraordinárias foram retomadas para os respectivos participantes e patrocinadores, sendo que foi procedido o parcelamento da dívida para os valores em atraso nos mesmos moldes do PED 2015.

Os valores das contribuições extraordinárias não arrecadadas referentes ao PED 2018 e ao PED 2021 foram registrados na conta contábil "Contribuições Extraordinárias Não Arrecadadas", subconta da "Provisão Matemática a Constituir", conforme quadro a seguir:

Contribuições Extraordinárias Não Arrecadadas (Em R\$ Mil)			
Grupo	PED 2018	PED 2021	Total
Assistido	1.193	58	1.251
Participante	24	-	24
Patrocinador	1.071	54	1.125
Total	2.288	112	2.400

12.1.3 PLANO PETROS DO SISTEMA PETROBRAS NÃO REPACTUADOS PRÉ-70 (PPSP-NR PRÉ-70)

12.1.3.1 PREMISSAS E HIPÓTESES ATUARIAIS

As premissas utilizadas nas avaliações atuariais de 2023 foram aprovadas pela Diretoria Executiva, e pelo Conselho Deliberativo da Petros, conforme a seguir:

Premissa	2023	2022
Tábua de Mortalidade Geral	Experiência Petros 2023	Experiência Petros 2020
Tábua de Mortalidade de Inválidos	Experiência Petros 2014	Experiência Petros 2014
Tábua de Entrada em Invalidez	Não aplicável	Não aplicável
Taxa Real de Juros Anual ¹	4,00% a.a.	4,00% a.a.
Fator de Determinação/Capacidade	Salários: 100,00% Benefícios: 98,18%	Salários: 100,00% Benefícios: 98,18%
Taxa de Crescimento Real de Salário Anual	Não aplicável	Não aplicável
Taxa de Crescimento Real de Benefício Anual	0,00%	0,00%
Composição Familiar de Pensionistas	Assistidos: Família real; Ativos: Família real.	Assistidos: Família real; Ativos: Família real.
Rotatividade	Não aplicável	Não aplicável

¹ Definida de acordo com a legislação vigente, conforme abaixo demonstrado.

Portaria Previc nº 363/2023					
Duração do Passivo em anos [*] 2022	Limitante Inferior	Taxa de Juros Parâmetro	Limitante Superior	Taxa de Juros Anual (Avaliação Atuarial 2023)	Duração do Passivo em anos [*] 2023
6,80	3,07%	4,39%	4,79%	4,00%	7,05

* De acordo com a legislação, para apurar a taxa de juros do ano corrente é utilizada a duração do passivo calculada na avaliação do exercício anterior ao de referência. Após a definição da taxa de juros do ano corrente, a nova duração do passivo é calculada.

12.1.3.2 EVOLUÇÃO DO EQUILÍBRIO TÉCNICO E ANÁLISE DE SOLVÊNCIA DO PLANO

	2023	2022
Equilíbrio Técnico - Exercício Anterior	-	-
Resultado Líquido Previdencial	(172.471)	116.915
Resultado das Contingências	(108.847)	(107.916)
Cobertura de Despesas Administrativas	(2.952)	(166.134)
Resultado Líquido dos Investimentos	308.439	208.089
Variação da Provisão Matemática	(24.169)	(50.954)
Equilíbrio Técnico Acumulado - No Exercício	-	-
Ajuste de Precificação	203.929	154.255
Equilíbrio Técnico Acumulado Ajustado - No Exercício ^(a)	203.929	154.255
Provisões Matemáticas (Benefício Definido) - PMBD	4.669.963	4.645.793
Duração do Passivo - (Duration)	7,05	6,80
Limite de Déficit Técnico Ajustado (LTDA) ^(b)	N/A	N/A
Déficit Técnico Mínimo a ser Equacionado ^(a - b)	N/A	N/A

(b) calculado conforme legislação vigente: $1\% \cdot (\text{Duration} - 4) \cdot (\text{PMBD})$

A seguir, demonstramos os títulos elegíveis ao ajuste de precificação, decompostos por vencimentos, conforme controle contábil e financeiro:

Tipo	Vencimento	Valor Contábil	Valor Ajustado	Ajuste
PPSP-NR PRÉ-70		1.661.253	1.865.182	203.929
	15/05/2027	227.892	235.899	8.007
	15/08/2028	285.180	306.142	20.962
	15/08/2030	192.884	210.645	17.761
	15/08/2032	491.481	545.165	53.684
NTN-B	15/05/2033	2.823	3.261	438
	15/05/2035	223.685	257.372	33.687
	15/08/2040	134.484	168.306	33.822
	15/05/2045	45.750	60.810	15.060
	15/08/2050	18.885	24.554	5.669
	15/08/2060	38.189	53.028	14.839

Valores apurados pelo Sistema Ventura, fornecido pela PREVIC, onde o Valor Contábil é apurado a partir das taxas de aquisição dos títulos mantidos até o vencimento e o Valor Ajustado apurado observando a taxa de juros real anual do Plano de 4,00 % a.a.

12.1.4 PLANO PETROS DO SISTEMA PETROBRAS REPACTUADOS PRÉ-70 (PPSP-R PRÉ-70)

12.1.4.1 PREMISSAS E HIPÓTESES ATUARIAIS

As premissas utilizadas nas avaliações atuariais de 2023 foram aprovadas pela Diretoria Executiva, e pelo Conselho Deliberativo da Petros, conforme a seguir:

Premissa	2023	2022
Tábua de Mortalidade Geral	Experiência Petros 2020	Experiência Petros 2016
Tábua de Mortalidade de Inválidos	MI-2006 (-20%) por sexo	MI-2006 (-20%) por sexo
Tábua de Entrada em Invalidez	Não aplicável	Não aplicável
Taxa Real de Juros Anual ¹	4,00% a.a.	4,00% a.a.
Fator de Determinação/Capacidade	Salários: Não aplicável Benefícios: 98,18%	Salários: Não aplicável Benefícios: 98,18%
Taxa de Crescimento Real de Salário Anual	Não aplicável	Não aplicável
Taxa de Crescimento Real de Benefício Anual	Não aplicável	Não aplicável

Premissa	2023	2022
Composição Familiar de Pensionistas	Assistidos: Família real; Ativos: Não aplicável	Assistidos: Família real; Ativos: Não aplicável
Rotatividade	Não aplicável	Não aplicável

¹ Definida de acordo com a legislação vigente, conforme abaixo demonstrado.

Portaria Previc nº 363/2023

Duração do Passivo em anos * 2022	Limitante Inferior	Taxa de Juros Parâmetro	Limitante Superior	Taxa de Juros Anual (Avaliação Atuarial 2023)	Duração do Passivo em anos * 2023
7,33	3,11%	4,44%	4,84%	4,00%	7,40

* De acordo com a legislação, para apurar a taxa de juros do ano corrente é utilizada a duração do passivo calculada na avaliação do exercício anterior ao de referência. Após a definição da taxa de juros do ano corrente, a nova duração do passivo é calculada.

12.1.4.2 EVOLUÇÃO DO EQUILÍBRIO TÉCNICO E ANÁLISE DE SOLVÊNCIA DO PLANO

	2023	2022
Equilíbrio Técnico - Exercício Anterior	-	-
Resultado Líquido Previdencial	(361.493)	(176.898)
Resultado das Contingências	(70.849)	(71.436)
Cobertura de Despesas Administrativas	(3.207)	(197.865)
Resultado Líquido dos Investimentos	527.867	345.503
Variação da Provisão Matemática	(92.318)	100.696
Equilíbrio Técnico Acumulado - No Exercício	-	-
Ajuste de Precificação	378.885	301.103
Equilíbrio Técnico Acumulado Ajustado - No Exercício ^(a)	378.885	301.103
Provisões Matemáticas (Benefício Definido) - PMBD	7.154.355	7.062.036
Duração do Passivo - (Duration)	7,40	7,33
Limite de Déficit Técnico Ajustado (LTDA) ^(b)	N/A	N/A
Déficit Técnico Mínimo a ser Equacionado ^(a - b)	N/A	N/A

(b) calculado conforme legislação vigente: $1\% \times (\text{Duration} - 4) \times (\text{PMBD})$

A seguir, demonstramos os títulos elegíveis ao ajuste de precificação, decompostos por vencimentos, conforme controle contábil e financeiro:

Tipo	Vencimento	Valor Contábil	Valor Ajustado	Ajuste	
PPSP-R PRÉ-70		2.904.861	3.283.746	378.885	
	15/05/2027	348.627	360.874	12.247	
	15/08/2028	437.682	471.113	33.431	
	15/08/2030	394.905	430.380	35.475	
	15/08/2032	774.508	859.146	84.638	
	NTN-B	15/05/2033	21.205	24.230	3.025
		15/05/2035	422.952	486.725	63.773
		15/08/2040	227.147	284.660	57.513
		15/05/2045	106.366	133.224	26.858
		15/08/2050	120.502	161.291	40.789
15/05/2055		50.967	72.103	21.136	

Valores apurados pelo Sistema Venturo, fornecido pela PREVIC, onde o Valor Contábil é apurado a partir das taxas de aquisição dos títulos mantidos até o vencimento e o Valor Ajustado apurado observando a taxa de juros real anual do Plano de 4,00%a.a.

12.1.5 PLANO PETROS ULTRAFERTIL

12.1.5.1 PREMISSAS E HIPÓTESES ATUARIAIS

As premissas utilizadas nas avaliações atuariais de 2023 foram aprovadas pela Diretoria Executiva, e pelo Conselho Deliberativo da Petros, conforme a seguir:

Premissa	2023	2022
Tábua de Mortalidade Geral	AT-2000 Basic por sexo	AT-2000 Basic por sexo
Tábua de Mortalidade de Invalídios	AT-1949 por sexo	AT-1949 por sexo
Tábua de Entrada em Invalidez	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas
Taxa Real de Juros Anual ¹	4,13 % a.a.	4,13 % a.a.
Fator de Determinação/Capacidade	Salários: 100,00% Benefícios: 98,18%	Salários: 100,00% Benefícios: 98,18%
Taxa de Crescimento Real de Salário Anual	Ultrafertil: 0,00%	Ultrafertil: 0,00%
Taxa de Crescimento Real de Benefício Anual	Mosaic Fertilizantes: 0,00%	Mosaic Fertilizantes: 0,00%
Composição Familiar de Pensionistas	Assistidos: Família Real; Ativos: Família média, sendo: 80% de casados ; 4 anos (homem mais velho); Estimado por $Z = 21 - \text{MAX}((79-x)/2; 0)$.	Assistidos: Família Real; Ativos: Família média, sendo: 90% de casados; 4 anos (homem mais velho); Estimado por $Z = 21 - \text{MAX}((79-x)/2; 0)$.
Rotatividade	0,00%	0,00%

¹ Definida de acordo com a legislação vigente, conforme abaixo demonstrado.

Portaria Previc nº 363/2023					
Duração do Passivo em anos ²⁰²²	Limitante Inferior	Taxa de Juros Parâmetro	Limitante Superior	Taxa de Juros Anual (Avaliação Atuarial 2023)	Duração do Passivo em anos ²⁰²³
12,27	3,31%	4,73%	5,13%	4,13%	11,99

* De acordo com a legislação, para apurar a taxa de juros do ano corrente é utilizada a duração do passivo calculada na avaliação do exercício anterior ao de referência. Após a definição da taxa de juros do ano corrente, a nova duração do passivo é calculada.

12.1.5.2 EVOLUÇÃO DO EQUILÍBRIO TÉCNICO E ANÁLISE DE SOLVÊNCIA DO PLANO

	2023	2022
Equilíbrio Técnico - Exercício Anterior	(17.961)	(87.234)
Resultado Líquido Previdencial	(69.001)	(151.132)
Resultado das Contingências	(28.589)	(1.853)
Cobertura de Despesas Administrativas	-	(735)
Resultado Líquido dos Investimentos	61.986	48.203
Variação da Provisão Matemática	19.150	174.793
Fundos Previdenciais	(3)	(3)
Equilíbrio Técnico Acumulado - No Exercício	(34.418)	(17.961)
Ajuste de Precificação	11.337	11.478
Equilíbrio Técnico Acumulado Ajustado - No Exercício ^(a)	(23.081)	(6.483)
Provisões Matemáticas (Benefício Definido) - PMBD	505.795	524.946
Duração do Passivo - (Duration)	11,99	12,27
Limite de Déficit Técnico Ajustado (LTDA) ^(b)	(40.413)	(43.413)
Déficit Técnico Mínimo a ser Equacionado ^(a - b)	-	-

(b) calculado conforme legislação vigente: $1\% \times (\text{Duration} - 4) \times (\text{PMBD})$

A seguir, demonstramos os títulos elegíveis ao ajuste de precificação, decompostos por vencimentos, conforme controle contábil e financeiro:

Tipo	Vencimento	Valor Contábil	Valor Ajustado	Ajuste
ULTRAFERTIL		95.333	106.670	11.337
	15/05/2027	22.916	23.654	738
	15/08/2028	2.692	2.831	139
NTN-B	15/08/2030	8.514	9.136	622
	15/08/2032	25.314	27.817	2.503
	15/05/2055	35.897	43.232	7.335

Valores apurados pelo Sistema Ventura, fornecido pela PREVIC, onde o Valor Contábil é apurado a partir das taxas de aquisição dos títulos mantidos até o vencimento e o Valor Ajustado apurado observando a taxa de juros real anual do Plano de 4,13%a.a.

NECESSIDADE DE ELABORAÇÃO DE ESTUDO PARA IMPLEMENTAÇÃO DE PED 2023 - VLI

A submassa vinculada à patrocinadora Ultrafertil S.A. (VLI) encerrou o exercício de 2023 acima do limite de equacionamento, sendo necessário em 2024 o estudo e aprovação do PED, conforme demonstrado a seguir:

	Ultrafertil S.A. (VLI)		Mosaic Fertilizantes P&K		Total Plano	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Equilíbrio Técnico Acumulado - No Exercício	(1.706)	(982)	(32.712)	(16.979)	(34.418)	(17.961)
Ajuste de Precificação	347	331	10.990	11.147	11.337	11.478
Equilíbrio Técnico Acumulado Ajustado - No Exercício ^(a)	(1.359)	(651)	(21.722)	(5.832)	(23.081)	(6.483)
Provisões Matemáticas (Benefício Definido) - PMBD	12.556	12.721	493.239	512.225	505.795	524.946
Duração do Passivo - (Duration)	11,99	12,27	11,99	12,27	11,99	12,27
Limite de Déficit Técnico Ajustado (LDTA) ^(b)	(1.003)	(1.052)	(39.410)	(42.361)	(40.413)	(43.413)
Déficit Técnico Mínimo a ser Equacionado ^(a - b)	(356)	-	-	-	-	-

(b) calculado conforme legislação vigente: $1\% \times (\text{Duration} - 4) \times (\text{PMBD})$

12.1.5.3 DEMAIS CONSIDERAÇÕES RELEVANTES SOBRE O PLANO

➤ **CONTRIBUIÇÕES EXTRAORDINÁRIAS NÃO ARRECADADAS AOS PED'S**

Por força de liminares concedidas no âmbito de ações judiciais, existem participantes e assistidos que estão com as contribuições extraordinárias referentes aos planos de equacionamento suspensas em decorrência das ações ajuizadas pelas entidades representativas (Vide Nota Explicativa 11.3).

Os valores das contribuições extraordinárias não arrecadadas referentes aos planos de equacionamento de 2014, 2015, 2016, 2017, 2018 e 2019 do Plano Ultrafertil, decorrente das ações judiciais, foram registradas na conta contábil "Contribuições Extraordinárias Não Arrecadadas", subconta da "Provisão Matemática a Constituir", conforme quadro a seguir:

Contribuições Extraordinárias Não Arrecadadas (Em R\$ Mil)							
Grupo	PED 2014	PED 2015	PED 2016	PED 2017	PED 2018	PED 2019	Total
Assistido	96.297	105.650	41.646	3.008	2.054	2	248.657
Participante	3.436	3.195	910	128	42	1	7.712
Total	99.733	108.845	42.556	3.136	2.096	3	256.369

➤ **LIMINARES DOS PLANOS DE EQUACIONAMENTOS (PEDS) VIGENTES**

Atualmente existem quatro ações coletivas com decisões liminares que suspendem, impedem ou limitam a cobrança das contribuições extraordinárias de determinados participantes e assistidos do Plano Petros Ultrafertil, decorrente dos planos de equacionamento de déficit (PEDs). Dessa forma, as alíquotas de Contribuição Extraordinária estão vigentes para todos os PEDs, mas as cobranças dos PEDs de 2014, 2015 e 2016, e em algumas situações de 2017 e 2018 estão suspensas.

➤ **ULTRAFERTIL S.A. (VLI)**

RETIRADA DE PATROCÍNIO:

O processo de retirada de patrocínio da patrocinadora Ultrafertil S.A. se encontra suspenso, conforme determinação da Diretoria de Licenciamento, por meio da Nota nº 906/2022/PREVIC, de 15/06/2022, estando as tratativas sobre as condições para retirada de patrocínio entre a Petros e VLI em andamento. Com a publicação da Resolução CNPC nº 59/2023, em 15/12/2023, o processo será adaptado ao novo regramento.

FAT/FC

Está em curso o Procedimento Arbitral nº 2019.00945 entre a Ultrafertil S.A. e Petros, ao qual estão sendo discutidos os valores referentes ao FAT/FC. Atualmente o procedimento está em fase pericial. O valor devido referente ao FAT/FC em 31/12/2023 é de aproximadamente R\$ 27 milhões.

➤ **MOSAIC FERTILIZANTES P&K:**

PED SOLUÇÃO MOSAIC E ALTERAÇÃO REGULAMENTAR:

A Petros, em conjunto com as entidades representativas dos participantes ativos e assistidos, desenhou a proposta chamada de “PED Solução Mosaic”, apresentada e aprovada pelos participantes em suas respectivas assembleias sindicais ou associativas. A proposta revisa os Planos de Equacionamento de Déficits (PEDs) de 2014 a 2019, conjugada à implantação do PED 2021, de modo a reduzir as alíquotas médias de contribuições extraordinárias, com alterações nos benefícios de Pecúlio por Morte, Abono Anual (13º benefício) e Pensão por Morte.

O Conselho Deliberativo da Petros aprovou, em 26/10/2022, a proposta de alteração do regulamento do Plano Petros Ultrafertil que contempla a mencionada solução e outras alterações requeridas anteriormente pela Previc para adequação do texto regulamentar à legislação vigente. Em 25/10/2023, o Conselho Deliberativo realizou uma nova aprovação, em decorrência de exigência emitida pela Previc, de forma que o novo texto proposto se restringiu às alterações para implantação da referida solução, sendo excluídas todas as demais alterações propostas anteriormente. A nova redação seguiu para a validação da Previc para aprovação da matéria. Em 19/12/2023, a Previc proferiu despacho, no âmbito do referido processo de alteração regulamentar suspendendo o prazo de análise sob o fundamento de ser necessária consulta à Procuradora Federal para analisar as questões concernentes a manifestação de concordância da patrocinadora. Em 05/02/2024, a Previc emitiu nova exigência, fundamentada no parecer da Procuradoria Federal, solicitando a emissão de concordância da patrocinadora para aprovação da alteração regulamentar. Petros e Mosaic estão em tratativas sobre o tema.

FAT/FC

No final de 2022, foi proferida a sentença arbitral, julgando parcialmente procedente os pedidos formulados pela Petros referentes ao FAT/FC. Nesse sentido, a decisão foi de que a Mosaic pague as obrigações decorrentes do FC. Por outro lado, o Tribunal Arbitral entendeu que, no caso concreto, não havia ônus derivados do FAT.

O Tribunal Arbitral se manifestou, ainda, em decisão publicada em fevereiro de 2023, sobre os Pedidos de Esclarecimentos das partes e manteve a decisão proferida anteriormente. Restou ainda esclarecido que a decisão era líquida, bastando serem empreendidos cálculos aritméticos, oportunidade em que foi considerada encerrada a jurisdição arbitral. A Petros notificou a Patrocinadora Mosaic, indicando o valor referente ao FC para pagamento até o prazo estabelecido no procedimento arbitral. Em função de liminar obtida na Justiça Estadual do Rio de Janeiro, em 03 de março de 2023, a Mosaic Fertilizantes não efetuou o pagamento referente a obrigação decorrente do Fator de Correção, conforme havia sido determinado em sentença arbitral.

Em agosto de 2023, a Justiça Estadual do Rio de Janeiro revogou a liminar e restaurou a obrigação. Passados 30 dias da decisão, a Mosaic não efetuou o pagamento, tornando-se inadimplente. Em função do inadimplemento, a Petros imediatamente ingressou com cumprimento de sentença para recebimento dos valores devidos, decorrente do título executivo judicial (sentença arbitral), tendo a patrocinadora novamente obtido uma liminar judicial, junto ao Superior Tribunal de Justiça, para a suspensão da cobrança e determinou que a Mosaic garantisse o cumprimento de sentença. Em face desse cenário, a Petros, a pedido da Mosaic, concordou, no âmbito do processo judicial, em suspender o curso da ação judicial com objetivo de se buscar uma solução que permita o recebimento dos recursos. As tratativas entre Petros e a Mosaic estão em andamento.

Cumprir esclarecer que, assim como a arbitragem, a ação anulatória corre em segredo de justiça, impondo tal obrigação à Petros. A Fundação segue adotando todas as medidas jurídicas cabíveis para que os recursos financeiros possam ser efetivamente internalizados ao Plano Petros Ultrafertil, o que possibilitaria a redução significativa dos impactos das atuais contribuições extraordinárias sobre os valores dos benefícios, melhorando a situação financeira dos assistidos do plano. Em 31/12/2023, o valor referente ao FC, atualizado nos moldes definidos em procedimento arbitral é de R\$ 927 milhões.

CONTRATO DE DÍVIDA COM RELAÇÃO AOS PLANOS DE EQUACIONAMENTO VIGENTES

Os instrumentos contratuais com garantia referentes aos Planos de Equacionamento de 2014 a 2021 não foram assinados pela patrocinadora Mosaic Fertilizantes P&K, estando a questão sendo tratada em procedimento arbitral para os Planos de Equacionamento de 2014 a 2019. Com relação ao Plano de Equacionamento de 2021, este será tratado no mesmo procedimento arbitral já em curso, uma vez que este PED iniciou após a instauração do procedimento arbitral.

12.1.6 PLANO PETROS NITRIFLEX/ARLANXEO

12.1.6.1 PREMISSAS E HIPÓTESES ATUARIAIS

As premissas utilizadas nas avaliações atuariais de 2023 foram aprovadas pela Diretoria Executiva, e pelo Conselho Deliberativo da Petros, conforme a seguir:

Premissa	2023	2022
Tábua de Mortalidade Geral	AT-2000 Basic por sexo	AT-2000 Basic por sexo
Tábua de Mortalidade de Inválidos	AT-1949 por sexo	AT-1949 por sexo
Tábua de Entrada em Invalidez	Não Aplicável	Álvaro Vindas
Taxa Real de Juros Anual ¹	3,60% a.a.	3,60% a.a.
Fator de Determinação/Capacidade	Salários: Não Aplicável Benefícios: 98,18%	Salários: 100,00% Benefícios: 98,18%
Taxa de Crescimento Real de Salário Anual	Arlanxeo: N/A Nitriflex: N/A	Arlanxeo: N/A Nitriflex: N/A
Taxa de Crescimento Real de Benefício Anual	0,00%	0,00%
Composição Familiar de Pensionistas	Assistidos: Família Real; Ativos: Não Aplicável.	Assistidos: Família Real; Ativos: Não Aplicável
Rotatividade	Não Aplicável	0,00%

¹ Definida de acordo com a legislação vigente, conforme abaixo demonstrado.

Portaria Previc nº 363/2023

Duração do Passivo em anos [*] 2022	Limitante Inferior	Taxa de Juros Parâmetro	Limitante Superior	Taxa de Juros Anual (Avaliação Atuarial 2023)	Duração do Passivo em anos [*] 2023
8,60	3,16%	4,52%	4,92%	3,60%	8,35

* De acordo com a legislação, para apurar a taxa de juros do ano corrente é utilizada a duração do passivo calculada na avaliação do exercício anterior ao de referência. Após a definição da taxa de juros do ano corrente, a nova duração do passivo é calculada.

12.1.6.2 EVOLUÇÃO DO EQUILÍBRIO TÉCNICO E ANÁLISE DE SOLVÊNCIA DO PLANO

	2023	2022
Equilíbrio Técnico - Exercício Anterior	36.445	39.606
Resultado Líquido Previdencial	(13.047)	(12.480)
Resultado das Contingências	(1.465)	(1.275)
Cobertura de Despesas Administrativas	-	(14)
Resultado Líquido dos Investimentos	17.523	17.111
Varição da Provisão Matemática	(1.802)	(6.171)
Fundos Previdenciais	(66)	(103)
Varição de Resultados a Realizar	(548)	(229)
Equilíbrio Técnico Acumulado - No Exercício	37.040	36.445
Ajuste de Precificação	18.052	9.274
Equilíbrio Técnico Acumulado Ajustado - No Exercício	55.092	45.719
Provisões Matemáticas (Benefício Definido) - PMBD	149.457	147.655
Resultados Realizados ^(a)	33.205	32.063
Duração do Passivo - (Duration)	8,35	8,60
Limite da Reserva de Contingência ^(b)	27.425	27.464
Reserva de Contingência ^(c)	27.425	27.464
Reserva Especial para Revisão do Plano ^(a - c)	5.780	4.599

(b) calculado conforme legislação vigente: (Duration + 10%) *(PMBD)

A seguir, demonstramos os títulos elegíveis ao ajuste de precificação, decompostos por vencimentos, conforme controle contábil e financeiro:

Tipo	Vencimento	Valor Contábil	Valor Ajustado	Ajuste
NITRIFLEX		109.333	127.385	18.052
	15/05/2027	10.198	10.705	507
	15/08/2028	14.594	15.930	1.336
	15/08/2030	18.298	20.439	2.141
	15/08/2032	16.706	19.281	2.575
NTN-B	15/05/2033	17.792	20.308	2.516
	15/05/2035	10.098	11.740	1.642
	15/08/2040	8.590	11.185	2.595
	15/05/2045	7.320	9.899	2.579
	15/08/2050	3.571	4.625	1.054
	15/05/2055	2.166	3.273	1.107

Valores apurados pelo Sistema Ventura, fornecido pela PREVIC, onde o Valor Contábil é apurado a partir das taxas de aquisição dos títulos mantidos até o vencimento e o Valor Ajustado apurado observando a taxa de juros real anual do Plano de 3,60%a.a.

12.1.6.3 DEMAIS CONSIDERAÇÕES RELEVANTES SOBRE O PLANO

➤ PLANO DE DESTINAÇÃO DE SUPERÁVIT 2019

O Plano de Destinação de Superávit 2019 foi aprovado pelo Conselho Deliberativo da Petros em 2020, contando com a manifestação favorável da patrocinadora e do órgão responsável pela sua supervisão, coordenação e controle. O Plano de Destinação de Superávit 2019 está em andamento e prevê a redução parcial de contribuições e melhoria de benefícios através de benefício especial temporário (BET).

➤ FORMAÇÃO DE RESERVA ESPECIAL PARA REVISÃO DO PLANO (2022 E 2023)

No encerramento de 2022, o plano apresentou o terceiro ano de registro contábil de Reserva Especial para Revisão de Plano e, até então, não havia obrigatoriedade de realizar revisão do plano de benefícios durante o ano de 2023 para destinação dos recursos, por se tratar do segundo ano consecutivo após a formação da Reserva Especial de 2020, considerando a legislação vigente à época e o entendimento da Procuradoria Federal junto à Previc, apresentado no item 5.4.6. do Ementário da Procuradoria Federal, Edição 2021.

Com a publicação da Resolução Previc nº 23/2023, com vigência a partir de set/2023, a interpretação da forma de contagem dos exercícios para a destinação da Reserva Especial foi alterada, antecipando a obrigatoriedade em 1 ano.

Desta forma, por prudência, no decorrer do exercício de 2023 foram elaborados pelo atuário responsável pelo plano os estudos com o objetivo de antecipar a destinação da Reserva Especial, com base em 31/12/2022, considerando o novo procedimento de contagem do prazo.

No entanto, de acordo com os critérios definidos na norma legal para a destinação de superávit, não houve recursos de superávit técnico passíveis de destinação, tendo em vista que o montante deduzido da Reserva Especial, equivalente à diferença de reserva matemática considerando premissa mínima definida na norma, foi superior à Reserva Especial de 2022.

Em 31 de dezembro de 2023, conforme consta na Nota Explicativa 12.1.6.2, a situação financeiro-atuarial do Plano Petros Nitriflex/Arlanxeo apresentou o Superávit Técnico superior ao Limite da Reserva de Contingência, sendo o excedente registrado na Reserva Especial para Revisão do Plano, configurando o quarto ano de registro contábil de Reserva Especial para Revisão de Plano, uma vez que a Reserva Especial de 2022 foi mantida. Nesse caso, em cumprimento à legislação, há obrigatoriedade de se realizar estudo de destinação de superávit no decorrer do exercício de 2024, para avaliar se considerando as premissas mínimas definidas na legislação haverá valores a serem destinados.

➤ **FAT/FC – PLANO NITRIFLEX/ARLANXEO**

Esclarecemos que no caso de insuficiência de recursos do plano, existe a necessidade de cumprimento do compromisso assumido pelo patrocinador do plano estabelecido no artigo 46, inciso VIII, do Regulamento do Plano Nitriflex/ARLANXEO, que versa sobre os índices de atualização e reajuste de benefício, denominados FAT (Fator de Atualização) e FC (Fator de Correção), introduzidos com a alteração do Regulamento do Plano em 1984, cuja finalidade foi assegurar que a renda dos assistidos fosse equivalente a 90% (noventa por cento) da média dos seus salários-de participação corrigidos, como também vinculou o reajuste das rendas de aposentadoria (INSS + Suplementação) aos índices de reajuste salarial da Patrocinadora.

12.1.7 PLANO PETROS ARLANXEO PREV

12.1.7.1 PREMISSAS E HIPÓTESES ATUARIAIS

As premissas utilizadas nas avaliações atuariais de 2023 foram aprovadas pela Diretoria Executiva, e pelo Conselho Deliberativo da Petros, conforme a seguir:

Premissa	2023	2022
Tábua de Mortalidade Geral	AT-2000 Basic por sexo	AT-2000 Basic por sexo
Tábua de Mortalidade de Inválidos	AT-1949 por sexo	AT-1949 por sexo
Tábua de Entrada em Invalidez	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas
Taxa Real de Juros Anual ¹	4,06% a.a.	4,06% a.a.
Fator de Determinação/Capacidade	Salários: 100,00% Benefícios: 98,18%	Salários: 100,00% Benefícios: 98,18%
Taxa de Crescimento Real de Salário Anual	0,00%	0,00%
Taxa de Crescimento Real de Benefício Anual	0,00%	0,00%
Composição Familiar de Pensionistas	Assistidos: Família Real; Ativos: Família média, sendo: 85% de casados; 4 anos (homem mais velho); Estimado por $Z = 21 - \text{MAX}((79-x)/2;0)$.	Assistidos: Família Real; Ativos: Família média, sendo: 90% de casados; 4 anos (homem mais velho); Estimado por $Z = 21 - \text{MAX}((79-x)/2;0)$.
Rotatividade	0,00%	0,00%

¹ Definida de acordo com a legislação vigente, conforme abaixo demonstrado.

Portaria Previc nº 363/2023					
Duração do Passivo em anos [*] 2022	Limitante Inferior	Taxa de Juros Parâmetro	Limitante Superior	Taxa de Juros Anual (Avaliação Atuarial 2023)	Duração do Passivo em anos [*] 2023
9,12	3,18%	4,55%	4,95%	4,06%	8,83

* De acordo com a legislação, para apurar a taxa de juros do ano corrente é utilizada a duração do passivo calculada na avaliação do exercício anterior ao de referência. Após a definição da taxa de juros do ano corrente, a nova duração do passivo é calculada.

12.1.7.2 EVOLUÇÃO DO EQUILÍBRIO TÉCNICO E ANÁLISE DE SOLVÊNCIA DO PLANO

O Plano encerrou o exercício de 2023 acima do limite de equacionamento, sendo necessário em 2024 o estudo e aprovação do PED, conforme demonstrado a seguir:

	2023	2022
Equilíbrio Técnico - Exercício Anterior	(122.727)	(87.810)
Resultado Líquido Previdencial	(115.131)	(106.313)
Resultado das Contingências	(2.360)	(4.721)
Cobertura de Despesas Administrativas	-	(109)
Resultado Líquido dos Investimentos	114.675	87.721
Variação da Provisão Matemática	(25.127)	(11.495)
Equilíbrio Técnico Acumulado - No Exercício	(150.670)	(122.727)
Ajuste de Precificação	85.133	66.327
Equilíbrio Técnico Acumulado Ajustado - No Exercício ^(a)	(65.537)	(56.400)
Provisões Matemáticas (Benefício Definido) - PMBD	1.337.430	1.312.302
Duração do Passivo - (Duration)	8,83	9,12
Limite de Déficit Técnico Ajustado (LTDA) ^(b)	(64.598)	(67.190)
Déficit Técnico Mínimo a ser Equacionado ^(a - b)	(939)	-

(b) calculado conforme legislação vigente: $1\% \times (\text{Duration} - 4) \times (\text{PMBD})$

A seguir, demonstramos os títulos elegíveis ao ajuste de precificação, decompostos por vencimentos, conforme controle contábil e financeiro:

Tipo	Vencimento	Valor Contábil	Valor Ajustado	Ajuste
ARLANXEO		681.431	766.564	85.133
	15/05/2027	63.510	65.767	2.257
	15/08/2028	152.924	163.464	10.540
	15/08/2030	129.354	138.636	9.282
	15/08/2032	129.577	141.561	11.984
	15/05/2033	302	349	47
NTN-B	15/05/2035	46.977	54.284	7.307
	15/08/2040	41.248	49.780	8.532
	15/05/2045	34.469	43.429	8.960
	15/08/2050	31.315	40.096	8.781
	15/05/2055	31.178	40.886	9.708
	15/08/2060	20.577	28.312	7.735

Valores apurados pelo Sistema Ventura, fornecido pela PREVIC, onde o Valor Contábil é apurado a partir das taxas de aquisição dos títulos mantidos até o vencimento e o Valor Ajustado apurado observando a taxa de juros real anual do Plano de 4,06%a.a.

12.1.7.3 DEMAIS CONSIDERAÇÕES RELEVANTES SOBRE O PLANO

➤ FAT/FC

No decorrer das análises realizadas em 2016 sobre as causas do Déficit Técnico de 2015, a Petros identificou a necessidade de cumprimento do compromisso assumido pelo patrocinador do plano estabelecido no artigo 48, inciso VIII, do Regulamento do Plano Arlanxeo Prev, que versa sobre os novos índices de atualização e reajuste de benefício, denominados FAT (Fator de Atualização) e FC (Fator de Correção), introduzidos com a alteração do Regulamento do Plano em 1984, cuja finalidade foi assegurar que a renda dos assistidos fosse equivalente a 90% (noventa por cento) da média dos seus salários-de participação corrigidos, como também vinculou o reajuste das rendas de aposentadoria (INSS + Suplementação) aos índices de reajuste salarial da Patrocinadora.

O compromisso assumido pela aplicação do inciso VIII, do artigo 48, só é devido quando os recursos do Plano se tornam insuficientes, fato que ocorreu no encerramento de 2015. No entanto, com a ocorrência da reversão do resultado do plano no encerramento de 2017 para superávit não foi necessário o pagamento do FAT/FC. No encerramento de 2021 e 2022, o resultado técnico do plano novamente ficou deficitário. Em relação ao resultado de 2021, foi adotada a Resolução CNPC nº 55/2022, postergando a elaboração de plano de equacionamento para o exercício seguinte, caso ainda fosse necessário. Já no encerramento de 2022, o déficit técnico ficou dentro do limite permitido pela legislação vigente, não havendo necessidade de elaboração de plano de equacionamento.

No encerramento de 2023 o resultado técnico do plano também ficou deficitário, com necessidade de elaboração de Plano de Equacionamento de déficit e, conseqüentemente, observação das obrigações contidas no disposto do art. 48, VIII do regulamento do plano de benefícios. O valor referente ao FAT/FC em 31/12/2023 é de cerca de R\$ 521 milhões.

O aumento do compromisso decorrente da implementação do FAT/FC não possui registro contábil específico, não permitindo a evidenciação desse valor para fins de apuração do resultado técnico do Plano.

12.1.8 PLANO PETROS-2 (PP-2)

12.1.8.1 PREMISSAS E HIPÓTESES ATUARIAIS

As premissas utilizadas nas avaliações atuariais de 2023 foram aprovadas pela Diretoria Executiva, e pelo Conselho Deliberativo da Petros, conforme a seguir:

Premissa	2023	2022
Tábua de Mortalidade Geral	AT-2012 IAM Basic Feminina desagravada em 10%	AT-2012 IAM Basic Feminina desagravada em 10%
Tábua de Mortalidade de Inválidos	IAPB-57 Forte desagravada em 30%	IAPB-57 Forte desagravada em 30%
Tábua de Entrada em Invalidez	Experiência Invalidez PP-2 2022	Experiência Invalidez PP-2 2022
Taxa Real de Juros Anual ¹	4,50% a.a.	4,50% a.a.
Fator de Determinação/Capacidade	Salários e Benefícios: 100,00%	Salários e Benefícios: 100,00%
	Biocombustível: 3,30% a.a.	Biocombustível: 3,48% a.a.
	Vibra Energia: 2,50% a.a.	Vibra Energia: 2,00% a.a.
	PB-LOG: 3,20% a.a.	PB-LOG: 0,00% a.a.
Taxa de Crescimento Real de Salário Anual	Petros: 1,500% a.a. TBG: 2,344% a.a. Transpetro: 2,582% a.a. Petrobras e Demais Patrocinadoras: 3,05% a.a.	Petros: 1,50% a.a.. TBG: 2,241% a.a. Transpetro: 1,683% a.a. Petrobras e Demais Patrocinadoras: 2,17% a.a.
Taxa de Crescimento Real de Benefícios Anual	Não aplicável	Não aplicável
Composição Familiar de Pensionistas	Assistido: Família real; Ativos: maior entre a Família Real e a Família média, sendo: 81% de casados; 2,5 anos (homem mais velho); Estimado por $Z = 21 - \text{MÁX}((65 - x)/2; 0)$.	Assistido: Família real; Ativos: maior entre a Família Real e a Família média, sendo: 81% de casados; 2,5 anos (homem mais velho); Estimado por $Z = 21 - \text{MÁX}((65 - x)/2; 0)$.
Tábua de Morbidez	Suavização Transpetro 2021	Suavização Transpetro 2021
Entrada em Reclusão	0,000049	0,000068
Rotatividade	0,85%	0,85%

¹ Definida de acordo com a legislação vigente, conforme abaixo demonstrado.

Portaria Previc nº 363/2023					
Duração do Passivo em anos ¹ 2022	Limitante Inferior	Taxa de Juros Parâmetro	Limitante Superior	Taxa de Juros Anual (Avaliação Atuarial 2023)	Duração do Passivo em anos ¹ 2023
15,82	3,39%	4,84%	5,24%	4,50%	15,90

* De acordo com a legislação, para apurar a taxa de juros do ano corrente é utilizada a duração do passivo calculada na avaliação do exercício anterior ao de referência. Após a definição da taxa de juros do ano corrente, a nova duração do passivo é calculada.

12.1.8.2 EVOLUÇÃO DO EQUILÍBRIO TÉCNICO E ANÁLISE DE SOLVÊNCIA DO PLANO

	2023	2022
Equilíbrio Técnico - Exercício Anterior	(1.233.651)	(840.290)
Resultado Líquido Previdencial	1.810.109	845.151
Resultado das Contingências	(5.105)	(943)
Cobertura de Despesas Administrativas	(15.116)	(94.733)
Resultado Líquido dos Investimentos	5.261.343	3.123.762
Variação da Provisão Matemática	(6.856.536)	(4.241.736)
Fundos Previdenciais	39.973	(24.862)
Equilíbrio Técnico Acumulado - No Exercício	(998.983)	(1.233.651)
Ajuste de Precificação	1.402.328	1.435.504
Equilíbrio Técnico Acumulado Ajustado - No Exercício ^(a)	403.345	201.853
Provisões Matemáticas (Benefício Definido) - PMBD	6.957.420	6.489.862
Duração do Passivo - (Duration)	15,90	15,82
Limite de Déficit Técnico Ajustado (LTDA) ^(b)	(827.933)	(767.102)
Déficit Técnico Mínimo a ser Equacionado ^(a - b)	-	-

(b) calculado conforme legislação vigente: $1\% * (\text{Duration} - 4) * (\text{PMBD})$

A seguir, demonstramos os títulos elegíveis ao ajuste de precificação, decompostos por vencimentos, conforme controle contábil e financeiro:

Tipo	Vencimento	Valor Contábil	Valor Ajustado	Ajuste
PP-2		5.954.017	7.356.345	1.402.328
	15/08/2026	2	2	-
	15/05/2035	-	1	1
NTN-B	15/05/2045	1.446.795	1.808.703	361.908
	15/08/2050	2.638.255	3.223.599	585.344
	15/05/2055	1.868.965	2.324.040	455.075

Valores apurados pelo Sistema Venturo, fornecido pela PREVIC, onde o Valor Contábil é apurado a partir das taxas de aquisição dos títulos mantidos até o vencimento e o Valor Ajustado apurado observando a taxa de juros real anual do Plano de 4,50%a.a.

12.1.8.3 DEMAIS CONSIDERAÇÕES RELEVANTES SOBRE O PLANO

➤ ALTERAÇÃO DE REGULAMENTO

Em janeiro/2024, foi aprovada pela PREVIC a proposta de alteração do Regulamento do PP-2, por meio da Portaria PREVIC/DILIC nº 30, de 12/01/2024, publicada no D.O.U. em 17/01/2024. O novo regulamento inclui o direito de resgate pelo participante das contribuições feitas pela patrocinadora, de forma progressiva em relação ao período de vinculação ao plano, amplia as opções disponíveis para recebimento do benefício, viabiliza o saque de parte do saldo acumulado no momento da aposentadoria e a possibilidade de criação de perfis de investimento, tornando o plano mais moderno e atrativo, em linha com as melhores práticas, sem alterar os benefícios já previstos no regulamento.

12.1.9 PLANO SULGASPREV

12.1.9.1 PREMISSAS E HIPÓTESES ATUARIAIS

As premissas utilizadas nas avaliações atuariais de 2023 foram aprovadas pela Diretoria Executiva, e pelo Conselho Deliberativo da Petros, conforme a seguir:

Premissa	2023	2022
Tábua de Mortalidade Geral	AT-2000 Básica por sexo	AT-2000 Básica por sexo
Tábua de Mortalidade de Inválidos	Experiência IAPC	Experiência IAPC
Tábua de Entrada em Invalidez	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas
Taxa Real de Juros Anual ¹	4,13% a.a.	4,13% a.a.
Taxa de Crescimento Real de Salário Anual	0,31% a.a.	1,00% a.a.
Rotatividade	0,00%	0,00%

¹ Definida de acordo com a legislação vigente, conforme abaixo demonstrado.

Portaria Previc nº 363/2023					
Duração do Passivo em anos 2022	Limitante Inferior	Taxa de Juros Parâmetro	Limitante Superior	Taxa de Juros Anual (Avaliação Atuarial 2023)	Duração do Passivo em anos 2023
29,64	3,52%	5,02%	5,42%	4,13%	29,54

* De acordo com a legislação, para apurar a taxa de juros do ano corrente é utilizada a duração do passivo calculada na avaliação do exercício anterior ao de referência. Após a definição da taxa de juros do ano corrente, a nova duração do passivo é calculada.

12.1.9.2 EVOLUÇÃO DO EQUILÍBRIO TÉCNICO E ANÁLISE DE SOLVÊNCIA DO PLANO

	2023	2022
Equilíbrio Técnico - Exercício Anterior	(131)	(267)
Resultado Líquido Previdencial	(1.805)	3.116
Resultado Líquido dos Investimentos	5.573	3.063
Varição da Provisão Matemática	(2.277)	(5.896)
Fundos Previdenciais	(224)	(147)
Equilíbrio Técnico Acumulado - No Exercício	1.136	(131)
Ajuste de Precificação	-	-
Equilíbrio Técnico Acumulado Ajustado - No Exercício	1.136	(131)
Provisões Matemáticas (Benefício Definido) - PMBD	4.139	4.607
Resultados Realizados ^(a)	1.136	(131)
Duração do Passivo - (Duration)	29,54	29,64
Limite de Déficit Técnico Ajustado (LTDA)	-	(1.181)
Limite da Reserva de Contingência ^(b)	1.035	-
Reserva de Contingência ^(c)	1.035	-
Reserva Especial para Revisão do Plano ^(a - c)	101	-

(b) calculado conforme legislação vigente: 25% *(PMBD)

12.1.10 PLANO MISTO SANASA

12.1.10.1 PREMISSAS E HIPÓTESES ATUARIAIS

As premissas utilizadas nas avaliações atuariais de 2023 foram aprovadas pela Diretoria Executiva, e pelo Conselho Deliberativo da Petros, conforme a seguir:

Premissa	2023	2022
Tábua de Mortalidade Geral	AT-2000 Básica por sexo	AT-2000 Básica por sexo
Tábua de Mortalidade de Inválidos	AT-49 Masculina	AT-49 Masculina
Tábua de Entrada em Invalidez	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas
Taxa Real de Juros Anual ¹	3,90% a.a.	3,90% a.a.
Fator de Determinação/Capacidade	Salários e Benefícios: 100,00%	Salários e Benefícios: 100,00%
Taxa de Crescimento Real de Salários Anual	Não aplicável	Não aplicável
Taxa de Crescimento Real de Benefícios Anual	Não aplicável	Não aplicável
Composição Familiar de Pensionistas	Assistido: Família Real Ativo: Família Real	Assistido: Família Real Ativo: Família Real
Rotatividade	Não Aplicável	Não Aplicável

¹ Definida de acordo com a legislação vigente, conforme abaixo demonstrado.

Portaria Previc nº 363/2023					
Duração do Passivo em anos [*] 2022	Limitante Inferior	Taxa de Juros Parâmetro	Limitante Superior	Taxa de Juros Anual (Avaliação Atuarial 2023)	Duração do Passivo em anos [*] 2023
10,74	3,25%	4,64%	5,04%	3,90%	10,66

* De acordo com a legislação, para apurar a taxa de juros do ano corrente é utilizada a duração do passivo calculada na avaliação do exercício anterior ao de referência. Após a definição da taxa de juros do ano corrente, a nova duração do passivo é calculada.

12.1.10.2 EVOLUÇÃO DO EQUILÍBRIO TÉCNICO E ANÁLISE DE SOLVÊNCIA DO PLANO

	2023	2022
Equilíbrio Técnico - Exercício Anterior	(23.093)	(20.242)
Resultado Líquido Previdencial	2.983	4.717
Resultado Líquido dos Investimentos	53.128	35.433
Varição da Provisão Matemática	(53.472)	(39.659)
Fundos Previdenciais	(450)	(3.342)
Equilíbrio Técnico Acumulado - No Exercício	(20.904)	(23.093)
Ajuste de Precificação	17.107	15.829
Equilíbrio Técnico Acumulado Ajustado - No Exercício ^(a)	(3.797)	(7.264)
Provisões Matemáticas (Benefício Definido) - PMBD	122.188	110.213
Duração do Passivo - (Duration)	10,66	10,74
Limite de Déficit Técnico Ajustado (LTDA) ^(b)	(8.138)	(7.428)
Déficit Técnico Mínimo a ser Equacionado ^(a - b)	-	-

(b) calculado conforme legislação vigente: 1%*(Duration - 4) *(PMBD)

A seguir, demonstramos os títulos elegíveis ao ajuste de precificação, decompostos por vencimentos, conforme controle contábil e financeiro:

Tipo	Vencimento	Valor Contábil	Valor Ajustado	Ajuste (R\$ mil)
MISTO SANASA		105.542	122.648	17.107
	15/08/2024	5.635	5.710	75
	15/08/2026	24.516	25.976	1.460
NTN-B	15/08/2030	4.286	4.868	582
	15/05/2035	47.004	55.107	8.104
	15/08/2040	20.810	26.649	5.839
	15/05/2055	3.291	4.338	1.047

Valores apurados pelo Sistema Venturo, fornecido pela PREVIC, onde o Valor Contábil é apurado a partir das taxas de aquisição dos títulos mantidos até o vencimento e o Valor Ajustado apurado observando a taxa de juros real anual do Plano de 3,90%a.a.

12.1.10.3 DEMAIS CONSIDERAÇÕES RELEVANTES SOBRE O PLANO

Em novembro/2023 foi aprovada pelo Conselho Deliberativo da Petros a proposta de alteração do Regulamento do Plano Misto Sanasa, com o objetivo de adequar a redação à Resolução CNPC nº 50/2022 e promover diversas outras mudanças, algumas com objetivo de mitigar os riscos atuariais inerentes à modalidade do plano, como a inclusão de novas modalidades de recebimento de benefício e alteração das regras de cálculo dos benefícios de risco, tornando o plano mais moderno, em linha com as melhores práticas.

Vale ressaltar que a proposta será encaminhada para análise pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) e, para entrar em vigor, será necessária aprovação pela Previc.

12.1.11 DEMAIS PLANOS

Valores em R\$ Mil

	CDs Patrocinados		CDs Instituídos		Planos com Pendências de Encerramento		Total Demais planos	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
1. Patrimônio de Cobertura do Plano	5.274.520	4.821.994	29.643	45.310	(21.187)	(9.723)	5.282.976	4.857.581
2. Provisões Matemáticas	5.274.520	4.821.994	29.643	45.310	-	-	5.304.163	4.867.304
2.1 Contribuição Definida	5.274.520	4.821.994	29.643	45.310	-	-	5.304.163	4.867.304
3. (=) Equilíbrio Técnico Acumulado (1 - 2)	-	-	-	-	(21.187)	(9.723)	(21.187)	(9.723)
3.1 Superávit Técnico	-	-	-	-	11.695	11.196	11.695	11.196
3.2 Déficit Técnico	-	-	-	-	(32.882)	(20.919)	(32.882)	(20.919)
4. Ajuste de Precificação	-	-	-	-	-	-	-	-
5. (=) Equilíbrio Técnico Acumulado Ajustado (3 + 4)	-	-	-	-	(21.187)	(9.723)	(21.187)	(9.723)

*Composição do Equilíbrio Técnico dos Planos com Pendências de Encerramento:

Plano	2023	2022
Transpetro	(218)	(84)
Triunfo Vida	(200)	(246)
Copesulprev	491	439
Braskem	(11.740)	(5.149)
PQU	11.203	10.756
Copesul	(20.723)	(15.439)
Total	(21.187)	(9.723)

12.1.11.1 PLANOS CD'S PATROCINADOS

	PETROS 3		Flexprev		ALESAT		Cachoeira Dourada		GasPrev	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
1. Patrimônio de Cobertura do Plano	3.749.645	3.420.461	1.094.650	1.020.120	27.246	23.582	13.444	12.203	141.404	113.195
2. Provisões Matemáticas	3.749.645	3.420.461	1.094.650	1.020.120	27.246	23.582	13.444	12.203	141.404	113.195
2.1 Contribuição Definida	3.749.645	3.420.461	1.094.650	1.020.120	27.246	23.582	13.444	12.203	141.404	113.195

	IBPprev Associados		Liquigás		Petro RG		PTAPrev		Repsol		CDs Patrocinados	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
1. Patrimônio de Cobertura do Plano	20.986	18.690	118.503	119.985	14.900	12.581	51.892	44.202	41.850	36.975	5.274.520	4.821.994
2. Provisões Matemáticas	20.986	18.690	118.503	119.985	14.900	12.581	51.892	44.202	41.850	36.975	5.274.520	4.821.994
2.1 Contribuição Definida	20.986	18.690	118.503	119.985	14.900	12.581	51.892	44.202	41.850	36.975	5.274.520	4.821.994

12.1.11.2 PLANOS CD'S INSTITUÍDOS

	CRAPrev		CRCprev*		CROprev		CULTURAPrev*		FENAJprev*	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
1. Patrimônio de Cobertura do Plano	3.575	4.415	-	2.411	19.964	19.314	-	4.026	-	370
2. Provisões Matemáticas	3.575	4.415	-	2.411	19.964	19.314	-	4.026	-	370
2.1 Contribuição Definida	3.575	4.415	-	2.411	19.964	19.314	-	4.026	-	370

	PREV-ESTAT		PreviContas*		Previtália*		Simeprev		SinMed-RJ*		CDs Instituídos	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
1. Patrimônio de Cobertura do Plano	818	685	-	5.234	-	486	5.286	5.454	-	2.915	29.643	45.310
2. Provisões Matemáticas	818	685	-	5.234	-	486	5.286	5.454	-	2.915	29.643	45.310
2.1 Contribuição Definida	818	685	-	5.234	-	486	5.286	5.454	-	2.915	29.643	45.310

*Planos em processo de retirada, conforme nota 1.1.2

12.1.11.3 TÁBUA DE MORTALIDADE E TAXA REAL DE JUROS

Plano	Tábua de Mortalidade Geral	Tábua de Mortalidade de Inválidos	Taxa Real de Juros Anual (Avaliação 2023)	Taxa Real de Juros Anual (Avaliação 2022)
Alesat	AT-2000 ponderada por sexo (70%M + 30%F)	Não aplicável	3,23% a.a.	3,12% a.a.
Cachoeira Dourada	AT-2000 Básica por sexo	Experiência IAPC	3,72% a.a.	3,72% a.a.
CRAPrev	AT-2000 Básica por sexo	AT-1983 IAM ponderada por sexo (50%M + 50%F)	3,32% a.a.	3,32% a.a.
CROPrev	AT-2000 Básica por sexo	AT-1983 IAM ponderada por sexo (50%M + 50%F)	3,72% a.a.	3,72% a.a.
FlexPrev	AT-2012 IAM Basic Feminina desagravada em 10%	IAPB-57 Forte desagravada em 30%	4,00% a.a.	4,00% a.a.
GasPrev	AT-2000 Básica por sexo	AT-1983 IAM Masculina	3,93% a.a.	3,93% a.a.
IBPPrev Associados	AT-2000 Básica por sexo	Não aplicável	3,72% a.a.	3,72% a.a.
Liquigás	AT-1983 IAM Feminina	AT-1983 IAM Masculina	3,51% a.a.	3,51% a.a.
Petro RG	Não aplicável	Não aplicável	3,23% a.a.	3,12% a.a.
PP-3	Experiência Petros 2020	AT-49 Masculina	4,00% a.a.	4,00% a.a.
Prev-Estat	AT-2000 Básica por sexo	IAPB-57	3,23% a.a.	3,12% a.a.
PTAPrev	AT-2000 Básica por sexo	IAPB-57	3,74% a.a.	3,74% a.a.
Repsol YPF	AT-2000 Básica por sexo	Não aplicável	4,06% a.a.	4,06% a.a.
Simeprev	AT-2000 Básica por sexo	AT-1983 IAM ponderada por sexo (50%M + 50%F)	3,72% a.a.	3,72% a.a.

12.2 FUNDOS PREVIDENCIAIS, ADMINISTRATIVOS E INVESTIMENTOS

12.2.1 FUNDOS PREVIDENCIAIS

As regras de constituição e reversão específicas dos fundos previdenciais são regidas pelos regulamentos dos planos de benefícios e respaldadas pelo atuário.

Descrição	2023	2022
Fundo de Reversão do Saldo por Exigência Regulamentar	21.353	17.538
Revisão de Plano	585	912
Fundo de Risco	147.255	191.881
Fundo Especial	39.308	34.655
Fundo de Quitação por Morte - PED	5.297	1.824
Fundo Benefícios de Risco a Conceder	462	469
Fundo de Retirada de Patrocínio	-	424.590
Fundos de Sobras Provisão Judicial Retirada Patrocínio	84	3
Fundo de Antecipação da Patrocinadora - Retirada Patrocínio	-	7.406
Total	214.344	679.278

A seguir, demonstramos a composição e a movimentação por plano de benefícios no exercício:

Descrição	Plano	2023	Constituição	Reversão	Desoneração	2022
Fundo de Reversão do Saldo por Exigência Regulamentar		21.353	6.784	(545)	(2.424)	17.538
	Repsol YPF	3.141	1.132	(11)	(495)	2.515
	Cachoeira Dourada	945	174	(9)	(117)	897
	Alesat	1.570	578	-	(406)	1.398
	Misto Sanasa	3.824	449	-	-	3.375
	PTAPrev	952	733	-	(495)	714
	Liquigás	9.594	2.951	(525)	-	7.168
	GasPrev	828	417	-	(769)	1.180
	Petro RG	26	25	-	(109)	110
	SulgasPrev	383	264	-	(33)	152
	Flexprev	90	61	-	-	29
Revisão de Plano		585	87	(414)	-	912
	Nitriflex/Arianxo	585	87	(414)	-	912
Fundo de Risco		147.255	22.552	(67.178)	-	191.881
	PP-2	147.255	22.552	(67.178)	-	191.881
Fundo Especial		39.308	4.975	(322)	-	34.655
	PP-2	39.308	4.975	(322)	-	34.655
Fundo de Quitação por Morte - PED		5.297	4.327	(854)	-	1.824
	PPSP-NR	2.050	1.027	(266)	-	1.289
	PPSP-R	3.247	3.300	(588)	-	535
Fundo Benefícios de Risco a Conceder		462	205	(212)	-	469
	SulgasPrev	462	205	(212)	-	469
Fundo de Retirada de Patrocínio*		-	8.170	(432.760)	-	424.590
	TapmePrev	-	8.170	(432.760)	-	424.590
Fundos de Sobras Provisão Judicial Retirada Patrocínio		84	411	(330)	-	3
	Ultrafertil	6	14	(11)	-	3
	TapmePrev	78	397	(319)	-	-
Fundo de Antecipação da Patrocinadora - Retirada Patrocínio		-	967	(8.373)	-	7.406
	TapmePrev	-	967	(8.373)	-	7.406
Total		214.344	48.478	(510.988)	(2.424)	679.278

*O fundo foi liquidado em 2023 em função do pagamento dos compromissos da retirada de patrocínio, vide nota 1.1.1

12.2.2 FUNDO ADMINISTRATIVO CONSOLIDADO

Descrição	2023	2022
Fundo Administrativo do Exercício Anterior	1.374.977	897.029
(+) Custeio da Gestão Administrativa*	455.849	750.841
(-) Despesas Administrativas	(270.597)	(261.062)
Pessoal e encargos	(147.721)	(139.158)
Treinamentos/congressos e seminários	(725)	(636)
Viagens e estadias	(789)	(383)
Serviços de terceiros	(58.835)	(75.945)
Despesas gerais**	(34.980)	(25.769)
Depreciações e amortizações	(15.612)	(8.952)
Tributos	(11.917)	(10.019)
Outras Despesas	(18)	(200)
(-) Constituição de Contingências Administrativas***	(116.932)	(5.493)
(-) Reversão de Recursos para o plano de benefícios	(461)	(5.069)
(=) Constituição do Fundo Administrativo	67.859	479.217
(-) Transferência de Gerenciamento	-	(1.269)
Fundo Administrativo do Exercício Atual	1.442.836	1.374.977

* em outubro de 2022, houve aporte de R\$ 357 milhões da patrocinadora Petrobras em atendimento ao disposto no contrato TCF Pré-70 relacionado ao custeio administrativo dos planos PPSP-R Pré-70 e PPSP-NR Pré-70.

** Majoritariamente impactado pelo desreconhecimento de projetos em 2023, conforme Nota Explicativa 7

***Refere-se aos valores de contingenciamento dos mandados de segurança relacionados a PIS e COFINS, vide Notas Explicativas 9.2 e 9.3

De forma a possibilitar uma avaliação qualitativa e comparativa, demonstramos a seguir os valores dos gastos com serviços de terceiros nos exercícios de 2023 e 2022:

Serviços de Terceiros	2023	2022
Consultoria Jurídica	16.097	23.871
Informática	28.732	32.702
Consultoria Contábil	169	234
Recursos Humanos	1.457	2.046
Auditoria Contábil	2.254	4.482
Consultoria de Investimentos	255	301
Consultoria Atuarial	1.329	2.507
Planejamento Estratégico	-	1.131
Outros- Atendimento	4.665	4.377
Outros	3.878	4.294
Total Serviços de Terceiros	58.835	75.945

12.2.2.1 PARTICIPAÇÃO DOS PLANOS NO FUNDO ADMINISTRATIVO

Plano	2023	% Participação 2023	Constituição	Reversão	2022	% Participação 2022
PPSP-NR	35.020	2,43%	-	(12.378)	47.398	3,45%
PPSP-NR Pré-70	180.526	12,51%	5.928	-	174.598	12,70%
PPSP-R	399.088	27,66%	18.458	-	380.630	27,68%
PPSP-R Pré-70	243.832	16,90%	8.573	-	235.259	17,11%
Triunfo Vida	3.646	0,25%	561	-	3.085	0,22%
IBPPrev Associados	139	0,01%	-	(32)	171	0,01%
Misto Sanasa	716	0,05%	102	-	614	0,04%
TermoPrev	-	0,00%	-	(65)	65	0,00%
PP-2	528.091	36,60%	39.934	-	488.157	35,50%
Nitriflex/Arlanxeo	982	0,07%	-	(210)	1.192	0,09%
GasPrev	974	0,07%	373	-	601	0,04%
SulgasPrev	202	0,01%	-	(25)	227	0,02%
TapmePrev	554	0,04%	-	(2.203)	2.757	0,20%
PP-3	35.754	2,48%	6.822	-	28.932	2,10%
PTAprev	289	0,02%	199	-	90	0,01%
Flexprev	13.023	0,90%	1.822	-	11.201	0,81%
Total	1.442.836		82.772	(14.913)	1.374.977	

➤ TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA DO CUSTEIO ADMINISTRATIVO

A Petros, em função do desequilíbrio do custeio administrativo existente em alguns planos de benefícios administrados, em 07 de julho de 2017, informou à Previc o interesse da rerratificação do Termo de Ajustamento de Conduta do Custeio Administrativo (TAC) que tinha por objetivo estabelecer o compromisso em promover o equilíbrio entre as despesas e receitas administrativas de seus planos. A rerratificação do TAC foi aprovada pela Previc em 14 de dezembro de 2018, sendo publicada no Diário Oficial em 08 de fevereiro de 2019, marcando o início do prazo das ações consignadas no termo pactuado pelo Conselho Deliberativo e Diretoria Executiva da Petros junto à autarquia.

No exercício de 2021, a Petros efetuou a revisão do plano de ressarcimento e recomposição do fundo administrativo, em linha com o compromisso constante no TAC, considerando as taxas necessárias para restabelecer e/ou manter o equilíbrio administrativo dos planos, bem como realizar o ressarcimento ao PGA relativo ao período no qual os planos apresentaram desequilíbrio administrativo. A alteração das taxas de custeio foi aceita pela maior parte dos patrocinadores, permitindo a adoção regular das medidas para este grupo. Em relação ao grupo de patrocinadores/instituidores que permaneceram silentes ou não concordaram com a alteração das taxas e forma de custeio, a Petros tem buscado a negociação, adotando as medidas necessárias para garantir o equilíbrio administrativo da Fundação e, principalmente, o cumprimento dos termos pactuados no TAC.

12.2.3 FUNDOS PARA GARANTIA DAS OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES

	2023	Constituição	Reversão	2022
PPSP-NR	36.350	5.886	-	30.464
PPSP-NR Pré-70	7.420	-	(231)	7.651
PPSP-R	195.914	39.777	-	156.137
PPSP-R Pré-70	27.345	476	-	26.869
IBPPrev Associados	5	1	-	4
Misto Sanasa	168	46	-	122
PP-2	87.765	23.751	-	64.014
PTAPrev	83	23	-	60
Nitriflex/Arlanxeo	329	97	-	232
Arlanxeo Prev	3.446	772	-	2.674
Ultrafertil	2.504	41	-	2.463
PP- 3	35.774	5.098	-	30.676
Flexprev	4.487	691	-	3.796
Total	401.590	76.659	(231)	325.162

Os saldos acima demonstrados são decompostos em:

- FQI – Fundo para quitação por inadimplência, no montante de R\$ 57.425 (R\$ 41.152 em 2022) para todos os planos que possuem carteira de empréstimo ativa; e
- FQM – Fundo para quitação por morte no montante de R\$ 344.165 (R\$ 284.010 em 2022) para os planos BD's, PP-2, PP-3 e Flexprev.

Além dos fundos já constituídos e mantidos sob administração da Fundação, a Petros que já contratava a modalidade de seguro prestamista para cobertura do risco de morte dos planos CDs (exceto PP-3 e Flexprev) e para o Plano Misto Sanasa, a partir de junho/23, passou a utilizar a modalidade do seguro prestamista como forma de garantia em caso de morte para todos os novos contratos da carteira, permanecendo os contratos já firmados anteriormente sob a garantia do Fundo para quitação por morte.

13 CONSOLIDAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (AJUSTES E ELIMINAÇÕES)

O inciso XIII, do Artigo 208, da Resolução Previc nº 23, de 14 de agosto de 2023, estabelece que deve constar em Nota Explicativa às Demonstrações Contábeis da EFPC o detalhamento dos ajustes e eliminações decorrentes do processo de consolidação das Demonstrações Contábeis. O Parágrafo único, do Artigo 188 da mesma resolução, lista as contas passíveis de ajustes, que são as seguintes: "Migrações entre Planos", "Compensações de Fluxos Previdenciais", "Participação no Plano de Gestão Administrativa", "Participação no Fundo Administrativo Plano de Gestão Administrativa" e valores a pagar e a receber entre planos, entre outras, cujos ajustes devem ser registrados em documentos auxiliares.

Diante do exposto, a Petros na consolidação das suas Demonstrações Contábeis utilizou o balancete auxiliar, anulando os valores a pagar e a receber entre os planos, participação dos fundos administrativos nos planos previdenciais, superávit e déficit técnico, dentre outros, tendo como resultado os números apresentados a seguir:

Descrição	Somatório dos Planos (A) + (B) + (C) + (D)	PGA (A)	Planos Benefício Definido (B)	Planos Patrocinados CD e CV (C)	Planos Instituidores (D)	Eliminações	Consolidado
Ativos	131.905.545	73.928	652	5.899	6	(1.442.836)	130.462.709
Disponível	6.773	216	652	5.899	6	-	6.773
Realizável	131.825.060	-	-	-	-	(1.442.836)	130.382.224
Previdencial	11.845.768	-	11.695.299	150.102	367	-	11.845.768
Administrativo	1.672.858	230.022	859.449	583.387	-	(1.442.836)	230.022
Investimentos	118.306.434	1.408.513	67.805.003	49.060.011	32.907	-	118.306.434
Permanente	73.712	73.712	-	-	-	-	73.712
Passivo	131.905.545	1.712.465	80.360.402	49.799.398	33.280	(1.442.836)	130.462.709
Exigível Operacional	770.952	96.908	485.216	185.284	3.544	-	770.952
Exigível Contingencial	4.610.433	172.721	4.410.752	26.866	94	-	4.610.433
Provisões Matemáticas	126.405.761	-	76.690.317	49.685.802	29.642	-	126.405.761
Superávit Técnico	46.036	-	44.409	1.627	-	-	46.036
Déficit Técnico	(3.433.078)	-	(2.412.772)	(1.020.306)	-	-	(3.433.078)
Resultados a Realizar	3.835	-	3.835	-	-	-	3.835
Fundos	3.501.606	1.442.836	1.138.645	920.125	-	(1.442.836)	2.058.770
Fundo Administrativo	2.885.672	1.442.836	859.449	583.387	-	(1.442.836)	1.442.836
Fundos Garantia Operação C/ Participantes	401.590	-	273.308	128.282	-	-	401.590
Fundos Previdenciais	214.344	-	5.888	208.456	-	-	214.344
Adições	4.357	-	2.971	1.299	87	-	4.357
Migrações entre Planos	4.357	-	2.971	1.299	87	-	4.357
Deduções	(4.357)	-	(1.019)	(3.251)	(87)	-	(4.357)
Migrações entre Planos	(4.357)	-	(1.019)	(3.251)	(87)	-	(4.357)

14 PARTES RELACIONADAS

14.1 PARTES RELACIONADAS - OBJETIVOS E CONCEITOS

O Conselho Federal de Contabilidade, por meio da Resolução CFC nº 1.297, de 17 de setembro de 2010, aprovou a NBCT 17 (renumerada para NBC TG05 (R3)), com base no Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1), para tratar da divulgação sobre partes relacionadas. O objetivo principal da norma é assegurar que as demonstrações contábeis da Fundação contenham as divulgações necessárias para chamar a atenção dos usuários para a possibilidade de o balanço patrimonial e a demonstração do resultado da Fundação estarem afetados pela existência de partes relacionadas e por transações e saldos, incluindo compromissos, com as referidas partes relacionadas.

As Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC) têm por objetivos primordiais a instituição e administração de planos de benefícios complementares à previdência social. Para a realização de seus objetivos, as entidades realizam as seguintes transações recorrentes com as partes relacionadas:

- i) recebimentos de contribuições previdenciárias/administrativas, vertidas pelos patrocinadores, participantes e assistidos e pagamento de benefícios aos assistidos, em conformidade com os respectivos regulamentos dos planos de benefícios;
- ii) concessão de empréstimos aos participantes/assistidos, mediante regulamentos próprios; e
- iii) pagamentos de remunerações aos empregados, Diretoria Executiva, membros dos conselhos estatutários, membros dos comitês de assessoramento ao Conselho Deliberativo.

Além das operações recorrentes, as entidades realizam outras transações consideradas não recorrentes, tais como: realizações de operações de contrações de dívidas e de locação de imóveis com patrocinadores.

14.2 PARTES RELACIONADAS NA PETROS

Na Petros, são consideradas partes relacionadas:

- i) pessoa que possa influenciar de forma relevante as decisões na Fundação, tomadas em conjunto ou individualmente;
- ii) pessoa que exerça cargo de dirigente, membro de conselhos e/ou comitês de assessoramento do Conselho Deliberativo da Fundação ou em uma das empresas patrocinadoras ou instituidoras dos planos administrados pela Fundação;
- iii) pessoa que seja, em relação a quaisquer pessoas mencionadas nos itens (i) e (ii), (a) cônjuge ou companheiro; (b) parente consanguíneo ou por afinidade até o segundo grau, em linha reta ou colateral;
- iv) Considera-se que uma entidade está relacionada com a Fundação se: (a) entidade for empresa patrocinadora ou instituidora de um dos planos administrados pela Fundação; (b) a entidade fizer parte do Sistema Petrobras (controladas, coligadas, empreendimentos controlados em conjunto, operações em conjunto, entidades estruturadas); (c) a entidade exercer influência relevante sobre a Fundação ou sofrer influência significativa da Petros; (d) for entidade controlada, de modo pleno ou sob controle conjunto ou significativamente influenciada, por uma das pessoas identificada nos itens (i) e (ii).

14.3 TRANSAÇÕES RECORRENTES COM PARTES RELACIONADAS NA PETROS

Na Petros, as transações recorrentes com partes relacionadas são aquelas que decorrem de transações com patrocinadoras, participantes e assistidos, ou seja, da natureza das atividades da Fundação, cujos relacionamentos se iniciam por intermédios de convênios de adesões para oferecimento dos planos administrados pela Fundação, recebimentos de contribuições e pagamentos de benefícios, conforme previstos nos respectivos regulamentos.

Todas as transações recorrentes com partes relacionadas foram registradas nas demonstrações contábeis e estão a seguir detalhadas:

- i) Patrocinadores/instituidores:

- Contribuições previdenciárias/administrativas*: contribuições previdenciárias e administrativas vertidas em conformidade com os regulamentos dos planos de benefícios por eles patrocinados/instituídos.

A listagem de patrocinadores/instituidores encontra-se na Nota Explicativa 1.1.

**O valor total das contribuições e dos benefícios encontram-se demonstrados na Demonstração da Mutação do Ativo Líquido dos respectivos planos.*

ii) Participantes ativos/assistidos:

- Contribuições previdenciárias/administrativas*: contribuições vertidas em conformidade com os regulamentos dos planos de benefícios;
- Empréstimos (operações com participantes): podem ser concedidos aos participantes, caso permitido pelo regulamento de seu respectivo plano de benefícios, nas condições nele dispostas.

Os saldos das carteiras de empréstimos encontram-se na Nota Explicativa 6.1.8.

- Benefícios de prestação única, continuada, pensões e pecúlios*: podem ser obtidos de acordo com os respectivos regulamentos dos planos de benefícios.

**O valor total das contribuições e dos benefícios encontram-se demonstrados na Demonstração da Mutação do Ativo Líquido dos respectivos planos.*

iii) Empregados da Petros

- Podem ser participantes dos planos de benefícios PPSP e PP-2, sendo que, nesta relação, os mesmos obedecem ao disposto nos regulamentos dos respectivos planos, sem vantagem alguma sobre os demais participantes.
- Remuneração global: a remuneração total dos empregados da Petros, incluindo salários, encargos, benefícios, plano de pensão e provisão para remuneração variável foi de R\$ 138.415 em 2023 e de R\$ 128.915 em 2022. A variação da remuneração global dos empregados entre os exercícios de 2022 e 2023 é, principalmente, reflexo dos seguintes itens: i) reajuste de 39% do plano de assistência médica dos empregados; ii) melhoria concedida no benefício de auxílio refeição/alimentação; e aumento da remuneração variável em função da adequação da provisão.

iv) Diretoria da Petros

- Podem ser participantes dos planos de benefícios PPSP e PP-2, sendo que nesta relação, os mesmos obedecem ao disposto nos regulamentos dos respectivos planos, sem vantagem alguma sobre os demais participantes.
- Remuneração global: a remuneração total da Diretoria da Petros, incluindo salários, encargos, benefícios, plano de pensão e provisão para remuneração variável foi de R\$ 5.184 em 2023 e de R\$ 6.998 em 2022. A variação da remuneração global da diretoria entre os exercícios de 2022 e 2023 é, principalmente, reflexo da vacância das posições durante os processos para composição da nova diretoria.

v) Remuneração de conselheiros e membros de comitês (Comitê de Auditoria, Comitê de Seguridade e Comitê de Investimentos - ligados diretamente ao Conselho Deliberativo).

- Remuneração global dos conselheiros e dos membros de comitês da Petros, incluindo, quando for o caso, honorários, encargos, benefícios e plano de pensão foi de R\$ 3.372 em 2023 e de R\$ 3.245 em 2022.

As remunerações globais dos empregados, da Diretoria, dos conselheiros e dos membros de comitês da Petros são contabilizadas em "Despesas Administrativas" e estão incluídas nas rubricas de "Pessoal e Encargos" da Demonstração do Plano de Gestão Administrativa (DPGA).

14.4 TRANSAÇÕES NÃO RECORRENTES COM PARTES RELACIONADAS NA PETROS

Na Petros, as transações não recorrentes com partes relacionadas são aquelas que, embora previstas na legislação da previdência complementar, não decorrem da natureza da Petros e dos planos de benefícios por ela administrados e atendem a eventos específicos.

Todas as transações não recorrentes com partes relacionadas, ou seja, com operações contratadas, em títulos de patrocinadores e em investimentos imobiliários, realizadas entre a Petros e seus patrocinadores, foram registradas nas demonstrações contábeis e estão a seguir detalhadas:

- i) Contribuições contratadas - as contribuições contratadas entre a Petros e seus patrocinadores estão descritas na Nota Explicativa 4.2.
- ii) Investimentos em títulos de patrocinadores – os investimentos da Petros e dos planos de benefícios por ela administrados em títulos de patrocinadores estão demonstrados a seguir:

Plano	Tipo Instrumento Financeiro	Código Negociação	ISIN	2023			2022		
				Quantidade (unid.)	Cotação (R\$)	Valor (R\$ mil)	Quantidade (unid.)	Cotação (R\$)	Valor (R\$ mil)
PPSP-NR	Debêntures	Termobahia	BRTRBADBS009	-	-	-	88.209	38	3.356
	Ações	Termobahia ON	BRTRBAACNOR7	111	14.572	1.618	111	12.170	1.351
	Ações	Braskem ON	BRBRKMACNOR1	-	-	-	89.045	25	2.250
	Ações	Braskem PN*	BRBRKMACNPA4	-	-	146	-	-	-
	Ações	Vibra ON*	BRBRDTACNOR1	-	-	10.670	-	-	25.642
Total PPSP-NR						12.434			32.599
PPSP-R	Debêntures	Termobahia	BRTRBADBS009	-	-	-	285.061	38	10.844
	Ações	Termobahia ON	BRTRBAACNOR7	358	14.572	5.217	358	12.170	4.357
	Ações	Braskem ON	BRBRKMACNOR1	-	-	-	288.136	25	7.281
	Ações	Braskem PN*	BRBRKMACNPA4	-	-	575	-	-	-
	Ações	Vibra ON*	BRBRDTACNOR1	-	-	46.114	-	-	81.452
Total PPSP-R						51.906			103.934
PP-3	Debêntures	Termobahia	BRTRBADBS009	-	-	-	16.136	38	614
	Debêntures	Braskem S/A	BRBRKMDBS0A1	-	-	193	-	-	-
	Debêntures	Braskem S/A	BRBRKMDBS0D5	-	-	385	-	-	-
	Debêntures	Braskem S/A	BRBRKMDBS0E3	-	-	13	-	-	-
	Ações	Termobahia ON	BRTRBAACNOR7	21	14.572	306	21	12.170	256
	Ações	Braskem ON	BRBRKMACNOR1	-	-	-	15.440	25	390
	Ações	Braskem PN*	BRBRKMACNPA4	-	-	60	-	-	-
	Ações	Vibra ON*	BRBRDTACNOR1	-	-	3.055	-	-	4.369
Total PP-3						4.012			5.629

Plano	Tipo Instrumento Financeiro	Código Negociação	ISIN	2023			2022		
				Quantidade (unid.)	Cotação (R\$)	Valor (R\$ mil)	Quantidade (unid.)	Cotação (R\$)	Valor (R\$ mil)
ArlanxeoPrev	Debêntures	Termobahia	BRTRBADBS009	-	-	-	21.745	38	827
	Ações	Termobahia ON	BRTRBAACNOR7	28	14.572	408	28	12.170	341
	Ações	Braskem ON	BRBRKMACNOR1	-	-	-	22.120	25	559
	Ações	Braskem PN*	BRBRKMACNPA4	-	-	5	-	-	-
	Ações	Vibra ON*	BRBRDTACNOR1	-	-	298	-	-	1.951
Total ArlanxeoPrev					711				3.678
Nitriflex/Arlanxeo	Debêntures	Termobahia	BRTRBADBS009	-	-	-	3.228	38	123
	Ações	Termobahia ON	BRTRBAACNOR7	4	14.572	58	4	12.170	48
	Ações	Braskem ON	BRBRKMACNOR1	-	-	-	3.308	25	84
	Ações	Vibra ON*	BRBRDTACNOR1	-	-	-	-	-	203
Total Nitriflex/Arlanxeo					58				458
Ultrafertil	Debêntures	Termobahia	BRTRBADBS009	-	-	-	18.557	38	706
	Ações	Termobahia ON	BRTRBAACNOR7	23	14.572	335	23	12.170	280
	Ações	Braskem ON	BRBRKMACNOR1	-	-	-	14.817	25	375
	Ações	Braskem PN*	BRBRKMACNPA4	-	-	8	-	-	-
	Ações	Vibra ON*	BRBRDTACNOR1	-	-	689	-	-	816
Total Ultrafertil					1.032				2.177
PGA	Debêntures	Termobahia	BRTRBADBS009	-	-	-	13.252	38	504
	Debêntures	Braskem S/A	BRBRKMDBS0A1	-	-	72	-	-	-
	Debêntures	Braskem S/A	BRBRKMDBS0D5	-	-	145	-	-	-
	Debêntures	Braskem S/A	BRBRKMDBS0E3	-	-	5	-	-	-
	Ações	Termobahia ON	BRTRBAACNOR7	11	14.572	160	11	12.170	134
	Ações	Braskem PN*	BRBRKMACNPA4	-	-	13	-	-	-
	Ações	Vibra ON*	BRBRDTACNOR1	-	-	1.250	-	-	1.543
Total PGA					1.645				2.181
PP-2	Debêntures	Termobahia	BRTRBADBS009	-	-	-	31.896	38	1.213
	Debêntures	Braskem S/A	BRBRKMDBS0A1	-	-	2.074	-	-	-
	Debêntures	Braskem S/A	BRBRKMDBS0D5	-	-	4.144	-	-	-
	Debêntures	Braskem S/A	BRBRKMDBS0E3	-	-	138	-	-	-
	Ações	Termobahia ON	BRTRBAACNOR7	41	14.572	597	41	12.170	499
	Ações	Braskem ON	BRBRKMACNOR1	-	-	-	32.983	25	833

Plano	Tipo Instrumento Financeiro	Código Negociação	ISIN	2023			2022		
				Quantidade (unid.)	Cotação (R\$)	Valor (R\$ mil)	Quantidade (unid.)	Cotação (R\$)	Valor (R\$ mil)
	Ações	Braskem PN*	BRBRKMACNPA4	-	-	759	-	-	-
	Ações	Vibra ON*	BRBRDTACNOR1	-	-	69.808	-	-	101.239
Total PP-2						77.520			103.784
Misto Sanasa	Debêntures	Braskem S/A	BRBRKMDBS0A1	-	-	24	-	-	-
	Debêntures	Braskem S/A	BRBRKMDBS0D5	-	-	48	-	-	-
	Debêntures	Braskem S/A	BRBRKMDBS0E3	-	-	2	-	-	-
	Ações	Vibra ON*	BRBRDTACNOR1	-	-	5	-	-	777
	Ações	Braskem PN*	BRBRKMACNPA4	-	-	352	-	-	-
Total Misto Sanasa						431			777
TapmePrev	Ações	Vibra ON*	BRBRDTACNOR1	-	-	-	-	-	603
Total TapmePrev									603
Flexprev	Debêntures	Termobahia	BRTRBADBS009	-	-	-	2.478	38	94
	Debêntures	Braskem S/A	BRBRKMDBS0A1	-	-	48	-	-	-
	Debêntures	Braskem S/A	BRBRKMDBS0D5	-	-	96	-	-	-
	Debêntures	Braskem S/A	BRBRKMDBS0E3	-	-	3	-	-	-
	Ações	Termobahia ON	BRTRBAACNOR7	3	14.572	44	3	12.170	36
	Ações	Braskem ON	BRBRKMACNOR1	-	-	-	2.625	25	66
	Ações	Braskem PN*	BRBRKMACNPA4	-	-	21	-	-	-
	Ações	Vibra ON*	BRBRDTACNOR1	-	-	1.679	-	-	2.471
Total Flexprev						1.891			2.667
Planos CD's	Ações	Vibra ON*	BRBRDTACNOR1	-	-	899	-	-	2.024
	Ações	Braskem PN*	BRBRKMACNPA4	-	-	21	-	-	-
Total Planos CD's						920			2.024
Total						152.560			260.511

*As ações Vibra ON e Braskem PN, estão acima demonstradas apenas com os valores ao final de cada exercício por serem investimentos indiretos dos planos de benefícios, através de fundos de investimento.

As debêntures da Termobahia venceram em setembro/2023

Observação: As transações foram realizadas em condições compatíveis às praticadas com terceiros.

iii) Investimentos imobiliários – os edifícios e terrenos pertencentes aos planos de benefícios e locados a patrocinadores estão demonstrados a seguir:

Descrição Imóvel	Patrocinador	Plano	2023				2022			
			Valor do Imóvel	Valores a Receber ¹	Valor Total	Valores Recebidos	Valor do Imóvel	Valores a Receber ¹	Valor Total	Valores Recebidos
Conjunto Pituba – Ampliação			1.230.205	9.147	1.239.352	(83.401)	1.177.599	8.713	1.186.312	(90.554)
	Petrobras	PPSP-NR	277.327	2.062	279.389	(18.801)	265.468	1.964	267.432	(20.418)
	Petrobras	PPSP-R	896.231	6.664	902.895	(60.760)	857.907	6.348	864.255	(66.192)
	Petrobras	PP-3	50.730	377	51.107	(3.439)	48.560	359	48.919	(3.732)
	Petrobras	Flexprev	5.917	44	5.961	(401)	5.664	42	5.706	(211)
Horta Barbosa			91.300	1.154	92.454	(10.523)	95.411	1.188	96.599	(30.670)
	Petrobras	PPSP-NR	20.582	260	20.842	(2.372)	21.509	268	21.777	(6.921)
	Petrobras	PPSP-R	66.514	841	67.355	(7.666)	69.509	865	70.374	(22.457)
	Petrobras	PP-3	3.765	48	3.813	(434)	3.934	49	3.983	(1.265)
	Petrobras	Flexprev	439	5	444	(51)	459	6	465	(28)
Porto Brasiliis			26.174	128	26.302	(1.247)	27.277	121	27.398	(954)
3º andar	Transpetro	PPSP-NR	2.309	29	2.338	(281)	2.319	27	2.346	-
3º andar	Transpetro	PPSP-R	7.463	93	7.556	(909)	7.494	88	7.582	(954)
3º andar	Transpetro	PP-3	422	5	427	(51)	424	5	429	-
3º andar	Transpetro	Flexprev	49	1	50	(6)	49	1	50	-
12º e 13º andares	Petros	PPSP-NR	3.591	-	3.591	-	3.830	-	3.830	-
12º e 13º andares	Petros	PPSP-R	11.606	-	11.606	-	12.378	-	12.378	-
12º e 13º andares	Petros	PP-3	657	-	657	-	701	-	701	-
12º e 13º andares	Petros	Flexprev	77	-	77	-	82	-	82	-
Total			1.347.679	10.429	1.358.108	(95.171)	1.300.287	10.022	1.310.309	(122.177)

¹ Os valores a receber referem-se as parcelas de aluguéis do mês de dezembro.

14.5 GRAU DE DEPENDÊNCIA DAS PATROCINADORAS

O grau de dependência da Petros com suas patrocinadoras representa o percentual apurado pela soma de ativos financeiros e recebíveis juntos aos patrocinadores em relação ao ativo total, por plano de benefícios, e está demonstrado a seguir:

Plano	Patrocinadores	Contribuições Normais	Contribuições Contratadas	Ativos Financeiros	Valores a Receber Imóveis Locados	Outros Valores a Receber (PED)	Total dos Ativos financeiros e Recebíveis Patrocinadores	Ativo Total Plano	Grau de Dependência %	
				Ações ¹					2023	2022
PPSP-NR	Petrobras	34.496	209.530	1.618	2.351	4.464.766	4.712.761		33,35%	28,53%
	Vibra Energia	2.266	-	10.670	-	316.203	329.139	14.130.705	2,33%	2,07%
	Petros	54	-	-	-	6.588	6.642		0,05%	0,04%
Total PPSP-NR		36.816	209.530	12.288	2.351	4.787.557	5.048.542	14.130.705	35,73%	30,63%
PPSP-R	Petrobras	136.729	1.223.543	5.217	7.598	15.617.238	16.990.325		33,80%	35,44%
	Vibra Energia	6.615	(2.288)	46.114	-	850.723	901.164	50.272.552	1,79%	1,95%
	Petros	717	8.987	-	-	89.353	99.057		0,20%	0,20%
Total PPSP-R		144.061	1.230.242	51.331	7.598	16.557.314	17.990.546	50.272.552	35,79%	37,58%
PP-2	Vibra Energia	-	-	69.808	-	-	69.808	43.893.305	0,16%	0,28%
	Termobahia	-	-	597	-	-	597		0,00%	0,00%
Total PP-2		-	-	70.405	-	-	70.405	43.893.305	0,16%	0,28%
PPSP-NR Pré-70	Petrobras	2.763	2.097.906	-	-	-	2.100.669	5.672.616	37,03%	32,35%
Total PPSP-NR Pré-70		2.763	2.097.906	-	-	-	2.100.669	5.672.616	37,03%	32,35%
PPSP-R Pré-70	Petrobras	2.996	2.607.594	-	-	-	2.610.590	8.178.022	31,92%	28,28%
Total PPSP-R Pré-70		2.996	2.607.594	-	-	-	2.610.590	8.178.022	31,92%	28,28%
PP-3	Petrobras	-	267	306	430	-	1.003	3.825.203	0,03%	0,06%
Total PP-3		-	267	306	430	-	1.003	3.825.203	0,03%	0,06%
Flexprev	Petrobras	-	134.425	1.679	50	-	136.154	1.113.052	12,23%	0,1353
Total Flexprev		-	134.425	1.679	50	-	136.154	1.113.052	12,23%	0,1353
Plano Ultrafertil	Ultrafertil (VLI)	106	-	-	-	9.218	9.324	20.413	45,68%	46,77%
	Mosaic (Vale Fertilizantes)	1.373	-	-	-	112.438	113.811	543.243	20,95%	21,46%
Total Plano Ultrafertil		1.479	-	-	-	121.656	123.135	563.656	21,85%	22,37%

¹ - Composto pelas ações da Petrobras, Vibra Energia e Termobahia (*), constantes na carteira própria e gestão terceirizada

(*) Em função da participação relevante da Petrobras no controle acionário da Termobahia S.A, a Fundação entende que deve considerar as ações e debêntures desta empresa, alocadas em carteira própria, no grau de dependência de patrocinador dos planos PPSP-R e PPSP-NR.

15 REFLEXOS NA FUNDAÇÃO DAS INVESTIGAÇÕES EM CURSO E ACOMPANHAMENTO SOBRE OS INVESTIMENTOS INVESTIGADOS

Cumpra registrar, que ao longo dos últimos exercícios e principalmente 2022, em linha com seu plano de trabalho, a Administração emvidou esforços adicionais e finalizou as investigações de investimentos que possam no passado ter gerado prejuízos à Fundação, encerrando o backlog dos ativos com suspeitas de irregularidades, conforme ranking de priorização das apurações, elaborado por consultoria externa.

Nesse sentido, cumpre destacar que, até o presente momento, não se tem conhecimento de novas denúncias de irregularidades relacionadas aos investimentos. Contudo, ressalva-se que a Fundação mantém o acompanhamento e monitoramento do tema e adotará as tratativas necessárias no caso de futuras apurações.

Cumpra destacar que, quando instada pelos seus órgãos de controle, a Petros promove o compartilhamento de informações/documentos solicitados a fim de atender à solicitação e dar cumprimento ao seu dever de transparência.

A seguir, apresentamos quadro resumo das demandas judiciais e administrativas relacionadas à Fundação, seja na qualidade de autora, seja na qualidade de interessada, ou até mesmo apenas para acompanhamento dos resultados, que são de conhecimento do Jurídico e que se encontram atualmente em curso:

Ação Penal	Criminal			Cível		Procedimentos Administrativos	
	Inquérito Policial e/ou Procedimento Investigatório Criminal	Medidas Cautelares	Acordo de Leniência e/ou Colaborações Premiadas	Responsabilidade Civil	Improbidade Administrativa	Previc	TCU
16	32	6	16	6	24	2	11

Consigne-se que, nos casos intitulados de Procedimentos Administrativos, a Petros acompanha o resultado de 2 Autos de Infração em curso na Previc, sendo esses sobre os investimentos FIP Sondas e CCB Eletrossom, bem como 11 Tomadas de Contas Especial em trâmite no Tribunal de Contas da União, essas correlacionadas os ativos Lupatech, Debêntures Galileo, Itausa, FIP Multiner, FIDC Trendbank, FIP Bioenergia, FIP Sondas, FIP Terra Viva, FIP Angra Infra, FIP Brasil Governança Corporativa e FIP Caixa Modal Óleo e Gás.

Imprescindível destacar que, nos acordos de leniência e/ou colaborações premiadas, a Petros não é parte nos procedimentos e eles tramitam sob sigilo, fazendo com que a Fundação obtenha o seu conhecimento através do recebimento de algum ofício expedido por Órgãos de controle (ex.: MPF, AGU, CGU), ou de algum valor direcionado para a Entidade por meio de transferências bancárias em razão de ordem judicial.

A Fundação já tem refletido nas demonstrações contábeis os impactos contábeis das perdas financeiras, bem como dos recebimentos em decorrência de acordos de leniência e termos de compromisso até aqui conhecidos. No entanto, quanto às medidas judiciais ainda em curso que buscam a eventual recuperação de valores, em razão do estágio dos trabalhos, não há elementos que indiquem, com razoável segurança, o êxito nas mesmas, razão pela qual as demonstrações contábeis da Fundação não incluem quaisquer outros efeitos que possam advir dessas medidas judiciais em curso.

Destaque-se que, com relação aos investimentos que foram objeto das apurações realizadas no passado, a Petros recuperou, entre os anos de 2017 e 2023, o valor histórico de R\$ 208,9 milhões de reais, que retornaram ao patrimônio da Fundação para os planos de benefícios vinculados aos respectivos ativos.

Para poder acompanhar mais de perto as ações criminais e cíveis que eventualmente possam trazer ressarcimento para a Fundação, a Petros conta com escritórios especialistas nestas áreas, que foram fundamentais para viabilizar resultados concretos no que diz respeito à recuperação de recursos.

16 OUTROS ASSUNTOS

16.1 ENCERRAMENTO DAS MEDIDAS PARA ADEQUAÇÃO DO CNPJ POR PLANO

A Petros adotou uma série de medidas para adequação ao disposto nas resoluções CNPC nº 46, de 1º de outubro de 2021, que dispõe sobre as condições e os procedimentos para a identificação e o cadastramento dos planos de benefícios no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) dos planos de benefícios administrados pelas entidades fechadas de previdência complementar e CNPC nº 57, de 28 de junho de 2023 que prorrogou o prazo para cumprimento da operacionalização para 31 de dezembro de 2023.

Abaixo destacamos as principais:

- Abertura de contas correntes e de custódia para todos os planos administrados:
 - Para os planos PPSP-R, PPSP-NR, PPSP-R Pré-70, PPSP-NR Pré-70, PP-2, PP-3, FlexPrev, Ultrafertil, Arlanxeo Prev, Nitriflex/Arlanxeo, TapmePrev, Misto Sanasa, PQU, Copesul, Braskem e Plano de Gestão Administrativa (PGA) não houve alteração na forma de gestão, considerando que já possuíam segregação real de seus ativos;
 - Os demais planos anteriormente geridos de forma Unifundo (Vide Nota Explicativa 2.5) passaram a ser geridos com segregação real, conforme destacado na Nota Explicativa 6.1.4.1.2.1.
- Adequação dos sistemas internos para operacionalização das alterações;
- Realização de estudo sobre a segregação da carteira imobiliária, sendo mantida a gestão com segregação virtual para o estoque de imóveis compartilhados; e
- Campanha de comunicação aos participantes sobre as alterações.

Destacamos que os CNPJs dos planos de benefícios não possuem personalidade jurídica e encontram-se listados na Nota Explicativa 1.1 na relação de planos administrados.

16.2 NOVA SEGMENTAÇÃO DAS EFPC PELA PREVIC A PARTIR DO EXERCÍCIO DE 2024

Até o final do exercício de 2023, a PREVIC classificava a Petros como Entidade Sistemicamente Importante (ESI) para fins de supervisão potencial e proporcionalidade regulatória, de acordo com critérios estabelecidos por meio da Resolução PREVIC nº 4, de 18 de outubro de 2021.

Ocorre que a classificação foi substituída pela PREVIC por novos critérios, conforme os Artigos 2º e 3º, da Resolução PREVIC nº 23, de 14 de agosto de 2023, onde estabeleceu a segmentação das EFPC em quatro classes: S1, S2, S3 e S4, em decorrência da soma dos fatores de porte e de complexidade. Assim, as Entidades Sistemicamente Importante (ESI) previstas na revogada Resolução PREVIC nº 4/2021, dentre as quais se encontrava a Petros, deixam de existir.

A Portaria Previc nº 960, de 25 de outubro de 2023, detalhou os novos critérios para a segmentação das EFPC para fins de supervisão, fiscalização e a listagem do enquadramento de todas as entidades para o exercício de 2024. Pelos critérios divulgados, 10 (dez) entidades foram classificadas como S1; 71 em S2; 104 em S3; e 77 em S4. A Petros passa a compor o grupo de segmento S1, em relação aos procedimentos de supervisão e fiscalização programados pela PREVIC.

17 EVENTOS SUBSEQUENTES

17.1 RECEBIMENTO DE PRECATÓRIOS

Em 29 de janeiro de 2024 foi recebido o montante de R\$ 980.433 referente ao Precatário de Interbrás (vide Nota Explicativa 4.3)

17.2 OPÇÃO DE REGIME DE TRIBUTAÇÃO

Em 11 de janeiro de 2024, foi publicada a Lei nº 14.803/2024, que altera a Lei nº 11.053, de 29 de dezembro de 2004, permitindo a participantes e assistidos de planos de benefícios de caráter previdenciário, estruturados nas modalidades de contribuição definida ou contribuição variável, das

entidades de previdência complementar e das sociedades seguradoras, que fizeram a opção pelo regime de tributação de que trata o art. 1º da Lei nº 11.053, de 29 de dezembro de 2004, exercer novamente a opção pelo regime de tributação anterior à referida Lei até o momento da obtenção do benefício ou da requisição do primeiro resgate feita após a publicação desta Lei.

A partir da entrada em vigor da nova lei, não apenas os novos participantes dos planos de benefícios da Petros, estruturados nas modalidades de contribuição definida ou contribuição variável, serão beneficiados, mas também os atuais, que poderão rever o regime de tributação definido quando da adesão ao plano.

17.3 ADESÃO AUTOMÁTICA EM PLANOS DE BENEFÍCIOS

Em sua reunião realizada em 07 de fevereiro de 2024, o Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC), aprovou a chamada “adesão automática”, onde o empregado de uma empresa que ofereça fundo de pensão será incluído automaticamente no plano.

A medida visa ampliar a participação de beneficiários de plano de previdência e com a nova norma, o trabalhador que entra em uma empresa patrocinadora de um fundo de pensão adere a ele automaticamente, e tem até 120 dias para pedir para deixá-lo com direito à restituição dos valores descontados e é válida em planos patrocinados, cuja contribuição do empregador seja de, pelo menos, 20% do valor total de contribuição previdenciária para o plano de benefícios.

A inovação, visa não só alinhar o Brasil às boas práticas de política pública previdenciária adotadas por diversos países, mas também para que seja permitido que todos os tipos de patrocinadores - tanto do setor público quanto do privado - utilizem a inscrição automática, medida que vinha sendo praticada apenas nos planos de benefícios de servidores públicos

Henrique Jäger
Presidente
CPF: 831.180.477-04

Tatiana Rios dos Santos Gelain
Contadora
CPF: 047.865.637-81
CRC-RJ: 079.940/O-3

PARECER DO COMITÊ DE AUDITORIA

Exercício 2023

O Comitê de Auditoria (COAUD), no exercício de suas atribuições e responsabilidades previstas na legislação e no seu Regimento Interno e, em linha com seu plano anual de trabalho, previamente debatido e aprovado por seus membros, realizou reuniões com as áreas técnicas da Fundação, visando à obtenção de informações para análise das Demonstrações Contábeis e respectivas Notas Explicativas relativas ao exercício de 2023.

Com base nos exames das informações e documentos fornecidos pela Fundação, nos trabalhos abrangentes realizados pelos Auditores Independentes da PwC, no conjunto de análises e recomendações efetuadas pelo Comitê de Auditoria e nas medidas adotadas pela administração para a elaboração das Demonstrações Contábeis, os membros do COAUD entenderam que as Demonstrações Contábeis de 31 de dezembro de 2023 e respectivas Notas Explicativas refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimonial e financeira da Petros, em relação às práticas contábeis adotadas no Brasil e às normas editadas pelo CNPC e pela Previc, e concluem recomendando ao Conselho Deliberativo a sua aprovação.

Rio de Janeiro, 27 de março de 2024.

Antonio Martiningo Filho

Coordenador do Comitê

Cesar Geraldo Fucci

Membro do Comitê

Evenilson de Jesus Balzer

Membro do Comitê

PARECER ANUAL DO CONSELHO FISCAL

Exercício 2023

O Conselho Fiscal, em atendimento ao inciso II do art. 33 do Estatuto Social da Fundação Petrobras de Seguridade Social - Petros, e consoante ao inciso X do art. 17 da Resolução do Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPB) nº 43, de 06/08/2021, e Resolução PREVIC nº 23, de 14/08/2023, apreciou as Demonstrações Contábeis Consolidadas (Balanço Patrimonial, Demonstração da Mutação do Patrimônio Social, Demonstração do Plano de Gestão Administrativa) e as Individuais por Plano de Benefícios (Demonstra o do Ativo Líquido, Demonstração da Muta o do Ativo Líquido, Demonstração das Provisões Técnicas) do exercício social de 2023, consubstanciadas pelos Pareceres Atuariais e pelo Relatório de Auditoria emitido pela PricewaterhouseCoopers – PwC auditores independentes, em 27/03/2024, bem como nas análises realizadas pelos próprios Conselheiros Fiscais.

O Conselho Fiscal fez suas considera es e, com base nos exames das informa es, relatórios e documentos fornecidos pela Funda o, nos trabalhos abrangentes realizados pelos Auditores Independentes PwC, no conjunto de análises efetuadas por este Colegiado e medidas adotadas pela administra o, entende que as Demonstra es Contábeis do exercício social de 2023 e respectivas Notas Explicativas refletem as posi es patrimonial e financeira da Funda o Petrobras de Seguridade Social - Petros, em rela o às práticas contábeis adotadas no Brasil, às normas editadas pelo CNPC e pela PREVIC e emite o presente parecer em conformidade com o artigo 33, incisos I e II do Estatuto Social da Petros para aprecia o do Conselho Deliberativo.

O Parecer do Conselho Fiscal completo   parte integrante do Extrato da Ata CF 649, de 18, 25 e 27/3/2024, publicado no Portal Petros. Acesse a [ rea do Participante](#) do Portal Petros.

Rio de Janeiro, 27 de março de 2024.

Silvio Sinedino Pinheiro
Presidente do Conselho Fiscal

Viviana Cardoso de S  e Faria
Conselheira Fiscal

Wander Marcelino
Conselheiro Fiscal

Hilder Soares Seixas
Conselheiro Fiscal

DECISÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO

Exercício 2023

O Conselho Deliberativo, na reunião CD-772, realizada no dia 27/3/2024, com fundamento nas análises procedidas, nos esclarecimentos prestados pela Diretoria Executiva, no Relatório dos Auditores Independentes, nos Pareceres Atuariais emitidos pelos atuários, no Parecer do Comitê de Auditoria e no Parecer do Conselho Fiscal, aprovou as Demonstrações Contábeis Consolidadas, bem como as Demonstrações Contábeis individuais do exercício 2023 dos planos de benefícios sob a gestão da Petros e as contas da Diretoria Executiva, concluindo que estas refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Fundação.

Rio de Janeiro, 27 de março de 2024.

Gustavo Dimitri de Souza Gonçalves

Presidente do Conselho Deliberativo

Claudia Padilha de Araujo Gomes

Conselheira Deliberativa

Ricardo Rodriguez Besada Filho

Conselheiro Deliberativo

Fernando de Castro Sá

Conselheiro Deliberativo

Radiovaldo Costa Santos

Conselheiro Deliberativo

Vinicius Camargo Pereira da Costa

Conselheiro Deliberativo

DIRETORIA EXECUTIVA

PRESIDENTE

Henrique Jäger

DIRETORES

Paulo Werneck

Marco Aurelio Viana

João Marcelo Torres

CONSELHO DELIBERATIVO

TITULARES

Claudia Padilha de Araujo Gomes

Fernando de Castro Sá

Gustavo Dimitri de Souza Gonçalves (presidente)

Radiovaldo Costa Santos

Ricardo Rodriguez Besada Filho

Vinicius Camargo Pereira da Costa

SUPLENTES

Alexandre Finamori França Baptista

Getulio Francisco da Cruz

Luciano Maldonado Garcia

Rafael de Paula Prado Alvarelli

Telmo Medeiros Lopes

CONSELHO FISCAL

TITULARES

Hilder Soares Seixas

Silvio Sinedino Pinheiro (presidente)

Viviana Cardoso de Sá e Faria

Wander Marcelino

SUPLENTES

Dylta Walsh de Oliveira Peres

Helio de Castro Domingues Filho

João Antonio de Moraes

Odilanei Moraes dos Santos

CRÉDITOS

Coordenação-geral, produção e edição de textos

Assessoria de Comunicação

Apoio blendON

Design gráfico

blendON

Imagens

Cícero Rodrigues

Davi Macedo

Duda Dusi

Banco de imagens (Getty Images e iStock Photos)

Capa do Relatório Anual

Da esquerda para direita: Luiz Ioti, Camila Ferreira, Bruno Muniz, Andre Rossi e Barbara Boltje, empregados da Petros

Capa do capítulo 1

Gilberto da Silva, participante ativo do PP-2

Capa do capítulo 2

Da esquerda para direita: Luis Souza, Luciana da Silva, Thais Lino e Raiza Silva, empregados da Petros

Capa do capítulo 3

Rosa Matsuura, pensionista do PPSP-R, com seu neto Davi Alcantara Matsuura

Capa do capítulo 6

Da esquerda para a direita: João Marcelo Torres, Paulo Werneck, Henrique Jäger e Marco Aurelio Viana, diretores da Petros

RELATÓRIO ANUAL 2023

